Índice

1. Responsáveis pelo formulário

1.0 - Identificação dos responsáveis 1

1.1 – Declaração do Diretor Presidente 2

1.2 - Declaração do Diretor de Relações com Investidores 3

2. Auditores independentes

2.1/2.2 - Identificação e remuneração dos Auditores 4

2.3 - Outras informações relevantes 6

3. Informações financ. selecionadas

3.1 - Informações Financeiras 7

3.2 - Medições não contábeis 8

3.3 - Eventos subsequentes às últimas demonstrações financeiras 10

3.4 - Política de destinação dos resultados 11

3.5 - Distribuição de dividendos e retenção de lucro líquido 15

3.6 - Declaração de dividendos à conta de lucros retidos ou reservas 16

3.7 - Nível de endividamento 17

3.8 - Obrigações 18

3.9 - Outras informações relevantes 19

4. Fatores de risco

4.1 - Descrição dos fatores de risco 20

4.2 - Descrição dos principais riscos de mercado 33

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes 36

4.4 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos cujas partes contrárias sejam administradores, ex-administradores, controladores, ex-controladores ou investidores 39

4.5 - Processos sigilosos relevantes 40

4.6 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais repetitivos ou conexos, não sigilosos e relevantes em conjunto 41

4.7 - Outras contingências relevantes 42

4.8 - Regras do país de origem e do país em que os valores mobiliários estão custodiados 43

Índice

5. Gerenciamento de riscos e controles internos

5.1 - Política de gerenciamento de riscos 44

5.2 - Política de gerenciamento de riscos de mercado 45

5.3 - Descrição dos controles internos 48

5.4 - Programa de Integridade 50

5.5 - Alterações significativas 52

5.6 - Outras inf. relev. - Gerenciamento de riscos e controles internos 53

6. Histórico do emissor

6.1 / 6.2 / 6.4 - Constituição do emissor, prazo de duração e data de registro na CVM 54

6.3 - Breve histórico 55

6.5 - Informações de pedido de falência fundado em valor relevante ou de recuperação judicial ou extrajudicial 57

6.6 - Outras informações relevantes 58

7. Atividades do emissor

7.1 - Descrição das principais atividades do emissor e suas controladas 59

7.1.a - Informações específicas de sociedades de economia mista 64

7.2 - Informações sobre segmentos operacionais 65

7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais 67

7.4 - Clientes responsáveis por mais de 10% da receita líquida total 79

7.5 - Efeitos relevantes da regulação estatal nas atividades 80

7.6 - Receitas relevantes provenientes do exterior 82

7.7 - Efeitos da regulação estrangeira nas atividades 83

7.8 - Políticas socioambientais 84

7.9 - Outras informações relevantes 85

8. Negócios extraordinários

8.1 - Negócios extraordinários 90

8.2 - Alterações significativas na forma de condução dos negócios do emissor 91

8.3 - Contratos relevantes celebrados pelo emissor e suas controladas não diretamente relacionados com suas atividades operacionais 92

Índice

8.4 - Outras inf. Relev. - Negócios extraord. 93

9. Ativos relevantes

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros 94

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.a - Ativos imobilizados 95

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Ativos intangíveis 96

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.c - Participações em sociedades 120

9.2 - Outras informações relevantes 121

10. Comentários dos diretores

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais 122

10.2 - Resultado operacional e financeiro 148

10.3 - Eventos com efeitos relevantes, ocorridos e esperados, nas demonstrações financeiras 151

10.4 - Mudanças significativas nas práticas contábeis - Ressalvas e ênfases no parecer do auditor 152

10.5 - Políticas contábeis críticas 154

10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras 156

10.7 - Comentários sobre itens não evidenciados nas demonstrações financeiras 157

10.8 - Plano de Negócios 158

10.9 - Outros fatores com influência relevante 160

11. Projeções

11.1 - Projeções divulgadas e premissas 161

11.2 - Acompanhamento e alterações das projeções divulgadas 162

12. Assembleia e administração

12.1 - Descrição da estrutura administrativa 163

12.2 - Regras, políticas e práticas relativas às assembleias gerais 168

12.3 - Regras, políticas e práticas relativas ao Conselho de Administração 173

12.4 - Descrição da cláusula compromissória para resolução de conflitos por meio de arbitragem 175

12.5/6 - Composição e experiência profissional da administração e do conselho fiscal 176

12.7/8 - Composição dos comitês 179

Índice

12.9 - Existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o 2º grau relacionadas a administradores do emissor, controladas e controladores 180

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros 181

12.11 - Acordos, inclusive apólices de seguros, para pagamento ou reembolso de despesas suportadas pelos administradores 182

12.12 - Outras informações relevantes 183

13. Remuneração dos administradores

13.1 - Descrição da política ou prática de remuneração, inclusive da diretoria não estatutária 184

13.2 - Remuneração total do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal 188

13.3 - Remuneração variável do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal 192

13.4 - Plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e diretoria estatutária 194

13.5 - Remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatuária 203

13.6 - Informações sobre as opções em aberto detidas pelo conselho de administração e pela diretoria estatuária 211

13.7 - Opções exercidas e ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatuária 215

13.8 - Informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 13.5 a 13.7 - Método de precificação do valor das ações e das opções 216

13.9 - Participações em ações, cotas e outros valores mobiliários conversíveis, detidas por administradores e conselheiros fiscais - por órgão 219

13.10 - Informações sobre planos de previdência conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários 220

13.11 - Remuneração individual máxima, mínima e média do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal 221

13.12 - Mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria 222

13.13 - Percentual na remuneração total detido por administradores e membros do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores 223

13.14 - Remuneração de administradores e membros do conselho fiscal, agrupados por órgão, recebida por qualquer razão que não a função que ocupam 224

13.15 - Remuneração de administradores e membros do conselho fiscal reconhecida no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor 225

13.16 - Outras informações relevantes 226

14. Recursos humanos

14.1 - Descrição dos recursos humanos 227

14.2 - Alterações relevantes - Recursos humanos 229

Índice

14.3 - Descrição da política de remuneração dos empregados 230
14.4 - Descrição das relações entre o emissor e sindicatos 233
14.5 - Outras informações relevantes 235

15. Controle e grupo econômico

15.1 / 15.2 - Posição acionária 236
15.3 - Distribuição de capital 239
15.4 - Organograma dos acionistas e do grupo econômico 240
15.5 - Acordo de acionistas arquivado na sede do emissor ou do qual o controlador seja parte 241
15.6 - Alterações relevantes nas participações dos membros do grupo de controle e administradores do emissor 243
15.7 - Principais operações societárias 244
15.8 - Outras informações relevantes 245

16. Transações partes relacionadas

16.1 - Descrição das regras, políticas e práticas do emissor quanto à realização de transações com partes relacionadas 246
16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas 247
16.3 - Identificação das medidas tomadas para tratar de conflitos de interesses e demonstração do caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou do pagamento compensatório adequado 248
16.4 - Outras informações relevantes 249

17. Capital social

17.1 - Informações sobre o capital social 250
17.2 - Aumentos do capital social 251
17.3 - Informações sobre desdobramentos, grupamentos e bonificações de ações 254
17.4 - Informações sobre reduções do capital social 255
17.5 - Outras informações relevantes 256

18. Valores mobiliários

18.1 - Direitos das ações 258
18.2 - Descrição de eventuais regras estatutárias que limitem o direito de voto de acionistas significativos ou que os obriguem a realizar oferta pública 259

Índice

18.3 - Descrição de exceções e cláusulas suspensivas relativas a direitos patrimoniais ou políticos previstos no estatuto 260

18.4 - Volume de negociações e maiores e menores cotações dos valores mobiliários negociados 261

18.5 - Outros valores mobiliários emitidos no Brasil 262

18.6 - Mercados brasileiros em que valores mobiliários são admitidos à negociação 263

18.7 - Informação sobre classe e espécie de valor mobiliário admitida à negociação em mercados estrangeiros 264

18.8 - Títulos emitidos no exterior 265

18.9 - Ofertas públicas de distribuição efetuadas pelo emissor ou por terceiros, incluindo controladores e sociedades coligadas e controladas, relativas a valores mobiliários do emissor 266

18.10 - Destinação de recursos de ofertas públicas de distribuição e eventuais desvios 267

18.11 - Descrição das ofertas públicas de aquisição feitas pelo emissor relativas a ações de emissão de terceiros 268

18.12 - Outras infomações relevantes 269

19. Planos de recompra/tesouraria

19.1 - Informações sobre planos de recompra de ações do emissor 270

19.2 - Movimentação dos valores mobiliários mantidos em tesouraria 271

19.3 - Outras inf. relev. - recompra/tesouraria 273

20. Política de negociação

20.1 - Informações sobre a política de negociação de valores mobiliários 274

20.2 - Outras informações relevantes 275

21. Política de divulgação

21.1 - Descrição das normas, regimentos ou procedimentos internos relativos à divulgação de informações 276

21.2 - Descrição da política de divulgação de ato ou fato relevante e dos procedimentos relativos à manutenção de sigilo sobre informações relevantes não divulgadas 277

21.3 - Administradores responsáveis pela implementação, manutenção, avaliação e fiscalização da política de divulgação de informações 279

21.4 - Outras informações relevantes 280

1.0 - Identificação dos responsáveis

Nome do responsável pelo conteúdo do formulário	**Sr. Thiago Frias Picolo Peres**
Cargo do responsável	Diretor Presidente

Nome do responsável pelo conteúdo do formulário	**Sr. Luis Miguel Ferreira Cafruni**
Cargo do responsável	Diretor de Relações com Investidores

1.1 – Declaração do Diretor Presidente

1.1 DECLARAÇÃO DO DIRETOR PRESIDENTE

Para fins do Formulário de Referência

Thiago Frias Picolo Peres, inscrito no CPF sob o nº 113.325.267-21, na qualidade de Diretor-Presidente da Technos S.A., sociedade por ações de capital aberto, com sede na Avenida das Américas, nº 3443, 3º pavimento, salas 301 a 308, bloco 1, Barra da Tijuca, na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de janeiro, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 09.295.063/0001-97, declara que:

a) reviu o Formulário de Referência da Companhia;

b) todas as informações contidas no Formulário de Referência atendem ao disposto na Instrução da Comissão de Valores Mobiliários nº 480, de 7 de dezembro de 2009, conforme alterada, em especial aos artigos 14 a 19; e

c) o conjunto de informações nele contido é um retrato verdadeiro, preciso e completo da situação econômico-financeira da Companhia e dos riscos inerentes às suas atividades e dos valores mobiliários por ela emitidos.

Rio de Janeiro, 30 de maio de 2018.

_____

Thiago Frias Picolo Peres
Diretor-Presidente

1.2 - Declaração do Diretor de Relações com Investidores

1.2 DECLARAÇÃO DO DIRETOR DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES

Para fins do Formulário de Referência

Luis Miguel Ferreira Cafruni, inscrito no CPF/MF sob o n.º 008.617.970-51 na qualidade de Diretor Financeiro e de Relações com Investidores da Technos S.A., sociedade por ações de capital aberto, com sede na Avenida das Américas, nº 3443, 3º pavimento, salas 301 a 308, bloco 1, Barra da Tijuca, na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de janeiro, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 09.295.063/0001-97, declara que:

a) reviu o Formulário de Referência da Companhia; e

b) todas as informações contidas no Formulário de Referência atendem ao disposto na Instrução da Comissão de Valores Mobiliários nº 480, de 7 de dezembro de 2009, conforme alterada, em especial aos artigos 14 a 19.

Rio de Janeiro, 02 de agosto de 2018.

_____

Luis Miguel Ferreira Cafruni

Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

2.1/2.2 - Identificação e remuneração dos Auditores

Possui auditor?	SIM
Código CVM	471-5
Tipo auditor	Nacional
Nome/Razão social	ERNST & YOUNG AUDITORES INDEPENDENTES S.S.
CPF/CNPJ	61.366.936/0001-25
Período de prestação de serviço	28/01/2015 a 31/12/2016
Descrição do serviço contratado	Serviços de auditoria das demonstrações financeiras com a finalidade de emitir parecer sobre o balanço patrimonial e as respectivas demonstrações de resultado, das mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa e das demonstrações do valor adicionado e sua adequação com as posições patrimonial e financeira da Companhia referente aos exercícios sociais de 2015 e 2016. Revisão especial das informações trimestrais (ITR) de tais exercícios sociais
Montante total da remuneração dos auditores independentes segregado por serviço	Não se aplica, tendo em vista que a empresa em questão não prestou serviços para a Companhia no último exercício social.
Justificativa da substituição	A KPMG Auditores Independentes, empresa de auditoria externa que substituiu a Ernst & Young Auditores Independentes, foi mais competitiva no processo de negociação
Razão apresentada pelo auditor em caso da discordância da justificativa do emissor	Não se aplica, pois não houve discordância na substituição da empresa de auditoria externa

Nome responsável técnico	Período de prestação de serviço	CPF	Endereço
Roberto Martorelli	28/01/2015 a 31/12/2016	181.375.338-50	Praia de Botafogo, 370, 5 ao 10 andar, Botafogo, Rio de Janeiro, RJ, Brasil, CEP 22250-040, Telefone (21) 32637000, e-mail: roberto.martorelli@br.ey.com

Possui auditor?	SIM
Código CVM	418-9
Tipo auditor	Nacional
Nome/Razão social	KPMG Auditores Independentes
CPF/CNPJ	57.755.217/0001-29
Período de prestação de serviço	27/04/2017
Descrição do serviço contratado	Auditoria das demonstrações financeiras de 2017
Montante total da remuneração dos auditores independentes segregado por serviço	A remuneração total dos auditores independentes relativa ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017 foi de R$ 400 mil. A empresa não prestou outros serviços além da auditoria contábil
Justificativa da substituição	Empresa foi mais competitiva no processo de negociação
Razão apresentada pelo auditor em caso da discordância da justificativa do emissor	Não se aplica, pois não há discordância do auditor da justificativa

Nome responsável técnico	Período de prestação de serviço	CPF	Endereço
Luis Claudio França de Araújo	18/10/2018 a 27/04/2020	079.525.807-01	Avenida Almirante Barros, 52, 4º andar, Centro, Rio de Janeiro, RJ, Brasil, CEP 20031-000, Telefone (21) 35159400, Fax (21) 35159000, e-mail: lcaraujo@kpmg.com.br
Marcelo Luiz Ferreira	27/04/2017 a 17/10/2018	013.623.017-28	Avenida Almirante Barros, 52, 4º andar, Centro, Rio de Janeiro, RJ, Brasil, CEP 20031-000, Telefone (21) 35159400, Fax (21) 35159000, e-mail: mlferreira@kpmg.com.br

2.3 - Outras informações relevantes

2.3. Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

Em linha com as melhores práticas de governança corporativa e em defesa dos interesses dos acionistas, a contratação dos serviços de auditoria independente é realizada com base na cotação de mercado dentre as principais empresas que atuam no Brasil, e submetidos à recomendação da Diretoria.

Evitamos contratar outros serviços além daqueles de auditoria contábil da mesma empresa de auditoria externa e, na eventualidade de fazê-lo, prezamos pela manutenção dos princípios de independência, evitando a existência de qualquer tipo de conflito de interesses.

Não há transferências relevantes de serviços ou recursos entre os auditores e partes relacionadas com a Companhia, conforme definidas na Deliberação CVM nº 642/10, que aprovou o Pronunciamento Técnico CPC 05 (R1).

O Conselho de Administração da Companhia, em reunião realizada em 27 de abril de 2017, aprovou por unanimidade a contratação da empresa de auditoria independente KPMG Auditores Independentes para auditar as demonstrações financeiras da Companhia para o exercício de 2017, em substituição à Ernst&Young Brasil.

3.1 - Informações Financeiras - Consolidado

(Reais)	Exercício social (31/12/2017)	Exercício social (31/12/2016)	Exercício social (31/12/2015)
Patrimônio Líquido	463.950.000,00	463.773.000,00	462.706.000,00
Ativo Total	714.867.000,00	742.508.000,00	776.169.000,00
Rec. Liq./Rec. Intermed. Fin./Prem. Seg. Ganhos	340.077.000,00	360.873.000,00	397.293.000,00
Resultado Bruto	155.073.000,00	169.580.000,00	206.778.000,00
Resultado Líquido	-1.919.000,00	-1.936.000,00	22.015.000,00
Número de Ações, Ex-Tesouraria (Unidades)	77.298.415	77.298.415	77.298.415
Valor Patrimonial da Ação (Reais Unidade)	6,002064	6,000000	5,990000
Resultado Básico por Ação	-0,024826	0,025000	0,280000
Resultado Diluído por Ação	-0,03	0,03	0,28

3.2 - Medições não contábeis

3.2. - MEDIÇÕES NÃO CONTÁBEIS

a) informar o valor das medições não contábeis

Ebitda “CVM” e Ebitda Ajustado

O Ebitda “CVM”, sigla em inglês para *earnings before interests, taxes, depreciation and amortization* (em português, lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização), não é uma medida de desempenho financeiro segundo as práticas contábeis adotadas no Brasil ou IFRS e, também, não deve ser considerado isoladamente como medida de desempenho operacional ou alternativa para avaliação de fluxos operacionais de caixa como medida de liquidez. Não há um padrão para o cálculo do Ebitda, de modo que outras empresas podem calcular tal indicador de forma diferente da utilizada na Technos S.A..

Consideramos o Ebitda “CVM” o Lucro Líquido acrescido da depreciação e amortização, resultado financeiro líquido, impostos correntes e diferidos. O Ebitda Ajustado considera ainda a realização do ativo fiscal diferido gerado pelo ágio de aquisição de controle acionário da nossa controlada TASA, ajuste a valor presente sobre vendas e impostos sobre vendas, provisões para contingências não operacionais, resultados não recorrentes, recuperação *escrow* de passivos gerados antes da aquisição da Dumont Saab e pelo plano de opções de ações.

(R$ mil)	2015	2016	2017
Ebitda “CVM”	46.396	22.960	9.993
Ebitda Ajustado	84.057	46.332	31.867

b) fazer as conciliações entre os valores divulgados e os valores das demonstrações financeiras auditadas

DRE (R$ mil)	2015	2016	2017
Lucro Líquido	**22.015**	**-1.936**	**-1.919**
Depreciação e Amortização	-14.029	-13.424	-12.145
Receitas Financeiras sem AVP	39.829	60.362	31.450
Receitas Financeiras do AVP	17.595	18.028	12.260
Despesas Financeiras	-58.736	-86.071	-45.898
Impostos Correntes	*-7.222*	*179*	-
Impostos Diferidos	-1.818	-3.969	2.420
EBITDA (CVM)	**46.396**	**22.960**	**9.993**
Provisão para Contingências Não Recorrentes	-63	-1.883	-2.125
Outros Não-Recorrentes	-19.758	-1.617	-6.900
Recuperação Escrow	5.375	-	-
Realização de Valor Justo do Estoque da Dumont	-771	-78	-132
Outras Despesas Não Caixa	-4.100	-2.998	-2.037
Impacto do AVP sobre Resultado Operacional	-18.342	-16.796	-10.679
EBITDA Ajustado	**84.057**	**46.332**	**31.867**

3.2 - Medições não contábeis

c) explicar o motivo pelo qual entende que tal medição é mais apropriada para a correta compreensão da sua condição financeira e do resultado de suas operações

Consideramos que a análise do Ebitda “CVM” e do Ebitda Ajustado permitem a melhor comparabilidade do desempenho operacional entre os períodos indicados e são indicadores mais adequados para avaliar o desempenho e a geração de caixa operacional, uma vez que apresenta os resultados isentos de impactos outros, como operações financeiras, pagamento de impostos e ajustes contábeis, como a depreciação e a amortização. Entendemos que nosso lucro líquido deve ser ajustado em função das rubricas demonstradas no item 3.2.(b) acima, que representam eventos não-caixa particulares, não operacionais e não recorrentes, além de impactos meramente contábeis relacionados à aquisição da Dumont.

Não revertemos provisões relacionadas a estoques, pois consideramos que a parcela recorrente desse tipo de provisão deve ser considerada de natureza operacional, além de ser difícil diferenciar as parcelas recorrente e não-recorrente dessas provisões.

Construímos nosso Ebitda “CVM” partindo do Lucro Líquido, seguindo práticas comuns de mercado e de acordo com a Instrução nº 572/12 editada no dia 04/10/2012 pela CVM.

3.3 - Eventos subsequentes às últimas demonstrações financeiras

3.3 - Eventos subsequentes às últimas demonstrações financeiras

Não aplicável, uma vez que não houve eventos subsequentes às demonstrações financeiras da Companhia relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017 que as alterassem substancialmente.

3.4 - Política de destinação dos resultados

3.4. Política de destinação de resultados

	2015	2016	2017
a) Regras sobre retenção de lucros	Nosso Estatuto Social vigente no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015 determinava que até 5% do lucro líquido ajustado (após a dedução dos prejuízos acumulados, da provisão para pagamento do imposto de renda e, se for o caso, da provisão para participação dos administradores no resultado do exercício) seria destinado para constituição da reserva legal, até que esta atinja 20% do capital social. Além disso, o orçamento de capital para o exercício a ser encerrado em 31 de dezembro de 2015, aprovado na Assembleia Geral realizada em 29 de abril de 2016, prevê a retenção de lucros do exercício de 2015, nos termos do artigo 196 da Lei das Sociedades por Ações.	Nosso Estatuto Social vigente no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016 determinava que até 5% do lucro líquido ajustado (após a dedução dos prejuízos acumulados, da provisão para pagamento do imposto de renda e, se for o caso, da provisão para participação dos administradores no resultado do exercício) seria destinado para constituição da reserva legal, até que esta atinja 20% do capital social. Além disso, o orçamento de capital para o exercício a ser encerrado em 31 de dezembro de 2016, aprovado na Assembleia Geral realizada em 27 de abril de 2017, prevê a retenção de lucros do exercício de 2016, nos termos do artigo 196 da Lei das Sociedades por Ações.	Nosso Estatuto Social vigente no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017 determinava que até 5% do lucro líquido ajustado (após a dedução dos prejuízos acumulados, da provisão para pagamento do imposto de renda e, se for o caso, da provisão para participação dos administradores no resultado do exercício) seria destinado para constituição da reserva legal, até que esta atinja 20% do capital social. Além disso, o orçamento de capital para o exercício a ser encerrado em 31 de dezembro de 2016, aprovado na Assembleia Geral realizada em 27 de abril de 2018, prevê a retenção de lucros do exercício de 2017, nos termos do artigo 196 da Lei das Sociedades por Ações.
a.1) Valores das retenções de lucros	Na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 29 de abril de 2016, a proposta da Administração de destinação de lucro foi aprovado por unanimidade votos, considerando as seguintes retenções: (i) R$ 1,1 milhões para a conta de reserva legal, nos termos do artigo 193 da Lei das Sociedades por Ações; (ii) R$ 5,9 milhões para	Na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 27 de abril de 2017, tendo em vista que foi apurado prejuízo no exercício social findo em 31 de dezembro de 2016 no valor de R$ 1.936.325,13, foi aprovada por unanimidade de votos dos acionistas presentes, e sem quaisquer ressalvas, a Proposta da Administração de	Na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 27 de abril de 2018, tendo em vista que foi apurado prejuízo no exercício social findo em 31 de dezembro de 2017 no valor de R$ 1.919 mil, foi aprovada, por unanimidade dos votos válidos e sem quaisquer ressalvas, a Proposta da Administração de absorver integralmente o prejuízo pelas

3.4 - Política de destinação dos resultados

	a reserva de incentivos fiscais; e (iii) R$ 11,3 para retenção na companhia conforme orçamento de capital para o exercício social que se encerrará em 31 de dezembro de 2016.	absorver integralmente o prejuízo pelas reservas de lucros existentes, nos termos do § único do art. 189 da Lei 6.404/76.	reservas de lucros existentes, nos termos do § único do art. 189 da Lei 6.404/76.
a.2) Percentuais em relação aos lucros totais declarados	As retenções de lucros referentes ao exercício de 2015 representaram os seguintes percentuais em relação aos lucros totais declarados: (i) Reserva legal: 5% (ii) Reserva de incentivos fiscais: 26,6% (iii) Retenção na Companhia, conforme orçamento de capital, para o exercício de 2016: 51,2%	Não se aplica, uma vez que a Companhia registrou prejuízo no exercício de 2016, que foi integralmente absorvido pelas reservas de lucros existentes.	Não se aplica, uma vez que a Companhia registrou prejuízo no exercício de 2017, que foi integralmente absorvido pelas reservas de lucros existentes.
b) Regras sobre distribuição de dividendos	Nosso Estatuto Social vigente no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015 determinava a distribuição de dividendo obrigatório, em cada exercício social, de 25%, no mínimo, do lucro líquido ajustado, sendo certo que o dividendo obrigatório poderá ser limitado ao montante do lucro líquido do exercício que tiver sido realizado, desde que a diferença seja registrada como reserva de lucros a realizar. Nos termos do artigo 202, parágrafo 4º, da Lei das Sociedades por Ações, o dividendo mínimo não será obrigatório no exercício social em que os órgãos da administração informarem à Assembleia Geral ser incompatível com a	Nosso Estatuto Social vigente no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016 determinava a distribuição de dividendo obrigatório, em cada exercício social, de 25%, no mínimo, do lucro líquido ajustado, sendo certo que o dividendo obrigatório poderá ser limitado ao montante do lucro líquido do exercício que tiver sido realizado, desde que a diferença seja registrada como reserva de lucros a realizar. Nos termos do artigo 202, parágrafo 4º, da Lei das Sociedades por Ações, o dividendo mínimo não será obrigatório no exercício social em que os órgãos da administração informarem à Assembleia Geral ser incompatível com a	Nosso Estatuto Social vigente no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016 determinava a distribuição de dividendo obrigatório, em cada exercício social, de 25%, no mínimo, do lucro líquido ajustado, sendo certo que o dividendo obrigatório poderá ser limitado ao montante do lucro líquido do exercício que tiver sido realizado, desde que a diferença seja registrada como reserva de lucros a realizar. Nos termos do artigo 202, parágrafo 4º, da Lei das Sociedades por Ações, o dividendo mínimo não será obrigatório no exercício social em que os órgãos da administração informarem à Assembleia Geral ser incompatível com a

3.4 - Política de destinação dos resultados

	situação financeira da companhia. Na Assembleia Geral Ordinária realizada em 29 de abril de 2016, nossos acionistas deliberaram distribuir o montante de R$ 3,8 milhões para o pagamento de juros sobre o capital próprio, imputados ao dividendo mínimo obrigatório do exercício de 2015 e correspondente a 25% do lucro líquido ajustado, pagos em 29 de dezembro de 2015.	situação financeira da companhia. Na Assembleia Geral Ordinária realizada em 27 de abril de 2017 não houve montante deliberado de dividendos em função do prejuízo apurado no exercício de 2016.	situação financeira da companhia. Na Assembleia Geral Ordinária realizada em 27 de abril de 2018 não houve montante deliberado de dividendos em função do prejuízo apurado no exercício de 2017.
c) Periodicidade das distribuições de dividendos	A distribuição de dividendos é anual. No entanto, o Estatuto Social prevê, ainda que a Companhia poderá levantar, além do balanço anual do exercício, balanços semestrais e ainda, em qualquer época, balanços extraordinários e o Conselho de Administração poderá, *ad referendum* da Assembleia Geral Ordinária, declarar dividendos intermediários à conta de lucros acumulados ou de reserva de lucros existentes no último balanço anual ou semestral. Os dividendos referentes aos resultados do exercício de 2015 foram pagos aos acionistas em 29 de dezembro de 2016.	A distribuição de dividendos é anual. No entanto, o Estatuto Social prevê, ainda que a Companhia poderá levantar, além do balanço anual do exercício, balanços semestrais e ainda, em qualquer época, balanços extraordinários, e o Conselho de Administração poderá, *ad referendum* da Assembleia Geral Ordinária, declarar dividendos intermediários à conta de lucros acumulados ou de reserva de lucros existentes no último balanço anual ou semestral. Não houve distribuição de dividendos relativos ao exercício de 2016 em função do prejuízo apurado no período.	A distribuição de dividendos é anual. No entanto, o Estatuto Social prevê ainda que a Companhia poderá levantar, além do balanço anual do exercício, balanços semestrais e ainda, em qualquer época, balanços extraordinários e o Conselho de Administração poderá, *ad referendum* da Assembleia Geral Ordinária, declarar dividendos intermediários à conta de lucros acumulados ou de reserva de lucros existentes no último balanço anual ou semestral. Não houve distribuição de dividendos relativos ao exercício de 2017 em função do prejuízo apurado no período.

3.4 - Política de destinação dos resultados

d) Eventuais restrições à distribuição de dividendos impostas por legislação ou regulamentação especial aplicável ao emissor, assim como contratos, decisões judiciais, administrativas ou arbitrais	O Estatuto Social da Companhia, em conformidade com o disposto na Lei nº 6.404/76, prevê que 5% do lucro líquido ajustado seja, anualmente, destinado à formação de reserva legal, até o limite de 20% do capital social. Após a constituição da reserva legal, o lucro que remanescer, ajustado pela constituição de reservas de contingências e/ou sua respectiva reversão, será prioritariamente destinado ao pagamento de dividendo obrigatório aos acionistas	O Estatuto Social da Companhia, em conformidade com o disposto na Lei nº 6.404/76, prevê que 5% do lucro líquido ajustado seja, anualmente, destinado à formação de reserva legal, até o limite de 20% do capital social. Após a constituição da reserva legal, o lucro que remanescer, ajustado pela constituição de reservas de contingências e/ou sua respectiva reversão, será prioritariamente destinado ao pagamento de dividendo obrigatório aos acionistas	O Estatuto Social da Companhia, em conformidade com o disposto na Lei nº 6.404/76, prevê que 5% do lucro líquido ajustado seja, anualmente, destinado à formação de reserva legal, até o limite de 20% do capital social. Após a constituição da reserva legal, o lucro que remanescer, ajustado pela constituição de reservas de contingências e/ou sua respectiva reversão, será prioritariamente destinado ao pagamento de dividendo obrigatório aos acionistas
e) Se o emissor possui uma política de destinação de resultados formalmente aprovada, informando órgão responsável pela aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado	Não se aplica, uma vez que a Companhia não tem uma política específica de destinação de resultados formalmente aprovada. Todas as regras referentes ao assunto estão no Estatuto Social, conforme detalhado nesta tabela deste item 3.4. do Formulário de Referência.	Não se aplica, uma vez que a Companhia não tem uma política específica de destinação de resultados formalmente aprovada. Todas as regras referentes ao assunto estão no Estatuto Social, conforme detalhado nesta tabela deste item 3.4. do Formulário de Referência.	Não se aplica, uma vez que a Companhia não tem uma política específica de destinação de resultados formalmente aprovada. Todas as regras referentes ao assunto estão no Estatuto Social, conforme detalhado nesta tabela deste item 3.4. do Formulário de Referência.

3.5 - Distribuição de dividendos e retenção de lucro líquido

(Reais)	Exercício social 31/12/2017	Exercício social 31/12/2016	Exercício social 31/12/2015
Lucro líquido ajustado	-1.919.000,00	-1.936.000,00	15.037.000,00
Dividendo distribuído em relação ao lucro líquido ajustado (%)	0,000000	0,000000	25,001303
Taxa de retorno em relação ao patrimônio líquido do emissor (%)	-0,413622	-0,417446	4,758529
Dividendo distribuído total	0,00	0,00	3.759.446,00
Lucro líquido retido	-1.919.000,00	-1.936.000,00	11.278.000,00
Data da aprovação da retenção		27/04/2017	29/04/2016

Lucro líquido retido	Montante	Pagamento dividendo	Montante	Pagamento dividendo	Montante	Pagamento dividendo
Ordinária	0,00	27/04/2018	0,00			
Dividendo Obrigatório						
Ordinária					3.759.446,00	30/12/2016

3.6 - Declaração de dividendos à conta de lucros retidos ou reservas

3.6 – Declaração de dividendos a conta de lucros retidos ou reservas

Nos exercícios sociais encerrado em 31 de dezembro de 2017 e 2016, não foram declarados dividendos à conta de lucros retidos ou reservas constituídas em exercícios sociais anteriores.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015, distribuímos o total de R$ 23.200 mil a título de dividendos com base em exercícios de anos anteriores, correspondente a R$ 0,30 por ação.

3.7 - Nível de endividamento

Exercício Social	Soma do Passivo Circulante e Não Circulante	Tipo de índice	Índice de endividamento	Descrição e motivo da utilização de outro índice
31/12/2017	250.917.000,00	Índice de Endividamento	0,54080000	

3.8 - Obrigações

Exercício social (31/12/2017)							
Tipo de Obrigação	Tipo de Garantia	Outras garantias ou privilégios	Inferior a um ano	Um a três anos	Três a cinco anos	Superior a cinco anos	Total
Empréstimo	Garantia Flutuante		47.237.000,00	44.807.000,00	0,00	0,00	92.044.000,00
Total			47.237.000,00	44.807.000,00	0,00	0,00	92.044.000,00
Observação							

3.9 - Outras informações relevantes

3.9. Outras informações relevantes

Não há outras informações relevantes com relação à situação financeira da Companhia, além das apresentadas nos itens anteriores deste Formulário e em nossas demonstrações financeiras.

4.1 - Descrição dos fatores de risco

4. Fatores de risco

4.1. Descrever fatores de risco que possam influenciar a decisão de investimento, em especial, aqueles relacionados:

O investimento nos valores mobiliários de nossa emissão envolve a exposição a determinados riscos. Antes de tomar qualquer decisão de investimento em qualquer valor mobiliário de nossa emissão, os potenciais investidores devem analisar cuidadosamente todas as informações contidas neste Formulário de Referência, os riscos mencionados abaixo e as nossas demonstrações financeiras e respectivas notas explicativas. Os nossos negócios, situação financeira, resultados operacionais, fluxo de caixa, liquidez e/ou negócios futuros poderão ser afetados de maneira adversa por qualquer dos fatores de risco descritos a seguir. O preço de mercado dos valores mobiliários de nossa emissão poderá diminuir em razão de qualquer desses e/ou de outros fatores de risco, hipóteses em que os potenciais investidores poderão perder parte substancial de seu investimento nos valores mobiliários de nossa emissão. Os riscos descritos abaixo são aqueles que nós conhecemos e que acreditamos que, na data deste Formulário de Referência, podem nos afetar adversamente. Além disso, riscos adicionais não conhecidos por nós atualmente ou que consideramos irrelevantes também poderão nos afetar adversamente.

Para os fins desta seção “4”. “Fatores de Risco” e da seção “5”. Riscos de Mercado”, exceto se expressamente indicado de maneira diversa ou se o contexto assim o exigir, a menção ao fato de que um risco, incerteza ou problema poderá causar ou ter ou causará ou terá “efeito adverso” ou “efeito negativo” para nós, ou expressões similares, significa que tal risco, incerteza ou problema poderá ou poderia causar efeito adverso relevante nos nossos negócios, situação financeira, resultados operacionais, fluxo de caixa, liquidez e/ou negócios futuros e de nossas subsidiárias, bem como no preço dos valores mobiliários de nossa emissão. Expressões similares incluídas nesta seção “4. Fatores de Risco” e na seção “5. Riscos de Mercado” devem ser compreendidas nesse contexto.

Ademais, não obstante a subdivisão desta seção “4. Fatores de Risco” e da seção “5. Riscos de Mercado”, determinados fatores de risco que estejam em um item podem também se aplicar a outros itens desta seção “4. Fatores de Risco” e da seção “5. Riscos de Mercado”.

a) ao emissor.

Poderemos ser incapazes de sustentar continuamente o reconhecimento de nossas marcas e nossa reputação de produtos de alta qualidade, o que poderá causar impacto negativo relevante em nossos negócios.

As nossas marcas e suas imagens são essenciais para os nossos negócios e para nossa estratégia de crescimento. Manter, promover e posicionar essas marcas depende significativamente do sucesso de nossos esforços de *marketing* e de nossa habilidade de manter nossa reputação de produtores de relógios de alta qualidade. Qualquer incapacidade de continuar a promover esforços bem-sucedidos de *marketing* ou qualquer impacto negativo em nossa reputação poderá reduzir o volume de nossas vendas e representar impacto negativo relevante para o resultado de nossas operações. Poderemos tentar adquirir e/ou desenvolver marcas que visam nichos de mercado diferentes daqueles em que operamos atualmente, ou desenvolver novas linhas de produtos, o que, se malsucedido, poderá afetar o valor de nossas marcas e, consequentemente, nossos resultados operacionais.

Adicionalmente, conduzimos testes de qualidade com padrões rigorosos em nossos relógios para assegurar que eles funcionem corretamente e sem problemas. Alguns de nossos produtos poderão apresentar falhas e defeitos não detectados, o que poderá provocar reclamações ou processos contra nós e ferir nossa reputação, independentemente de nossa culpa nessas falhas ou defeitos. Nossos negócios poderão sofrer impacto negativo relevante como resultado de um problema significativo na qualidade ou no desempenho dos produtos vendidos por nós, especialmente porque é possível que sejamos obrigados a pagar pelos danos resultantes. Se formos incapazes de manter o alto padrão de qualidade e precisão dos produtos que nossos consumidores esperam, nossa reputação na indústria,

4.1 - Descrição dos fatores de risco

nossos relacionamentos com consumidores e clientes e a imagem de nossas marcas poderão ser impactadas negativamente, o que poderá significar um impacto negativo relevante para nossos resultados operacionais.

Grande parte de nossas receitas é proveniente de uma única marca, "Technos", e uma redução das vendas da marca "Technos" poderá ter impacto negativo significativo em nossos negócios.

Em 31 de dezembro de 2017, vendíamos vinte marcas de relógios e a marca "Technos" representava quase metade da receita consolidada decorrente da venda de bens e serviços. Não podemos garantir que os produtos vendidos sob a marca "Technos" manterão seu nível atual de penetração e apelo, ou que os produtos que vendemos sob outras marcas nos permitirão manter nossos níveis atuais de vendas e lucratividade. Se as vendas dos produtos da marca "Technos" diminuírem, poderá causar um efeito adverso significativo em nossos negócios, situação financeira e resultados operacionais.

Nossa incapacidade de renovar ou a rescisão de qualquer de nossos contratos de licenciamento ou de nossos contratos de distribuição poderá resultar em perdas significativas de receita, gerando impacto adverso relevante em nossos negócios.

Uma parte relevante de nossas vendas decorre, e estimamos que continue a decorrer, da venda de produtos sob marcas detidas por terceiros, as quais possuímos o direito de uso por meio da celebração de contratos de licenciamento ou em virtude de contratos de distribuição exclusiva. De acordo com esses contratos, temos o direito de produzir e distribuir determinados produtos sob as marcas de outras empresas. Em 31 de dezembro de 2017, vendíamos produtos sob as marcas de terceiros, "Mormaii", "Timex", "Fossil", "Michael Kors", "Marc Jacobs", "Armani Exchange", "Emporio Armani", "Diesel", "DKNY", "Tory Burch", "Burberry", "Skagen" e "Adidas". Em 17/04/2014, a empresa firmou o exercício de Opção de Compra das marcas Euro e Allora com a empresa Euro Company Licenciadora de Marcas Ltda., por meio de Termo de Cessão e Transferência de Marcas. Desta forma as marcas Euro e Allora passam a integrar o portfólio de marcas próprias do Grupo Technos. Com isso, na data desse Formulário de Referência, a receita proveniente de marcas de terceiros representava 22,3% de nossa receita consolidada.

Nossos contratos de licenciamento terminarão: (i) em 2026, para a marca "Mormaii"; (ii) em 2019 para a marca "Timex", (iii) em 2025 para as marcas do Grupo Fossil, sendo renovável automaticamente por período adicional de dois anos, de acordo com o atingimento de alguns indicadores operacionais. No início de 2015, encerramos nosso acordo de distribuição com a marca "Seiko".

Adicionalmente, as contrapartes poderão rescindir os contratos de licenciamento se deixarmos de cumprir certas obrigações ou mediante a ocorrência de determinados eventos, incluindo a hipótese de não realizarmos os pagamentos contratuais referentes às licenças, a não observância dos limites territoriais da licença e o sub-licenciamento não autorizado de marcas licenciadas para terceiros. Poderemos ser incapazes de continuar cumprindo nossas obrigações estabelecidas nos termos desses contratos, ou de renová-los nos mesmos termos e condições ou em termos e condições semelhantes. Nossa incapacidade de manter ou renovar um ou mais dos contratos que nos possibilitam comercializar produtos identificados por marcas detidas por terceiros poderá reduzir nossas vendas e representar impacto adverso relevante em nossos resultados operacionais e condição financeira.

A incapacidade de mantermos níveis adequados de estoque e declínios no valor de nosso estoque poderão causar um impacto adverso relevante em nossos negócios.

Mantemos um estoque de produtos selecionados que esperamos que tenha alta demanda. Se nossas metas de vendas se mostrarem incorretas, poderemos ser incapazes de vender parte de nosso estoque de relógios ou de utilizar de forma eficiente os componentes que encomendamos antecipadamente de nossos fornecedores. Níveis de estoque que excedam a demanda dos clientes poderão resultar na redução do valor do estoque ou na venda do excesso a preços mais baixos. Esses

4.1 - Descrição dos fatores de risco

eventos poderão impactar negativamente os nossos resultados operacionais e prejudicar a imagem de nossas marcas. Por outro lado, se subestimarmos a demanda dos consumidores por nossos produtos ou se nossos fornecedores deixarem de fornecer produtos de qualidade de forma célere, poderemos sofrer escassez de estoque, o que poderá resultar em pedidos não atendidos, impactar negativamente nosso relacionamento com clientes, diminuir a lealdade às nossas marcas e causar perdas de receitas, sendo que qualquer desses fatores poderá causar impacto negativo relevante em nossos negócios.

O desempenho aquém do esperado de novos produtos ou o declínio no valor de nosso estoque poderá impactar negativamente de forma relevante os nossos negócios, resultados de operações ou condição financeira, e poderemos ser incapazes de gerenciar nossos estoques existentes e futuros de forma bem-sucedida.

Nosso sucesso depende de nossa capacidade para expandir nosso portfólio e desenvolver novos produtos de acordo com a preferência dos consumidores.

Nosso crescimento depende de nossa capacidade de implementar de forma bem-sucedida nossa estratégia, o que inclui antecipar a preferência dos consumidores e diversificar nossas linhas de produtos. A decisão de comprar qualquer acessório de moda, incluindo relógios, é altamente subjetiva e pode ser influenciada por uma variedade de fatores, tais como a imagem da marca, programas de *marketing* e o *design* do produto. O sucesso de nossos negócios depende de nossa capacidade de antecipar e responder rapidamente às preferências de nossos consumidores, ao mesmo tempo em que preservamos a qualidade e autenticidade de nossas marcas. Nossos concorrentes poderão ser capazes de prever a preferência dos consumidores antes de nós e, como resultado, capturar participação maior do que a nossa no mercado de novos produtos. A indústria mundial e doméstica de relógios tem se caracterizado pela inovação no *design* e no uso de diferentes materiais. Nosso sucesso depende da nossa capacidade de continuar expandindo nosso portfólio e desenvolver novos produtos nos segmentos em que operamos, em linha com essas inovações. Nossa incapacidade de introduzir novos produtos, ou a habilidade de nossos concorrentes de desenvolver produtos melhores do que os nossos, poderá levar nossos clientes e consumidores a comprar volumes maiores de produtos de nossos concorrentes.

Adicionalmente, tomamos decisões a respeito da expansão de portfólio e do desenvolvimento de novos produtos meses antes de sermos capazes de medir a aceitação do mercado e dos consumidores a esses produtos. Qualquer falha em identificar corretamente a demanda dos consumidores poderá nos levar a desenvolver produtos que não sejam comercialmente viáveis ou que não apresentem os mesmos níveis de vendas e margens das atuais marcas e produtos de nosso portfólio. Além disso, a aceitação de novos produtos pelo mercado requer gastos substanciais e esforços de *marketing*. Se formos incapazes de acompanhar as tendências da moda ou de identificar a preferência de nossos consumidores, nossos negócios, resultados operacionais e condição financeira poderão sofrer impacto adverso relevante.

Nossa incapacidade de operar de forma bem-sucedida e de expandir nossa unidade de montagem e distribuição poderá causar impacto adverso relevante em nossos negócios.

Para que as operações de nossa unidade de montagem e distribuição em Manaus sejam bem-sucedidas, dependemos de vários fatores, incluindo: (i) nossa capacidade de entregar pedidos para nossos clientes de forma pontual; (ii) a disponibilidade de recursos humanos em nossa unidade de montagem e distribuição para gerenciar toda a cadeia de fornecimento; (iii) a capacidade de nossos fornecedores de suprir pontualmente nossa demanda de componentes de relógios; (iv) o sistema de transportes e infraestrutura da cidade de Manaus, especialmente no aeroporto; e (v) nossos equipamentos e o tamanho de nossa unidade de montagem e distribuição. A maior parte desses recursos, por sua vez, é limitada pela disponibilidade de capital e pelo tempo necessário para aumentar a capacidade de produção, particularmente para contratar e treinar empregados. Não podemos garantir que teremos capital e recursos suficientes para expandir nossa capacidade de produção e para manter prazos de entrega que nossos clientes considerem apropriados. Adicionalmente, não

4.1 - Descrição dos fatores de risco

podemos assegurar que nossos fornecedores na China e no Japão serão capazes de suprir nossa demanda crescente por componentes, se expandirmos a produção de nossos relógios. Ainda, um acréscimo em nossos prazos de entrega poderá resultar em perda de clientes, o que poderá causar impacto adverso relevante em nossos negócios e resultados operacionais.

Qualquer uso não autorizado de nossas marcas e outros direitos de propriedade intelectual poderá ocasionar efeito adverso relevante em nossos negócios, resultados operacionais e condição financeira.

Dependemos dos direitos de propriedade intelectual registrados no Brasil e em diversos países, de leis concorrenciais e de restrições contratuais para proteger nossas marcas e outros direitos de propriedade intelectual que são importantes para os nossos negócios. Nossos produtos são vendidos principalmente sob as marcas "Technos", "Mariner", "Euro", "Mormaii","Timex", "Allora", "Touch", "Condor", "Dumont", "Fossil", "Michael Kors", "Marc Jacobs", "Armani Exchange", "Emporio Armani", "Diesel", "DKNY", "Tory Burch", "Burberry", "Skagen" e "Adidas". Qualquer uso não autorizado de nossas marcas próprias, licenciadas ou com direito de distribuição e outros direitos de propriedade intelectual por terceiros, incluindo a comercialização de produtos falsificados e contrabandeados por terceiros, poderá afetar adversamente nossos negócios, reputação e posição de mercado. Não podemos garantir que as medidas que tomamos para proteger nossas marcas próprias, licenciadas ou com direito de distribuição e outros direitos de propriedade intelectual serão suficientes e, se não formos capazes de proteger nossos direitos de propriedade intelectual, nossos negócios, resultados operacionais e condições financeiras poderão sofrer impacto adverso relevante.

A perda de determinados membros de nossa administração poderá resultar em efeito adverso relevante em nossos negócios.

Nosso desempenho e sucesso dependem, em parte, de membros-chave de nossa administração, e a perda ou saída de qualquer um desses Administradores poderá nos ser prejudicial, dado o conhecimento de nossos negócios e experiência relevante significativa por parte desses Administradores. Se perdermos determinados membros de nossa administração, teremos que atrair novos profissionais altamente qualificados para substituí-los. Se não formos capazes de atrair ou reter profissionais qualificados para administrar e expandir nossas operações, poderemos não ter a capacidade de implementar com sucesso nossa estratégia de crescimento, o que poderá ocasionar efeito adverso relevante em nossos negócios, resultados operacionais e condição financeira.

Contamos com o modelo de franquias em nossos canais de distribuição e vendas e poderemos não manter o sucesso essa estratégia.

Lançamos, em setembro de 2010, o projeto de franquias sob a marca "Euro". Adicionalmente, em julho de 2012, anunciamos a aquisição da Touch, empresa que desenvolve e comercializa relógios e óculos de sol sob marca própria com distribuição exclusiva para uma rede de franquias bem desenvolvida.

No encerramento do exercício de 2017, contávamos com 72 pontos de venda exclusivos, sendo 53 Touch e 19 Euro. A unificação das equipes de gestão de franquias Euro e Touch e o foco que a Companhia vem dando a este canal tem apresentando melhoras na rentabilidade.

Cabe destacar também as iniciativas de varejo por meio de sites e *outlets*. Possuímos, ao final de 2017, dez sites de comércio eletrônico. Nove deles são dedicados às marcas Technos, Mormaii, Fossil, Euro, Timex, Touch, Allora, Condor e Dumont, e o outro voltado para a venda online de nossas demais marcas, o Timecenter. Encerramos o ano de 2017 com dez *outlets*. Os outlets são parte da estratégia de gestão de estoques, servindo como um canal para venda de produtos de baixo giro fora dos canais tradicionais da companhia, e têm apresentado bom resultado de vendas. Pretendemos continuar a desenvolver este canal com novas aberturas em 2018.

Nosso modelo de franquias poderá causar impacto negativo nas vendas de nossa atual rede de clientes, o que poderá reduzir significativamente nosso volume de vendas e a visibilidade de nossas marcas em vários outros canais de distribuição. Adicionalmente, o sucesso de nosso modelo de franquias depende de nossa capacidade de atrair franqueados altamente qualificados e da capacidade

4.1 - Descrição dos fatores de risco

de nossos franqueados para promover e capitalizar nossas marcas. Portanto, nosso modelo de franquias poderá não se mostrar lucrativo ou poderá não atingir as metas de lucratividade que esperamos, o que poderá causar efeito adverso relevante em nossos negócios, resultados operacionais e condição financeira.

Consideramos a possibilidade de, no futuro, expandir o escopo de nossas ofertas de produtos e os novos produtos introduzidos por nós poderão não obter aceitação dos consumidores em nível comparável ao de nossas linhas de produtos existentes.

Estamos expandindo o escopo de nossas ofertas de produtos, além de relógios, para negócios complementares, incluindo óculos de sol e semijóias. Como é característico em relação a novos produtos, a aceitação de mercado está sujeita a incertezas. Se avaliarmos inadequadamente o mercado para nossos novos produtos, poderemos ficar com quantidades significativas de estoques não vendidos ou enfrentar outras condições que poderão ocasionar efeito adverso relevante em nossa condição financeira e nos nossos resultados operacionais. O fracasso de novas linhas de produtos em ganhar aceitação de mercado poderá também afetar adversamente nossos negócios e a imagem de nossas marcas. Atingir aceitação de mercado para novos produtos poderá exigir esforços de *marketing* e gastos consideráveis para a geração de demanda pelos consumidores. Essas exigências poderão distrair nossa administração e absorver recursos financeiros e operacionais, o que poderá gerar efeito adverso relevante em nossos negócios, resultados operacionais e condição financeira.

Alguns de nossos produtos poderão infringir direitos de propriedade intelectual de terceiros, o que poderá nos levar a incorrer em custos inesperados ou à impossibilidade de vender nossos produtos.

Terceiros poderão alegar que nossos produtos infringem seus direitos de propriedade intelectual. Poderemos estar sujeitos a processos e alegações no curso normal de nossas atividades, incluindo alegações de supostas violações dos direitos de propriedade intelectual de terceiros por nós ou por nossos clientes em conexão com o uso de nossos produtos. Quaisquer dessas alegações, com fundamento ou não, poderão resultar em litígios custosos e desviar os esforços de nossa equipe. Além disso, caso sejamos considerados responsáveis pela violação, poderemos ser obrigados a celebrar contratos de licenciamento (se disponíveis em termos aceitáveis ou de qualquer forma) ou a pagar indenizações e deixar de produzir ou vender certos produtos. Ainda, poderemos ser obrigados a redesenhar ou usar componentes diferentes em alguns de nossos produtos para evitar futuras responsabilizações por violações de direitos de propriedade intelectual. Qualquer dessas hipóteses poderá nos levar a incorrer em custos significativos e à impossibilidade de produzir ou vender nossos produtos.

Mudanças em nosso mix de produtos ou canais de distribuição poderão impactar nossas margens de lucro.

Nossas marcas individuais são vendidas em diversas faixas de preços e rendem uma variedade de margens de lucro. Nosso lucro por unidade varia para cada um de nossos produtos e, assim, qualquer alteração em nosso *mix* de produtos poderá afetar nossas margens. De forma semelhante, na data deste Formulário de Referência, nosso lucro por unidade para cada um de nossos canais de distribuição flutua com vendas de estoque excedente com desconto e/ou o estoque de componentes fora de linha rendendo a menor margem. A mudança desfavorável de nosso *mix* de vendas em direção a produtos ou canais de distribuição com menor lucro por unidade poderá gerar efeito adverso relevante em nossos resultados operacionais.

Nossos seguros poderão não cobrir determinados riscos.

Mantemos contratados seguros dentro dos parâmetros usuais de mercado que são a prática em nossa indústria, incluindo cobertura contra danos ao estoque e propriedade e lucros cessantes. Contudo, nossas apólices não cobrem determinados riscos, tais como guerra, caso fortuito, força maior, ou interrupções de determinadas atividades. Se qualquer desses eventos não segurados ocorrer,

4.1 - Descrição dos fatores de risco

poderemos incorrer em custos adicionais que afetarão nossos resultados operacionais. Adicionalmente, mesmo se o tipo de evento de perda estiver coberto por nossas apólices, não poderemos garantir que o pagamento do seguro será suficiente para cobrir o dano decorrente de tal evento.

Potenciais futuras aquisições poderão ser difíceis de integrar e poderão obstar nossos negócios e afetar adversamente o resultado de nossas operações.

Como parte de nossa estratégia de crescimento, poderemos adquirir outros negócios no futuro. Essas aquisições poderão ocorrer na indústria de relógios ou em outras áreas de negócios que, embora complementares aos nossos negócios, poderão ser áreas em que atualmente não atuamos e poderemos não ter prévia experiência administrativa e operacional. Poderemos ter a necessidade de integrar operações totalmente novas e culturas corporativas distintas e tais esforços de integração poderão não ter sucesso. Todas as aquisições envolvem riscos que poderão afetar adversamente, de forma relevante, nossos negócios, resultados operacionais e condição financeira. Esses riscos incluem:

- perda de pessoal chave e de outros empregados devido a incompatibilidades culturais e incertezas profissionais;
- custos, atrasos e ineficiências associadas à integração das operações e do pessoal do negócio adquirido;
- depreciação dos bens e do valor do negócio adquirido; e
- aquisição de contingências e outras obrigações dos negócios adquiridos.

Adicionalmente, negócios adquiridos poderão não aumentar nossas oportunidades comerciais ou não resultar no crescimento que esperamos. Além disso, integrar operações adquiridas é um processo complexo, caro e que demanda tempo. Combinar operações adquiridas com nossos negócios poderá resultar em margens operacionais gerais mais baixas, maior volatilidade de preços de estoque e flutuações nas receitas trimestrais. Nossa incapacidade de: (i) administrar futuras aquisições e integrar com sucesso práticas complementares; ou (ii) concretizar as sinergias comerciais ou outros benefícios esperados, poderá ocasionar um efeito adverso relevante em nossos negócios, resultados operacionais e condição financeira.

b) a seu controlador, direto ou indireto, ou grupo de controle.

A Companhia não possui um controlador ou grupo de controle definido, razão pela qual não há fatores de risco relacionados a este item.

c) a seus acionistas

A relativa volatilidade e iliquidez do mercado de capitais brasileiro podem limitar substancialmente a possibilidade de nossos acionistas de vender nossas ações ordinárias pelo preço e no momento apropriado nossos acionistas.

Investir em valores mobiliários de emissores brasileiros no Brasil, como nossas ações ordinárias, frequentemente envolve certos riscos políticos e econômicos, tais como, entre outros:

- alterações no ambiente regulatório, tributário, econômico e político podem afetar as possibilidades de nossos acionistas, no todo ou em parte, de receber proveitos em conexão com seus investimentos; e
- restrições a investimentos estrangeiros e na repatriação do capital investido.

O mercado de capitais brasileiro é menor, menos líquido, mais concentrado e pode ser mais volátil do que os principais mercados de capitais estrangeiros, tais como o dos Estados Unidos. Em abril de 2018, a capitalização de mercado agregada de todas as companhias listadas na B3 representava aproximadamente R$ 3,6 trilhões, enquanto as dez maiores companhias listadas na B3 representavam aproximadamente 55% dessa capitalização de mercado agregada, demonstrando significativa concentração. Essas características de mercado podem limitar substancialmente a possibilidade de

4.1 - Descrição dos fatores de risco

nossos acionistas de vender nossas ações ordinárias a um preço e em tempo apropriados e, consequentemente, pode impactar negativamente o preço de nossas ações ordinárias.

Poderemos vir a precisar de capital adicional no futuro, por meio da emissão de ações ou de valores mobiliários conversíveis em ações, ou adquirir outras sociedades mediante fusão ou incorporação, o que poderá resultar em diluição da participação do investidor no nosso capital social.

Poderemos vir a ter que captar recursos adicionais no futuro por meio de operações de emissão pública ou privada de ações ou valores mobiliários conversíveis em ações de nossa emissão. Qualquer captação de recursos por meio da distribuição pública de ações ou valores mobiliários conversíveis em ações de nossa emissão pode ser realizada com a exclusão do direito de preferência dos nossos acionistas antigos, incluindo os investidores nas ações ordinárias de nossa emissão, o que poderá resultar na diluição da participação do referido investidor nas ações ordinárias de nossa emissão.

Nossos acionistas poderão não receber dividendos ou juros sobre o capital próprio.

De acordo com o nosso Estatuto Social, devemos pagar aos nossos acionistas, no mínimo, 25% do nosso lucro líquido anual, calculado e ajustado nos termos da Lei das Sociedades por Ações, sob a forma de dividendos ou juros sobre o capital próprio. O lucro líquido pode ser capitalizado, utilizado para compensar prejuízo ou retido nos termos previstos na Lei das Sociedades por Ações e poderá não ser disponibilizado para o pagamento de dividendos ou juros sobre o capital próprio. Além disso, a Lei das Sociedades por Ações permite que uma companhia aberta suspenda a distribuição obrigatória de dividendos em determinado exercício social, caso o Conselho de Administração informe à Assembleia Geral Ordinária que a distribuição seria incompatível com a sua situação financeira.

d) a suas controladas e coligadas

Os riscos relacionados às nossas controladas são substancialmente os mesmos relacionados às nossas atividades. Na data deste Formulário de Referência, não existiam sociedades coligadas à nossa Companhia.

e) a seus fornecedores

Se formos incapazes de manter um bom relacionamento com nossos fornecedores ou se suas operações forem interrompidas, nossos negócios podem sofrer impacto adverso relevante.

Não celebramos contratos de longo prazo com nossos fornecedores. Os componentes de nossos relógios são comprados de nossos fornecedores na China e no Japão por meio de pedidos individuais. Até a data deste Formulário de Referência, mantivemos sólidas relações comerciais de longo prazo com a maior parte de nossos fornecedores e esperamos continuar confiando na evolução desses relacionamentos. Contudo, não podemos garantir que seremos capazes de manter relacionamentos de longo prazo ou que nossos fornecedores atuais serão capazes de suprir nossa demanda no futuro, ou serão capazes de fazê-lo em termos satisfatórios para nós (incluindo condições de pagamento, controle de qualidade e pontualidade de entrega). Além disso, como não temos unidades fabris e dependemos desses fornecedores para produzir nossos produtos, poderemos não ser capazes de assegurar o fornecimento de componentes em períodos de crescimento econômico mundial e alta demanda ou os custos de nossos componentes poderão aumentar durante tais períodos.

Adicionalmente, caso as operações dos nossos fornecedores sejam significativamente afetadas ou interrompidas por qualquer razão (incluindo greves, recessões econômicas, desastres naturais e condições políticas adversas), nossos negócios poderão ser afetados adversamente de forma relevante. Isso exigirá que nós providenciemos a fabricação e envio de produtos por meios alternativos, em termos que podem ser desfavoráveis para nós. Qualquer interrupção significativa em nosso relacionamento com nossos fornecedores ou em suas operações poderá ocasionar efeito adverso

4.1 - Descrição dos fatores de risco

relevante em nossa capacidade de produzir e distribuir nossos produtos, o que poderá afetar adversamente, de forma relevante, os nossos negócios, nossos resultados operacionais e a nossa condição financeira.

Dependemos de uma rede de fornecedores na China e no Japão para nos suprir com componentes para relógios, nos sujeitando a determinados riscos relacionados a controle de qualidade, recessões econômicas, condições políticas adversas e desastres naturais que afetem a região.

Dependemos de uma rede de fornecedores localizados na China e no Japão para nos suprir com componentes para relógios, tais como equipamento de precisão, circuitos eletrônicos, grampos, caixas e pulseiras. Qualquer atraso na entrega de componentes ou desvio de nossos padrões de qualidade por nossos fornecedores poderá afetar nossa capacidade de atingir as expectativas de nossos clientes, o que poderá causar impacto adverso relevante em nossos negócios.

Adicionalmente, uma vez que uma parcela substancial de nossos componentes para relógios é montada ou fabricada na China e no Japão, nosso sucesso dependerá substancialmente das futuras condições econômicas e sociais desses países. Se as atividades das fábricas na China e no Japão forem interrompidas por qualquer razão, poderemos ter de providenciar a fabricação e envio de produtos por fontes alternativas, o que poderá envolver várias incertezas, incluindo custos de fabricação, adequação da capacidade de fabricação, controle de qualidade e tempo de entrega. Em 11 de março de 2011, um terremoto atingiu a costa nordeste do Japão, o que afetou as operações de manufatura de dois de nossos fornecedores, causando alterações em sua capacidade de produção e cronograma para entrega de componentes de relógios nos levando a buscar fornecimento alternativo para alguns suprimentos específicos temporariamente. Caso ocorram novos desastres naturais ou quaisquer outros eventos que causem interrupções significativas nas atividades de nossos fornecedores, poderemos sofrer efeito adverso relevante em nossos negócios, resultados operacionais e condição financeira.

Também estamos sujeitos à regulação de comércio, o que nos expõe a riscos políticos e econômicos. Como resultado, nossa capacidade de vender nossos produtos a preços competitivos poderá ser afetada adversamente por qualquer dos seguintes aumentos em tarifas ou encargos, mudanças em tratados comerciais, embargos, greves ou atrasos em transporte aéreo ou marítimo e futura legislação em relação à precificação, comercialização e/ou tributação de produtos importados de países estrangeiros. Se nossos relacionamentos com fornecedores forem comprometidos como resultado de questões de controle de qualidade, recessões econômicas e condições políticas adversas, nossos negócios, resultados operacionais e condição financeira poderão sofrer efeito adverso relevante.

f) a seus clientes.

Qualquer problema em nosso relacionamento com nossa rede de clientes poderá afetar nossos negócios e resultados operacionais.

Nossos produtos são distribuídos e vendidos por meio de uma rede de cerca de 10 mil clientes ativos. Não mantemos contratos de longo prazo com nossos clientes e, portanto, não temos controle sobre suas decisões de compras. Qualquer estratégia comercial que seja vista de forma negativa por nossa base de clientes, ou redução na aceitação de nossos produtos pelos consumidores, poderá resultar em efeito adverso relevante em nossas vendas e em nossa estratégia operacional. Adicionalmente, dada a natureza não exclusiva de nossos relacionamentos com nossa rede de clientes, nossos clientes poderão optar por comprar de nossos concorrentes, o que poderá reduzir nossa participação no mercado e afetar adversamente, de forma relevante, nossos negócios. Não podemos garantir que seremos capazes de manter bons relacionamentos com todos os nossos clientes, o que poderá resultar em efeito adverso relevante em nossos negócios e resultado operacional.

Estamos expostos a riscos relacionados ao inadimplemento por nossos clientes.

4.1 - Descrição dos fatores de risco

Vendemos nossos produtos a prazo para nossos clientes e porção substancial de nosso capital de giro decorre de recebíveis de nossos clientes. Em média, costumamos receber o pagamento integral dentro de seis meses contados da data da venda. Se clientes responsáveis por montante significativo de recebíveis se tornarem insolventes ou, de outra forma, se tornarem incapazes de pagar por produtos e serviços, ou de fazer pagamentos em tempo razoável, nossos negócios poderão sofrer impacto adverso relevante. Fatores adversos que influenciam as condições macroeconômicas brasileiras, tais como níveis reduzidos de atividade econômica, depreciação do real, inflação, elevação da taxa de juros, e/ou aumento da taxa de desemprego poderão vir a aumentar inadimplementos por parte de nossos clientes e afetar adversamente de forma relevante a cobrança destes recebíveis, o que poderá resultar em ciclos mais longos de pagamento, aumento nos custos de cobrança e inadimplementos superiores às expectativas da administração. Redução significativa em nossa habilidade de cobrar os recebíveis poderá impactar o custo ou a disponibilidade de financiamento para nós, causando efeito adverso relevante em nossos negócios, condições financeiras e resultados operacionais.

g) aos setores da economia nos quais o emissor atue.

Flutuações no preço, na disponibilidade e na qualidade de componentes de relógios poderão levar a atrasos e aumento de custos.

Flutuações no preço, disponibilidade e qualidade dos componentes usados em nossos produtos poderão causar efeito adverso relevante no custo de nossas vendas ou capacidade de atingir as demandas de nossos clientes. O preço e a disponibilidade de tais componentes podem flutuar significativamente dependendo de vários fatores, incluindo recursos naturais, aumento no custo de transporte e condições climáticas. No futuro, poderemos não ser capazes de repassar, no todo ou em parte, esses custos elevados para os nossos clientes e nossos negócios, nossos resultados operacionais e nossa condição financeira poderão ser adversamente afetados de forma relevante.

Adicionalmente, o aumento nos custos de mão de obra nos países onde nossos fornecedores estão localizados, particularmente na China, que é considerado um país com custos de fabricação relativamente baixos, poderá afetar adversamente, de forma relevante, o preço de nossos componentes de relógios e, em última análise, o preço de nossos produtos. De forma semelhante, o aumento do custo de mão de obra na Zona Franca de Manaus, onde nossa unidade de montagem e distribuição está localizada, poderá afetar o preço final de nossos relógios e, se não conseguirmos repassar, no todo ou em parte, esses custos elevados aos nossos clientes, nossos negócios, resultados operacionais e condição financeira poderão sofrer impacto adverso relevante.

Os efeitos de ciclos econômicos e das condições da indústria de varejo poderão afetar adversamente nossos negócios.

Nosso negócio é sujeito a ciclos econômicos e às condições da indústria de varejo. Compras de acessórios de moda, como nossos relógios, tendem a cair durante períodos de recessão, quando o capital disponível está baixo e consumidores hesitam em usar o crédito disponível. Qualquer redução significativa nas condições econômicas gerais ou incertezas relacionadas às previsões econômicas futuras que afetem os hábitos de consumo poderá ter efeito adverso relevante na compra de nossos produtos.

Dependemos do sistema de transporte aéreo e de transportadoras terceirizadas na cidade de Manaus, onde nossa planta de montagem e distribuição está localizada.

Enviamos nossos produtos a nossos clientes a partir da nossa unidade de montagem e distribuição localizada na Cidade de Manaus pelo correio ou por meio de transportadoras privadas terceirizadas. Adicionalmente, também dependemos do transporte aéreo fornecido por empresas terceirizadas para receber os componentes importados da Ásia para a montagem de nossos relógios, que são normalmente enviados pela via aérea para o Aeroporto Internacional de Manaus. Qualquer interrupção significativa nas atividades de transportes da cidade de Manaus devido a desastres naturais,

4.1 - Descrição dos fatores de risco

incêndios, acidentes, falhas sistêmicas, indisponibilidade de aviões ou pistas de pouso, greves de oficiais alfandegários e funcionários aeroportuários, ou outras causas imprevistas, poderá atrasar ou reduzir a nossa capacidade de: (i) receber componentes importados para a montagem de nossos relógios; e (ii) distribuir nossos produtos para nossos clientes, o que poderá causar efeito adverso relevante em nossos resultados operacionais e condição financeira.

Adicionalmente, nossos produtos são enviados por meio de transportadoras terceirizadas. Se uma greve ou outro evento impedir ou interromper o transporte de nossos produtos por essas transportadoras, outras transportadoras poderão não estar disponíveis ou poderão não ter a capacidade de entregar em tempo hábil nossos produtos a nossos consumidores, ou os componentes importados para a montagem de nossos relógios à nossa unidade de montagem e distribuição. Se, a qualquer momento, empresas terceirizadas adequadas para o transporte de nossos produtos estiverem indisponíveis, nossos negócios poderão ser afetados adversamente de forma relevante.

Poderemos enfrentar aumento de concorrência se alterações na legislação brasileira relativa à tributação e precificação a tornarem mais favorável a bens importados.

Na data deste Formulário de Referência, temos aproximadamente três grandes concorrentes regionais e nacionais na indústria de relógios brasileira. Não enfrentamos atualmente concorrência direta relevante de relógios importados, devido à atual legislação brasileira que impõe quantia significativa de tributos a bens importados, aumentando drasticamente os preços de relógios importados e, assim, colocando esses produtos importados em uma faixa de preço diversa daquela adotada em nosso portfólio. Se a legislação aplicável em relação a preços, encargos, tarifas ou tributos se tornar mais favorável a produtos importados, enfrentaremos aumento da concorrência de fabricantes estrangeiros, importadores e distribuidores. Não temos controle sobre, nem podemos prever, quaisquer medidas ou políticas que o Governo Federal do Brasil adotará no futuro. Se não formos capazes de competir com maior ingresso de relógios e acessórios importados, nossa participação no mercado, nossos resultados operacionais e nossa condição financeira poderão ser afetados adversamente de forma relevante.

Alterações na legislação tributária do Brasil poderão afetar adversamente os nossos resultados operacionais e os resultados operacionais de nossos clientes.

O Governo Federal do Brasil regularmente introduz alterações nos regimes fiscais que, eventualmente, podem aumentar a carga tributária incidente sobre determinados setores econômicos. Essas alterações incluem modificações na alíquota dos tributos e, ocasionalmente, a criação de impostos temporários, cujos recursos são destinados a determinadas finalidades governamentais. Os efeitos dessas medidas de reforma fiscal e quaisquer outras alterações decorrentes da promulgação de reformas fiscais adicionais não podem ser quantificados. No entanto, algumas dessas medidas poderão nos sujeitar a novos recolhimentos não previstos inicialmente, o que poderá afetar negativamente o nosso resultado operacional. Da mesma forma, essas medidas poderão afetar adversamente os negócios e a situação financeira de nossos clientes, o que poderá ter impacto adverso relevante em nossos resultados operacionais.

4.1 - Descrição dos fatores de risco

setor é sensível a recessões econômicas no Brasil.

Historicamente, nosso setor está exposto a recessões econômicas que reduziram o poder de compra dos consumidores no Brasil. A venda de acessórios de moda, como nossos relógios, tende a ser reduzida durante recessões econômicas e o sucesso de operações no setor depende, entre outros fatores, da renda dos consumidores, da disponibilidade de crédito ao consumidor, taxas de juros, inflação, tributação, confiança do consumidor nas condições econômicas futuras, níveis de emprego e salários. Dessa forma, condições desfavoráveis na economia brasileira poderão reduzir consideravelmente a capacidade de gasto dos consumidores e sua renda disponível, o que poderá impactar adversamente nossas vendas, resultados operacionais e condição financeira.

Nossos resultados operacionais poderão ser afetados por sazonalidade na venda de relógios e acessórios.

Nosso setor é naturalmente sazonal e parte significativa de nossa receita operacional líquida é gerada perto de datas comemorativas como Dia das Mães, Dia dos Namorados, Dia dos Pais e Natal. Planejamos e aumentamos nossos estoques para suprir a demanda por nossos produtos, aumentada durante esses períodos, e qualquer redução imprevista na demanda ou estimativa equivocada de demanda pode gerar excesso de estoque ou, em sentido oposto, estoque insuficiente. Nesses casos, poderemos ser obrigados a vender nosso excesso de estoque a preços significativamente mais baixos do que os esperados inicialmente ou poderemos sofrer os impactos de vendas reduzidas e diminuição da participação no mercado. Adicionalmente, se os produtos lançados nesses períodos não forem adequados às preferências de nossos clientes e de nossos consumidores, reduzindo as vendas esperadas para esses períodos, nossos resultados operacionais poderão ser afetados adversamente de maneira relevante. Ainda, em razão dos ciclos sazonais de nossos negócios e de outros determinados fatores, incluindo o tempo de introdução de novos produtos, o tempo de entrega dos pedidos de nossos clientes e a demanda de compras por nosso portfólio de produtos, nossos resultados trimestrais de operações flutuaram no passado e podem continuar a flutuar.

Nosso negócio está sujeito a riscos de câmbio.

Adquirimos parte significativa de nosso estoque de fornecedores estrangeiros cujos custos são afetados pela flutuação de suas moedas locais em relação ao dólar ou que precificam seus produtos em moedas diferentes do dólar, como é o caso dos fornecedores na China e no Japão, cujos componentes de relógios são afetados por alterações no preço do iuan chinês e do iene japonês, respectivamente. Dessa forma, uma valorização do dólar ou da moeda local de nossos fornecedores, ou a desvalorização do real, poderá aumentar o custo de nossos bens vendidos e, se não formos capazes de repassar tais incrementos de custo para os nossos clientes, poderemos sofrer redução em nossas margens brutas e, em última análise, em nossa lucratividade.

Reduzimos nossa exposição ao risco cambial do dólar por meio de contratos de *hedge*. Na hipótese de essa exposição não se compensar, temos a possibilidade, nos termos dos nossos contratos de *hedge,* de utilizar contratos futuros de câmbio e compramos opções de moeda estrangeira para mitigar o risco de câmbio. Se não formos capazes de repassar aumentos de custos relacionados à flutuação do câmbio para nossos clientes e/ou se nossos contratos de *hedge* forem malsucedidos em minimizar o risco ou forem considerados ineficazes, qualquer flutuação na taxa de câmbio do dólar poderá afetar adversamente, de maneira relevante, nossos resultados operacionais.

O mercado para nossos produtos é competitivo e, se não conseguirmos competir com eficiência, nossos negócios poderão ser afetados adversamente de forma relevante.

O mercado para nossos produtos é competitivo. A concorrência é caracterizada pela variedade de mercadorias, novos concorrentes, publicidade, preços e descontos, qualidade, experiência de compra, reputação, capacidade de antecipar as preferências dos consumidores, disponibilidade de crédito ao consumidor, e pela qualidade e eficiência dos serviços de venda e pós-venda, entre outros fatores.

4.1 - Descrição dos fatores de risco

Devido a diversas razões que estão fora de nosso controle, nossos concorrentes poderão estar em uma posição mais favorável para responder rapidamente a oportunidades de mercado, tecnologias novas ou emergentes e mudanças nas preferências dos consumidores. Não podemos garantir que seremos capazes de manter ou aumentar nossa participação de mercado em razão da ocorrência desses ou de outros fatores de concorrência. A incapacidade de manter e aumentar nossa posição competitiva poderá afetar de forma relevante nossos negócios e perspectivas.

h) a regulação dos setores em que o emissor atue

A suspensão, cancelamento ou redução dos incentivos fiscais dos quais nos beneficiamos atualmente na área de atuação da Sudam e na Zona Franca de Manaus poderá ocasionar impacto adverso relevante nos nossos negócios e resultados operacionais.

Nossa unidade de montagem e distribuição está localizada na área de atuação da Sudam e na Zona Franca de Manaus, Estado do Amazonas, onde determinados incentivos fiscais são concedidos pelos Governos Federal e Estadual. Os benefícios concedidos pelo Governo Federal do Brasil são para projetos novos ou existentes aprovados até 31 de dezembro de 2014 que, uma vez obtidos, permanecerão válidos até 2073. Os benefícios concedidos pelo Governo Estadual, por sua vez, têm prazos que variam de 2011 até 2023. Para maiores detalhes sobre esses benefícios fiscais, veja item 10.1.(h) da seção “10. Comentários dos Diretores” deste Formulário de Referência.

Para a qualificação e manutenção dos incentivos fiscais concedidos pelo Governo Federal do Brasil relativos à Sudam, temos que: (i) cumprir com determinados requisitos, incluindo as leis trabalhistas, previdenciárias e ambientais; (ii) realizar o arquivamento anual de determinadas informações exigidas junto às autoridades regulatórias competentes; (iii) aplicar o valor da redução em atividades diretamente ligadas à produção ou operação da empresa beneficiária, na área de atuação da Sudam, sem distribuição aos acionistas; (iv) comprovar anualmente a ausência de débitos fiscais e de débitos relacionados às contribuições sociais, bem como a constituição de nossas reservas de capital e o uso de tais reservas; e (v) reportar às autoridades regulatórias quaisquer ações judiciais iniciadas por terceiros (incluindo o Ministério Público Federal). Não podemos garantir que manteremos, ou nos qualificaremos, para esses benefícios fiscais no futuro, até a data de seu término nos termos da lei vigente, ou que seremos capazes de renovar ou substituir tais benefícios no futuro.

Para a qualificação e manutenção dos incentivos fiscais concedidos pelo Governo Estadual, temos que: (i) implantar o projeto técnico e de viabilidade econômica na forma aprovada pelo CODAM; (ii) manter programas de benefícios sociais para os nossos empregados, especialmente, nas áreas de alimentação, saúde, lazer, educação, transporte e creche a preços subsidiados, de acordo com determinados parâmetros; (iii) desenvolver programas de regionalização e de desenvolvimento tecnológico, nos termos e condições estabelecidas em Resolução da Seplan; (iv) manter programas de gestão de qualidade, meio ambiente e de segurança e saúde ocupacional; (v) manter no estabelecimento, e local visível ao público, placa alusiva aos incentivos, de acordo com modelo e especificações aprovados pela Seplan; (vi) reservar parcela da produção de bens de consumo final para atender a demanda local; (vii) assegurar, em condições semelhantes de competitividade, quanto a preços, preferência à aquisição de produtos intermediários, partes e peças, produtos secundários e materiais de embalagens, fabricados em território amazonense, preferencialmente no interior do Estado; (viii) utilizar, em condições semelhantes de competitividade, infraestrutura local de serviços, tais como: publicidade, consultoria, construção civil, contabilidade, gráficos, segurança, fechamento de contrato de câmbio, aquisição de passagens aéreas e locação de veículos; (ix) manter a administração no Estado, inclusive um diretor residente; (x) recolher o FGTS e contribuições sociais e previdenciárias no Estado do Amazonas; (xi) manter menores e deficientes físicos em seu quadro funcional; (xii) recolher o ICMS apurado, relativo à saída do produto incentivado, no prazo regulamentar; e (xiii) recolher contribuição financeira, em caráter irretratável e irrevogável, durante todo o período de fruição dos incentivos, e informar o valor da contribuição no quadro de informações complementares da Declaração de Apuração Mensal – DAM. As penalidades pelo descumprimento das condições podem acarretar a perda dos incentivos, suspensão dos incentivos até a sua regularização, perda dos incentivos no período a que se referir a infração ou multa, de acordo

4.1 - Descrição dos fatores de risco

com a condição descumprida. Não podemos garantir que manteremos, ou nos qualificaremos, para esses benefícios fiscais no futuro, até a data de seu término nos termos da lei vigente, ou que seremos capazes de renovar ou substituir tais benefícios no futuro.

Em relação aos benefícios estaduais, vale mencionar que, em tese, os Estados não possuem a prerrogativa de conceder incentivos de ICMS de forma unilateral, a menos que todos os outros entes federativos concordem com tal concessão, mediante aprovação do Confaz. Nesse sentido, do ponto de vista jurídico, incentivos fiscais concedidos sem a autorização do Confaz (tal como os benefícios concedidos pelo Estado do Amazonas) podem ter a sua constitucionalidade questionada. Ainda sobre o assunto, o Superior Tribunal Federal reconheceu a legitimidade do Ministério Público para ingressar com ações civis públicas visando à declaração de inconstitucionalidade de benefícios fiscais unilateralmente concedidos pelos Estados.

Adicionalmente, há o risco de que alterações legislativas ou decisões judiciais possam proibir, interromper, limitar ou modificar o uso dos incentivos fiscais existentes na data deste Formulário de Referência. Qualquer suspensão, vencimento antecipado, limitação, ressarcimento ou impossibilidade de renovar tais benefícios fiscais poderá afetar adversamente nossos resultados operacionais. Se perdermos nossos benefícios e incentivos fiscais ou se formos incapazes de cumprir exigências futuras, nossos negócios, resultados operacionais e condição financeira sofrerão impacto adverso relevante.

i) aos países estrangeiros onde o emissor atue.

Nossa operação em países estrangeiros não nos expõe a riscos que não tenham sido especificados neste item 4.1.

4.2 - Descrição dos principais riscos de mercado

4.2. Descrição dos principais riscos de mercado

O Governo Federal do Brasil exerceu e continua a exercer influência significativa sobre a economia brasileira. Essa influência, bem como a conjuntura econômica e política brasileira, poderão nos afetar adversamente.

O Governo Federal do Brasil poderá intervir na economia nacional e realizar modificações significativas em suas políticas e normas monetárias, fiscais, creditícias e tarifárias. As medidas tomadas no passado pelo Governo Federal do Brasil para controlar a inflação, além de outras políticas e normas, implicaram no aumento das taxas de juros, mudança das políticas fiscais, controle de salários e preços, bloqueio ao acesso a contas bancárias, desvalorização cambial, controle de capital e limitação às importações, entre outras medidas. Não temos controle sobre quais medidas ou políticas o Governo Federal do Brasil poderá adotar no futuro, e não podemos prevê-las. Nossos negócios, nossa situação financeira, nossos resultados operacionais e nossas perspectivas poderão ser prejudicados de maneira significativa por modificações relevantes nas políticas ou normas que envolvam ou afetem fatores, tais como:

- Instabilidades social e política;
- Expansão ou contração da economia global ou brasileira;
- Controles cambiais e restrições a remessas para o exterior;
- Flutuações cambiais relevantes;
- Alterações nos regimes fiscal e tributário;
- Liquidez dos mercados financeiros e de capitais domésticos;
- Taxas de juros;
- Inflação;
- Política monetária;
- Política fiscal; e
- Outros acontecimentos políticos, diplomáticos, sociais e econômicos que venham a ocorrer no Brasil ou que o afetem.

A legislação brasileira impõe um imposto federal em operações de crédito, câmbio, seguros ou relativas a títulos e valores mobiliários (Imposto sobre Operações Financeiras – "IOF"). Em especial, o IOF aplicável em operações de câmbio ("IOF/Câmbio") incide em conversões de moeda estrangeira para reais e em conversões de reais em moeda estrangeira e a sua alíquota pode ser alterada a qualquer momento por decreto presidencial, até o limite legal de 25%, sem necessidade de aprovação do Congresso Nacional. Nesse sentido, o IOF/Câmbio é utilizado pelo Governo Federal do Brasil para controlar a entrada e saída de capital estrangeiro no Brasil. Dessa forma, incide o IOF/Câmbio na conversão de moeda estrangeira em reais, para fins da realização de investimentos, por investidores estrangeiros, em valores mobiliários em bolsa (como a B3, em que nossas ações serão negociadas) ou mercados de balcão organizado, assim como em fundos de investimento privados, notas do tesouro brasileiro ou outros valores mobiliários de renda fixa.

As altas da taxa de inflação e os esforços do Governo Federal do Brasil de combate à inflação podem contribuir significativamente para a incerteza econômica no Brasil, o que poderá nos afetar adversamente.

No passado, o Brasil registrou índices de inflação extremamente altos. A inflação e algumas medidas tomadas pelo Governo Federal do Brasil no intuito de controlá-la, combinada com a especulação sobre eventuais medidas governamentais a serem adotadas, tiveram efeito negativo significativo sobre a economia brasileira, contribuindo para a incerteza econômica existente no Brasil e para o aumento da volatilidade do mercado de valores mobiliários brasileiro. Mais recentemente, os índices de inflação anuais foram de 10,54%, 7,19% e -0,5% em 2015, 2016 e 2017 respectivamente, de acordo com o IGP-M, e de 10,67%, 6,28% e 2,9% nos mesmos anos, respectivamente, de acordo com o IPCA.

A adoção da política de câmbio flutuante e a desvalorização do real em relação ao dólar poderão criar

4.2 - Descrição dos principais riscos de mercado

pressões inflacionárias adicionais no Brasil, acarretando a necessidade de adoção de políticas recessivas pelo Governo Federal do Brasil, acompanhadas de altas taxas de juros, que poderão afetar a economia com um todo, inclusive o nosso setor de atuação e a situação econômico-financeira de nossos clientes. Uma política anti-inflacionária adotada pelo Governo Federal do Brasil poderá resultar em redução do nível de atividade econômica e de poder aquisitivo da população, além da falta de crédito disponível no mercado, gerando consequências negativas para os nossos negócios. Tais alterações poderão influenciar, principalmente, na compra de matérias-primas.

Caso o Brasil venha a vivenciar significativa inflação no futuro, não é possível prever se seremos capazes de compensar os efeitos da inflação em nossa estrutura de custos por meio do repasse do aumento desses custos para os preços cobrados de nossos clientes em valores suficientes e em prazo hábil para cobrir eventual aumento dos nossos custos operacionais, o que, não ocorrendo, poderá diminuir nossas margens líquidas e operacionais. Ademais, dívidas ou outras obrigações de nossa Companhia reajustadas pela inflação sofrerão aumentos proporcionais, o que poderá ter efeito adverso em nossos resultados, já que poderemos ser incapazes de repassar todo ou parte desse acréscimo aos nossos clientes.

A instabilidade cambial poderá prejudicar a economia brasileira e nossos resultados operacionais.

Em decorrência de diversas pressões, a moeda brasileira tem sofrido desvalorizações recorrentes com relação ao dólar e a outras moedas fortes, ao longo das últimas quatro décadas. Durante todo esse período, o Governo Federal do Brasil implementou diversos planos econômicos e utilizou diversas políticas cambiais, incluindo desvalorizações repentinas, minidesvalorizações periódicas (durante as quais a frequência dos ajustes variou de diária a mensal), sistemas de mercado de câmbio flutuante, controles cambiais e mercado de câmbio duplo. De tempos em tempos, ocorreram flutuações significativas da taxa de câmbio entre o real e o dólar e outras moedas. Por exemplo, o real se valorizou 13,4%, 9,5% e 20,7% com relação ao dólar, em 2005, 2006 e 2007, respectivamente. Em 2008, em decorrência do agravamento da crise econômica mundial, o real se desvalorizou 24,2% frente ao dólar, tendo fechado em R$ 2,34 por US$ 1,00 em 31 de dezembro de 2008. No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016, observou-se a valorização de 13% da moeda brasileira frente à norte-americana. Em 2017, a despeito de maiores oscilações no decorrer do ano, no acumulado foi registrada desvalorização de 2,0% da moeda brasileira frente ao dólar norte americano. Não se pode garantir que o real não sofrerá valorização ou desvalorização em relação ao dólar novamente.

As depreciações do real em relação ao dólar poderão criar pressões inflacionárias adicionais no Brasil e acarretar aumentos das taxas de juros, o que poderá prejudicar a economia brasileira como um todo e os nossos resultados operacionais, por conta da retração no consumo e do aumento de nossos custos. A valorização excessiva do real frente ao dólar poderá afetar adversamente as exportações, que representa uma pequena fatia do nosso faturamento (cerca de 1%), e promover incentivo à entrada de produtos importados no mercado brasileiro, o que poderá afetar adversamente nossos negócios em razão do aumento da concorrência gerado pelos produtos importados. Finalmente, preços de determinados componentes utilizados na montagem de nossos relógios, que representam aproximadamente 2/3 do nosso custo de mercadoria, são atrelados ao dólar e, consequentemente, estão sujeitos à variação cambial.

Acontecimentos e a percepção de riscos em outros países, sobretudo em países de economia emergente e nos Estados Unidos, poderão prejudicar o preço de mercado dos valores mobiliários brasileiros, inclusive o preço de mercado dos nossos valores mobiliários.

O valor de mercado de valores mobiliários de emissão de companhias brasileiras é influenciado, em diferentes graus, pelas condições econômicas e de mercado de outros países, incluindo países da América Latina, outros países de economia emergente e os Estados Unidos. Embora a conjuntura econômica desses países seja significativamente diferente da conjuntura econômica atual do Brasil, a reação dos investidores aos acontecimentos nesses outros países poderá causar efeito adverso sobre o valor de mercado dos valores mobiliários de companhias brasileiras. Crises nesses países poderão

4.2 - Descrição dos principais riscos de mercado

reduzir o interesse dos investidores nos valores mobiliários das companhias brasileiras, inclusive os valores mobiliários da nossa emissão.

No passado, o desenvolvimento de condições econômicas adversas em países de economia emergente resultou, em geral, na saída de investimentos e, consequentemente, na redução de recursos externos investidos no Brasil. A crise financeira originada nos Estados Unidos no terceiro trimestre de 2008 resultou em cenário recessivo em escala global, com diversos reflexos, que, direta ou indiretamente, afetaram, e afetam, de forma negativa o mercado acionário e a economia do Brasil, tais como oscilações nas cotações de valores mobiliários de companhias abertas, falta de disponibilidade de crédito, redução de gastos, desaceleração generalizada da economia mundial, instabilidade cambial e pressão inflacionária.

Não há garantia de que o mercado de capitais permaneça aberto às companhias brasileiras ou de que os custos de financiamento nesse mercado sejam vantajosos para nós. Crises no Brasil ou em outros países emergentes poderão restringir o interesse dos investidores em relação aos títulos e valores mobiliários emitidos por companhias brasileiras, inclusive os de nossa emissão, o que poderá prejudicar sua liquidez e seu valor de mercado, além de dificultar o nosso acesso ao mercado de capitais e ao financiamento das suas operações no futuro, em termos aceitáveis ou absolutos.

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais em que o emissor ou suas controladas sejam parte, discriminando entre trabalhistas, tributários, cíveis e outros: (i) que não estejam sob sigilo, e (ii) que sejam relevantes para os negócios do emissor ou de suas controladas, indicando

Atualmente, somos parte em processos administrativos e judiciais de natureza trabalhista, cível, fiscal e previdenciária, sendo que, em 31 de dezembro de 2015, o montante de R$ 26,9 milhões encontrava-se provisionado, valor este que nossa Administração entende ser suficiente. O cálculo dos valores a serem provisionados é feito com base nos valores efetivamente envolvidos e no parecer dos advogados externos e internos responsáveis pela condução dos processos, onde somente são provisionados os valores relativos aos processos que entendemos ser de perda "provável". Abaixo, são apresentados os processos judiciais e administrativos de maior relevância em que somos parte.

Processos Cíveis

Em 31 de dezembro de 2017, éramos réus em 190 ações cíveis, que perfaziam uma contingência passiva de, aproximadamente, R$ 0,49 milhão. Com base na opinião dos consultores jurídicos, constituímos provisão somente para as ações classificadas como perdas prováveis, razão pela qual não constituímos provisão para todos os processos cíveis. Em 31 de dezembro de 2017, éramos autores de 53 processos, onde atuamos de forma ativa, que perfazem um total de R$ 7,4 milhões.

Processos Trabalhistas

Em 31 de dezembro de 2017, éramos réus em 71 ações trabalhistas, que perfaziam um valor total de, aproximadamente, R$ 12,9 milhões. Com base na opinião dos consultores jurídicos, constituímos provisão somente para as ações classificadas como perdas prováveis, no montante de, aproximadamente, R$ 0,7 milhão.

Processos Tributários

Em 31 de dezembro de 2017, éramos réus em 24 processos judiciais e administrativos envolvendo aspectos tributários, que perfaziam um valor total de, aproximadamente, R$ 37,1 milhões. Com base na opinião dos consultores jurídicos não foi constituída provisão, pois todos os processos estavam classificados como remotos ou possíveis de perda.

Dentre os processos tributários dos quais somos parte, merecem destaque os seguintes:

Processo nº 10283721301200861	
Juízo:	Secretaria da Receita Federal do Brasil
Instância:	Conselho de Contribuintes
Data de instauração:	23/12/2008
Partes no processo:	Autor: Receita Federal

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

	Ré: TASA
Valores, bens ou direitos envolvidos:	R$ 6.615.035,44
Principais fatos:	Trata-se de auto de infração em relação a IRPJ e CSLL do ano-base de 2003, relativos a bens adquiridos no exterior de pessoa jurídica domiciliada em país com tributação favorecida, consoante regras de preço de transferência. A impugnação apresentada pela TASA ao Auto de Infração foi parcialmente favorável em 12 de maio de 2011. A TASA apresentou recurso voluntário ao Conselho de Contribuintes, o qual foi julgado de forma parcialmente favorável em 8 de maio de 2012 para reduzir o valor do auto de infração. Após a interposição de recurso voluntário pela TASA houve vitória frente a mais um ponto da autuação fiscal, para que o cálculo do preço de transferência levasse em consideração o ICMS efetivamente recolhido aos cofres públicos de R$ 9.991.192,21, e não o valor mantido em decisão de primeira instância, de R$ 13.336.407,85, acarretando consequente redução do crédito tributário. O processo foi remetido de Brasília à Receita Federal de Manaus em abril de 2013, para que a TASA seja intimada deste último acórdão, de modo a que possa interpor recurso especial (desde que haja divergência de entendimento quanto a matéria em outras turmas julgadoras) à Câmara Superior de Recursos Fiscais em relação à legalidade da IN RFB nº 243/02 em face da Lei nº 9.430/96, no que diz respeito ao cálculo do preço de transferência. Cumpre frisar que a Fazenda Nacional não interpôs recurso especial quanto à parte do acórdão do CARF favorável a TASA.
Chance de perda:	Possível
Análise do impacto em caso de perda do processo:	Em caso de perda, o impacto não causará efeito material adverso sobre a nossa situação financeira ou sobre nossos negócios.
Valor provisionado, se houver:	Não há provisão constituída para esse processo, tendo em vista o diagnóstico possível de perda.

Outros processos judiciais, administrativos ou arbitrais

Processo nº 0397797-12.2011.8.19.0001

Juízo:	27ª Vara Criminal do RJ
Instância:	1ª Instância
Data de instauração:	30/11/2012
Partes no processo:	Autor: Justiça Pública Ré: TASA
Valores, bens ou direitos envolvidos:	Trata-se de Ação Penal proposta em face de TASA; Mário Spínola e Castro; Joaquim Pedro Andres Ribeiro; Robson da Silva Neves em razão de suposta prática dos crimes de poluição atmosférica e hídrica, realização de atividade potencialmente poluidora sem autorização da autoridade competente e inovação artificial de estado de lugar com o fim de produzir efeitos em relação a processo criminal ainda não iniciado. (Lei 9605/98 - Artigos 54, caput e parágrafo 2º, inciso V, e 60; Código Penal – Artigos 70 e 347, parágrafo único)
Principais fatos:	No dia 30 de setembro de 2011, foi oferecida a denúncia pelo Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro, em face dos réus, em razão da suposta prática dos crimes mencionados alhures. A denúncia foi recebida pelo MM. Juízo da 27ª Vara Criminal do Estado do Rio de Janeiro no dia 18 de novembro de 2011, determinando, assim, a citação dos acusados para que respondessem à acusação. No dia 11 de abril de 2012, houve despacho proferido pelo juízo informando que houvera aditamento da

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

	denúncia e, portanto, os acusados deveriam se manifestar, inclusive, se teriam alguma prova a produzir em relação ao mesmo. Em 27 de abril de 2012, os réus protocolaram as manifestações sobre o aditamento da denúncia. Por oportuno, registre-se que a TASA também era acusada da prática da suposta fraude processual. Todavia, esta acusação foi excluída por força de decisão proferida nos autos do Mandado de Segurança n. 0035771-20.2012.8.19.0000. Em outubro de 2013 foi publicada sentença que excluiu do processo o réu Mario Spinola e Castro por entender que o mesmo não era parte legítima para figurar na ação. Na data deste Formulário de Referência, o processo está em fase de produção de provas. Ouvida quatro testemunhas, sendo três de defesa e uma de acusação. Aguardando data para interrogatório dos réus.
Chance de perda:	Remota
Análise do impacto em caso de perda do processo:	Em caso de perda, a Companhia poderá sofrer a aplicação de multa além do enquadramento nos crimes acima previstos contidos no código penal.
Valor provisionado, se houver:	Não há provisão constituída para esse processo, tendo em vista o diagnóstico remoto de perda.

4.4 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos cujas partes contrárias sejam administradores, ex-administradores, controladores, ex-controladores ou investidores

4.4. Descrever os processos judiciais, administrativos ou arbitrais, que não estejam sob sigilo, em que o emissor ou suas controladas sejam parte e cujas partes contrárias sejam administradores ou ex-administradores, controladores ou ex-controladores ou investidores do emissor ou de suas controladas, informando: a) juízo; b) instância; c) data de instauração; d) partes no processo; e) **valores, bens ou direitos envolvidos; f) principais fatos; g) se a chance de perda é i. improvável; ii. possível; iii. remota; h) análise do impacto em caso de perda do processo**

Na data deste Formulário de Referência, não há qualquer procedimento judicial, administrativo ou arbitral em que somos parte e em que a parte contrária seja nossos Administradores ou ex-Administradores, controlador ou ex-controlador ou investidor de alguma das sociedades pertencentes ao nosso grupo econômico.

4.4.1. Indicar o valor total provisionado, se houver, dos processos descritos no item 4.4

Não se aplica, pois não existem processos descritos no item 4.4. deste Formulário de Referência.

4.5 - Processos sigilosos relevantes

4.5. Em relação aos processos sigilosos relevantes em que o emissor ou suas controladas sejam parte e que não tenham sido divulgados nos itens 4.3 e 4.4 acima, analisar o impacto em caso de perda e informar os valores envolvidos

Na data deste Formulário de Referência, não há qualquer processo sigiloso relevante no qual a Companhia ou suas controladas sejam parte e que não tenha sido divulgado nos itens 4.3 e 4.4 deste Formulário de Referência.

4.6 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais repetitivos ou conexos, não sigilosos e relevantes em conjunto

Na data deste Formulário de Referência, não existem processos judiciais, administrativos ou arbitrais repetitivos ou conexos, baseados em fatos e causas jurídicas semelhantes, que não estejam sob sigilo e que em conjunto sejam relevantes em que nós ou nossas controladas sejamos parte.

4.7 - Outras contingências relevantes

4.7 Descrever outras contingências relevantes não abrangidas pelos itens anteriores

Não há outras contingências relevantes além daquelas divulgadas nos itens anteriores.

4.8 - Regras do país de origem e do país em que os valores mobiliários estão custodiados

4.8 Em relação às regras do país de origem do emissor estrangeiro e às regras do país no qual os valores mobiliários do emissor estrangeiro estão custodiados, se diferente do país de origem, identificar:

Não se aplica, uma vez que não somos emissor estrangeiro.

5.1 - Política de gerenciamento de riscos

5. Política de Gerenciamento de Riscos e Controles Internos.

5.1 Em relação aos riscos indicados no item 4.1, informar:

a. se o emissor possui uma política formalizada de gerenciamento de riscos, destacando, em caso afirmativo, o órgão que a aprovou e a data de sua aprovação, e, em caso negativo, as razões pelas quais o emissor não adotou uma política

O acompanhamento dos riscos da Companhia é feito pela Diretoria. O processo de identificação, análise e monitoramento dos riscos é acompanhado pelo Conselho de Administração, que possui poderes para a tomada de decisão sobre as estratégias a serem adotadas pela Companhia.

Os Diretores são os responsáveis pelos sistemas de controles internos e gestão de riscos, cabendo-lhes revisar periodicamente esses sistemas, identificar falhas e propor melhorias. A Diretoria deve facilitar e assegurar o acesso dos membros do Conselho de Administração e de seus comitês, das auditorias interna e externa e dos órgãos de assessoramento, às instalações da Companhia e às informações, aos arquivos e documentos comprovadamente necessários ao desempenho de suas funções.

A Companhia possui uma política formalizada e aprovada pelo Conselho de administração para mitigar o risco cambial das compras de insumos importados. Em 2017, esta política previa uma faixa de hedge de 50% a 80% de toda exposição cambial conhecida num horizonte de até 6 meses. Esta exposição cambial conhecida derivou principalmente de pedidos colocados junto a fornecedores estrangeiros, incluindo pedidos já despachados e pedidos ainda em produção.

Adicionalmente, a Companhia possui uma Política de Informática para direcionar a utilização dos recursos de tecnologia da informação da empresa de maneira adequada e alinhada com a mitigação de riscos cibernéticos.

b. os objetivos e estratégias da política de gerenciamento de riscos, quando houver, incluindo:

i. os riscos para os quais se busca proteção

ii. os instrumentos utilizados para proteção

iii. a estrutura organizacional de gerenciamento de riscos

Não se aplica, uma vez que a Companhia não tem, até a data, uma política de gerenciamento de riscos formalizada.

c. a adequação da estrutura operacional e de controles internos para verificação da efetividade da política adotada

Não se aplica, uma vez que a Companhia não tem, até a data, uma política de gerenciamento de riscos formalizada.

5.2 - Política de gerenciamento de riscos de mercado

5.2. Em relação aos riscos de mercado indicados no item 4.2, informar:

a. se o emissor possui uma política formalizada de gerenciamento de riscos de mercado, destacando, em caso afirmativo, o órgão que a aprovou e a data de sua aprovação, e, em caso negativo, as razões pelas quais o emissor não adotou uma política

A Companhia está em processo de desenvolvimento de sua gestão de riscos e, portanto, não tem no momento uma política gestão de riscos de mercado formalizada.

Temos, no entanto, como prática a análise constante dos riscos aos quais estamos expostos e que possam afetar nossos negócios, situação financeira e resultados de nossas operações. Estamos constantemente monitorando mudanças no cenário macroeconômico e setorial que possam influenciar nossas atividades, por meio do acompanhamento dos nossos principais indicadores de desempenho econômico e evoluções na regulação setorial. Acreditamos possuir conhecimento das principais partes envolvidas no nosso mercado de atuação, incluindo fornecedores, clientes e entidades governamentais, o que nos permite proteger e maximizar o desempenho de nossas atividades. Adicionalmente, adotamos foco contínuo na disciplina financeira e na gestão conservadora de caixa.

b. os objetivos e estratégias da política de gerenciamento de riscos de mercado, quando houver, incluindo:

i. os riscos de mercado para os quais se busca proteção

Buscamos proteção contra: (i) riscos relacionados a crédito; e (ii) riscos relacionados à flutuação das taxas de câmbio.

ii. a estratégia de proteção patrimonial (*hedge*)

Riscos Relacionados a Crédito

Para nos protegermos de riscos relacionados a crédito efetuamos a análise de crédito com base, principalmente, no histórico de pagamentos de cada cliente. Estabelecemos limites de crédito de forma individual, levando em consideração a capacidade financeira de cada cliente, o histórico de pagamento e o volume de compras efetuadas nos últimos 12 meses. Para os clientes novos, recorremos à consulta de histórico de crédito nas agências de avaliação de crédito (Serasa, SPC, entre outras).

Contamos com um sistema de análise automática de crédito utilizado para os clientes adimplentes, sendo que clientes que já figuraram como inadimplentes são analisados manualmente e de forma individual até que o histórico de crédito seja restabelecido. Buscamos também pulverizar nosso risco, de forma que nenhum cliente individual responda por uma parcela significativa das nossas contas a receber.

Em 31 de dezembro de 2017, possuíamos R$ 191,7 milhões em contas a receber líquidas, sendo que apenas R$ 7,5 milhões encontravam-se vencidas e ainda não provisionadas, o que demonstra o sucesso de nossa estratégia. Esse valor não provisionado refere-se a uma série de clientes que não têm histórico recente de inadimplência.

Riscos Relacionados à Flutuação das Taxas de Câmbio

Para nos protegermos das oscilações referentes à flutuação das taxas de câmbio, utilizamos dois tipos de instrumento: instrumentos financeiros derivativos de mercado futuro de dólar, e depósitos em dólar em nossa conta corrente nos Estados Unidos. Esses instrumentos são usados para mitigar o risco associado à flutuação da taxa de câmbio do período compreendido entre a data da compra (encomenda) e a data do embarque da mercadoria. Nossas importações são integralmente liquidadas no momento do embarque, antes da precificação dos produtos finais. Dessa forma, a exposição ao câmbio é reduzida, se restringindo a oscilações não antecipadas nesse período que podem resultar em margens menores, ou na necessidade de precificação em patamar mais elevado, potencialmente comprometendo as vendas desse produto.

5.2 - Política de gerenciamento de riscos de mercado

iii. os instrumentos utilizados para proteção patrimonial (*hedge*)

Riscos Relacionados a Crédito

Não utilizamos instrumentos financeiros específicos para proteção contra riscos relacionados a crédito. Utilizamos nossa política de crédito, conforme especificada no item 5.2 (b) deste Formulário de Referência, tendo como principal base o próprio histórico financeiro interno, apoiado pela consulta de bases de dados de crédito externas.

Riscos Relacionados à Flutuação das Taxas de Câmbio

Utilizamos instrumentos financeiros derivativos de mercado futuro de dólar. O instrumento financeiro derivativo mais utilizado por nós é o *non-deliverable forward*. Trata-se de um tipo de contrato celebrado com uma instituição financeira no qual essa se compromete a vender e nós nos comprometemos a comprar um determinado montante com uma taxa de câmbio pré-definida. A liquidação do instrumento é sempre financeira, por meio do ajuste entre as taxas pré-definidas e as taxas vigentes no momento da liquidação.

iv. os parâmetros utilizados para o gerenciamento desses riscos

Riscos Relacionados a Crédito

Utilizamos como principal parâmetro para gerenciamento de riscos relacionados a crédito o risco financeiro ponderado pelo atraso de cada título.

Com base nas taxas históricas de inadimplência, segregamos nossos créditos em atraso por faixas de atraso. Cada faixa corresponde a um risco, sendo que as faixas de menor atraso estão associadas a riscos menores, e, portanto, têm índice de ponderação menor, e as faixas de maior atraso, a riscos maiores, fazendo jus a um índice de ponderação maior. Monitoramos esse risco agregado em relação ao crescimento de vendas, de forma a evitar que o crescimento do risco agregado seja maior do que o crescimento de vendas.

Riscos Relacionados à Flutuação das Taxas de Câmbio

Nosso histórico demonstra que temos no médio prazo a capacidade de repassar aumentos no custo de produtos decorrentes da valorização do dólar frente ao real. Sendo assim, utilizamos como parâmetro para o dimensionamento das nossas operações com derivativos as compras de componentes projetadas para os seis meses seguintes. Nosso objetivo é ter uma parte significativa dessas compras protegidas de oscilações das taxas de câmbio.

v. se o emissor opera instrumentos financeiros com objetivos diversos de proteção patrimonial (*hedge*) e quais são esses objetivos

Não operamos instrumentos financeiros com objetivos diversos de proteção patrimonial.

vi. a estrutura organizacional de controle de gerenciamento de riscos de mercado

A administração de riscos é efetuada por meio das nossas estratégias operacionais e dos nossos controles internos, visando proporcionar o melhor equilíbrio entre liquidez, rentabilidade e segurança das nossas operações. Nas situações onde vislumbramos um *trade off* entre esses itens, buscamos geralmente privilegiar a segurança e a liquidez.

Possuímos políticas tanto para a concessão de crédito quanto para a utilização de instrumentos de *hedge*. Tais políticas estabelecem os parâmetros dentro dos quais podemos operar. O responsável por estabelecer os referidos parâmetros é o nosso Diretor Financeiro, amplamente suportado por nosso *controller* e nosso Gerente Financeiro, e com uma mecânica de divulgação mensal para nosso Conselho de Administração. No caso da política de crédito, esses parâmetros incluem, entre outros, os critérios de aprovação de crédito, a concessão de limites, e as políticas de cobrança de montantes em atraso. No caso da política de *hedge* cambial, esses parâmetros incluem, entre outros, a definição

5.2 - Política de gerenciamento de riscos de mercado

do objetivo da política, as características dos instrumentos que devem ser utilizados, e a vedação à utilização de derivativos ou quaisquer outros ativos de risco de caráter especulativo.

A implementação dessas políticas fica a cargo de nossa Diretoria Financeira, nossa Controladoria e nossa Gerência Financeira. Em relação ao processo de concessão de crédito, a Gerência Financeira é responsável pela análise de todos os pedidos de compra que foram rejeitados pela análise automática, sendo responsabilidade da Controladoria aprovar eventuais exceções à política de crédito vigente, e responsabilidade da Diretoria Financeira monitorar o desempenho da nossa carteira de crédito. No que tange o processo de contratação e liquidação de operações de *hedge*, a Controladoria realiza as cotações com as contrapartes e as contratações e liquidações dos instrumentos financeiros, sendo responsabilidade da Diretoria Financeira monitorar o desempenho dos nossos instrumentos de proteção e adesão à política vigente.

c. a adequação da estrutura operacional e controles internos para verificação da efetividade da política adotada

Nossa Administração monitora e avalia se as operações por nós efetuadas estão de acordo com as políticas adotadas. Além disso, divulgamos mensalmente para nosso Conselho de Administração nossos índices de risco de crédito, em comparação tanto com o orçamento quanto com o histórico, e a posição em aberto de todos os instrumentos derivativos e depósitos no exterior, por data de vencimento, assim como um resumo de perdas ou ganhos incorridos nos meses passados do ano corrente.

5.3 - Descrição dos controles internos

5.3. Em relação aos controles adotados pelo emissor para assegurar a elaboração de demonstrações financeiras confiáveis, indicar:

a) as principais práticas de controles internos e o grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e as providências adotadas para corrigi-las

Nossa administração é responsável por adotar e manter uma estrutura adequada de controles internos relativos à preparação das demonstrações financeiras. Acreditamos que o grau de eficiência dos controles internos adotados para assegurar a elaboração das demonstrações financeiras é satisfatório, não tendo sido detectadas imperfeições relevantes nos nossos controles internos. Os princípios de controle estão incorporados nas atividades diárias das áreas envolvidas, notadamente, nesse aspecto, as áreas financeira e contábil

Estamos atentos às novas tecnologias e investimos em nossos controles a fim de aprimorá-los cada vez mais. Nos três últimos exercícios sociais, executamos projetos com consultorias especializadas a fim de otimizar e formalizar nossos procedimentos contábeis, fiscais e financeiros e consequentemente aumentar o grau de eficiência dos controles internos.

b) as estruturas organizacionais envolvidas

As áreas financeira e contábil são responsáveis pelos controles adotados para assegurar a elaboração de demonstrações financeiras confiáveis. Não temos, no entanto, uma estrutura organizacional dedicada especificamente a controles internos. Os gestores têm responsabilidade de acompanhar e direcionar os controles, que são realizados no dia a dia das atividades.

c) se e como a eficiência dos controles internos é supervisionada pela administração do emissor, indicando o cargo das pessoas responsáveis pelo referido acompanhamento

A administração atua bastante próximo da gestão financeira, acompanhando os processos de forma rotineira. O gerente financeiro, o diretor financeiro e de relações com investidores, o diretor presidente e os demais diretores assim como o Conselho de Administração recebem mensalmente um *Book* de resultados da Companhia com os principais indicadores financeiros e do negócio.

d) deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório circunstanciado, preparado e encaminhado ao emissor pelo auditor independente, nos termos da regulamentação emitida pela CVM que trata do registro e do exercício da atividade de auditoria independente

Parte do trabalho anual realizado pelos Auditores Independentes consiste em uma avaliação dos nossos sistemas contábeis e de nossos controles internos relacionados à elaboração de nossas demonstrações financeiras, apresentando recomendações para o fortalecimento de tais controles.

Todas as recomendações são cuidadosamente avaliadas pela nossa administração, com a criação subsequente de planos de ações nas áreas envolvidas para a implantação dessas recomendações. Destacamos que ao longo dos últimos três anos, tanto a quantidade quanto a gravidade das recomendações de fortalecimento dos controles por parte de nossos Auditores Independentes têm reduzido, refletindo o trabalho de solidificação da Companhia. É realizada reunião dos responsáveis pelas áreas financeira e contábil da Companhia com representantes da Auditoria Independente, onde essa apresenta seus comentários e sugestões para aperfeiçoamento dos controles e processos. Tais aspectos são discutidos e avaliados em conjunto com a equipe interna e, posteriormente, é apresentado relatório circunstanciado. Nos últimos três exercícios sociais, não foram relatados pelos Auditores Independentes comentários referentes a deficiências significativas, sendo discutidos apenas recomendações operacionais, relacionadas a assuntos de pequena monta, que não impactam os negócios ou a elaboração de demonstrações financeiras confiáveis.

e) comentários dos diretores sobre as deficiências apontadas no relatório circunstanciado preparado pelo auditor independente e sobre as medidas corretivas adotadas

5.3 - Descrição dos controles internos

A despeito do fato de que as recomendações e sugestões apontadas pela Auditoria Independente serem pequenas e de cunho operacional, os diretores acompanham as discussões com a equipe interna e avaliam o relatório circunstanciado cuidadosamente, de modo a garantir que eventuais ajustes nos processos sejam realizados buscando a melhoria dos mesmos. Em conjunto com a equipe operacional, a diretoria define plano de ações de modo a atender as recomendações.

5.4 - Programa de Integridade

5.4. Em relação aos mecanismos e procedimentos internos de integridade adotados pelo emissor para prevenir, detectar e sanar desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública, nacional ou estrangeira, informar:

a) se o emissor possui regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública, identificando, em caso positivo:

A Companhia não possui procedimentos específicos voltados para a administração pública por esta não ser uma contraparte comercial relevante. O relacionamento com a administração pública é coberto pelo Código de Conduta Ética da Companhia.

(i) os principais mecanismos e procedimentos de integridade adotados e sua adequação ao perfil e riscos identificados pelo emissor, informando com que frequência os riscos são reavaliados e as políticas, procedimentos e as práticas são adaptadas

A Companhia dispõe de um Código de Conduta Ética que é revisado anualmente. Todos os empregados da Companhia são treinados sobre as regras do código durante sua integração à Companhia e assinam um Termo de Responsabilidade.

(ii) as estruturas organizacionais envolvidas no monitoramento do funcionamento e da eficiência dos mecanismos e procedimentos internos de integridade, indicando suas atribuições, se sua criação foi formalmente aprovada, órgãos do emissor a que se reportam, e os mecanismos de garantia da independência de seus dirigentes, se existentes

A Companhia possui dois canais de denúncia 24 horas. As denúncias são recebidas via e-mail pelo ética@grupotechnos.com.br e jurídico@grupotechnos.com.br. As denúncias recebidas pelo canal ética@grupotechnos.com.br são direcionadas para a Gerente de Recursos Humanos e o Diretor Presidente da Companhia. As denúnicas enviadas para o jurídico@grupotechnos.com.br são recebidas pelo Departamento Jurídico da Companhia. Para garantir a isenção dos dirigentes destes canais de denúncia, todos são direcionados a mais de um gestor. Em todos os casos o Conselho de Administração tem acesso às informações destes canais e recebe regularmente informações sobre as ocorrências.

(iii) se o emissor possui código de ética ou de conduta formalmente aprovado, indicando:

- **se ele se aplica a todos os diretores, conselheiros fiscais, conselheiros de administração e empregados e se abrange também terceiros, tais como fornecedores, prestadores de serviço, agentes intermediários e associados**

  O Código de Conduta Ética se aplica a todos os Conselheiros, Diretores e Empregados da Companhia. Todos recebem cópia do documento e assinam um Termo de Responsabilidade.

- **se e com que frequência os diretores, conselheiros fiscais, conselheiros de administração e empregados são treinados em relação ao tema**

  Diretores e empregados da Companhia são treinados pelo menos uma vez ao ano em relação ao Código de Conduta Ética.

- **as sanções aplicáveis na hipótese de violação ao código ou a outras normas relativas ao assunto, identificando o documento onde essas sanções estão previstas**

  A Companhia aplica sanções proporcionais à gravidade da violação e estas podem variar de uma advertência verbal, advertência por escrito e o desligamento do colaborador.

- **órgão que aprovou o código, data da aprovação e, caso o emissor divulgue o código de conduta, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado**

5.4 - Programa de Integridade

O Código de Conduta Ética está disponível no site de Relações com Investidores da Companhia em www.grupotechnos.com.br

b) se o emissor possui canal de denúncia, indicando, em caso positivo:

A Companhia possui dois canais de denúncia 24 horas. As denúncias são recebidas via e-mail pelo ética@grupotechnos.com.br e jurídico@grupotechnos.com.br. As denúncias recebidas pelo canal ética@grupotechnos.com.br são direcionadas para a Gerente de Recursos Humanos e o Diretor Presidente da Companhia. As denúnicas enviadas para o jurídico@grupotechnos.com.br são recebidas pelo Departamento Jurídico da Companhia.

- **se o canal de denúncias é interno ou se está a cargo de terceiros**

  O canal de denúncias é interno conforme indicado no item anterior.

- **se o canal está aberto para o recebimento de denúncias de terceiros ou se recebe denúncias somente de empregados**

  O canal está aberto para o recebimento de denúncias de terceiros.

- **se há mecanismos de anonimato e de proteção a denunciantes de boa-fé**

  O canal aceita e investiga todas as denúncias recebidas, incluindo denúncias anônimas.

- **órgão do emissor responsável pela apuração de denúncias**

Todas as informações relevantes e pertinentes a este item foram divulgadas nos itens anteriores.

c) se o emissor adota procedimentos em processos de fusão, aquisição e reestruturações societárias visando à identificação de vulnerabilidades e de risco de práticas irregulares nas pessoas jurídicas envolvidas

Em todos os processos de fusão e aquisição a empresa executa uma revisão de *due diligence* para identificar riscos e passivos ocultos derivados de práticas correntes ou anteriores à negociação. Para permitir a identificação destes riscos e passivos, a Companhia contrata profissionais com conhecimento técnico específico, incluindo auditores, advogados e consultores.

d) caso o emissor não possua regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública, identificar as razões pelas quais o emissor não adotou controles nesse sentido

Este item não se aplica.

5.5 - Alterações significativas

5.5. Informar se, em relação ao último exercício social, houve alterações significativas nos principais riscos a que o emissor está exposto ou na política de gerenciamento de riscos adotada, comentando, ainda, eventuais expectativas de redução ou aumento na exposição do emissor a tais riscos

No exercício de 2017, não houve alterações significativas nos principais riscos aos quais a Companhia está exposta ou em nossos processos de gerenciamento de riscos.

A Companhia mantém atuando no mesmo mercado e segmentos, com a mesma equipe de gestão e direcionamento estratégico. A situação de mercado e a conjuntura econômica também não sofreram alterações significativas que pudessem levar a mudanças relevantes nos principais riscos aos quais a Companhia está sujeita. A contenção da inflação no País e a menor variação cambial da moeda nacional contribuíram para mitigar riscos comerciais e financeiros no exercício de 2017. No entanto, em razão do nosso modelo de negócio, com alta dependência de aquisição de peças e componentes no exterior, e com venda de produtos basicamente no mercado nacional, em reais, o acompanhamento de tais aspectos permanece relevante para nós, como fatores de risco intrínsecos às atividades.

5.6 - Outras inf. relev. - Gerenciamento de riscos e controles internos

5.6. Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

Não existem outras informações relevantes sobre gerenciamento de riscos e controles internos, além daquelas já apresentadas neste item 5.

6.1 / 6.2 / 6.4 - Constituição do emissor, prazo de duração e data de registro na CVM

Data de Constituição do Emissor	21/11/2007
Forma de Constituição do Emissor	Constituída sob a forma de sociedade anônima
País de Constituição	Brasil
Prazo de Duração	Prazo de Duração Indeterminado
Data de Registro CVM	28/06/2011

6.3 - Breve histórico

6.3. Breve histórico do emissor

A Companhia iniciou suas operações em 1956, como representante da marca “Technos” no Brasil, e cresceu significativamente durante as décadas de 50, 60 e 70.

Em 1982, a controlada, Technos da Amazônia Indústria e Comércio S.A. (“TASA”), inaugurou sua unidade de montagem e distribuição em Manaus e passou a montar relógios no Brasil. Ao final da década de 80, já detinha a liderança do mercado nacional de relógios em termos de faturamento, posição que foi consolidada nos anos 90 e mantida até hoje. Em 2001, a TASA comprou a marca “Technos” mundialmente e, a partir de 2002, passou a explorar marcas de terceiros, ao licenciar a marca “Mormaii” e celebrar contrato de distribuição exclusiva de produtos identificados pela marca “Seiko” (encerrado em janeiro de 2015). A marca “Mormaii” hoje contribui significativamente para os resultados da Companhia.

Em 2008, o controle da Companhia foi adquirido pelo GMT Fundo de Investimentos em Participações (“GMT FIP”) que, por sua vez, tinha entre seus cotistas um grupo de executivos da Companhia, além de dois renomados gestores de recursos de terceiros (*asset managers*), o DLJ (hoje Victoria Capital Partners) e a Dynamo. Essa operação contribuiu consideravelmente para o desenvolvimento de uma estrutura de gestão e para uma administração mais eficiente e meritocrática na Companhia e em suas subsidiárias.

Em 2009, a Companhia licenciou a marca “Euro”, reforçando o posicionamento de mercado com o público feminino e, em 2010, relançou a marca “Mariner”, grande sucesso dos anos 80, voltada para o público jovem, com objetivo de reassumir a liderança no mercado recém reexplorado de relógios troca-pulseira.

Em julho de 2011, foi realizada a oferta pública inicial de ações de emissão da Companhia, as quais foram listadas para negociação no segmento Novo Mercado da B3, sob o código de negociação TECN3.

Ainda em 2011, foi constituída uma nova controlada, a SCS Comércio de Acessórios de Moda Ltda. (“SCS”), cuja principal atividade é reunir as atividades de comércio varejista da Companhia, inclusive por meio de comércio eletrônico e franquias.

Em julho de 2012, a Companhia adquiriu a totalidade das quotas representativas do capital social da Touch Watches Franchising do Brasil Ltda., da Touch da Amazônia Indústria e Comércio de Relógios Ltda., da Touch Búzios Relógios Ltda., da You Time Relógios Ltda. e da Touch Barra Comércio de Relógios e Acessórios Ltda. (“Touch”). A Touch foi fundada em 2009 e, desde sua fundação, obteve crescimento expressivo em sua área de atuação, tendo iniciado suas atividades com a comercialização de relógios focados no conceito *fast-fashion*, com lançamentos constantes a preços acessíveis, e, recentemente, passando também a comercializar óculos de sol.

Em março de 2013, a subsidiária da Companhia, TASA, adquiriu 100% do capital votante e 95,84% do capital social total da Dumont Saab do Brasil S.A. (“Dumont”). A Dumont foi fundada em 1970 e, além das marcas próprias Dumont e Condor New (conjuntamente, as “Marcas Dumont”), detinha a exclusividade de representação das marcas de relógios Fossil, Armani Exchange, Emporio Armani, Diesel, DKNY, Michael Kors, Marc Jacobs, Burberry e Adidas (conjuntamente, as “Marcas do Grupo Fossil”) no Brasil. Em maio de 2013, a Dumont foi incorporada pela controladora TASA. Como consequência da incorporação, o patrimônio líquido da Dumont foi vertido à TASA, que a sucedeu em todos os seus direitos e obrigações, e a Dumont foi declarada extinta.

Em junho de 2013, a Companhia renovou até 31 de dezembro de 2016, por meio da sua subsidiária TASA, o contrato de distribuição com a Fossil Partners, L.P. (“Fossil”), tendo por objeto a montagem, distribuição e comercialização no Brasil das Marcas do Grupo Fossil.

Para maiores informações sobre os eventos societários aqui descritos, veja o item 6.5 deste Formulário de Referência.

Em 17 de abril de 2014, por meio do exercício de opção de compra firmado com a Euro Company

6.3 - Breve histórico

Licenciadora de Marcas Ltda. EPP, a Companhia adquiriu definitivamente as marcas “Euro” e “Allora”.

Em janeiro de 2015, a Companhia encerrou seu contrato de distribuição da marca “Seiko”.

Para maiores informações sobre os eventos societários aqui descritos, veja o item 6.5 deste Formulário de Referência.

Em 2016, a Companhia renovou por mais cinco anos, por meio da sua subsidiária TASA, o contrato de distribuição com a Fossil Partners, L.P. (“Fossil”), tendo por objeto a montagem, distribuição e comercialização no Brasil das Marcas do Grupo Fossil.

6.5 - Informações de pedido de falência fundado em valor relevante ou de recuperação judicial ou extrajudicial

6.5. Indicar se houve pedido de falência, desde que fundado em valor relevante, ou de recuperação judicial ou extrajudicial do emissor, e o estado atual de tais pedidos

Até a data deste Formulário de Referência, não houve pedido de falência ou de recuperação judicial ou extrajudicial da Companhia.

6.6 - Outras informações relevantes

6.6. Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

Até a data deste Formulário de Referência, não há outras informações relevantes além das divulgadas nos demais itens.

7.1 - Descrição das principais atividades do emissor e suas controladas

7.1 Descrever sumariamente as atividades principais desenvolvidas pelo emissor e suas controladas

Somos os líderes no mercado de relógios no Brasil em termos de receita há mais de 15 anos, de acordo com nossas estimativas baseadas em dados da SUFRAMA. Desde 1956, desenvolvemos, montamos e distribuímos relógios, diretamente ou por meio de nossas subsidiárias. Iniciamos nossas operações sob a marca “Technos” e, ao longo dos anos, diversificamos nosso portfólio para outras marcas e segmentos de mercado.

Em 31 de dezembro de 2017, possuíamos vinte marcas nacionalmente conhecidas que atendem a todos os segmentos e classes sociais, sendo sete marcas próprias (“Technos”, “Mariner”, “Touch”, “Euro”, “Allora”, “Condor”, e “Dumont”) e treze marcas detidas por terceiros, cujo uso por nós é realizado por meio de contratos de licenciamento ou de distribuição de produtos (“Mormaii”, “Timex”, “Fossil”, “Michael Kors”, “Marc Jacobs”, “Armani Exchange”, “Emporio Armani”, “Diesel”, “DKNY”, “Tory Burch”, “Burberry”, “Skagen” e “Adidas”). Em 31 de dezembro de 2017, nossas marcas próprias representavam 73,7% da nossa receita bruta. Em 17 de abril de 2014, exercemos a opção de compra das marcas “Euro” e “Allora”, que passaram a fazer parte do nosso portfólio de marcas próprias. Nossos produtos são vendidos em todo o território nacional e, em 31 de dezembro de 2017, contávamos com mais de 10 mil pontos de venda pulverizados entre relojoarias, joalherias, óticas e lojas de departamentos.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, alcançamos: (i) receita bruta de R$ 399,9 milhões; (ii) EBITDA Ajustado de R$ 31,9 milhões; e (iii) Prejuízo Líquido de R$ 1,9 milhão.

O segmento de relógios apresentou pequenas quedas na média nos últimos cinco anos no Brasil, segundo nosso cálculo realizado com base nos dados da SUFRAMA e do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio.

Entendemos que nosso modelo de negócios, descrito a seguir, permite nos beneficiarmos do forte crescimento do segmento de relógios:

(i) *Administrar com sucesso um portfólio de marcas líderes e complementares*.

Gerenciamos ativamente nossas marcas de forma a construir um portfólio diversificado e complementar, que constitui um dos nossos principais ativos. Entendemos que a complementaridade do posicionamento de nossas marcas representa importante diferencial competitivo no segmento de relógios, tendo em vista que atingimos grande parte da população e obtemos maior exposição nas vitrines dos varejistas. Nossa marca principal, a “Technos”, tem mais de 110 anos de história e origem suíça. No Brasil, a marca “Technos” é uma das líderes de mercado em termos de receita, há mais de 20 anos, segundo nossas estimativas baseadas em dados da SUFRAMA, e é associada a produtos que se destacam por um posicionamento clássico, com toques de modernidade, e percepção de alta qualidade. Acreditamos que nossa segunda marca em termos de receita, a “Mormaii”, é uma das principais marcas brasileiras no setor de moda surfe, com posicionamento voltado para jovens e para um estilo de vida ativo. Em 2009 e 2010, adicionamos duas novas marcas ao nosso portfólio (“Euro” e “Mariner”).

Em 2012, adicionamos três novas marcas ao nosso portfólio (“Allora”, “Timex” e “Touch”). Em março de 2013, adquirimos o Grupo Dumont Saab, adicionando ao nosso portfólio duas marcas próprias (“Dumont” e “Condor”), e onze marcas de terceiros (“Fossil”, “Michael Kors”, “Marc Jacobs”, “Armani Exchange”, “Emporio Armani”, “Diesel”, “DKNY”, “Tory Burch”, “Burberry”, “Skagen” e “Adidas”). Portanto, temos hoje um portfólio completo que atende a todos os segmentos e classes sociais.

7.1 - Descrição das principais atividades do emissor e suas controladas

Marca	Descrição
TECHNOS	Nossa marca mais estabelecida, com mais de 110 anos de história e origem suíça, a “Technos” é associada a produtos que se destacam por um design clássico, aliado a elementos modernos, e percepção de alta qualidade. Suas principais características são: • segmento: “Clássico”; • público-alvo: adulto; • tipo de produto: principalmente relógios analógicos, multifunção e cronógrafos, feitos em aço; • preço médio no varejo: R$ 400,00; e • titularidade: marca própria.
mormaii	Nossa segunda marca, presente há mais de 35 anos no mercado brasileiro, a “Mormaii” é uma das principais e mais tradicionais no setor de moda surfe no Brasil e tem como características principais: • segmento: “Esporte”; • público-alvo: jovem, que se identifica com a moda surfe e com um estilo de vida ativo; • tipo de produto: relógios analógicos e digitais; • preço médio no varejo: R$ 200,00; e • titularidade: marca licenciada, com licença válida até setembro de 2026.
MARINER	Criada na década de 1980, a “Mariner” é uma marca voltada para o público jovem que tem como características principais: • segmento: “Moda”; • público-alvo: jovem; • tipo de produto: troca-pulseiras, oferece uma máquina e múltiplos conjuntos diferentes de pulseiras, aros, e caixas que podem ser combinados de forma independente, gerando milhares de combinações; • preço médio no varejo: R$ 100,00; e • titularidade: marca própria.
EURO RELÓGIOS	A marca “Euro” está presente há mais de 10 anos no mercado brasileiro e tem como características principais: • segmento: “Moda”; • público-alvo: feminino, composto por mulheres jovens e adultas que buscam aliar as tendências da moda a preços acessíveis; • tipo de produto: relógios decorativos, com materiais diferenciados; • preço médio no varejo: R$ 230,00; e • titularidade: marca própria.
TIMEX	A “Timex” é uma marca de prestígio internacional, que atua principalmente no segmento esportivo e é reconhecida pelo desenvolvimento de produtos de alta tecnologia. Suas principais características são: segmento: “Esporte”; público-alvo: jovem e adulto, que se identifica com um estilo de vida ativo; tipo de produto: relógios analógicos e digitais; preço médio no varejo: R$ 290,00; e titularidade: marca sobre a qual temos direito de montagem, distribuição e comercialização exclusiva. Em 31 de março de 2016, a operação com a Timex foi automaticamente renovada por período adicional de 3 anos.

7.1 - Descrição das principais atividades do emissor e suas controladas

	A “Allora” é uma marca feminina de moda com foco em produtos econômicos, e tem como características principais: segmento: “Moda”; público-alvo: feminino adulto; tipo de produto: produtos analógicos femininos e combos; preço médio no varejo: R$ 190,00; e titularidade: marca própria.
	A “Touch” é uma marca jovem e moderna, distribuída exclusivamente através da nossa rede de franquias. Suas principais características são: segmento: “Moda”; público-alvo: adulto feminino e masculino; tipo de produto: relógios casuais analógicos e cronógrafos; preço médio no varejo: R$ 110,00; e titularidade: marca própria
	A “Dumont” é uma marca clássica e elegante com mais de 27 anos, reconhecida também por mesclar estilo e tendência a preços acessíveis. segmento: “Clássico”; público-alvo: adulto feminino e masculino tipo de produto: relógios analógicos, multifunção, cronógrafos e intercambiáveis. preço médio no varejo: R$ 220,00; e titularidade: marca própria
	A “Condor” é uma marca de moda casual, com coleções temáticas, a preços acessíveis. segmento: “Moda”; público-alvo: adulto feminino e masculino tipo de produto: relógios casuais e *fast fashion*, analógicos ou multifunção. preço médio no varejo: R$ 190,00; e titularidade: marca própria.
	As Marcas do “Grupo Fossil” são de estilistas internacionais reconhecidos mundialmente pela qualidade de seus produtos e por serem criadores de tendências no mundo da moda. segmento: “Moda”; público-alvo: adulto feminino e masculino; tipo de produto: relógios com design alinhado com as mais recentes tendências, analógicos e cronógrafos preço médio no varejo: R$ 230 para Adidas, e R$ 1000,00 para as demais; e titularidade: marcas sobre as quais temos direito de montagem, distribuição e comercialização. Em dezembro de 2016, o contrato foi renovado com validade até 31 de dezembro de 2025.

(ii) Criar e manter coleções de produtos aliados a tendências da moda

Desenvolvemos internamente quase a totalidade dos nossos produtos e temos como alicerce dois importantes princípios: (a) a renovação constante das nossas coleções, aliando tendências de moda relevantes ao posicionamento de cada marca; e (b) a criação e manutenção de uma coleção de produtos de linha que apresentam demanda recorrente e estável. Contamos com uma equipe

7.1 - Descrição das principais atividades do emissor e suas controladas

interna de *design* que, em 2017, foi responsável pela renovação de parte do nosso portfólio total sendo que tais lançamentos objetivam manter nossas marcas em destaque e atuais.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, os lançamentos representaram 45,0% da receita de produtos vendidos. A mesma equipe de *design* também é responsável pela manutenção da nossa coleção de produtos de linha, um conjunto de modelos (alguns com mais de 20 anos de história) que, ao longo dos anos, se tornaram produtos-chave de nosso portfólio, com forte identificação com as nossas marcas, e com demanda cativa por parte dos consumidores. No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, os itens de linha somados aos itens de catálogo representaram 55,0% da nossa receita de produtos vendidos.

(iii) Adquirir, receber e montar nossos produtos com rapidez, qualidade e custos baixos

Possuímos baixa imobilização de capital e um modelo de fornecimento de componentes ágil e flexível, resultando em curto espaço de tempo entre o desenvolvimento do produto e sua disponibilização para venda (*lead time*). Aliamos o processo de fornecimento de componentes com uma gama de fornecedores na China e no Japão (que, na data deste Formulário de Referência, totalizavam cerca de 25 fornecedores), ao processo de montagem do produto final em nossa unidade própria na Zona Franca de Manaus. Além disso, mantemos relacionamento direto com nossos fornecedores, o que torna nosso processo de produção mais eficiente, tanto em termos de custo – sem pagamento de comissões a intermediários –, quanto em relação à qualidade e à rapidez dos produtos finalizados.

(iv) Distribuir nossos produtos para uma rede de pontos de venda ampla e pulverizada, atendida por uma equipe de vendas própria e dedicada

Ao final de 2017, distribuímos nossos produtos para uma rede de mais de 10 mil clientes ativos, uma venda pulverizada geograficamente e sem concentração significativa em qualquer cliente individual ou rede de lojas. Estamos presentes em todos os Estados do Brasil, com participação de receita destacada nas regiões Norte e Nordeste, regiões cujo PIB tem registrado crescimento maior que a média nacional. Todos os nossos pontos de venda são atendidos diretamente por uma equipe de vendas própria e exclusiva, sem a intermediação de distribuidores terceirizados, gerando maior proximidade com o cliente e, consequentemente, maiores vendas. Além disso, iniciamos em setembro de 2010 a implementação de um projeto de varejo franqueado, impulsionado em julho de 2012 com a aquisição da Touch, a maior rede franqueadora de relógios brasileira. Na data deste Formulário de Referência, contamos com 72 pontos de venda exclusivos, sendo 53 “Touch” e 19 “Euro”. A unificação das equipes de gestão de franquias Euro e Touch e o foco que a Companhia vem dando a esse canal tem apresentando melhoras na rentabilidade.

Cabe destacar também as iniciativas de varejo através de sites e de *outlets*. Possuímos atualmente dez sites de comércio eletrônico. Nove deles são dedicados às marcas Technos, Mormaii, Fossil, Euro, Timex, Touch, Allora, Condor e Dumont, e o outro voltado para a venda online de nossas demais marcas, o Timecenter. Os sites são geridos internamente por nossa equipe de varejo, porém operados por empresas terceiras especializadas nessa prestação de serviço, servindo tanto ao propósito comercial, complementando as vendas, quanto ao propósito de *marketing*, oferecendo um canal de comunicação direto com o consumidor final e permitindo uma exposição completa de cada coleção e de suas respectivas características. Possuímos também dez outlets geridos. Os outlets são parte da estratégia de gestão de estoques, servindo como um canal para venda de produtos de baixo giro fora dos canais tradicionais da companhia e têm apresentado bom resultado de vendas. Pretendemos continuar a desenvolver este canal com novas aberturas em 2018.

Temos uma equipe de Administradores com grande experiência nos segmentos de relógio e de consumo, conciliando jovens talentos com profissionais com longo tempo de trabalho na nossa Companhia. Nossa equipe de vendas trabalha na nossa Companhia, em média, há 7,8 anos.

7.1 - Descrição das principais atividades do emissor e suas controladas

Contamos com um programa de participação nos lucros e resultados desde 1989, formalizado em 1995 por meio de acordo coletivo com os sindicatos relevantes para cada uma de nossas filiais, o qual utilizamos de forma agressiva para estimular resultados com base em uma mecânica de metas transparentes e objetivas.

7.1.a - Informações específicas de sociedades de economia mista

7.1-A. Indicar, caso o emissor seja sociedade de economia mista:

a. interesse público que justificou sua criação

Não se aplica, uma vez que a companhia é uma sociedade por ações de capital aberto, com controle difuso privado, e não uma sociedade de economia mista.

b. atuação do emissor em atendimento às políticas públicas, incluindo metas de universalização, indicando:

- **os programas governamentais executados no exercício social anterior, os definidos para o exercício social em curso, e os previstos para os próximos exercícios sociais, critérios adotados pelo emissor para classificar essa atuação como sendo desenvolvida para atender ao interesse público indicado na letra "a"**
- **quanto às políticas públicas acima referidas, investimentos realizados, custos incorridos e a origem dos recursos envolvidos – geração própria de caixa, repasse de verba pública e financiamento, incluindo as fontes de captação e condições**
- **estimativa dos impactos das políticas públicas acima referidas no desempenho financeiro do emissor ou declarar que não foi realizada análise do impacto financeiro das políticas públicas acima referidas**

Não se aplica, uma vez que a companhia é uma sociedade por ações de capital aberto, com controle difuso privado, e não uma sociedade de economia mista.

c. processo de formação de preços e regras aplicáveis à fixação de tarifas

Não se aplica, uma vez que a companhia é uma sociedade por ações de capital aberto, com controle difuso privado, e não uma sociedade de economia mista.

7.2 - Informações sobre segmentos operacionais

7.2 Em relação a cada segmento operacional que tenha sido divulgado nas últimas demonstrações financeiras de encerramento de exercício social ou, quando houver, nas demonstrações financeiras consolidadas, indicar as seguintes informações:

a) produtos e serviços comercializados

Nossa principal atividade é o desenvolvimento, a montagem e a venda de relógios. Adicionalmente, prestamos serviços de assistência técnica e vendemos peças de reposição para nossos produtos, as quais são faturadas aos clientes quando a garantia de fábrica dos relógios, que dura 12 meses a partir de sua venda, já houver expirado à época do conserto solicitado.

b) receita proveniente do segmento e sua participação na receita líquida do emissor

Tipos de Receita

Nossa receita operacional bruta consiste em receitas advindas: (i) da venda de relógios; e (ii) da prestação de serviços de assistência técnica. Esses negócios têm naturezas e processos distintos, sendo que a assistência técnica é utilizada como suporte para o negócio de venda de relógios. Nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2015, 2016 e 2017, a participação da Assistência Técnica na receita da companhia manteve-se quase constante devido à qualidade dos produtos, levando a baixo número de relógios para conserto e menor complexidade dos reparos.

Receita Bruta *(R$ milhões, exceto percentuais)*	**2015**	**(%) do Total**	**2016**	**(%) do Total**	**2017**	**(%) do Total**
Venda de Relógios	481,6	*98,0*	434,2	*97,9*	405,3	*98,3*
Assistência Técnica	9,8	*2,0*	9,4	*2,1*	7,1	*1,7*
Total	**491,4**	***100,0***	**443,6**	***100,0***	**412,4**	***100,0***

Também analisamos nossa receita de venda de relógios em função das categorias de relógios e por canal de distribuição. No caso das categorias de relógios, trabalhamos com três classificações, em função das características de posicionamento de cada marca a seus modelos: (i) clássico, englobando relógios mais tradicionais ("Clássico"); (ii) esporte, com relógios voltados a um estilo de vida ativo ("Esporte"); e (iii) moda, incluindo relógios ornamentados e voltados para a composição visual ("Moda").

No que diz respeito aos canais de distribuição, trabalhamos com duas classificações: (i) lojas especializadas, incluindo principalmente relojoarias, joalherias, óticas, lojas de acessórios e de artigos para presentes ("Lojas Especializadas"); e (ii) magazines, incluindo principalmente lojas de departamento, lojas *online*, clubes de compra, lojas de material esportivo, lojas de vestuário, lojas de artigos de surfe, lojas de eletroeletrônicos, supermercados, atacadistas e outros tipos de varejistas ("Magazines").

Categorias de Relógios

Considerando a venda de relógios por categoria, notamos crescimento da participação da receita da categoria "Moda", principalmente em função do bom crescimento das marcas "Allora", "Euro" e Touch", e da consolidação das marcas desse segmento pertencentes à Dumont, sem base de comparação no passado.

(R$ milhões, exceto percentuais)

Receita bruta de relógios por categoria	**2015**	***(%) do total***	**2016**	***(%) do total***	**2017**	***(%) do total***
Clássico	245,7	*51,0*	206,2	*47,5*	190,6	*47,0*
Esporte	53,2	*11,1*	54,2	*12,5*	50,7	*12,5*
Moda	182,7	*37,9*	173,8	*40,0*	164,0	*40,5*
Total	**481,6**	***100,0***	**434,2**	***100,0***	**405,3**	***100,0***

7.2 - Informações sobre segmentos operacionais

Tipos de Canais de Distribuição

No decorrer dos últimos três exercícios, a participação das vendas para magazines, que em 2017 representou 29,2% da receita com venda de relógios, aumentou em 3,7 pontos percentuais, em detrimento à venda para lojas especializadas. Esse segundo, que inclui também as vendas realizadas para franquias, continua sendo o principal segmento de vendas da Companhia, representando 70,8% da receita bruta com venda de relógios no exercício de 2017.

Receita bruta de relógios por canal de distribuição	2015	*(%) do total*	2016	*(%) do total*	2017	*(%) do total*
Lojas especializadas(1)	358,7	*74,5*	311,0	*71,6*	286,9	*70,8*
Magazines e outros	122,9	*25,5*	123,3	*28,4*	118,4	*29,2*
Total	**481,6**	*100,0*	**434,2**	*100,0*	**405,3**	***100,0***

(1) Inclui as vendas realizadas para franquias

c) lucro ou prejuízo resultante do segmento e sua participação no lucro líquido do emissor

Nosso lucro bruto foi de R$ 206,8 milhões em 2015, R$ 169,6 milhões em 2016, e R$ 155,1 milhões em 2017, com recuo de 8,5% comparando o desempenho de 2017 ante ao exercício anterior.

Na análise gerencial por tipos de receita, vemos que a venda de relógios representa a totalidade do nosso lucro bruto e que a prestação de serviços de assistência técnica demonstra prejuízo bruto. Isso ocorre devido ao fato de que concedemos um ano de garantia em nossos relógios e, portanto, arcamos com os custos desses serviços sem nenhuma contrapartida de receita no decorrer desse período. Entendemos que a prestação deste serviço é essencial para o suporte da venda de relógios, por aumentar a confiança e a percepção positiva do cliente e do consumidor.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, tivemos prejuízo bruto de assistência técnica, assim como no exercício anterior, devido ao fortalecimento da estrutura de pós-venda, de maneira a melhorar o serviço e a percepção de qualidade do Grupo Technos tanto por nossos clientes quanto pelo consumidor final.

Nosso lucro bruto decorrente da venda de relógios apresentou em 2017 diminuição em relação ao registrado no exercício social anterior, em razão da diminuição de vendas no período.

7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

7.3. Em relação aos produtos e serviços que correspondam aos segmentos operacionais divulgados no item 7.2, descrever

a) características do processo de produção

Possuímos um modelo de negócio que concilia agilidade e flexibilidade, ao aliar o desenvolvimento interno de produtos, com fornecimento de componentes por fornecedores estrangeiros, à montagem do produto final na nossa planta própria na Zona Franca de Manaus.

Em 31 de dezembro de 2017, o intervalo do produto desenvolvido até sua disponibilização para venda era de cerca de 120 a 180 dias, e a reposição de um modelo de produto já existente levava aproximadamente 90 a 150 dias. Esses prazos nos permitem capturar tendências de moda com rapidez e reagir com agilidade a vendas acima das nossas expectativas. Trabalhamos intensamente para diminuir o tempo entre o desenvolvimento e a disponibilização à venda dos nossos produtos, bem como para reduzir os custos associados a esse processo.

Desenvolvimento de Produto

Considerando que relógios são acessórios de moda, é importante que sejamos capazes de lançar durante todo o ano grande quantidade de modelos que consigam traduzir efetivamente e com rapidez as tendências de moda vigentes. Consideramos o processo de desenvolvimento de produtos como sendo um dos mais importantes no nosso modelo de negócio, de forma que dedicamos tempo e recursos substanciais a essa atividade.

Desenvolvemos internamente nossos relógios. Contamos com uma equipe interna composta por profissionais dedicados exclusivamente à criação e à administração de uma variedade de produtos de nossas marcas, sendo as responsabilidades pelo desenvolvimento de novos modelos divididas conforme abaixo descrito.

Nossa equipe interna é dividida em três coordenadorias:

- *Coordenadoria de Planejamento (Fase 1)*: responsável por definir a quantidade de produtos que precisaremos desenvolver a cada ano, dividindo nossas necessidades de acordo com marca, linha e sub-linha de produtos, e precificando nossos relógios dentro da rentabilidade esperada;
- *Coordenadoria de Tendência e Design (Fases 2 e 3)*: responsável por identificar as tendências de moda relevantes para cada uma de nossas marcas, desenhar os novos modelos, desenvolver os produtos em parceria com nossos fornecedores e manter nossa coleção de produtos de linha; e
- *Coordenadoria de Abastecimento (Fase 4)*: responsável pelo último passo na cadeia de criação de produto, qual seja, a interação com nossos fornecedores para colocação do pedido e acompanhamento da produção dos mesmos dentro dos termos acordados.

A equipe da nossa coordenadoria de tendência e *design* viaja diversas vezes ao ano para a Europa, Ásia e América do Norte e participa de duas das maiores feiras do segmento de relógios mundial, realizadas em Basileia, na Suíça, e em Hong Kong, para identificar as principais tendências de moda do segmento. Uma vez identificadas, essa equipe tem a função de traduzir tais tendências, desenhar os modelos e desenvolver os produtos em parceria com os nossos fornecedores, conciliando as necessidades estéticas e funcionais de cada produto ao custo e tempo de produção oferecidos por cada fornecedor. Em 2017, 53,1% do nosso volume de produtos vendidos correspondeu a novos modelos de relógios desenvolvidos pelo nosso departamento de tendência e *design*, excluindo os relógios troca-pulseiras.

7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

Além disso, a equipe de tendência e *design* também é responsável pela manutenção da nossa coleção de produtos de linha, que são modelos que ao longo dos anos se tornaram produtos-chave de nosso portfólio e possuem demanda recorrente e estável. Esses produtos de linha responderam por 32,6% do nosso volume de produtos vendidos no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017.

Nossos produtos são desenhados dentro de dois macro-ciclos (primavera/verão e outono/inverno), sendo introduzidos no mercado mensalmente, com exceção dos meses de janeiro e dezembro, e suportados por seis ciclos de *marketing* aliados às principais datas comemorativas no Brasil. Acreditamos que a disciplina de desenvolvimento e lançamento de produtos mensalmente é uma grande vantagem, por proporcionar aos nossos clientes e aos consumidores novidades a todo momento, estimulando o consumo e facilitando também a venda de produtos de catálogo.

Na data deste Formulário de Referência, o processo de criação tinha duração de aproximadamente 120 a 180 dias, desde o produto desenvolvido até o recebimento, controle de qualidade e montagem do produto acabado e disponibilização para venda. Acreditamos que essa agilidade representa um ponto forte da nossa Companhia por nos permitir antecipar tendências ou responder com mais rapidez a tendências de mercado.

Fornecimento de Componentes

Contamos com 25 fornecedores na China e no Japão na data deste Formulário de Referência, os quais são responsáveis pela manufatura de todos os componentes de nossos relógios, dentre eles: pulseira, caixa, vidro e maquinismo. Nossos cinco fornecedores principais responderam por 70% das nossas compras nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2017, e os demais são fornecedores específicos que responderam pelos outros 30%. Essa rede de fornecedores estabelecidos nos permite usufruir da rapidez, eficiência e experiência de cada um deles, sem a necessidade de investir nosso capital na produção dos componentes em si. Trabalhamos diretamente com nossos fornecedores, sem qualquer tipo de intermediação ou presença de distribuidores, e mantemos longos relacionamentos comerciais, sendo que em alguns casos chegam a exceder 20 anos. Isso nos permite negociar de forma mais vantajosa com eles, tanto do ponto de vista de custos quanto do ponto de vista de facilidade e agilidade no processo de desenvolvimento de produto. Não mantemos contratos de longo prazo com nossos fornecedores, de forma que nossos pedidos são colocados por meio de ordens individuais, o que nos permite escolher nossos parceiros de acordo com os menores prazos, melhores preços e maior qualidade oferecidos.

Em setembro de 2010, abrimos um escritório na cidade de Shenzen, na China, próximo a fábricas de grande parte dos nossos fornecedores, com o objetivo de estreitar ainda mais o relacionamento e garantir um controle de qualidade na origem que minimize as inconformidades dos componentes e os atrasos na entrega.

Controle de Qualidade e Processo de Montagem

Nosso processo interno de controle de qualidade inicia-se por meio de nosso escritório na China, que participa desse processo atuando na conferência parcial dos produtos e no controle da qualidade dos componentes produzidos por nossos fornecedores. Após aprovação pelo nosso escritório na China, a totalidade dos componentes dos relógios que vendemos é recebida em nossa planta de montagem na Zona Franca de Manaus, onde iniciamos os trabalhos internos de montagem dos relógios, sob a liderança de três gerências distintas: (i) gerência de materiais; (ii) gerência de qualidade; e (iii) gerência de produção.

A gerência de materiais inicia o processo de montagem dos relógios desembalando e conferindo os componentes recebidos de nossos fornecedores, e inserindo tais componentes no nosso sistema de gestão de estoque.

Na sequência, a gerência de qualidade testa e assegura as especificações de cada componente. Trabalhamos estritamente sob as regras editadas pela ABNT, realizando tanto um teste amostral de medições e especificações em cada componente individual, quanto montando um lote inicial de

7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

relógios para assegurar a qualidade do produto acabado e realizar testes de prova d'água. Se os testes amostrais forem positivos, o lote é aprovado e os componentes são direcionados ao almoxarifado, ficando disponíveis para montagem. Caso contrário, realizamos novamente os testes, não mais utilizando apenas uma amostra e sim o lote completo. Os componentes aprovados são direcionados ao almoxarifado e ficam disponíveis para montagem, enquanto os produtos reprovados são reservados e destinados a retrabalho interno ou a reposição por parte do fornecedor. Trabalhamos fortemente em duas frentes: (i) a solidificação dos processos de conferência e controle de qualidade; e (ii) a melhoria na qualidade do material enviado pelo fornecedor. Acreditamos que nossa excelência nesses processos gera um diferencial competitivo em relação a outras empresas com menor *expertise* e menores investimentos em qualidade, pois protege o consumidor e reduz o tempo e as perdas envolvidas com estoques de produtos defeituosos, bem como a prestação de serviços de assistência técnica.

Uma vez que os componentes estão disponíveis no almoxarifado, cabe à gerência de produção a tarefa de realizar a montagem dos *kits* de componentes e a transformação em produto acabado. Essa montagem ocorre em etapas, sendo iniciada com a preparação dos componentes, seguindo para o encaixamento, e sendo concluído com o empulseiramento dos relógios. Durante todo esse processo de montagem, temos ainda a ação do departamento de qualidade, que verifica, a cada etapa, a qualidade dos produtos montados e realiza teste de prova d'água em todos os relógios. Depois de montado e testado, o relógio segue para o cofre de produto acabado, onde fica disponível para venda.

As diretrizes de todas essas etapas são estabelecidas pela área de planejamento e controle da produção ("PCP"), que centraliza as informações fornecidas pela área comercial, pela área de *marketing* e por nossa planta de montagem para definir as prioridades de trabalho de materiais, qualidade e produção. Ao centralizar todas essas informações, a área de PCP é capaz de definir quais são os produtos mais aguardados pela área comercial e de *marketing*, ou os produtos que têm menor posição de estoque e, assim, direcionar nossa força de trabalho para gerar o resultado mais eficiente possível. Dessa forma, evitamos tanto a insuficiência de estoque, que gera perda de vendas, quanto à produção desnecessária de produtos com alto estoque, que gera custos de capital de giro.

Contamos com uma planta de montagem eficiente em Manaus, com 8.570 m^2 que, em 31 de dezembro de 2016, contava com aproximadamente 297 funcionários. No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2017, produzimos 2,4 milhões de relógios. Desde 2008 temos capturado ganhos significativos de produtividade, nos aproximando de *benchmarks* relatados por alguns de nossos

7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

fornecedores chineses. Em 2017, perdemos em produtividade da produção em -3%. Com isso, estamos buscando melhorar o nível dos indicadores de nossa fábrica por meio do estabelecimento de metas objetivas para cada gerência em Manaus e, por meio da adoção de metodologia de análise de desvios, correção de rumos e divulgação em tempo real dos resultados obtidos em cada gerência e em cada linha de montagem, inspeção, conferência e despacho.

Adicionalmente, alteramos, a partir do exercício social de 2009, o plano de participação dos funcionários em nossos lucros e resultados para que a remuneração estivesse ligada ao grau de atingimento dessas metas ao final de cada ano. Acreditamos que essa eficiência e agilidade nos conferem uma vantagem competitiva ao permitir margens melhores na venda dos relógios e prazos mais curtos de lançamento.

Processo de Pós-Venda

Nosso processo de pós-vendas compreende as seguintes atividades: (i) reparo de nossos relógios, tanto dentro quanto fora do prazo de garantia; (ii) venda de peças sobressalentes para clientes e Consumidores; e (iii) atendimento telefônico e eletrônico por meio de central dedicada, com esclarecimento de dúvidas e fornecimento de informações. Acreditamos, com suporte em pesquisas realizadas com nossa base de clientes, que um departamento de pós-vendas rápido e eficiente está entre os cinco principais fatores motivacionais para um Cliente trabalhar com um determinado fornecedor de relógios. Dispomos de uma estrutura de pós-venda robusta e com alto grau de eficiência, baseado em grande número de oficinas próprias com equipes de relojoeiros experientes e processos padronizados.

Em 31 de dezembro de 2017, contávamos com 10 escritórios próprios e 1 Centro de Operações, e 166 funcionários de pós-venda. Essas equipes estão presentes nas principais capitais brasileiras, conforme mapa abaixo, e respondem por quase a totalidade do volume de reparos solicitados à assistência técnica.

Nossas filiais no Brasil

Além disso, contamos com pontos de assistências técnicas terceirizados, principalmente em áreas de menor cobertura. Possuímos presença física nas principais capitais brasileiras, atendendo tanto clientes quanto consumidores em relação ao andamento de reparos solicitados, orçamentos, compra de peças sobressalentes, características de produtos e endereço de varejistas mais próximos. Contamos com 14 posições de atendimento ao cliente, com volume de aproximadamente 110 mil chamadas atendidas no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017.

De acordo com nossas estimativas internas, realizadas com base em comparações com empresas do segmento no Brasil e no mundo, nossos índices de eficiência, rapidez e satisfação estão no nível das melhores operações mundiais de relógios. Ao final de 2017, atingimos prazo médio de conserto de um relógio de 13,4 dias, com aproximadamente 56,08% dos serviços sendo realizados durante a visita do consumidor, sem necessidade de retorno. Nossa produtividade do reparo aumentou em

7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

10,5% entre os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2017 e 2015.

b) características do processo de distribuição

Em 31 de dezembro de 2017, distribuíamos nossos produtos por meio de uma rede de 11 mil clientes Ativos. Nosso principal canal de distribuição são Lojas Especializadas, como relojoarias, joalherias e óticas. A grande maioria dessas lojas especializadas são negócios familiares, nos quais o dono opera de um a três pontos de venda, muitas vezes com vários anos de tradição. Temos também algumas redes regionais de expressão dentro de seus próprios Estados que detêm de quatro até 20 lojas. A categoria “Lojas Especializadas” inclui o nosso projeto de varejo franqueado, iniciado em setembro de 2010 e impulsionado com a aquisição da “Touch” em 2012. Na data deste Formulário de Referência, o canal de varejo próprio contava com 72 franquias, sendo 19 “Euro” e 53 “Touch”. Cabe destacar também as iniciativas de varejo através de sites e de *outlets*. Possuímos atualmente dez sites de comércio eletrônico. Nove deles são dedicados às marcas Technos, Mormaii, Fossil, Euro, Timex, Touch, Allora, Condor e Dumont, e o outro voltado para a venda online de nossas demais marcas, o Timecenter. Os sites são geridos internamente por nossa equipe de varejo, porém operados por empresas terceiras especializadas nessa prestação de serviço, servindo tanto a um propósito comercial, complementando as vendas, quanto a um propósito de marketing, oferecendo um canal de comunicação direto com o consumidor final e permitindo uma exposição completa de cada coleção e suas respectivas características. Possuímos também dez *outlets* geridos. Os outlets são parte da estratégia de gestão de estoques, servindo como um canal para venda de produtos de baixo giro fora dos canais tradicionais da companhia e tem apresentado um bom resultado de vendas. Além disso, distribuímos nossos produtos por meio de Magazines, que consistem em lojas de departamento de abrangência regional e nacional, com destaque para as que enfatizam produtos de moda, assim como grandes varejistas virtuais.

Temos relacionamentos bem estabelecidos com nossos clientes, em função do nosso histórico de longa data no mercado nacional, da nossa tradição de 60 anos e do longo relacionamento com nossa equipe de vendas, cujo tempo médio de trabalho na nossa Companhia é de 7,8 anos. Acreditamos que esse relacionamento direto com nossa rede de clientes nos proporciona maior capacidade de negociação e maior entendimento do comportamento de nossos consumidores.

Acreditamos ter atualmente a maior rede de distribuição do mercado em nosso segmento, a qual é muito bem distribuída geograficamente, de forma que conseguimos atingir uma escala significativa, e ocupar participações de mercado relevantes em regiões mais distantes dos grandes centros. Nossa distribuição por regiões demonstra representatividade destacada nas regiões Norte e Nordeste, cujo PIB vem crescendo a taxas superiores à média nacional. A falta de concentração também nos favorece, por nos permitir maior poder de negociação e por reduzir riscos associados a qualquer cliente específico. Nenhum cliente representou, no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2017, mais de 3% da nossa receita. Por fim, a natureza multiproduto da grande maioria dos nossos clientes representa uma oportunidade de expansão importante no futuro, pois, poderemos usar os relacionamentos existentes para vender outras categorias de produtos já vendidos por muitos de nossos clientes, tais quais semijóias e óculos de sol. Essas características da nossa rede de distribuição representam importantes vantagens competitivas e nos garantem um posicionamento muito diferenciado.

A tabela abaixo demonstra nossas vendas por região geográfica:

Região	%
Centro Oeste	5,21%
Nordeste	23,14%
Norte	11,81%
Sudeste	45,88%
Sul	13,97%

Fonte: Companhia

7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

Equipe de Vendas

Nossa equipe de vendas é exclusiva para os nossos produtos e composta apenas de funcionários próprios, os quais são dotados com as ferramentas e estrutura necessárias para a venda, como automóvel, notebook e celular. Acreditamos que essa equipe de vendas é uma grande vantagem competitiva em relação ao mercado em que atuamos, que geralmente trabalha com profissionais autônomos ou empresas de representação sem regime de exclusividade, que muitas vezes não têm os recursos necessários ou o comprometimento esperado com a empresa para desenvolver um trabalho consistente e satisfatório.

Nossa equipe de mais de 194 profissionais de vendas atende a toda nossa rede de clientes. A venda é realizada em visitas feitas por nossos profissionais aos clientes, utilizando um catálogo virtual desenvolvido internamente e acessado via internet por meio de um *notebook*. Após realizadas, as vendas são enviadas eletronicamente para nossa matriz, onde o crédito do cliente é analisado e o pedido é faturado.

Nossos profissionais de venda são remunerados não só por comissão, mas também por uma estrutura de prêmios baseada em metas mensais, trimestrais e anuais de cada região atendida, sempre com base nas vendas a valor presente, e deduzindo a inadimplência e a devolução, o que garante maior alinhamento com os nossos objetivos.

Logística Interna e Transporte

Todos os nossos relógios são transportados de Manaus diretamente para nossos lojistas. A logística interna, desde a gestão do cofre até o faturamento, separação do produto e embalagem é feita por equipe própria de aproximadamente 73 pessoas, sob a gestão de um gerente de logística. Trabalhamos atualmente com um processo de faturamento em três rodadas ao longo do dia, e o tempo médio entre o faturamento e o despacho dos produtos foi de aproximadamente 2,3 dias corridos em 2017. Nossa agilidade no despacho de nossos produtos também é extremamente relevante para os nossos negócios, contribuindo para a chegada mais rápida do produto à vitrine do lojista.

O transporte em si dos produtos a partir de nossa planta em Manaus é feito principalmente pelos Correios e por sete transportadoras privadas, por meio de transporte aéreo. A escolha dos prestadores de serviço é feita no momento do faturamento, levando em consideração a tabela de custos e de prazo oferecida por cada um deles. Recebemos diariamente das transportadoras privadas arquivos eletrônicos que nos permitem acompanhar a entrega dos produtos para nossos clientes.

c) características dos mercados de atuação

Atuamos no mercado brasileiro de relógios desde nossa fundação em 1956. O mercado brasileiro não sofreu grandes variações nos últimos cinco anos e acompanhou o cenário econômico do país, segundo a SUFRAMA e o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio. No ano de 2017, o mercado brasileiro totalizou 8,7 milhões de unidades vendidas, com valor estimado de atacado de R$ 1,1 bilhão, representando queda de 2,9% em relação ao ano anterior, de acordo com dados da SUFRAMA. Nosso mercado, em termos de receita, é dominado por fabricantes e marcas nacionais com presença na Zona Franca de Manaus. Os produtos internacionais têm atuação mais destacada nos extremos da cadeia de valor – produtos muito baratos, muitas vezes sem marca, ou produtos muito caros, geralmente importados da Suíça.

Uma das principais características de nosso mercado é a constante evolução na forma de consumo do produto. No passado, o relógio era visto principalmente como um item de necessidade básica, com foco em sua funcionalidade de medir o tempo. Ao longo dos últimos 20 anos, o relógio passou a ser consumido como acessório de moda, valorizado não só pela sua funcionalidade, mas também

7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

pela sua capacidade de compor um visual e de expressar a identidade e o humor do consumidor. Essa tendência no padrão de consumo de relógios favorece o segmento, à medida que cada consumidor passa a deter diversos modelos de relógio, cada um deles apropriado para uma diferente ocasião de uso e um diferente visual.

i. participação em cada um dos mercados

De acordo com dados divulgados pela SUFRAMA, tivemos uma participação de mercado em 2017 entre os fabricantes da Zona Franca de Manaus de 38%. Segundo nossas estimativas, baseadas em dados da SUFRAMA, somos líderes de mercado desde 1988 em termos de receita.

ii. condições de competição nos mercados

Mercado Mundial

De acordo com relatórios elaborados pela Reuters, o mercado mundial de relógios atingiu U$ 46 bilhões em 2009. A consultoria Global Industry Analysts, Inc estima que os mercados europeu e americano representem, em conjunto, aproximadamente 50% desse montante, e que os mercados de outras regiões respondam pela outra metade.

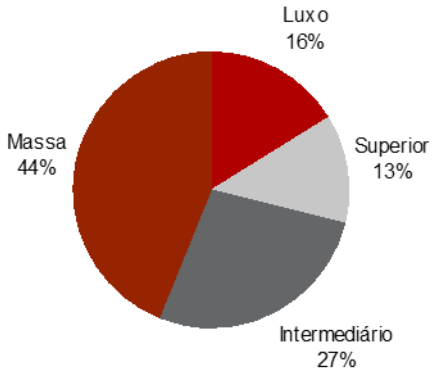
Do ponto de vista de produto, podemos classificar o mercado por tipo de produto e por posicionamento de preço.

Em relação ao tipo, os produtos são classificados de acordo com o maquinismo utilizado nos relógios, que pode ser movido a quartzo ou mecânico, e por sua maneira de demonstrar o tempo, que pode ser analógica ou digital. Relógios quartzo analógicos representam a grande maioria dos produtos fabricados no mundo, respondendo por aproximadamente 81% da produção mundial segundo a consultoria Global Industry Analysts, Inc. Ainda segundo essa mesma fonte, os relógios quartzo digitais respondem por aproximadamente 17% da produção mundial, e os relógios mecânicos representam os 2% remanescentes.

A classificação por posicionamento de preço traduz a qualidade dos materiais utilizados e a força da marca do relógio. Podemos dividir o mercado em quatro segmentos: (i) relógios de massa, com preços no varejo abaixo de US$ 50,00 (“Massa”); (ii) relógios intermediários, com preços no varejo entre US$ 50,00 e US$ 300,00 (“Intermediário”); (iii) relógios superiores, com preços no varejo entre US$ 300,00 e US$ 1.000,00 (“Superior”); e (iv) relógios de luxo, com preços no varejo acima de US$ 1.000,00 (“Luxo”). Os relógios do segmento Massa geralmente possuem materiais de menor qualidade e muitas vezes não carregam uma marca ou carregam uma marca própria de cada varejista (*private label*). Já os relógios da categoria Intermediário, Superior e Luxo contêm materiais de maior qualidade e valorizam mais a marca e o posicionamento dos produtos. No mercado mundial, aproximadamente 56% dos relógios vendidos pertencem a uma dessas três últimas categorias, segundo a consultoria Global Industry Analysts, Inc e conforme o gráfico abaixo:

7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

Mercado Global de Relógios - Segmento (2009)



Fonte: Global Industry Analysts, Inc

O mercado global de relógios é altamente fragmentado, com multiplicidade de marcas e fabricantes locais. Poucas empresas conseguem ter participações de mercado relevantes em muitos países, com destaque principal para a Swatch Group, que, na data deste Formulário de Referência, congrega em seu portfólio 18 marcas.

Uma das principais tendências comportamentais inclui a crescente percepção dos consumidores ao utilizar os relógios como itens de moda, não mais como instrumentos funcionais utilizados apenas para mostrar as horas. Essa mudança na percepção encoraja os consumidores a comprar e possuir diversos relógios diferentes, para usá-los como acessórios em diferentes estilos ou personificar um *status* socioeconômico específico. Acreditamos que essa mudança de comportamento do consumidor de relógios é semelhante ao fenômeno de transformação das bolsas de produtos utilitários a acessórios *fashion*, que contribuiu para grande crescimento da indústria de bolsas na década de 2000.

Do ponto de vista industrial, existem dois grandes pólos de produção de relógios no mundo: (i) a Suíça, que concentra a grande maioria dos fabricantes de relógios do segmento Luxo, os quais se diferenciam pela sua qualidade técnica e pelos materiais usados, o que contribui para preços elevados; e (ii) a China, que concentra a produção da maioria dos outros tipos de relógios, desde produtos sem marca ou *private label*, até relógios de moda com forte componente de marca. Até mesmo alguns componentes dos relógios de luxo são produzidos na China, e seguem para acabamento nos ateliês da Suíça. Além disso, o Japão concentra parte significativa do mercado de maquinismos, porém tem menos expressão na fabricação dos outros componentes do relógio.

Mercado Nacional

Segundo dados da SUFRAMA e do Ministério do Desenvolvimento e Indústria, o mercado brasileiro movimentou, no ano de 2017, 8,7 milhões de relógios, representando valor estimado de R$1,1 bilhão no atacado. Acreditamos que o valor do mercado corresponda a aproximadamente R$ 2,2 bilhões no varejo, considerando uma marcação estimada de duas vezes.

Ainda segundo dados da SUFRAMA, nosso mercado demonstrou evolução nos últimos anos. No ano de 2011, ano de grande recuperação, o mercado cresceu 22,1%. No ano de 2012, o mercado cresceu 13,9%, no ano de 2013 cresceu 2,7%, no ano de 2014 cresceu 2,1% e no ano de 2015 cresceu 3,5% versus o ano anterior. Em 2016, o mercado decresceu 6,1% e, em 2017, -2,9% versus o ano anterior e acompanhou o cenário econômico do país.

Atribuímos o desempenho dos últimos anos a uma série de fatores, dentre eles:

7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

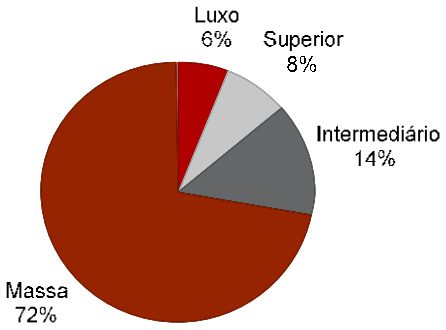
(i) ***Desempenho Econômico:*** Entre os anos de 2010 e 2014, o País passou por período de crescimento econômico, com alta consecutiva no PIB. Em 2015 e 2016, enfrentou anos de crise, com a maior recessão de sua história recente, e dois anos consecutivos com recuo de 3,5% do PIB. Em 2017, a evolução do PIB voltou a ser positiva, em 1%, porém sobre base bastante retraída. O resultado mostra que a economia brasileira começou a se recuperar em 2017, mas ainda não repõe as perdas da atividade econômica na crise, quando foi registrada elevação significativa da taxa de desemprego e redução da renda média dos trabalhadores.

(ii) ***Renda da Classe Média***: O crescimento de renda da classe média, principalmente da Classe B e da Classe C, foi destaque no crescimento econômico brasileiro em anos recentes. Segundo dados do IBGE, desde 2005, cerca de 27 milhões pessoas migraram para a classe C, que passou a representar aproximadamente 55% da população brasileira. Essa tendência foi interrompida em função da crise econômica enfrentada a partir de 2015. A expectativa futura de grande parte dos economistas é que a classe média volte a crescer, não apenas em razão de aumento no número de pessoas na Classe C, mas também em razão da migração gradual da Classe C para Classe B.

Ainda que nosso portfólio atualmente contenha marcas *premium* voltadas à classe A, a maior parte de nossa receita vem de marcas e produtos direcionados principalmente para as Classes B e C, e um aumento do nosso público consumidor é refletido no nosso volume de vendas. Além disso, nossos relógios, assim como outros produtos de vestuário e acessórios de moda, têm caráter de consumo não-essencial e, portanto, tendem a se beneficiar do aumento da renda.

(iii) ***Mudança Histórica e Consolidada do Consumo de Relógios***: A forma de consumo dos nossos produtos evoluiu nas últimas décadas, passando de um item de necessidade básica para um acessório de moda, incentivando a propriedade de vários modelos por cada consumidor. Notamos também a atração maior pelo consumo de relógios de marca, os quais possuem atributos que extrapolam a mera funcionalidade dos produtos, seja pela tradição da marca ou por sua exposição na mídia. Acreditamos que, nos próximos anos, o número de produtos vendidos aumente, bem como o consumo de produtos nas categorias Intermediário, Superior e Luxo, em detrimento aos relógios da categoria Massa. Essa tendência já é observada quando comparamos as características do mercado mundial descrito nesta própria seção do Formulário de Referência, com o mercado latino americano, que é menos desenvolvido. Estudos apontam que no mercado latino, 72% dos relógios consumidos são relógios da categoria Massa e 28% são relógios das categorias Intermediário, Superior ou Luxo, conforme gráfico a seguir, proporção inversa ao mercado mundial, com 44% e 56%, respectivamente.

Mercado Latino Americano de Relógios - Segmento (2009)



Fonte: Global Industry Analysts, Inc

(iv) ***Aumento do Canal de Distribuição***: O mercado de relógios nacional cresceu em conjunto com seu canal de distribuição. O número de joalherias, relojoarias e óticas têm crescido em função do aumento do número de *shopping centers* e, no início da década, também do crescimento econômico do País. Além disso, outros canais menos tradicionais, como lojas de departamento voltadas para moda, lojas de acessórios e lojas *online* também têm aumentado sua relevância no segmento.

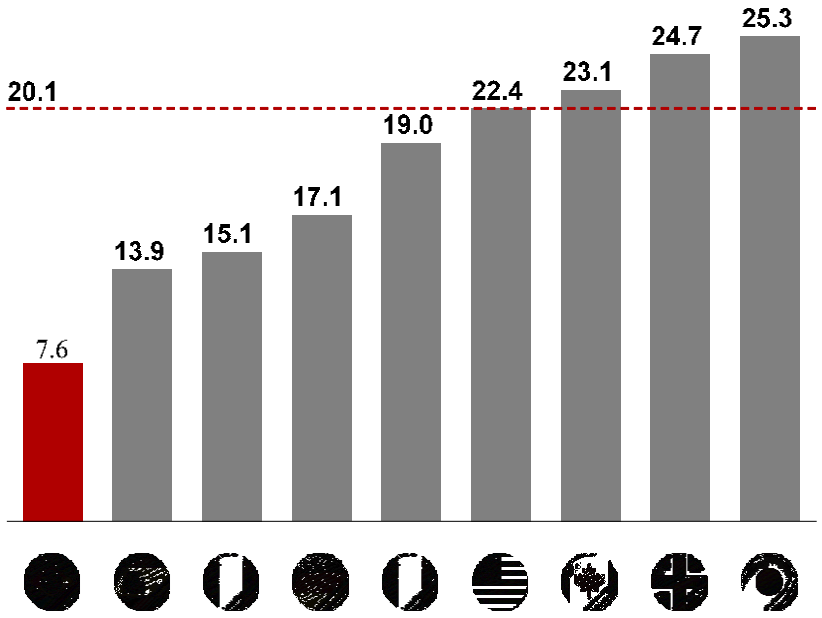
7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

(v) ***Introdução de Novos Produtos*****:** A indústria relojoeira mundial e nacional tem se caracterizado pela inovação no *design* e no uso de materiais. Apenas nos últimos dez anos, tivemos diversas inovações importantes, como os relógios de acrílico e de cerâmica, que trouxeram novos incentivos de compra para os consumidores. No mercado nacional, merece destaque o produto troca-pulseiras, que é composto por um único módulo e um *kit* com diversas pulseiras, caixas e aros intercambiáveis. Esse produto, lançado no Brasil na década de 1980 e relançado em 2009, foi um grande sucesso, especialmente entre o público infanto-juvenil, ao longo do ano de 2010 e 2011, tendo reduzido a sua participação após a disseminação, de acordo com a característica cíclica de produtos de moda. As inovações de produto auxiliam a ampliação do mercado consumidor, trazendo clientes que não consumiam ou que não consumiam de forma frequente.

Apesar do crescimento expressivo dos últimos anos, ainda podemos considerar o mercado brasileiro sub-penetrado. Segundo a consultoria Global Industry Analysts, Inc, vemos uma distância muito grande no gasto com relógios per capita no Brasil em comparação a economias desenvolvidas da Europa, América do Norte e Japão, conforme gráfico a seguir:

Consumo anual de relógios no mundo (2010)

(Valores em US$ por pessoa)



Fonte: SUFRAMA, Aliceweb, Global Industry Analysts Inc. "Watches e Clocks"

Concorrentes no Mercado Nacional

Nosso mercado é altamente competitivo. Nossos principais concorrentes são as demais empresas do polo relojoeiro da Zona Franca de Manaus, as quais têm décadas de experiência e conjuntos de marcas bastante relevantes. Destacamos três concorrentes que, em conjunto conosco, respondiam, em 31 de dezembro de 2017, pela quase totalidade do volume do polo relojoeiro da Zona Franca de Manaus, de acordo com dados do SUFRAMA: Seculus, Orient e Magnum. Esses três concorrentes têm forças regionais e portfólios de marcas diversificados, apresentando desafios maiores em posicionamentos específicos. A Seculus tem presença forte no Estado de Minas Gerais e atuação muito importante com a marca "Mondaine", direcionada ao público feminino de menor poder aquisitivo, atingindo diretamente as Classes C e D. A Orient, com sua marca homônima, concorre diretamente com a marca "Technos", de posicionamento similar, além de ter presença expressiva na região Nordeste com a marca "Lince". A Magnum tem como marca principal a "Champion" e os relógios troca-pulseiras, que concorrem diretamente com a nossa marca "Mariner". Em 22 de março de 2013, adquirimos o Grupo Dumont Saab, aumentando nosso portfólio para 20 marcas, sendo sete

7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

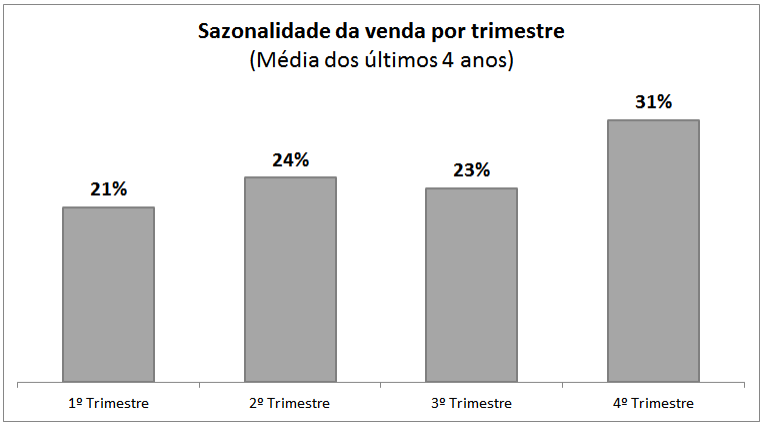
próprias (já considerando “Euro” e “Allora”) e treze licenciadas. Além da integração das marcas próprias “Dumont” e “Condor”, ganhamos maior representatividade no segmento moda por meio da parceria com o Grupo Fóssil, a qual nos permitiu distribuir no Brasil algumas das mais desejadas marcas internacionais de relógios, incluindo “Fossil”, “Michael Kors”, “Marc Jacobs”, “Armani Exchange”, “Emporio Armani”, “Diesel”, “DKNY”, “Tory Burch”, “Burberry”, “Skagen” e “Adidas”. Com isso, nos tornamos líder em cada uma das categorias mais relevantes do setor no Brasil (Clássico, Esporte e Moda).

Além dessas empresas, concorremos também com as importações diretas de relógios montados, tanto nas faixas mais baixas quanto nas faixas mais elevadas de preço. A concorrência de relógios mais baratos nos afeta principalmente em relação a consumidores que buscam relógios apenas pela funcionalidade que eles apresentam, já que, na maioria das vezes, esses relógios não têm marcas ou têm marcas inexpressivas. Já a concorrência de relógios mais caros nos afeta em relação a consumidores mais afluentes, especialmente os da Classe A, os quais costumam conhecer melhor e valorizar marcas estrangeiras, além de realizar uma parcela de suas compras no exterior.

Em um sentido mais amplo, consideramos também a concorrência em relação a outros acessórios de moda. Dada a tendência observada do consumo de relógio como acessório de moda, passamos a competir com outros acessórios, tais quais óculos e semijóias, pelo direcionamento da renda disponível para esse mesmo tipo de gasto.

d) eventual sazonalidade

O segmento de relógios é sensível à sazonalidade do varejo como um todo, principalmente às principais datas comemorativas no Brasil: Natal, Dia das Mães, Dia dos Namorados e Dia dos Pais. Trabalhamos no mercado de atacado, de forma que geralmente temos um pico de vendas no mês que antecede à data comemorativa, para que o Cliente possa receber e expor a mercadoria em tempo razoável para realizar a venda ao Consumidor. Esta sazonalidade pode ser vista na média trimestral das nossas receitas, conforme gráfico abaixo:



Fonte: Companhia

Além dessas datas, também somos impactados pelas principais feiras nacionais do segmento, nas quais os clientes são apresentados ao lançamento das principais coleções e muitas vezes realizam pedidos expressivos. As principais feiras nacionais do segmento são, em ordem de importância pelo volume de vendas gerado para a nossa Companhia: a Feira de Angra dos Reis, geralmente realizada em outubro, a Feira do Windsor, geralmente realizada em março no Rio de Janeiro, e a Feira de Gramado, geralmente realizada em setembro. A Feira de Angra dos Reis tem abrangência nacional e é especializada no mercado de relógios, assim como a Feira do Windsor, que atende ao público mais concentrado na região Sudeste. A Feira de Gramado é focada tanto no segmento de relógios quanto no de óculos, com maior relevância para a Região Sul.

Por fim, a sazonalidade das vendas também pode sofrer ligeira alteração em função de uma

7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

quantidade maior de lançamentos em determinado mês, ou em razão da maior ou menor aceitação desses lançamentos.

e) principais insumos e matérias primas

i. descrição das relações mantidas com fornecedores, inclusive se estão sujeitas a controle ou regulamentação governamental, com indicação dos órgãos e da respectiva legislação aplicável

Compramos os principais componentes de nossos relógios, como pulseiras, caixas, vidros e maquinismos de uma rede de 25 fornecedores na China e no Japão na data deste Formulário de Referência, sendo que cinco desses fornecedores responderam por 70% das nossas compras no último ano. Nenhum fornecedor individual foi responsável pelo fornecimento de mais de 30% das nossas compras no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017. Mantemos relacionamento de longo prazo com nossos fornecedores, sendo cada pedido colocado de forma independente, o que nos permite manter a flexibilidade para optar pelo fornecedor que nos atenda com menores prazos, melhores preços e maior qualidade. Não obstante, mantemos longos relacionamentos comerciais com nossos fornecedores, sendo que alguns destes relacionamentos superam 20 anos, o que nos permite negociar de forma mais vantajosa com eles e facilita o processo de desenvolvimento de produto. Não estamos sujeitos a controle ou regulação governamental.

ii. Eventual dependência de poucos fornecedores

Conforme informado no item 7.3.(e.i) deste Formulário de Referência, trabalhamos com uma variedade de fornecedores de matérias-primas e componentes. Nesse sentido, o fornecimento dos insumos e matérias-primas é realizado de forma pulverizada, sendo que não dependemos de qualquer fornecedor específico para exercer nossas atividades. No caso de não podermos contar com um de nossos cinco fornecedores chave, temos a possibilidade de alterar pedidos para outros fornecedores, com provável atraso, dependendo da capacidade disponível desses outros fornecedores.

iii. Eventual volatilidade em seus preços

Nosso custo de produtos corresponde principalmente ao custo dos componentes comprados dos nossos fornecedores estrangeiros e da mão-de-obra e custos indiretos agregados dentro do nosso processo de montagem em Manaus, sendo que o primeiro representou aproximadamente 75% do total, e o segundo 25% no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017.

No caso dos componentes comprados de nossos fornecedores estrangeiros, estamos expostos às variações do preço da matéria prima utilizada na manufatura desses componentes, do custo de mão-de-obra de nossos fornecedores e do câmbio. No período de 2015 a 2017 (inclusive), experimentamos variação pequena nos custos de mão-de-obra.

No caso de mão-de-obra no processo de Manaus, tivemos dissídio salarial de 6,23%, 11,27% e 6,58%, equivalente ao INPC, nos anos de 2015, 2016 e 2017, respectivamente.

7.4 - Clientes responsáveis por mais de 10% da receita líquida total

7.4. Identificar se há clientes que sejam responsáveis por mais de 10% da receita líquida total do emissor, informando:

a) montante total de receitas provenientes do cliente

Não se aplica, pois no exercício de 2017, não houve qualquer cliente responsável por mais de 10% da nossa receita líquida total.

b) segmentos operacionais afetados pelas receitas provenientes do cliente

Não se aplica, pois no exercício de 2017, não houve qualquer cliente responsável por mais de 10% da nossa receita líquida total.

7.5 - Efeitos relevantes da regulação estatal nas atividades

7.5 Descrever os efeitos relevantes da regulação estatal sobre as atividades do emissor, comentando especificamente

a) necessidade de autorizações governamentais para o exercício das atividades e histórico de relação com a administração pública para a obtenção de tais autorizações

A montagem de relógios, por ser considerada uma atividade potencialmente poluidora, nos obriga à realização do licenciamento ambiental. Desse modo, a construção, instalação, ampliação e operação de nossas atividades industriais estão condicionadas à prévia obtenção de licenças ambientais, a serem emitidas pelo órgão competente.

O licenciamento ambiental é um procedimento composto basicamente de três fases: (i) licença prévia, que atesta a viabilidade ambiental do empreendimento; (ii) licença de instalação, que autoriza o início da implementação do empreendimento; e (iii) licença de operação, que autoriza o início das atividades e funcionamento dos sistemas de controle ambiental apresentados durante o processo de licenciamento.

A validade das licenças está condicionada ao cumprimento de condicionantes técnicas estabelecidas pelo órgão ambiental competente. A ausência das licenças ambientais ou a desconformidade com os seus termos caracteriza infração administrativa e crime ambiental, sem prejuízo da obrigação de recuperar e indenizar eventuais danos causados. No âmbito administrativo, as penalidades podem variar de advertência até a aplicação de multas nos valores de R$ 500,00 a R$ 10,0 milhões, podendo o seu valor ser triplicado em caso de reincidência. O valor máximo previsto para a multa-dia é de 10% do valor da multa simples máxima cominada para a infração. A legislação ambiental também prevê sanções de embargo ou demolição de obra e suspensão parcial ou total das atividades.

Para o desenvolvimento de nossas atividades de montagem de relógios, contamos com uma unidade de montagem e distribuição localizada em Manaus, Amazonas, cuja licença de operação, emitida pelo órgão ambiental estadual, o IPAAM, possui validade até janeiro de 2020, sendo renovado anualmente.

b) política ambiental do emissor e custos incorridos para o cumprimento da regulação ambiental e, se for o caso, de outras práticas ambientais, inclusive a adesão a padrões internacionais de proteção ambiental

A legislação ambiental estabelece padrões de qualidade e de proteção ambiental que devem ser respeitados pelas fontes poluidoras, tais como o gerenciamento dos efluentes industriais, manejo e correta destinação final de resíduos e controle de emissões atmosféricas e ruídos. A violação de tais padrões legais de qualidade e a degradação do meio ambiente podem sujeitar o agente poluidor à responsabilização administrativa, criminal e civil.

No âmbito administrativo, toda ação ou omissão que viole as regras jurídicas de uso, gozo, promoção, proteção e recuperação do meio ambiente é considerada infração administrativa, resultando em sanções administrativas, que abrangem: (i) advertência; (ii) multa, que pode variar entre R$50,00 e R$50,0 milhões; (iii) apreensão de produtos; (iv) destruição ou inutilização de produtos; (v) suspensão de venda e fabricação de produtos; (vi) embargo de obra ou atividade e suas respectivas áreas; (vii) suspensão parcial ou total da atividade; (viii) demolição de obra; e/ou (ix) pena restritiva de direitos.

No âmbito civil, a responsabilidade do poluidor é solidária e objetiva. Desse modo, todo aquele que concorre para a causa de danos ambientais, direta ou indiretamente, pode responder pela sua integralidade, ressalvado o direito de regresso contra os demais responsáveis, independentemente da verificação da culpa pelo dano causado. As sanções por violação das normas ambientais podem ser estendidas a nós mesmo nos casos em que não estivermos diretamente envolvidos. Portanto, a terceirização de operações nos mantém como solidária na responsabilidade por eventuais danos ambientais ocasionados por empresas contratadas.

7.5 - Efeitos relevantes da regulação estatal nas atividades

No âmbito penal, tanto as pessoas físicas (incluindo, entre outros, os diretores, Administradores e gerentes de pessoas jurídicas no exercício de suas funções), como as pessoas jurídicas podem ser responsabilizadas por crimes ambientais. As penas aplicáveis às pessoas jurídicas são: (i) multa; (ii) suspensão parcial ou total de atividades; (iii) interdição temporária do estabelecimento, obra ou atividade; (iv) proibição de contratar com o Poder Público, bem como de obter subsídios, subvenções ou doações; e (v) prestação de serviços à comunidade.

Buscamos cumprir integralmente a legislação ambiental aplicável à nossa atividade e, adicionalmente, implementamos na nossa unidade de montagem e distribuição em Manaus as seguintes práticas relacionadas ao meio ambiente: (i) tratamento de esgoto; (ii) reciclagem de papelão; e (iii) venda de resíduos metálicos para empresas que fazem seu reaproveitamento.

Não obstante disponhamos de práticas voltadas à proteção ambiental em razão dos impactos gerados por nossa atividade, não aderimos a padrões internacionais de proteção ambiental.

c) dependência de patentes, marcas, licenças, concessões, franquias, contratos de *royalties* relevantes para o desenvolvimento das atividades

Somos dependentes de nossas marcas e das marcas que possuímos direito ao uso por meio de contratos de licença de uso de marca e contrato de distribuição exclusiva. Possuímos alto grau de dependência das marcas “Technos”, registrada sob nossa titularidade, e “Mormaii”, registrada em nome da sociedade Mormaii Indústria, Comércio, Importação e Exportação de Artigos Esportivos Ltda. e cuja licença para uso da marca expira em setembro de 2026, uma vez que tais marcas foram, no exercício social de 2017, responsáveis por parcela relevante da nossa receita de venda de mercadoria e serviços consolidada.

Em menor grau, somos também dependentes de nossas marcas “Mariner”, “Condor”, “Dumont”, “Euro”, “Allora” e “Touch”, bem como das marcas “Timex”, cuja distribuição é autorizada em virtude de um contrato de distribuição e direito de uso de marca com a TMX LIMITED N.V, que, em março de 2016, foi renovado por período adicional de três anos, e marcas do Grupo Fossil (“Fossil”, “Michael Kors”, “Marc Jacobs”, “Armani Exchange”, “Emporio Armani”, “Diesel”, “DKNY”, “Tory Burch”, “Burberry”, “Skagen” e “Adidas”), com as quais temos contrato de distribuição válido até dezembro de 2025.

Em relação às marcas que licenciamos de terceiros:

- O contrato de licenciamento para a marca “Mormaii”, marca registrada perante o INPI em nome de Mormaii Indústria, Comércio, Importação e Exportação de Artigos Esportivos Ltda., tem validade até setembro de 2026. Nos termos deste instrumento, pagamos *royalty* correspondente a um percentual sobre receitas brutas geradas pela marca no Brasil e temos o comprometimento de investir um percentual das receitas brutas em ações de marketing;
- Em relação à marca “Timex”, firmamos um contrato de distribuição e direito de uso de marca com a TMX Limited N.V. tendo por objeto a montagem, distribuição e comercialização dos relógios da marca “Timex” de forma exclusiva em todo o território nacional. O contrato não envolve recursos iniciais ou pagamento de royalties e tem renovação automática por período adicional de três anos vinculada ao atingimento de alguns indicadores operacionais. Em março de 2016, a operação com a Timex foi automaticamente renovada por período adicional de três anos.
- Em relação às marcas do Grupo Fossil (“Fossil”, “Michael Kors”, “Marc Jacobs”, “Emporio Armani”, “Armani Exchange”, “Diesel”, “DKNY”, “Burberry”, “Tory Burch” e “Adidas”), adicionadas ao nosso portfólio em função da aquisição do Grupo Dumont Saab, em 22 de março de 2013, temos atualmente um contrato de distribuição e direito de uso de marca com a Fossil Pertners, L.P., tendo por objeto a montagem, distribuição e comercialização dos relógios dessas marcas de forma exclusiva em todo o território nacional. O contrato não envolve recursos iniciais ou pagamento de royalties e foi renovado com validade até 31 de dezembro de 2025.

7.6 - Receitas relevantes provenientes do exterior

7.6 Em relação aos países dos quais o emissor obtém receitas relevantes, identificar

a) receita proveniente dos clientes atribuídos ao país de nossa sede e sua participação na nossa receita líquida total

A receita proveniente dos clientes brasileiros corresponde à totalidade da nossa receita líquida.

b) receita proveniente dos clientes atribuídos a cada país estrangeiro e sua participação na nossa receita líquida total

Não aplicável, uma vez que nossas exportações geram receitas inexpressivas e nossas operações no exterior não geram receitas.

c) receita total proveniente de países estrangeiros e sua participação na receita líquida total do emissor

Não aplicável, uma vez que nossas exportações geram receitas inexpressivas.

7.7 - Efeitos da regulação estrangeira nas atividades

7.7. Em relação aos países estrangeiros divulgados no item 7.6, informar em que medida o emissor está sujeito à regulação desses países e de que modo tal sujeição afeta os negócios do emissor

Não aplicável, uma vez que nossas exportações geram receitas inexpressivas e nossas operações no exterior não geram receitas.

7.8 - Políticas socioambientais

7.8 Em relação a políticas socioambientais, indicar:

a. se o emissor divulga informações sociais e ambientais

A Technos não publica relatório de sustentabilidade ou similar e também não tem Política de Responsabilidade Ambiental, visto que as atividades desenvolvidas atualmente não possuem impactos ambientais significativos. Apesar disso, é importante salientar que a Companhia obedece rigorosamente às leis ambientais, quando aplicável.

b. a metodologia seguida na elaboração dessas informações

Não se aplica, uma vez que a Companhia não publica relatório de sustentabilidade ou similar, informando apenas, conforme consta neste Formulário, sobre suas licenças ambientais.

c. se essas informações são auditadas ou revisadas por entidade independente

Não se aplica, uma vez que a Companhia não publica relatório de sustentabilidade ou similar.

d. a página na rede mundial de computadores onde podem ser encontradas essas informações

Não se aplica, uma vez que a Companhia não publica relatório de sustentabilidade ou similar.

7.9 - Outras informações relevantes

7.9 Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

Pontos fortes e vantagens competitivas

***Conjunto de marcas líderes e complementares, com foco na Classe B e na Classe C*.** Atuamos no mercado brasileiro há mais de 60 anos e possuímos marcas reconhecidas e estabelecidas no segmento de relógios, as quais alcançaram aproximadamente 40% de participação de mercado em 2017, de acordo com nossas estimativas baseadas em dados fornecidos pela SUFRAMA.

Nossas marcas são altamente complementares e possuem posicionamentos de estilo diversificados, buscando maximizar a participação de vitrine nos nossos clientes e atingir diversos segmentos da população, sem que haja concorrência entre nossos produtos. Atualmente, nosso portfólio atende a todos os segmentos e classes sociais, porém a maioria de nossa receita provém da venda de marcas e produtos para as classes B e C. Entendemos que nossas duas principais marcas, “Technos” e “Mormaii”, ocupam posições de liderança de mercado e estão entre as marcas de acessórios mais desejadas pela Classe B e pela Classe C no Brasil.

Ao longos dos anos, temos fortalecido nossa presença no segmento “Moda”, com o lançamento da “Euro”, “Allora” e “Touch”, além das marcas adquiridas a partir da consolidação da Dumont, como a “Condor” e as marcas do Grupo Fossil.

Rede de distribuição pulverizada e abrangente, com forte relacionamento com os clientes. Distribuímos nossos produtos a uma ampla rede de clientes constituída por joalherias, relojoarias e óticas, muitas delas de origem familiar e com apenas um ponto de venda. Nossa rede de distribuição foi montada ao longo dos nossos mais de 60 anos de história, criando fortes relacionamentos que se estendem por décadas e até por gerações.

Além disso, fornecemos nossos produtos para as principais lojas de departamento com posicionamento de moda do Brasil, assim como grandes varejistas virtuais. Nenhum cliente individual excedeu, no exercício de 2017, 4,0 % da nossa receita bruta, o que demonstra a intensa capilaridade da nossa distribuição e pode ser considerada uma efetiva barreira de entrada a potenciais novos concorrentes.

Adicionalmente, nossas vendas são muito bem distribuídas geograficamente, abrangendo locais que entendemos não serem atendidos por nossos concorrentes que possuem equipes de venda menores. A capilaridade de nossa distribuição nos permite, ainda, ter exposição significativa nas áreas do País com maior crescimento econômico. Assim, nossos produtos são considerados por nossos clientes como produtos de alto giro e elevado lucro unitário, contribuindo com maior tráfego e interesse nas suas lojas e, consequentemente, melhor resultado dos seus negócios.

***Equipe de vendas própria, exclusiva e experiente*.** Atendemos nossa rede de clientes por meio de uma equipe de vendas própria e exclusiva, que, na data deste Formulário de Referência, tinha um histórico de, em média, 7,9 anos de trabalho na Companhia, o que fortalece o relacionamento entre nossos vendedores e nossos clientes. Remuneramos nossa equipe de vendas por meio de comissões e prêmios com base em metas e resultados de vendas de curto e longo prazo. Consideramos nossa equipe de vendas como importante diferencial competitivo, já que a maioria de nossos concorrentes no setor de acessórios de moda trabalha com empresas de representação sem vínculo de trabalho e sem exclusividade, o que diminui o conhecimento do representante comercial sobre o produto assim como seu comprometimento com a própria empresa.

***Portfólio de produtos com mix equilibrado de lançamentos e produtos de linha*.** Adotamos dois importantes pilares no desenvolvimento de nossos produtos: (i) a renovação constante de nossas coleções; e (ii) a criação e manutenção de uma coleção de produtos de linha.

Nossa equipe interna de *design* está preparada para captar as mais importantes tendências de moda e traduzi-las para o *design* dos nossos produtos em parceria com nossos fornecedores, conjugando agilidade e rapidez com custos atrativos e qualidade superior. No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, os lançamentos representaram 45,0% da receita de produtos vendidos. A mesma equipe de *design* também é responsável pela manutenção da nossa

7.9 - Outras informações relevantes

coleção de produtos de linha, um conjunto de modelos (alguns com mais de 20 anos de história) que, ao longo dos anos, se tornaram produtos-chave de nosso portfólio, com forte identificação com as nossas marcas, e com demanda cativa por parte dos consumidores. No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, os itens de linha somados aos itens de catálogo representaram 55,0% da nossa receita de produtos vendidos.

Cadeia de suprimentos flexível com grande eficiência operacional. Trabalhamos com uma estrutura de produção terceirizada de componentes na Ásia e de montagem própria do produto final na Zona Franca de Manaus. Compramos componentes manufaturados de nossos fornecedores estrangeiros, de forma que não precisamos investir capital em estruturas para fabricação de componentes, mantendo flexibilidade para trabalhar com diferentes parceiros que consigam nos atender com menores prazos, melhores preços e maior qualidade. Ademais, o relacionamento direto, sem intermediários, e de longo prazo com nossos fornecedores nos proporciona maior nível de qualidade, maior conhecimento sobre as competências de cada um e maior comprometimento desses fornecedores conosco.

Contamos com uma unidade de montagem eficiente em Manaus, que nos permite realizar a montagem final e distribuição dos produtos com rapidez e menor incremento de custos diretos e indiretos de montagem. Em setembro de 2010, inauguramos um escritório de representação na cidade de Shenzen, na China, que nos permite estreitar ainda mais os laços com os nossos principais fornecedores e realizar nossas inspeções de qualidade na origem, diminuindo o tempo entre o desenvolvimento e a disponibilização do produto para venda (*lead time*) e aumentando a qualidade dos nossos produtos.

Controle de qualidade e atendimento de pós-venda diferenciado. Contamos com uma estrutura robusta de controle de qualidade dos nossos produtos e serviços, desde a origem dos componentes na Ásia, passando pelos processos internos em Manaus e finalizando no atendimento pós-vendas a nossos clientes e consumidores. Sabemos, por meio de pesquisas internas, que o alto nível de qualidade e o pós-venda eficiente são dois dos principais fatores motivacionais que levam um cliente a trabalhar com uma empresa de relógios.

Temos aproximadamente 100 funcionários na nossa planta em Manaus dedicados ao controle de qualidade na recepção dos componentes, assim como nos processos internos de montagem, armazenagem e expedição. Em setembro de 2010, inauguramos um escritório de representação na cidade de Shenzen, na China, com o objetivo de passar a realizar inspeções de qualidade na origem e de monitorar de forma mais próxima nossos principais fornecedores. Temos 127 funcionários dedicados ao pós-venda no Brasil, distribuídos em 10 oficinas próprias e 1 Centro de Operações nas principais capitais do Brasil. Além da presença física, contamos também com um serviço de atendimento ao consumidor de abrangência nacional, por meio de número telefônico gratuito e canais eletrônicos. Buscamos investir nessas duas frentes para criar diferenciais competitivos no mercado e permanecer como a principal escolha de nossos clientes, e criamos uma diretoria dedicada para assegurar nosso sucesso.

Administradores experientes com participação acionária na Companhia. Nosso grupo de Administradores mescla executivos com mais de 30 anos de experiência no segmento de relógios com executivos com conhecimento e vivência em outros setores, egressos de importantes companhias brasileiras e internacionais e com credenciais acadêmicas diferenciadas. Essa mesma combinação também se faz presente nos nossos outros níveis, criando uma dinâmica muito saudável de experiência e inovação.

Temos uma cultura forte voltada para a ética, qualidade e pioneirismo, a qual foi desenvolvida ao longo dos nossos mais de 60 anos de existência. Somos uma das empresas brasileiras pioneiras no uso de remuneração variável para incentivar e recompensar nossos colaboradores. Temos um programa de participação nos lucros e resultados desde 1989, formalizado em 1995 por meio de acordo com os sindicatos relevantes para cada uma de nossas filiais, que distribui percentual significativo do nosso resultado. Esse programa hoje está ligado à nossa estrutura de metas de crescimento e retorno, metas de cada departamento e metas individuais, todas definidas no início do

7.9 - Outras informações relevantes

exercício e monitoradas mensalmente, com total transparência.

Atualmente, nossa Diretoria e demais líderes possuem, em conjunto, participação acionária de 17,9% no nosso capital social, gerando grande alinhamento de interesses entre acionistas e Administradores. Além disso, contamos com participação, em nosso Conselho de Administração, de representantes de dois renomados gestores de recursos de terceiros (*asset* managers), o Victoria e a Dynamo, que contribuem para o constante aperfeiçoamento da nossa governança corporativa e a solidificação dos controles internos.

Estratégias

Continuar a expandir as vendas das nossas marcas dentro dos canais de distribuição existentes. Acreditamos haver oportunidades significativas de expansão das vendas dos nossos produtos por meio dos principais canais de distribuição que adotamos, em função do aumento da renda e do aumento do número de *shopping centers* no País, entre outros fatores. Adicionalmente, pretendemos impulsionar nossas marcas por meio da revitalização das nossas plataformas de comunicação, bem como do aumento seletivo dos investimentos em *marketing* institucional e cooperado em veículos de alto retorno. O objetivo de tal estratégia é capturar as oportunidades de crescimento, aumentando nossos pontos de venda e ganhando espaço de vitrine nos nossos varejistas existentes.

Desenvolver novos canais de distribuição. Canais de distribuição menos tradicionais, tais como lojas de departamento voltadas para moda, lojas de acessórios, lojas de departamento esportivo e lojas *online*, têm ganhado relevância no segmento de relógios no Brasil. Pretendemos fortalecer nossas atividades e incrementar nossa participação de mercado por meio da captação de novos clientes nesses canais ainda pouco explorados por nós.

Em setembro de 2010 iniciamos a adoção de um projeto de varejo franqueado sob a marca “Euro”, em parceria com nossos atuais clientes e com foco nos principais *shopping centers* e centros comerciais do Brasil. Em julho de 2012, incrementamos nossa presença no segmento de franquias a partir da aquisição das Sociedades Touch, que desenvolvem e comercializam relógios e óculos sob a marca própria “Touch”, com distribuição exclusiva para uma rede de franquias bem desenvolvida e com alto potencial de crescimento.

Além disso, cabe destacar também as iniciativas de varejo por meio de sites e de *outlets*. Ao final de 2017, contávamos com dez sites de comércio eletrônico. Nove deles são dedicados às marcas Technos, Mormaii, Fossil, Euro, Timex, Touch, Allora, Condor e Dumont, e o outro voltado para a venda online de todas as marcas, o Timecenter. Os sites são geridos internamente por nossa equipe de varejo, porém operados por empresas terceiras especializadas nessa prestação de serviço, servindo tanto ao propósito comercial, complementando as vendas, quanto ao propósito de *marketing*, oferecendo um canal de comunicação direto com o consumidor final e permitindo a exposição completa de cada coleção e de suas respectivas características. Possuímos também, ao final de 2017, dez *outlets* geridos. Os *outlets* são parte da estratégia de gestão de estoques, servindo como um canal para venda de produtos de baixo giro fora dos canais tradicionais da Companhia e têm apresentado bom resultado de vendas.

Acreditamos que essa estratégia permitirá aumento do espaço de vitrine dedicado aos nossos produtos, melhoria na visibilidade e exposição de nossas marcas e aprofundamento do relacionamento com os nossos atuais clientes e com os consumidores. Acreditamos que, em alguns anos, esses pontos de venda exclusivos serão um importante complemento à nossa atual rede de distribuição e uma relevante alavanca de crescimento.

Fortalecer e inovar no desenvolvimento de produtos. O segmento de relógios mundial e nacional tem se caracterizado pela inovação no *design* e no uso de diferentes materiais. Como nosso segmento segue tendências de moda, continuaremos a desenvolver produtos inovadores de forma a manter o interesse de nossos clientes e consumidores. Almejamos intensificar e segmentar o trabalho da nossa equipe de *design* a fim de conceber constantemente produtos diferenciados que

7.9 - Outras informações relevantes

representem e definam fielmente o posicionamento de cada uma de nossas marcas, em termos de conceito, *design* ou material. Pretendemos continuar ampliando nosso mercado consumidor, atraindo consumidores que não consumiam nossos produtos ou que os consumiam de forma pouco frequente.

Desenvolver, licenciar ou adquirir novas marcas de relógio. Atualmente, possuímos um portfólio completo, que atende a todos os segmentos e classes sociais. Continuaremos a gerir nosso *mix* de marcas de forma a consolidar nosso posicionamento nas categorias em que já atingimos posição relevante.

Expandir para outros segmentos de acessórios. Consideramos expandir nossa atuação para outros segmentos de acessórios de moda, como óculos e semijóias. Esses produtos compartilham importantes características com nosso negócio, entre elas (i) a rede de fornecimento de matéria-prima primordialmente baseada na China; (ii) a operação dentro de parâmetros similares de desenvolvimento, logística e controle de qualidades; e (iii) a distribuição por meio de rede similar de clientes, sendo que aproximadamente 70% dos nossos clientes já vendem óculos e/ou semijóias. Acreditamos haver diversas oportunidades para expandirmos nossa oferta de produtos nessas outras categorias, promovendo a venda de um *mix* de produtos mais amplo e complementar à nossa linha de relógios atual.

Em 2012, iniciamos um projeto piloto de desenvolvimento e venda de óculos de sol sob a marca “Euro”, distribuído inicialmente apenas pela nossa rede franqueada. Atualmente, expandimos a rede de venda desses produtos e já estamos com uma linha de óculos também na marca “Touch”.

Nossa Visão e Nossos Valores

Visão

Ser referência mundial em gestão de marcas e distribuição de relógios e acessórios de moda, apaixonando consumidores e sendo indispensável para os nossos clientes.

Missão

A Technos vai fundamentar sua estratégia de 5 anos nos seguintes pilares:

1) Excelência em gestão dos canais de distribuição
2) Diversificação do portfólio
3) Desenvolvimento de talentos e clima organizacional
4) Eficiência operacional
5) Fortalecimento das marcas

VALORES

Qualidade: Buscamos, incorporamos, desenvolvemos e implantamos padrões de excelência em todo trabalho que realizamos, dos nossos produtos e serviços aos nossos processos.

Empreendedorismo: Inovamos com criatividade e agilidade, transformando ideias em realidade e trazendo para nossos consumidores e clientes novos produtos e serviços.

Ética: Pautamos nossas ações pelos mais altos padrões éticos e profissionais. Conduzimos nossos negócios de forma transparente e íntegra. Não tomamos ações que nos envergonhariam caso se tornassem públicas.

Meritocracia: Recompensamos e proporcionamos oportunidades para que as pessoas cresçam em velocidade condizente com seus resultados, avaliados de forma clara e completa, sem nenhum tipo de restrição ou favorecimento.

7.9 - Outras informações relevantes

Gente: Recrutamos, mantemos, desenvolvemos e motivamos os melhores profissionais que tenham entusiasmo, pró-atividade, e trabalhem duro. Trabalhamos em equipe num ambiente aberto a questionamentos e sugestões.

8.1 - Negócios extraordinários

8. Negócios extraordinários

8.1 Indicar a aquisição ou alienação de qualquer ativo relevante que não se enquadre como operação normal nos negócios do emissor

No decorrer dos últimos três exercícios sociais – 2015, 2016 e 2017 - não foi feita qualquer aquisição ou alienação de ativo relevante que não se enquadre como operação normal nos negócios da Companhia.

8.2 - Alterações significativas na forma de condução dos negócios do emissor

8.2. Indicar alterações significativas na forma de condução dos negócios do emissor

Até a data deste Formulário de Referência, não houve alteração significativa na forma de condução de nossos negócios.

8.3 - Contratos relevantes celebrados pelo emissor e suas controladas não diretamente relacionados com suas atividades operacionais

8.3. Identificar os contratos relevantes celebrados pelo emissor e suas controladas não diretamente relacionados com suas atividades operacionais

Até a data deste Formulário de Referência, não houve contratos relevantes celebrados por nós e por nossas controladas não diretamente relacionados com nossas atividades operacionais.

8.4 - Outras inf. Relev. - Negócios extraord.

8.4. Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

Todas as informações relevantes e pertinentes a este tópico foram divulgadas nos itens anteriores.

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros

9. Descrever os bens do ativo não-circulante relevantes para o desenvolvimento das atividades do emissor

Não há outros bens relevantes do ativo não circulante além daqueles citados e descritos nas alíneas “a”, “b” e “c” do item 9.1 deste formulário de referência

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.a - Ativos imobilizados

Descrição do bem do ativo imobilizado	País de localização	UF de localização	Município de localização	Tipo de propriedade
Planta de montagem e distribuição	Brasil	AM	Manaus	Própria
Escritório	Brasil	RJ	Rio de Janeiro	Alugada
Filial	Brasil	RJ	Rio de Janeiro	Alugada
Filial	Brasil	SP	São Paulo	Alugada
Filial	Brasil	PR	Curitiba	Alugada
Filial	Brasil	BA	Salvador	Alugada
Filial	Brasil	PE	Recife	Alugada
Filial	Brasil	DF	Brasília	Alugada
Filial	Brasil	RS	Porto Alegre	Alugada
Filial	Brasil	MG	Belo Horizonte	Alugada
Filial	Brasil	CE	Fortaleza	Alugada
Filial	Brasil	PA	Belém	Alugada
Filial	Brasil	AM	Manaus	Própria
Filial	Brasil	SP	Barueri	Alugada

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Ativos intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Registro 006254470 – T Technos (mista) – classe 09:05 - Brasil	10/03/2026	A não renovação da marca.	A perda de uso da marca
Marcas	Registro nº 006254462 – T Technos (nominativa) - classe 09:05 - Brasil	10/03/2026	A não renovação da marca.	A perda de uso da marca
Marcas	Registro nº 824238630 – Goettems (mista) – classe NCL (7) 14 - Brasil	17/04/2017	A não renovação da marca.	A perda de uso da marca
Marcas	Registro nº 824238621 – Technosport (mista) – classe NCL (7) 14 - Brasil	01/07/2018	A não renovação da marca.	A perda de uso da marca
Marcas	Registro nº 822595141 – (FIGURATIVA) – classe NCL (7) 09 - Brasil	29/05/2017	A não renovação da marca.	A perda de uso da marca
Marcas	Registro nº 44.649 - A – T Technos - Bolívia	27/05/2011	Requerida a prorrogação. Aguardando concessão da renovação	A perda de uso da marca
Marcas	Registro nº C-559 (63487-A) – Technos (nominativa) – classe 14 - Bolívia	25/01/2022	A não renovação da marca.	A perda de uso da marca
Marcas	Registro nº 338.540 – em nome da Technos Swiss) – classe 14 - Suíça	01/04/2025	A não renovação da marca	A perda de uso da marca
Marcas	Registro nº 381.741 – Techosonic(nominativa – em nome da Technos Swiss) – classe 1 - Suíça	02/04/2020	A não renovação da marca.	A perda de uso da marca
Marcas	Registro nº 827514115 – Eurobijoux (nominativa) – classe 14 (licenciada pela Euro) - Brasil	15/10/2023	A não renovação da marca.	A perda de uso da marca

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Ativos intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Pedido de Registro nº 827514123 – Eurosilver (nominativa) - classe 14 (licenciada pela Euro) -Brasil		A não concessão do pedido.	A perda de uso da marca
Marcas	Pedido de Registro nº 829014586 – Euro Hand Wear (nominativa) – classe 14 (licenciada pela Euro) -BR		A não concessão do pedido.	A perda de uso da marca
Marcas	Pedido de Registro nº 829014594 – Euro Hand Wear (mista) – classe 14 (licenciada pela Euro) - Brasil		A não concessão do pedido.	A perda de uso da marca
Marcas	Pedido de Registro nº 901797740 – Euro (mista) – classe 14 (licenciada pela Euro) - Brasil		A não concessão do pedido.	A perda de uso da marca
Marcas	Pedido de Registro nº 901798185 – Euro Relógios (mista) – classe 14 (licenciada pela Euro) - Brasil		A não concessão do pedido.	A perda de uso da marca
Marcas	Pedido de Registro nº 901617610 – Skymaster – classe NCL (9) 14 - Brasil	17/01/2022	A não renovação da marca.	A perda de uso da marca
Marcas	Registro nº 2011- 8908 – T TECHNOS (mista) - classe 14 - Equador	26/03/2023	A não renovação da marca.	A perda de uso da marca
Marcas	Registro nº 815490038–Sky Diver (nominativa)–classe NCL (8)14 (em nome de Technos Relógios S.A. - BR	03/03/2022	A não renovação da marca.	A perda de uso da marca

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Ativos intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Registro nº 830643745 – TM Multicolor – classe NCL (9) 14 - Brasil	30/04/2023	A não renovação da marca.	A perda de uso da marca
Marcas	Pedido de registro nº 85.839.753 – TECHNOS SPORTS (mista) - classe 14 - EUA		A não concessão do pedido.	A perda de uso da marca
Marcas	Registro nº 830428410 – Now – classe NCL (9) 14 - Brasil	25/09/2022	A não renovação da marca.	A perda de uso da marca
Marcas	Pedido de Registro nº 830388036 – T Technos O estilo do seu tempo (mista)– classe NCL (9) 09 - BR	Pgto. de taxas em 19/03/2018	A não concessão do pedido	A perda de uso da marca
Marcas	Registro nº 830685111 – Timecenter – classe NCL (9) 14 - Brasil	13/04/2023	A não renovação da marca.	A perda de uso da marca
Marcas	Registro nº 830685120 – Time Center (nominativa) – classe NCL (9) 35 -Brasil	30/04/2023	A não renovação da marca.	A perda de uso da marca
Marcas	Registro nº 903229463– Time Center (mista) – classe NCL (9) 35 - Brasil	10/06/2024	A não renovação da marca.	A perda de uso da marca
Marcas	Registro nº 903229528– Time Center (mista) – classe NCL (9) 35 - Brasil	10/06/2024	A não renovação da marca.	A perda de uso da marca
Marcas	Registro nº 4- 2014 - 501303 – TECHNOS SPORTS (mista) - classe 14 - Filipinas	17/07/2024	A não renovação da marca.	A perda de uso da marca
Marcas	Pedido de registro nº 302798641 – T TECHNOS (mista) - classes 09 e 14 - Hong Kong		A não concessão do pedido.	A não concessão do pedido.

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Ativos intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Pedido de registro nº 2006-00814- T TECHNOS (mista) - classe 14 - Venezuela	A não concessão do pedido.	A não concessão do pedido.	A perda de uso da marca
Marcas	Pedido deferido nº 2005-017947 – TECHNOS (nominativa) - classe 14 - Venezuela		A não concessão do pedido.	A perda de uso da marca
Marcas	Registro nº 819589128 – Eurotime (nominativa) – classe 09.05 - Brasil	22/06/2019	A não renovação da marca.	A perda de uso da marca
Marcas	Registro nº 2013-063819 – T TECHNOS (mista) - classe 09 - Japão	14/02/2024	A não renovação da marca.	A perda de uso da marca
Marcas	Pedido de registro nº 2014-012593 – TECHNOS (nominativa) - classes 09 e 14 - Japão		A não concessão do pedido.	A perda de uso da marca
Marcas	Registro nº 822178630 – Euro (mista) – classe 16 (uso por meio de licença outorgada pela Euro) - BR	11/04/2016	A não renovação da marca	A perda do uso da marca.
Marcas	Registro nº 824392183 – Euro (mista) – classe 14 (uso por meio de licença outorgada pela Euro) - BR	13/01/2019	A não renovação da marca.	A perda de uso da marca
Marcas	Reg. 826305890 – Allora (nominativa) – classe 14 (uso por meio de licença outorgada pela Euro - BR	31/07/2017	A não renovação da marca.	A perda de uso da marca
Marcas	Registro nº 822595150 – (FIGURATIVA) – classe NCL (7) 09 - Brasil	29.05.2017	A não renovação da marca.	A perda de uso da marca

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Ativos intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Registro nº 826105084 – (FIGURATIVA) – classe NCL (7) 14 - Brasil	29/05/2017	A não renovação da marca.	A perda de uso da marca
Marcas	Pedido de Registro nº 829220437 – ARC IRIS (nominativa) – classe NCL (7) 14 - Brasil	-	A não concessão do pedido.	A perda de uso da marca
Marcas	Registro nº 811936520 – AREA (nominativa) – classe NCL (7) 09.05 - Brasil	26.08.2026	A não renovação da marca.	A perda de uso da marca
Marcas	Registro nº 816574235 – ARMITRON (nominativa) – classe NCL (7) 09.05/35/55 - Brasil	13.10.2023	A não renovação da marca.	A perda de uso da marca
Marcas	Registro nº 814715575 – BOGART DUMONT (nominativa) – classe NCL (7) 14 - Brasil	27.11.2020	A não renovação da marca.	A perda de uso da marca
Marcas	Registro nº 817729054 – CIVIC (nominativa) – classe NCL (7) 09.05 - Brasil	14.11.2025	A não renovação da marca.	A perda de uso da marca
Marcas	Registro nº 819092924 – CIVIC (mista) – classe NCL (7) 09 - Brasil	29.12.2018	A não renovação da marca.	A perda de uso da marca
Marcas	Registro nº 200032755 – CONDOR (mista) – classe NCL (7) 14 - Brasil	10.12.2022	A não renovação da marca.	A perda de uso da marca
Marcas	Registro nº 812770773 – CONDOR (nominativa) – classe NCL (7) 05 - Brasil	12.07.2018	A não renovação da marca.	A perda de uso da marca
Marcas	Registro nº 815371667 – CONDOR (nominativa) – classe NCL (7) 09.45 - Brasil	14.02.2025	A não renovação da marca.	A perda de uso da marca

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Ativos intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Registro nº 815983271 – CONDOR (nominativa) – classe NCL (7) 09.35/55 - Brasil	27.10.2022	A não renovação da marca.	A perda de uso da marca
Marcas	Registro nº 818706660 – CONDOR (mista) – classe NCL (7) 09 - Brasil	10.12.2028	A não renovação da marca.	A perda de uso da marca
Marcas	Registro nº 820276626 – CONDOR NEW (mista) – classe NCL (7) 09.05/35/55 - Brasil	10.10.2026	A não renovação da marca.	A perda de uso da marca
Marcas	Registro nº 812770765 – Dumont (nominativa) – classe NCL (7) 14 - Brasil	18.02.2022	A não renovação da marca.	A perda de uso da marca
Marcas	Registro nº 815371683 – Dumont (nominativa) – classe NCL (7) 09.45 - Brasil	21.04.2022	A não renovação da marca.	A perda de uso da marca
Marcas	Registro nº 818180897 – Dumont (mista) – classe NCL (7) 09.05/45/55 - Brasil	22.04.2017	A não renovação da marca.	A perda de uso da marca
Marcas	Registro nº 823116840 – Dumont (mista) – classe NCL (7) 35 - Brasil	04.03.2018	A não renovação da marca.	A perda de uso da marca
Marcas	Registro nº 824325427 – Dumont (mista) – classe NCL (7) 14 - Brasil	29.05.2017	A não renovação da marca.	A perda de uso da marca
Marcas	Registro nº 814702368 – Dumont Delie (nominativa) – classe NCL (7) 14 - Brasil	27.11.2020	A não renovação da marca.	A perda de uso da marca
Marcas	Pedido de Registro nº 823350010 – Dumont Exchange (nominativa) – classe NCL (7) 14 - Brasil	-	A não concessão do pedido.	A perda de uso da marca

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Ativos intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Registro nº 823350029 – Dumont Exchange (nominativa) – classe NCL (7) 35 - Brasil	29.05.2017	A não renovação da marca.	A perda de uso da marca
Marcas	Registro nº 812825969 – Fortec (nominativa) – classe NCL (7) 09.05/55 - Brasil	01.08.2019	A não renovação da marca.	A perda de uso da marca
Marcas	Registro nº 006693601 – Grand Prix (nominativa) – classe NCL (7) 09.05 - Brasil	25.05.2018	A não renovação da marca.	A perda de uso da marca
Marcas	Registro nº 815371675 – Grand Prix (nominativa) – classe NCL (7) 09 - Brasil	07.04.2022	A não renovação da marca.	A perda de uso da marca
Marcas	Registro nº 827697066 – Hi Power (nominativa) – classe NCL (7) 14 - Brasil	02.01.2018	A não renovação da marca.	A perda de uso da marca
Marcas	Registro nº 827697074 – Hi Power (nominativa) – classe NCL (7) 09 - Brasil	02.01.2018	A não renovação da marca.	A perda de uso da marca
Marcas	Registro nº 824325419 – Kids by Dumont (mista) – classe NCL (7) 14 - Brasil	29.05.2017	A não renovação da marca.	A perda de uso da marca
Marcas	Registro nº 817801200 – Meteor (nominativa) – classe NCL (7) 09.05 - Brasil	02.01.2026	A não renovação da marca.	A perda de uso da marca
Marcas	Registro nº 814709575 – Mirvaine (nominativa) – classe NCL (7) 05 - Brasil	28.09.2023	A não renovação da marca.	A perda de uso da marca
Marcas	Registro nº 821095560 – Mirvaine (nominativa) – classe NCL (7) 09 - Brasil	16.04.2022	A não renovação da marca.	A perda de uso da marca

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Ativos intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Registro nº 821133888 – Mirvaine (mista) – classe NCL (7) 09.35/45/80 - Brasil	04.03.2018	A não renovação da marca.	A perda de uso da marca
Marcas	Registro nº 818706678 – Mirvaine M (mista) – classe NCL (7) 09.05/55 - Brasil	02.06.2018	A não renovação da marca.	A perda de uso da marca
Marcas	Pedido de Registro nº 903340313 – Myway (mista) – classe NCL (7) 14 - Brasil	01/07/2024	A não concessão do pedido.	A perda de uso da marca
Marcas	Pedido de Registro nº 905332326 – N Mirvaine - Brasil	-	A não concessão do pedido.	A perda de uso da marca
Marcas	Registro nº 814806686 – O Primeiro A Cada Segundo (mista) – classe NCL (7) 14 - Brasil	18.06.2021	A não renovação da marca.	A perda de uso da marca
Marcas	Registro nº 800173384 – Premium (nominativa) – classe NCL (7) 09.05 - Brasil	10.04.2024	A não renovação da marca.	A perda de uso da marca
Marcas	Registro nº 826105084 – Reimon (nominativa) – classe NCL (7) 12 - Brasil	28.08.2017	Perda do direito de uso exclusivo da marca.	A perda de uso da marca
Marcas	Registro nº 2.894.833 – T TECHNOS (nominativa) - classe 14 - Argentina	14.11.2026	A não renovação da marca.	A perda de uso da marca
Marcas	Pedido de Registro nº 822779412 – Roumanos Saab (nominativa) – classe NCL (7) 14 - Brasil	-	A não concessão do pedido.	A perda de uso da marca
Marcas	Registro nº 826105106 – RPM (nominativa) – classe NCL (7) 14 - Brasil	28.08.2017	A não renovação da marca.	A perda de uso da marca

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Ativos intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Registro nº 825378664 – S Surfline (mista) – classe NCL (7) 35 - Brasil	11.12.2017	A não renovação da marca.	A perda de uso da marca
Marcas	Registro nº 825378672 – S Surfline (mista) – classe NCL (7) 14 - Brasil	15.12.2019	A não renovação da marca.	A perda de uso da marca
Marcas	Registro nº 820130966 – Saab (nominativa) – classe NCL (7) 14 - Brasil	11.02.2023	A não renovação da marca.	A perda de uso da marca
Marcas	Registro nº 811876101 – Smash (nominativa) – classe NCL (7) 14 - Brasil	25.03.2026	A não renovação da marca.	A perda de uso da marca
Marcas	Registro nº 006220592 – Status (nominativa) – classe NCL (7) 09.05 - Brasil	10.01.2026	A não renovação da marca.	A perda de uso da marca
Marcas	Pedido de Registro nº 840330111 – Allora (nominativa) – classe NCL (7) 14 - Brasil	-	A não concessão do pedido.	A perda de uso da marca
Marcas	Pedido de registro nº 905537190 – Allora (nominativa) – classe NCL (7) 25 - Brasil	-	A não concessão do pedido.	A perda de uso da marca
Marcas	Pedido de Registro nº 822178648 – Euro (mista) – classe NCL (7) 18 - Brasil	-	A não concessão do pedido.	A perda de uso da marca
Marcas	Pedido de Registro nº 840330227 – Euro (nominativa) – classe NCL (7) 18 - Brasil	-	A não concessão do pedido.	A perda de uso da marca
Marcas	Pedido de Registro nº 901797740 – Euro (mista) – classe NCL (7) 14 - Brasil	-	A não concessão do pedido.	A perda de uso da marca

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Ativos intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Registro nº 901797790 – Euro (mista) – classe NCL (7)09 - Brasil	05.03.2023	A não renovação da marca.	A perda de uso da marca
Marcas	Pedido de Registro nº 905524845 (nominativa) – Euro – classe NCL (7) 25 - Brasil	-	A não concessão do pedido.	A perda de uso da marca
Marcas	Pedido de Registro nº 829014586 (nominativa) – Euro Hand Wear – classe NCL (7) 14 - Brasil	-	A não concessão do pedido.	A perda de uso da marca
Marcas	Pedido de Registro nº 829014594 – Euro Hand Wear (mista) – classe NCL (7) 14 - Brasil	-	A não concessão do pedido.	A não concessão do pedido.
Marcas	Pedido de Registro nº 828104530 – Euro Relógios (mista) – classe NCL (7) 14 - Brasil	-	A não concessão do pedido.	A perda de uso da marca
Marcas	Pedido de Registro nº 901798185 – Euro Relógios (mista) – classe NCL (7) 14 - Brasil	-	A não concessão do pedido.	A perda de uso da marca
Marcas	Pedido de Registro nº 824982622 – Euro Star (nominativa) – classe NCL (7) 14 - Brasil	-	A não concessão do pedido.	A perda de uso da marca
Marcas	Registro nº 827514115 – Eurobijoux (nominativa) – classe NCL (7) 14 - Brasil	15.10.2023	A não renovação da marca.	A perda de uso da marca
Marcas	Pedido de Registro nº 827514123 – Eurosilver (nominativa) – classe NCL (7) 14 - Brasil	-	A não concessão do pedido.	A perda de uso da marca

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Ativos intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Pedido de Registro nº 825239974 – Eurosport (nominativa) – classe NCL (7) 14 - Brasil	-	A não concessão do pedido.	A perda de uso da marca
Marcas	Pedido de Registro nº 903084406 – Mariner (nominativa) – classe NCL (7) 14 - Brasil	01/03/2026	A não renovação da marca.	A perda de uso da marca
Marcas	Registro nº 903084511 – Mariner Multicolor (nominativa) – classe NCL (7) 14 - Brasil	01/03/2026	A não renovação da marca.	A perda de uso da marca
Marcas	Registro nº 903084570 – Mundo Mariner (nominativa) – classe NCL (7) 14 - Brasil	01.03.2026	A não renovação da marca.	A perda de uso da marca
Marcas	Registro nº 830428410 – Now (nominativa) – classe NCL (7) 14 - Brasil	25.09.2022	A não renovação da marca.	A perda de uso da marca
Marcas	Registro nº 820217603 – CIVIC (mista) – classe NCL (7) 09 - Brasil	25.10.2025	A não renovação da marca.	A perda de uso da marca
Marcas	Registro nº 11.549 – T Technos (mista) – classe 14 - Brunei	06/09/2023	A não renovação da marca.	A perda de uso da marca
Marcas	Registro nº 852.959 – TECHNOS (nominativa) - classe 14 - Chile	10/03/2019	A não renovação da marca.	A perda de uso da marca
Marcas	Registro nº 414.490 – T Technos (mista) – classe 14 - Reino Unido	10/03/2025	A não renovação da marca.	A perda de uso da marca
Marcas	Registro nº 5.422.193- TECHNOS (caracteres em japonês) – classes 09 e 14 - Japão	01/07/2021	A não renovação da marca.	A perda de uso da marca

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Ativos intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Registro nº T1016719J – ECHNOS (nominativa) - classeS 09 e 14 - Singapura	20/12/2020	A não renovação da marca.	A perda de uso da marca
Marcas	Registro nº 97.258 – T Technos (mista) – classe 14 - China	28.09.2019	A não renovação da marca.	A perda de uso da marca
Marcas	Registro nº 3.083.056 – Technos (em chinês) – classe 14 - China	13.03.2023	A não renovação da marca.	A perda de uso da marca
Marcas	Registro nº B16215 – T Technos – classe 14 - Chipre	17.02.2024	A não renovação da marca.	A perda de uso da marca
Marcas	Registro nº 76.794 – T Technos (mista) – classe 14 - Colômbia	24.04.2022	A não renovação da marca	A perda de uso da marca
Marcas	Registro - T Technos 197.362 (mista) – classe 14 - Coréia do Sul	27.07.2020	A não renovação da marca	A perda de uso da marca
Marcas	Registro nº 16874 - T Technos (mista) – classe 14 - Coréia do Sul	25.01.2019	A não renovação da marca	A perda de uso da marca
Marcas	Registro nº 3.683.322 - T TECHNOS (mista) - classe 14 - Estados Unidos	10.03.2025	A não renovação da marca	A perda de uso da marca
Marcas	Registro nº 19.780.667AA – T Technos (mista) – classes 09 e 14 - Hong Kong	24.04.2020	A não renovação da marca.	A perda de uso da marca
Marcas	Registro nº 19.560.789 – Technos (em chinês) – classe 14 - Hong Kong	03.04.2025	A não renovação da marca.	A perda de uso da marca
Marcas	Registro nº 19.500.035 – Technos (mista) – classe 14 - Hong Kong	14.04.2025	A não renovação da marca.	A perda de uso da marca

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Ativos intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Registro nº IDM 000309834 – T TECHNOS (mista) - classe 14 - Indonésia	20.11.2019	A não renovação da marca.	A perda de uso da marca
Marcas	Registro nº 86.876 – T Technos (mista) – classe 14 - Irlanda	24/08/2020	A não renovação da marca.	A perda de uso da marca
Marcas	Registro nº 1.402.652 – Technos – classe 09 - Japão	27.12.2019	A não renovação da marca.	A perda de uso da marca
Marcas	Registro nº 4.760.590 – Technos Silver Diamond (mista) – classe 14 - Japão	02.04.2024	A não renovação da marca.	A perda de uso da marca
Marcas	Registro nº 4.832.121 – Technosvip – classe 09 - Japão	14.01.2025	A não renovação da marca.	A perda de uso da marca
Marcas	Registro nº 4.530.665 – T Technos (mista) – classe 14 - Japão	21.12.2021	A não renovação da marca.	A perda de uso da marca
Marcas	Registro nº 600.857 – T Technos (nominativa) – classe 14 - México	11.01.2019	A não renovação da marca.	A perda de uso da marca
Marcas	Registro nº 804.082 – T Technos (mista) – classe 14 - México	01.10.2022	A não renovação da marca.	A perda de uso da marca
Marcas	Registro nº 805.523 – T Technos (mista - em nome da Technos Swiss – classe 14 - Nova Zelândia	24.04.2019	A não renovação da marca.	A perda de uso da marca
Marcas	Registro nº 3379 – T Technos (mista) – classe 14 - Omã	15.11.2019	A não renovação da marca.	A perda de uso da marca
Marcas	Registro nº 663.735 – T Technos – classes 07, 09, 14 - Diversos países da OMPI	01.11.2026	A não renovação da marca	A perda de uso da marca

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Ativos intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Registro nº 16.474 – T Technos (em nome da Technos Swiss) – classe 14 - Panamá	22.05.2022	A não renovação da marca.	A perda de uso da marca
Marcas	Registro nº 16.474 – T Technos (mista) – classe 14 - Panamá	09-05-2022	A não renovação da marca	A perda de uso da marca
Marcas	Registro nº 286.342 – T TECHNOS (nominativa) - classe 14 - Paraguai	21.02.2026	A não renovação da marca	A perda de uso da marca
Marcas	Registro nº 252.462 – T Technos (mista) – classe 14 - Paraguai	28.05.2023	A não renovação da marca.	A perda de uso da marca
Marcas	Registro nº 594.456 – T Technos (mista) – classe 14 - Paquistão	10.08.2020	A não renovação da marca.	A perda de uso da marca
Marcas	Registro nº 377.873 – Technos Cougar (nominativa – em nome da Technos Swiss) – classe XX - Suíça	01.12.2019	A não renovação da marca.	A perda de uso da marca
Marcas	Registro nº 381.461 – Technos (mista - em nome da Technos Swiss) – classe 14 - Suíça	02.04.2020	A não renovação da marca.	A perda de uso da marca
Marcas	Registro nº 273.997 – T Technos (mista -em nome da Technos Swiss) – classes 07/09/14 - Suíça	08.11.2024	A não renovação da marca.	A perda de uso da marca
Marcas	Registro nº 371.816 – T Technos (em chinês - em nome da Technos Swiss) – classe 14 - Suíça	06.04.2019	A não renovação da marca.	A perda de uso da marca
Marcas	Registro nº 830419667 – PERSONAL TOUCH (mista) - classe 35 - Brasil	06.08.2022	A não renovação da marca.	A perda de uso da marca

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Ativos intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Registro nº TM 192.607 – T Technos (mista) – classe 14. - Tailândia	15.10.2022	A não renovação da marca.	A perda de uso da marca
Marcas	Registro nº 99.021.995 – T Technos (nominativa) – classes 9, 14 e 18. - Taiwan	15.12.2020	A não renovação da marca.	A perda de uso da marca
Marcas	Pedido nº 840141319 – BEIN TOUCH (mista) - classe 35 - Brasil	-	A não concessão do pedido.	A perda de uso da marca
Marcas	Pedido nº 901282510 - TOUCH (mista) - classe 14 - Brasil	-	A não concessão do pedido.	A perda de uso da marca
Marcas	Pedido nº 904841456 – BEIN TOUCH (mista) - classe 09 - Brasil	-	A não concessão do pedido.	A perda de uso da marca
Marcas	Pedido nº 904841693 – BEIN TOUCH (mista) - classe 14 - Brasil	-	A não concessão do pedido.	A perda de uso da marca
Marcas	Pedido nº 904841847 – BEIN TOUCH (mista) - classe 25 - Brasil	-	A não concessão do pedido.	A perda de uso da marca
Marcas	Registro – Technos 13327 (em chinês). - Taiwan	31.03.2022	A não renovação da marca.	A perda de uso da marca
Marcas	Registro nº 119128 – T Technos (mista) – classe 14. - Turquia	23.06.2020	A não renovação da marca.	A perda de uso da marca
Marcas	Registro nº 273.796 – T TECHNOS (mista) - classe 14 - Uruguai	03/12/2024	A não renovação da marca.	A perda de uso da marca
Marcas	Pedido Reg. 153.594 – T Technos (mista) – classe 14 (aguardando exame desde 10.04.2010). - Arábia Sa	15.12.2019	A não renovação da marca.	A perda de uso da marca
Marcas	Pedido nº 904844277 - GOTOUCH (mista) - classe 09 - Brasil	-	A não concessão do pedido.	A perda de uso da marca

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Ativos intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Pedido nº 904844340 - GOTOUCH (mista) - classe 14 - Brasil	-	A não concessão do pedido.	A perda de uso da marca
Marcas	Pedido nº 904844609 - GOTOUCH (mista) - classe 25 - Brasil	-	A não concessão do pedido.	A perda de uso da marca
Marcas	Pedido nº 907091423 - ENERGY TOUCH (mista) - classe 05 - Brasil	-	A não concessão do pedido.	A perda de uso da marca
Marcas	Pedido nº 907091482 - ENERGY TOUCH (mista) - classe 32 - Brasil	-	A não concessão do pedido.	A perda de uso da marca
Marcas	Pedido de Registro nº 3.064.137 – Time Center – classe 35. - Argentina	04/04/2022	A não renovação da marca.	A perda de uso da marca
Marcas	Pedido de Registro nº 824982622 – Euro Star (nominativa) – classe 14 (licenciada pela Euro) - Brasil	-	A não concessão do pedido	A perda de uso da marca
Marcas	Pedido de Registro nº 825239974 – Eurosport (nominativa) – classe 14 (licenciada pela Euro) - Brasil	-	A não concessão do pedido.	A perda de uso da marca
Marcas	Registro nº 531.938 – T TECHNOS (caracteres em chinês) - classe 09 - China	19.10.2020	A não renovação da marca.	A perda de uso da marca
Marcas	Registro nº 15.472/2010 – T TECHNOS (mista) - classe 14 - Grécia	Aguardando prorrogação	A não renovação da marca.	A perda de uso da marca
Marcas	Registro nº R.414.490 – T TECHNOS (mista) - classe 14 - Diversos países da OMPI	10.03.2025	A não renovação da marca	A perda de uso da marca

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Ativos intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Pedido nº 52.233/2013 – TECHNOS SPORTS (mista) - classe 14 - Suíça	-	A não concessão do pedido.	A perda de uso da marca
Marcas	Pedido de registro nº 3.128.622 – T TECHNOS mista) - classe 14 - Argentina	-	A não concessão do pedido	A perda de uso da marca
Marcas	Pedido nº 978.001 - T TECHNOS (mista) - classe 14 - Chile	-	A não concessão do pedido	A perda de uso da marca
Marcas	Pedido nº 12.173.119 – TECHNOS SPORTS (mista) - classe 14 - China	-	A não concessão do pedido.	A perda de uso da marca
Marcas	Registro nº 1.873.944 – T Technos (mista) - classe 14 - Argentina	30.05.2022	A não renovação da marca.	A perda de uso da marca
Marcas	Registro nº A224236 – T Technos (mista) – classe 14 - Austrália	20.11.2023	A não renovação da marca.	A perda de uso da marca
Marcas	Registro nº 819589128 – Eurotime (nominativa) 09.05 - Brasil	22.06.2019	A não renovação da marca.	A perda de uso da marca
Marcas	Registro 822178630 – Euro (Mista) NCL 16 - Brasil	11.04.2026	A não renovação da marca.	A perda de uso da marca
Marcas	Registro 824392183 – Euro (Mista) NCL 14 - Brasil	13.01.2019	A não renovação da marca.	A perda de uso da marca
Marcas	Registro 826305890 – Allora (Nominativa) NCL 14 - Brasil	31.07.2017	A não renovação da marca.	A perda de uso da marca
Marcas	Registro 826749240 – Allora (Mista) NCL 14 - Brasil	09.10.2017	A não renovação da marca.	A perda de uso da marca
Marcas	Registro 830643745 – TM Multicolor (Nominativa) NCL 14 - Brasil	30.04.2023	A não renovação da marca.	A perda de uso da marca

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Ativos intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Registro 790309394 – Tic Time (Nominativa) NCL 09 - Brasil	24.08.2022	A não renovação da marca.	A perda de uso da marca
Marcas	Registro 811621626 – Catamaran (Nominativa) 09.05 - Brasil	17.09.2025	A não renovação da marca.	A perda de uso da marca
Marcas	Registro 811786242 – Surf Line (Nominativa) 09.05 - Brasil	25.03.2026	A não renovação da marca.	A perda de uso da marca
Marcas	Pedido de registro nº 1286209 – T TECHNOS (mista) - classe 09 - China	20.06.2019	A não renovação da marca.	A perda de uso da marca
Marcas	Pedido de registro nº 13.385.936 – T TECHNOS (mista) - classe 09 - China	-	A não concessão do pedido.	A perda de uso da marca
Marcas	Registro nº 3.083.056 - TECHNOS (caracteres em chinês) - classe 14 - China	19.10.2020	A não renovação da marca.	A perda de uso da marca
Marcas	Registro 826749240 – Allora (mista) – classe 14 (uso por meio de licença outorgada pela Euro) - BR	09.10.2017	A não renovação da marca.	A perda de uso da marca
Marcas	Pedido de registro nº 908589280 – Allora (mista) – classe 14 - Brasil	-	A não concessão do pedido.	A perda de uso da marca
Marcas	Registro nº 822595168 – (FIGURATIVA) – classe NCL (7) 09 - Brasil	16.10.2017	A não renovação da marca.	A perda de uso da marca
Nome de domínio na internet	comprediretodafabrica.com.br	15/04/2018	Não obter a renovação do domínio	Impossibilidade de uso do domínio
Nome de domínio na internet	dieselrelogios.com.br	27/04/2018	Não obter a renovação do domínio	Impossibilidade de uso do domínio
Nome de domínio na internet	lojadefabrica.ind.br	15/04/2018	Não obter a renovação do domínio	Impossibilidade de uso do domínio

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Ativos intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Nome de domínio na internet	misfitbrasil.com.br	08/04/2018	Não obter a renovação do domínio	Impossibilidade de uso do domínio
Nome de domínio na internet	misfitstore.com.br	08/04/2018	Não obter a renovação do domínio	Impossibilidade de uso do domínio
Nome de domínio na internet	relogiosarmaniexchange.com.br	09/04/2018	Não obter a renovação do domínio	Impossibilidade de uso do domínio
Nome de domínio na internet	academiatechnos.com.br	24/06/2018	Não obter a renovação do domínio	Impossibilidade de uso do domínio
Nome de domínio na internet	dieselwatches.com.br	22/05/2018	Não obter a renovação do domínio	Impossibilidade de uso do domínio
Nome de domínio na internet	dknywatches.com.br	22/05/2018	Não obter a renovação do domínio	Impossibilidade de uso do domínio
Nome de domínio na internet	emporioarmaniwatches.com.br	22/05/2018	Não obter a renovação do domínio	Impossibilidade de uso do domínio
Nome de domínio na internet	fossilwatches.com.br	22/05/2018	Não obter a renovação do domínio	Impossibilidade de uso do domínio
Nome de domínio na internet	grupotechnos.net.br	20/05/2018	Não obter a renovação do domínio	Impossibilidade de uso do domínio
Nome de domínio na internet	minhafranquiaderelogios.com.br	17/06/2018	Não obter a renovação do domínio	Impossibilidade de uso do domínio
Nome de domínio na internet	relogiosallora.com.br	10/06/2018	Não obter a renovação do domínio	Impossibilidade de uso do domínio
Nome de domínio na internet	relogiosdiesel.com.br	22/05/2018	Não obter a renovação do domínio	Impossibilidade de uso do domínio
Nome de domínio na internet	relogiosdkny.com.br	22/05/2018	Não obter a renovação do domínio	Impossibilidade de uso do domínio
Nome de domínio na internet	relogiosemporioarmani.com.br	22/05/2018	Não obter a renovação do domínio	Impossibilidade de uso do domínio
Nome de domínio na internet	relogiosfossil.com.br	22/05/2018	Não obter a renovação do domínio	Impossibilidade de uso do domínio
Nome de domínio na internet	relogiosmichaelkors.com.br	24/06/2018	Não obter a renovação do domínio	Impossibilidade de uso do domínio
Nome de domínio na internet	skydiver.com.br	24/06/2018	Não obter a renovação do domínio	Impossibilidade de uso do domínio
Nome de domínio na internet	techinos.com.br	24/06/2018	Não obter a renovação do domínio	Impossibilidade de uso do domínio
Nome de domínio na internet	technosgroup.com.br	20/05/2018	Não obter a renovação do domínio	Impossibilidade de uso do domínio
Nome de domínio na internet	technosgroup.net.br	20/05/2018	Não obter a renovação do domínio	Impossibilidade de uso do domínio
Nome de domínio na internet	tecnos.com.br	24/06/2018	Não obter a renovação do domínio	Impossibilidade de uso do domínio
Nome de domínio na internet	teknos.com.br	24/06/2018	Não obter a renovação do domínio	Impossibilidade de uso do domínio

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Ativos intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Nome de domínio na internet	timecenteroutlet.com.br	21/05/2018	Não obter a renovação do domínio	Impossibilidade de uso do domínio
Nome de domínio na internet	allorarelogios.com.br	01/09/2019	Não obter a renovação do domínio	Impossibilidade de uso do domínio
Nome de domínio na internet	armaniexchangewatches.com.br	09/04/2019	Não obter a renovação do domínio	Impossibilidade de uso do domínio
Nome de domínio na internet	clubeuro.com.br	12/05/2019	Não obter a renovação do domínio	Impossibilidade de uso do domínio
Nome de domínio na internet	dieselon.com.br	17/04/2019	Não obter a renovação do domínio	Impossibilidade de uso do domínio
Nome de domínio na internet	dumont.com.br	18/12/2018	Não obter a renovação do domínio	Impossibilidade de uso do domínio
Nome de domínio na internet	e-euro.com.br	01/12/2019	Não obter a renovação do domínio	Impossibilidade de uso do domínio
Nome de domínio na internet	estiloeuro.com.br	30/07/2018	Não obter a renovação do domínio	Impossibilidade de uso do domínio
Nome de domínio na internet	estiloeuro.net.br	30/07/2018	Não obter a renovação do domínio	Impossibilidade de uso do domínio
Nome de domínio na internet	eurorelogios.com.br	27/01/2020	Não obter a renovação do domínio	Impossibilidade de uso do domínio
Nome de domínio na internet	fossiloficial.com.br	08/04/2019	Não obter a renovação do domínio	Impossibilidade de uso do domínio
Nome de domínio na internet	fossilstore.com.br	08/04/2019	Não obter a renovação do domínio	Impossibilidade de uso do domínio
Nome de domínio na internet	franquiaderelogio.com.br	18/08/2018	Não obter a renovação do domínio	Impossibilidade de uso do domínio
Nome de domínio na internet	franquiasderelogios.com.br	18/08/2018	Não obter a renovação do domínio	Impossibilidade de uso do domínio
Nome de domínio na internet	goettems.com.br	24/06/2019	Não obter a renovação do domínio	Impossibilidade de uso do domínio
Nome de domínio na internet	goettems.net.br	22/10/2019	Não obter a renovação do domínio	Impossibilidade de uso do domínio
Nome de domínio na internet	grupodumont.com.br	10/10/2019	Não obter a renovação do domínio	Impossibilidade de uso do domínio
Nome de domínio na internet	grupotechnos.com.br	20/05/2019	Não obter a renovação do domínio	Impossibilidade de uso do domínio
Nome de domínio na internet	grupotechnos.eco.br	31/08/2018	Não obter a renovação do domínio	Impossibilidade de uso do domínio
Nome de domínio na internet	grupotechnos.rio.br	17/01/2020	Não obter a renovação do domínio	Impossibilidade de uso do domínio
Nome de domínio na internet	grupotechnos.sampa.br	16/10/2018	Não obter a renovação do domínio	Impossibilidade de uso do domínio
Nome de domínio na internet	lendasdopodium.com.br	16/09/2018	Não obter a renovação do domínio	Impossibilidade de uso do domínio

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Ativos intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Nome de domínio na internet	marinerrelogios.com.br	29/03/2019	Não obter a renovação do domínio	Impossibilidade de uso do domínio
Nome de domínio na internet	marinerstore.com.br	08/02/2019	Não obter a renovação do domínio	Impossibilidade de uso do domínio
Nome de domínio na internet	menuto.com.br	25/09/2018	Não obter a renovação do domínio	Impossibilidade de uso do domínio
Nome de domínio na internet	eurorelogios.com.br	27/01/2020	Não obter a renovação do domínio	Impossibilidade de uso do domínio
Nome de domínio na internet	fossiloficial.com.br	08/04/2019	Não obter a renovação do domínio	Impossibilidade de uso do domínio
Nome de domínio na internet	fossilstore.com.br	08/04/2019	Não obter a renovação do domínio	Impossibilidade de uso do domínio
Nome de domínio na internet	franquiaderelogio.com.br	18/08/2018	Não obter a renovação do domínio	Impossibilidade de uso do domínio
Nome de domínio na internet	franquiasderelogios.com.br	18/08/2018	Não obter a renovação do domínio	Impossibilidade de uso do domínio
Nome de domínio na internet	goettems.com.br	24/06/2019	Não obter a renovação do domínio	Impossibilidade de uso do domínio
Nome de domínio na internet	goettems.net.br	22/10/2019	Não obter a renovação do domínio	Impossibilidade de uso do domínio
Nome de domínio na internet	grupodumont.com.br	10/10/2019	Não obter a renovação do domínio	Impossibilidade de uso do domínio
Nome de domínio na internet	grupotechnos.com.br	20/05/2019	Não obter a renovação do domínio	Impossibilidade de uso do domínio
Nome de domínio na internet	grupotechnos.eco.br	31/08/2018	Não obter a renovação do domínio	Impossibilidade de uso do domínio
Nome de domínio na internet	grupotechnos.rio.br	17/01/2020	Não obter a renovação do domínio	Impossibilidade de uso do domínio
Nome de domínio na internet	grupotechnos.sampa.br	16/10/2018	Não obter a renovação do domínio	Impossibilidade de uso do domínio
Nome de domínio na internet	lendasdopodium.com.br	16/09/2018	Não obter a renovação do domínio	Impossibilidade de uso do domínio
Nome de domínio na internet	marinerrelogios.com.br	29/03/2019	Não obter a renovação do domínio	Impossibilidade de uso do domínio
Nome de domínio na internet	marinerstore.com.br	08/02/2019	Não obter a renovação do domínio	Impossibilidade de uso do domínio
Nome de domínio na internet	menuto.com.br	25/09/2018	Não obter a renovação do domínio	Impossibilidade de uso do domínio
Nome de domínio na internet	mundomariner.com.br	15/10/2019	Não obter a renovação do domínio	Impossibilidade de uso do domínio
Nome de domínio na internet	oculosfranquias.com.br	18/08/2018	Não obter a renovação do domínio	Impossibilidade de uso do domínio
Nome de domínio na internet	portaleuro.com.br	15/04/2020	Não obter a renovação do domínio	Impossibilidade de uso do domínio
Nome de domínio na internet	portaltimecenter.com.br	18/10/2019	Não obter a renovação do domínio	Impossibilidade de uso do domínio

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Ativos intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Nome de domínio na internet	portaltimecenteroutlet.com.br	18/10/2019	Não obter a renovação do domínio	Impossibilidade de uso do domínio
Nome de domínio na internet	portaltouch.com.br	06/06/2019	Não obter a renovação do domínio	Impossibilidade de uso do domínio
Nome de domínio na internet	relogioscondor.com.br	27/06/2018	Não obter a renovação do domínio	Impossibilidade de uso do domínio
Nome de domínio na internet	relogiosmariner.com.br	29/03/2019	Não obter a renovação do domínio	Impossibilidade de uso do domínio
Nome de domínio na internet	skagen.com.br	29/11/2019	Não obter a renovação do domínio	Impossibilidade de uso do domínio
Nome de domínio na internet	skydiver.net.br	22/10/2019	Não obter a renovação do domínio	Impossibilidade de uso do domínio
Nome de domínio na internet	technos.com.br	12/08/2019	Não obter a renovação do domínio	Impossibilidade de uso do domínio
Nome de domínio na internet	technos.eco.br	31/08/2018	Não obter a renovação do domínio	Impossibilidade de uso do domínio
Nome de domínio na internet	technos.net.br	22/10/2019	Não obter a renovação do domínio	Impossibilidade de uso do domínio
Nome de domínio na internet	technos.rio.br	17/01/2020	Não obter a renovação do domínio	Impossibilidade de uso do domínio
Nome de domínio na internet	technosacqua.com.br	25/09/2019	Não obter a renovação do domínio	Impossibilidade de uso do domínio
Nome de domínio na internet	technoscare.com.br	29/08/2018	Não obter a renovação do domínio	Impossibilidade de uso do domínio
Nome de domínio na internet	technoscobranca.com.br	19/09/2019	Não obter a renovação do domínio	Impossibilidade de uso do domínio
Nome de domínio na internet	technosftp.com.br	27/10/2018	Não obter a renovação do domínio	Impossibilidade de uso do domínio
Nome de domínio na internet	technoslendasdopodium.com.br	16/09/2018	Não obter a renovação do domínio	Impossibilidade de uso do domínio
Nome de domínio na internet	technosplus.com.br	05/11/2018	Não obter a renovação do domínio	Impossibilidade de uso do domínio
Nome de domínio na internet	technosport.com.br	29/08/2018	Não obter a renovação do domínio	Impossibilidade de uso do domínio
Nome de domínio na internet	technosport.net.br	22/10/2019	Não obter a renovação do domínio	Impossibilidade de uso do domínio
Nome de domínio na internet	technosrelogios.com.br	31/08/2018	Não obter a renovação do domínio	Impossibilidade de uso do domínio
Nome de domínio na internet	tecnos.net.br	22/10/2019	Não obter a renovação do domínio	Impossibilidade de uso do domínio
Nome de domínio na internet	tempodeblackfriday.com.br	24/10/2027	Não obter a renovação do domínio	Impossibilidade de uso do domínio
Nome de domínio na internet	timecenter.com.br	10/02/2019	Não obter a renovação do domínio	Impossibilidade de uso do domínio

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Ativos intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Nome de domínio na internet	timedeherois.com.br	05/04/2019	Não obter a renovação do domínio	Impossibilidade de uso do domínio
Nome de domínio na internet	timexstore.com.br	08/02/2019	Não obter a renovação do domínio	Impossibilidade de uso do domínio
Nome de domínio na internet	touchwatch.com.br	08/03/2019	Não obter a renovação do domínio	Impossibilidade de uso do domínio
Nome de domínio na internet	touchwatches.com.br	17/10/2019	Não obter a renovação do domínio	Impossibilidade de uso do domínio
Nome de domínio na internet	touchwatches.eco.br	31/08/2018	Não obter a renovação do domínio	Impossibilidade de uso do domínio
Nome de domínio na internet	universidadegrupotechnos.com.br	28/08/2018	Não obter a renovação do domínio	Impossibilidade de uso do domínio
Nome de domínio na internet	usetouch.com.br	25/05/2020	Não obter a renovação do domínio	Impossibilidade de uso do domínio
Nome de domínio na internet	usotouch.com.br	25/05/2020	Não obter a renovação do domínio	Impossibilidade de uso do domínio
Marcas	Registro n.º 006581340 – Figurativa – classe 09/05.10.15 - Brasil	10/07/20017	A não renovação da marca. Providenciada a renovação no INPI.	A perda de uso da marca
Marcas	Registro nº 97.258- T TECHNOS - (mista) - classe 14 - China	19/11/2024	A não renovação da marca.	A perda de uso da marca
Marcas	Registro nº 824238621 – TECHNOSPORT - (mista)- classe 14 - Brasil	01/07/2018	A não renovação da marca.	A perda de uso da marca
Marcas	Pedido nº 829579249 – TECHNOS Fundação Technos de Previdência Social (mista) – classe 36 - Brasil		A não concessão do pedido.	A perda de uso da marca
Marcas	Pedido nº 831179902 - BELLA (nominativa) – classe 14 - Brasil		A não concessão do pedido.	A perda de uso da marca
Marcas	Pedido nº 831179988 – MISS (nominativa) – classe 14 - Brasil		A não concessão do pedido.	A perda de uso da marca
Marcas	Pedido nº 905189361 – Technos (mista)– classe 18 - Brasil		A não concessão do pedido.	A perda de uso da marca

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Ativos intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Registro nº 830419659 – PERSONAL TOUCH (mista) – classe 14 - Brasil	06/08/2022	A não renovação da marca.	A perda de uso da marca
Marcas	Registro nº 830419675 – TOUCH CLASS (mista) – classe 14 - Brasil	06/08/2022	A não renovação da marca.	A perda de uso da marca
Marcas	Registro nº 830419683 - TOUCH CLASS (mista) – classe 14 - Brasil	06/08/2022	A não renovação da marca.	A perda de uso da marca

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.c - Participações em sociedades

Denominação Social	CNPJ	Código CVM	Tipo sociedade	País sede	UF sede	Município sede	Descrição das atividades desenvolvidas	Participação do emisor (%)
SCS Comércio de Acessórios de Moda Ltda.	14.782.588/0001-97	-	Controlada	Brasil	RJ	Rio de Janeiro	Comércio varejista, inclusive por meio de comércio eletrônico, de relógios e a administração de nossos contatos comerciais de franquia	100,000000

Exercício social	Valor contábil - variação %	Valor mercado - variação %	Montante de dividendos recebidos (Reais)		Data	Valor (Reais)
				Valor mercado		
31/12/2017	748,438000	0,000000	0,00	Valor contábil	31/12/2017	66.377.000,00
31/12/2016	135,170000	0,000000	0,00			
31/12/2015	-76,630000	0,000000	0,00			

Razões para aquisição e manutenção de tal participação

A sociedade concentra as atividades de varejo da Companhia.

Denominação Social	CNPJ	Código CVM	Tipo sociedade	País sede	UF sede	Município sede	Descrição das atividades desenvolvidas	Participação do emisor (%)
Technos da Amazônia Indústria e Comércio S.A.	04.628.426/0001-45	-	Controlada	Brasil	AM	Manaus	Fabricação, venda e revenda, comércio atacadista e varejista, inclusive exportação e importação, de relógios, artigos de relojoaria, bens, peças ou partes em suas diferentes espécies, tipos e modelos, acabados ou semi-acabados, óculos, jóias, semijóias, bijuterias, bolsas, acessórios de moda e artigos de couro, a prestação de serviços e a representação mercantil ligadas ao ramo de sua atividade, bem como a industrialização e o beneficiamento de produtos para terceiros. Na realização de suas finalidades, a Companhia poderá participar do capital de outras empresas.	100,000000

Exercício social	Valor contábil - variação %	Valor mercado - variação %	Montante de dividendos recebidos (Reais)		Data	Valor (Reais)
				Valor mercado		
31/12/2017	0,420000	0,000000	918.000,00	Valor contábil	31/12/2017	374.965.000,00
31/12/2016	-1,880000	0,000000	20.396.000,00			
31/12/2015	1,800000	0,000000	30.130.000,00			

Razões para aquisição e manutenção de tal participação

A sociedade concentra as atividades operacionais de montagem, distribuição e venda de relógios.

9.2 - Outras informações relevantes

9.2. Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

Todas as informações relevantes relacionadas a este tópico estão apresentadas nos itens anteriores.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

10.1. Comentários dos diretores sobre:

a) condições financeiras e patrimoniais gerais

Entendemos que, atualmente, apresentamos condições financeiras e patrimoniais suficientes para implementar nosso plano de negócios, assim como para cumprir as nossas obrigações contratuais de curto e médio prazos. Nossos objetivos ao administrar nosso capital são: (i) manter nossa capacidade de continuar a oferecer retorno aos nossos Acionistas; e (ii) manter uma estrutura de capital adequada para maximizar esse retorno. Temos a prudência financeira como filosofia, tendo buscado, até a presente data, financiar a maior parte de nossas necessidades de capital de giro e investimentos cotidianos utilizando nosso próprio fluxo de caixa operacional.

b) estrutura de capital e possibilidade de resgate de ações ou quotas

Em 31 de dezembro de 2017, nosso patrimônio líquido totalizava R$ 464,0 milhões, onde nosso endividamento era de R$ 92,0 milhões e nossos saldos e equivalentes de caixa e títulos mobiliários somavam R$ 14,8 milhões. Acreditamos que a nossa atual estrutura de capital é bastante confortável, com potencial para futura alavancagem, caso necessário, sempre em níveis adequados.

i. hipóteses de resgate

Nesta data, não existem hipóteses para realização de qualquer resgate das ações de nossa emissão, além das hipóteses previstas na Lei das S.A.

ii. fórmula de cálculo do valor do resgate

Como não há, nesta data, hipótese de realização de resgate de ações, não é possível mensurar a fórmula de cálculo de um valor hipotético de resgate.

c) capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

Nesta data, todas as nossas obrigações contratuais referentes a nossos compromissos financeiros estão sendo assiduamente cumpridas.

A tabela a seguir indica nossas obrigações contratuais existentes em 31 de dezembro de 2017:

Garantia	Pagamentos devidos por ano				
	Menos de 1 ano	1 a 3 anos	3 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
	(em milhares de reais)				
Real	-	-	-	-	
Flutuante	46.768	45.276	-	-	92.044
Quirografária[1]	-	-	-	-	-
Total	**46.768**	**45.276**	**-**	**-**	**92.044**

Em 31 de dezembro de 2017, possuíamos a dívida composta 98,1% por empréstimos bancários emitidos no exterior na linha 4131 e 1,9% referente a leasing.

(1) Inclui as seguintes rubricas: fornecedores, impostos, taxas e contribuições sociais a pagar, salários e encargos sociais a pagar, dividendos a pagar, licenciamentos a pagar e outras contas circulantes a pagar.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

Os empréstimos bancários captados no exterior estão 100% protegidos com swap em reais limitados a variação do CDI, acrescidos em média de 3,05% ao ano.

d) fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas

Consumimos capital de giro com nosso crescimento, em função do financiamento concedido a nossos Clientes e da necessidade de compra de estoques. Historicamente, esses investimentos têm sido financiados principalmente pela nossa geração de caixa operacional e, eventualmente, por empréstimos e financiamentos pontuais e de curto prazo, quando necessário.

Nossos investimentos em ativos não circulantes também têm sido financiados principalmente pela nossa geração de caixa operacional.

e) fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

Geramos R$54,9 milhões em fluxo de caixa operacional no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015, e R$51,4 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016. No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, geramos R$20,9 milhões. O ano de 2017 foi um ano tão difícil quanto 2016 em termos de geração de caixa, devido ao enfraquecimento da economia e retração da demanda do Varejo. Pretendemos dar continuidade na melhor gestão do capital de giro em 2018, gerando novamente caixa na atividade operacional. Temos também a disposição linhas de financiamento à importação e linhas de capital de giro para financiar eventuais necessidades.

f) níveis de endividamento e as características de tais dívidas

A tabela a seguir demonstra a evolução do nosso endividamento consolidado nas respectivas datas:

			Exercício social encerrado em 31 de dezembro de		
Credor	Taxa de Juros	Vencimento	2015	2016	2017
			(*em milhões de reais*)		
Passivos circulantes [1]	N/A	N/A	115,9	121,7	104,1
Passivos não-circulantes [2]	N/A	N/A	197,5	156,9	146,8
Total			313,5	278,7	250,9

(1) Inclui as seguintes rubricas: empréstimos, fornecedores, impostos, taxas e contribuições sociais a pagar, salários e encargos sociais a pagar, dividendos a pagar, licenciamentos a pagar, outras contas circulantes a pagar.
(2) Inclui as seguintes rubricas: empréstimos, licenciamentos a pagar, impostos de renda e contribuição social diferidos, provisões para contingências, valor a pagar por aquisição de participação societária e outras contas não-circulantes a pagar.

i. contratos de empréstimo e financiamento relevantes

Em 31 de dezembro de 2017, possuíamos a dívida composta 98,1% por empréstimos bancários emitidos no exterior na linha 4131 e 1,9% referente a leasing.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

Os empréstimos bancários captados no exterior estão 100% protegidos com swap em reais limitados a variação do CDI, acrescidos em média de 3,05% ao ano.

ii. grau de subordinação entre as dívidas

Não possuíamos nenhuma dívida com grau de subordinação com prioridade de pagamento em relação à outra.

iii. eventuais restrições impostas à Companhia, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário

Como restrições impostas pela dívida bancária, a companhia deve: (i) índice financeiro decorrente do quociente da divisão do EBITDA pelas despesas financeiras líquidas igual ou superior a 2,50; e (ii) índice financeiro decorrente do quociente da divisão da Dívida Líquida pelo EBITDA igual ou inferior a 3,50.

g) limites de utilização dos financiamentos já contratados

Possuímos um relacionamento próximo com diversos bancos comerciais de primeira linha e nunca enfrentamos problemas para obter financiamentos. Dessa forma, acreditamos, nesta data, que não teremos problemas para aumentar nossos limites caso haja necessidade.

h) alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras

As informações financeiras para os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2015, 2016 e 2017 foram extraídas das nossas demonstrações financeiras, preparadas sob responsabilidade da nossa administração de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais refletem adequadamente o resultado de nossas operações e de nossa situação patrimonial e financeira nos respectivos períodos, e auditadas por nossos auditores independentes, de acordo com as normas aplicáveis no Brasil.

Descrição das Principais Linhas do Nosso Resultado

Para um melhor entendimento de nossas demonstrações financeiras, apresentamos abaixo um resumo dos principais itens constantes da nossa conta de resultados.

Receita Bruta

Nossa receita bruta compreende a nossa receita com a venda de relógios e com a prestação de serviços de assistência técnica.

Analisamos nossa receita de vendas de relógios em função das categorias de relógios e por canal de distribuição a fim de entender melhor a fonte das variações de performance. No caso das categorias de relógios, trabalhamos com três classificações, em função das características de posicionamento de cada marca a seus modelos: (i) clássico, englobando relógios mais tradicionais ("Clássico"), segmento em que se inserem as marcas "Technos","Skagen" e "Dumont"; (ii) esporte, com relógios voltados a um estilo de vida ativo ("Esporte"), segmento em que se inserem nossas marca "Mormaii" , "Timex" e "Adidas"; e (iii) moda, incluindo relógios decorados e voltados para a composição de um visual ("Moda"), segmento em que se inserem nossas marcas "Euro", "Mariner", "Allora", "Touch",

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

"Condor", "Fossil", "Michael Kors", "Marc Jacobs", "Diesel", "DKNY", "Armani Exchange" "Emporio Armani".

No que diz respeito aos canais de distribuição, trabalhamos também com duas classificações: (i) lojas especializadas, incluindo principalmente relojoarias, joalherias, óticas, lojas de acessórios e de artigos para presentes, e franquias ("Lojas Especializadas"); e (ii) magazines, incluindo principalmente lojas de departamento, lojas *online*, clubes de compra, lojas de material esportivo, lojas de vestuário, lojas de artigos de surfe, lojas de eletroeletrônicos, supermercados, atacadistas e outros tipos de varejistas ("Magazines"). Temos também os canais diretos ao consumidor, que são os outlets e e-commerce.

Deduções - (Impostos Sobre Vendas e Ajuste a Valor Presente)

As deduções sobre a nossa receita bruta compreendem os impostos sobre vendas e o ajuste a valor presente.

Impostos sobre vendas

IPI
O IPI é um tributo de competência federal que incide sobre a saída de produtos industrializados nacionais e estrangeiros de forma não-cumulativa no momento da venda ou transferência entre estabelecimentos industriais ou equiparados.

Para fins de incidência do IPI, considera-se operação de industrialização a operação de montagem que consista na reunião de produtos, peças ou partes e de que resulte um novo produto ou unidade autônoma, ainda que sob a mesma classificação fiscal, tal como a atividade desenvolvida por nossa Companhia.

As alíquotas aplicáveis estão descritas na Tabela de Incidência do IPI - TIPI e variam de acordo com a classificação fiscal do produto e conforme o seu grau de essencialidade, podendo ser majoradas a qualquer momento pelo Poder Executivo tendo em vista os objetivos da política econômica.

São isentos do IPI os produtos industrializados na Zona Franca de Manaus por estabelecimentos com projetos aprovados pelo Conselho de Administração da SUFRAMA, em conformidade com o Processo Produtivo Básico, tais como aqueles desenvolvidos por nossa Companhia, que estão incluídos no Processo Produtivo Básico do pólo relojoeiro.

ICMS
O ICMS é um tributo de competência dos Estados, incidente sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação, ainda que as operações e as prestações se iniciem no exterior.

As alíquotas do ICMS dependem da classificação dos produtos e do Estado onde se localizam o fornecedor e o adquirente. Nas operações internas, as alíquotas normalmente são de 17%, 18% ou 19%, independentemente do fato do adquirente ser contribuinte ou não do imposto. Nas operações interestaduais as alíquotas são de 7% ou 12%, se o adquirente for contribuinte, e de 17%, 18% ou 19%, se o adquirente não for contribuinte. No caso de operações interestaduais destinadas a contribuintes do imposto, na hipótese de o produto vendido não ser destinado à industrialização ou comercialização

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

subsequente, o adquirente deverá recolher o imposto correspondente à diferença entre a alíquota interna de seu Estado (17%, 18% ou 19%) e aquela aplicada por ocasião da operação interestadual (7% ou 12%).

Nós usufruímos do incentivo fiscal de redução da base de cálculo do ICMS em 45% nas operações de importação de insumos relativos à fabricação de cronômetro digital, relógio de bolso, relógio de pulso e relógio contador de tempo, vigente até 31 de dezembro de 2013.

Adicionalmente, possuímos o benefício fiscal do crédito estímulo do ICMS, correspondente a 55% do saldo devedor do ICMS apurado mensalmente, relativo à comercialização de relógio de bolso, relógio de pulso e relógio contador de tempo, vigente até 5 de outubro de 2023.

PIS e COFINS
O PIS e a COFINS são tributos incidentes sobre a receita bruta da empresa, assim entendida como o total das receitas auferidas pela pessoa jurídica, independentemente de sua denominação ou classificação contábil.

As alíquotas do PIS e da COFINS incidentes no regime cumulativo são de, respectivamente, 0,65% e 3%. Já na sistemática não-cumulativa, as alíquotas são de 1,65% e 7,6%, respectivamente.

Entretanto, a receita auferida por pessoa jurídica industrial estabelecida na Zona Franca de Manaus, decorrente da venda de produção própria, consoante projeto aprovado pelo Conselho de Administração da SUFRAMA, tais como as receitas que auferimos, sujeitam-se ao regime não-cumulativo das contribuições COFINS e PIS às alíquotas de:

(i) 0,65% para o PIS e 3% para a COFINS, no caso de venda efetuada a: (a) pessoa jurídica estabelecida na Zona Franca de Manaus; e (b) pessoa jurídica estabelecida fora da Zona Franca de Manaus, que apure o PIS e a COFINS no regime de não-cumulatividade;

(ii) 1,3% para o PIS e 6% para a COFINS, no caso de venda efetuada a: (a) pessoa jurídica estabelecida fora da Zona Franca de Manaus, que apure o imposto de renda com base no lucro presumido; (b) pessoa jurídica estabelecida fora da Zona Franca de Manaus, que apure o imposto de renda com base no lucro real e que tenha sua receita, total ou parcialmente, excluída do regime de incidência não-cumulativa do PIS e da COFINS; (c) pessoa jurídica estabelecida fora da Zona Franca de Manaus e que seja optante pelo Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições - SIMPLES; e (d) órgãos da administração federal, estadual, distrital e municipal.

ISS
O ISS incide sobre a prestação de serviços de qualquer natureza, e sua alíquota média de 4,5%, dependendo do Município competente, bem como do serviço prestado. De modo geral, o ISS é devido ao Município onde está localizado o estabelecimento prestador do serviço.

Ajuste a Valor Presente

Sobre vendas
O ajuste a valor presente tem como objetivo demonstrar o valor presente de um fluxo de caixa futuro. Para determinar o valor presente de um fluxo de caixa, três informações são requeridas: (i) valor do

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

fluxo futuro (considerando todos os termos e as condições contratados); (ii) data do referido fluxo financeiro; e (iii) taxa de desconto aplicável à transação.

Sobre impostos
O ajuste a valor presente sobre impostos está diretamente relacionado ao ajuste a valor presente sobre vendas, sendo simplesmente a parcela de impostos correspondente ao ajuste a valor presente sobre vendas.

Custo das Vendas

Nosso custo das vendas inclui, principalmente, (i) os componentes comprados dos nossos fornecedores estrangeiros; e (ii) a mão-de-obra e custos indiretos agregados dentro do nosso processo de montagem em Manaus. Além disso, essa conta também inclui o custo das peças vendidas na assistência técnica e o custo da mão-de-obra dedicada ao reparo de relógios, custo de embalagens e o custo associado a devoluções.

Usufruímos de certos benefícios fiscais federais e estaduais por industrializarmos nossos produtos na Zona Franca de Manaus de acordo com projetos aprovados pela SUFRAMA. Esses benefícios foram concedidos pela Receita Federal e pelo Estado do Amazonas. Alguns destes benefícios têm um efeito redutor nos nossos impostos sobre a importação de componentes, afetando portanto nosso custo de vendas, quais sejam: (i) isenção de 100% do IPI; e (ii) redução de 88% do imposto de importação. Estes incentivos se aplicam somente na importação de componentes destinados a industrialização na Zona Franca e venda a partir da nossa unidade em Manaus.

Despesas com Vendas

Nossas despesas com vendas podem ser divididas entre despesas variáveis e fixas.

As despesas com vendas variáveis consistem principalmente em despesas de comissão e prêmios sobre as vendas, despesas de frete, despesas de publicidade e despesas com *royalties*.

As despesas com vendas fixas consistem principalmente em despesas de folha e encargos dos empregados do departamento de vendas, *marketing*, e produtos, dentre outras despesas diversas. As despesas com o restante da nossa folha de pagamento fazem parte das despesas administrativas.

Despesas Administrativas

Nossas despesas administrativas são primordialmente despesas fixas, e consistem principalmente em despesas com folha e encargos dos departamentos administrativos, remuneração dos Administradores, despesas com alugueis, despesas com processamento de dados e comunicações, despesas com advogados, consultores e auditores, despesas bancárias e de cobrança, viagens, depreciação e amortização do imobilizado administrativo e outras despesas diversas.

Outras, Líquidos

Inclui a provisão para contingências, que representa a constituição ou reversão de provisões para perdas, com destaque para as provisões de estoque e provisões de passivos tributários e fiscais, programa de participação nos lucros, despesas não caixa com o plano de opções e resultados e outras receitas e despesas diversas. O programa de participação nos lucros e resultados abrange todos os nossos

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

funcionários, incluindo nossos Administradores, com base em metas de crescimento e retorno da nossa Companhia, de cada departamento e individuais. Além disso, para fins de adequação ao CPC 15, os ativos e passivos da Dumont foram contabilizados em nosso balanço a valor justo de acordo com suas expectativas de rentabilidade futura. Com isso, houve a criação de duas contas que impactarão a conta Outros Resultados Operacionais: (i) Realização do Estoque a Valor Justo, correspondente à margem líquida dos estoques da Dumont vendidos, e cujo impacto será distribuído ao longo dos próximos trimestres até que sejam vendidos todos os produtos que compunham o estoque da Dumont no momento da aquisição, e (ii) Amortização da Carteira de Clientes a Valor Justo, um ativo intangível com expectativa de retorno calculada em 5 anos. Importante ressaltar que estes impactos são meramente contábeis e não representam saída de caixa para a companhia.

Resultado Financeiro Líquido

Nossa receita financeira é composta principalmente de rendimentos sobre o nosso caixa, que é aplicado principalmente em certificados de depósito bancário de bancos comerciais de primeira linha, de receitas de ajuste a valor presente, de multas de atraso cobradas de nossos Clientes e variação cambial positiva. Nossa despesa financeira é composta principalmente de despesas de juros sobre financiamentos, descontos para Clientes e variação cambial negativa.

Imposto de Renda e Contribuição Social

Nosso imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido inclui impostos correntes e diferidos. Os impostos diferidos são compostos principalmente pela realização de ativo fiscal diferido.

Usufruímos de certos benefícios fiscais federais e estaduais por industrializarmos nossos produtos na Zona Franca de Manaus, de acordo com projetos aprovados pela SUFRAMA. Esses benefícios foram concedidos pela Receita Federal e pelo Estado do Amazonas. Um destes benefícios tem um efeito redutor no nosso imposto de renda, concedendo a redução de 75% do IRPJ (inclusive adicional) relativo a projeto de modernização para produção de relógios de bolso, cronômetros e relógios de pulso. O benefício iniciou-se em 28 de fevereiro de 1967, tendo sido renovado por diversas vezes no passado. A última renovação ocorreu em 2014 e encerra-se em 2073, podendo ser renovado de acordo com a legislação aplicável.

Este incentivo fiscal tem como objetivo o desenvolvimento de empreendimentos que contribuam para o crescimento econômico e social da região de atuação da SUDENE e da SUDAM e, portanto, se aplica somente ao lucro apurado a partir do negócio de industrialização de nossos relógios na Zona Franca e venda a partir da nossa unidade em Manaus.

A redução de 75% do IRPJ é baseada no lucro da exploração, o qual representa o lucro líquido do período de apuração antes de deduzida a provisão para o imposto de renda e algumas exclusões (receitas financeiras que excedem as despesas financeiras, os rendimentos e prejuízos das participações societárias e resultados não operacionais).

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

Principais alterações nas contas de resultado

	2015	AV [1] (%)	AH [2] (%)	2016	AV [1] (%)	AH [3] (%)	2017	AV [1] (%)	AH [4] (%)
Receita Bruta	**491,4**	**123,7**	**(2,0)**	**443,6**	**122,9**	**(9,7)**	**412,4**	**121,3**	**(7,0)**
Deduções	(94,1)	(23,7)	6,8	(82,7)	(22,9)	(12,1)	(72,3)	(21,3)	(12,6)
Receita líquida	**397,3**	**100,0**	**(3,9)**	**360,9**	**100,0**	**(9,2)**	**340,1**	**100,0**	**(5,8)**
Custo das Vendas	(190,5)	(47,9)	3,7	(191,3)	(53,0)	0,4	(185,0)	(54,4)	3,3
Lucro Bruto	**206,8**	**52,1**	**(10,0)**	**169,6**	**47,0**	**(18,0)**	**155,1**	**45,6**	**(8,5)**
Despesas com vendas	(129,6)	(32,6)	9,0	(124,1)	(34,4)	(4,2)	(132,7)	(39,0)	6,9
Despesas Administrativas	(36,4)	(9,2)	7,4	(35,7)	(9,8)	(1,9)	(36,2)	(10,6)	1,4
Outras, líquidos	(9,1)	(2,3)	(22,6)	(1,2)	(0,3)	(86,8)	(10,9)	3,2	(1008,3)
Lucro operacional	31,6	8,0	(51,4)	8,5	2,4	(73,0)	(2,9)	(0,9)	(134,1)
Despesas financeiras	(58,1)	(14,6)	43,2	(85,7)	(23,7)	47,6	(45,1)	(13,3)	(47,4)
Receitas financeiras	57,5	14,5	87,4	79,0	21,9	37,5	43,7	12,8	(44,7)
Resultado financeiro, líquido	(0,6)	(0,2)	(93,9)	(6,7)	(1,8)	(1016,9)	(1,4)	(0,4)	(79,1)
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social	**31,1**	**7,8**	**(43,8)**	**1,8**	**(0,5)**	**(94,0)**	**(4,3)**	**(1,3)**	**(338,9)**
Imposto de renda e contribuição social									
Corrente	(7,2)	(1,8)	1,1	0,2	0,0	(102,5)	0,0	0,0	(100,0)
Diferido	(1,8)	(0,5)	(4,7)	(3,9)	(1,1)	118,3	2,4	(0,7)	(161,5)
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	**22,0**	**5,5**	**(52,4)**	**(1,9)**	**(0,5)**	**(108,8)**	**(1,9)**	**(0,6)**	**(0,0)**
Atribuível									
Acionista da Companhia	22,0	5,5	(52,4)	(1,9)	(0,5)	(108,6)	(1,9)	(0,6)	(0,0)
Participação dos não controladores	0	0,0	(100,0)	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0

[1] Análise vertical, que consiste em percentual sobre o total de receita líquida.
[2] Análise horizontal, que consiste no percentual de variação das contas do demonstrativo de resultados entre os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2014 e 2015.
[3] Análise horizontal, que consiste no percentual de variação das contas do demonstrativo de resultados entre os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2015 e 2016.
[4] Análise horizontal, que consiste no percentual de variação das contas do demonstrativo de resultados entre os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2016 e 2017.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

COMPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADO DOS EXERCÍCIOS SOCIAIS ENCERRADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 31 DE DEZEMBRO DE 2017

Receita Bruta

Nossa receita bruta passou de R$443,6 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016 para R$412,4 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, representando uma redução de R$31,3 milhões ou 7,0%. A tabela a seguir demonstra a abertura de nossa receita bruta:

	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de				
	2016	**(%) do Total**	**2017**	**(%) do Total**	**Variação (%) 2016/2017**
	(em milhões de reais, exceto percentuais)				
Receita Bruta					
Venda de Relógios	434,2	97,9	405,3	98,3	(6,7)
Assistência Técnica	9,4	2,1	7,1	1,7	(24,5)
Total	**443,6**	**100,0**	**412,4**	**100,0**	**(7,0)**

Venda de Relógios

Nossa receita bruta com a venda de relógios passou de R$434,2 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016 para R$405,3 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, representando uma queda de R$29,0 milhões ou 6,7%. O volume de relógios comercializados se manteve em linha versus o exercício anterior, 2.684 milhões em 2016 ante 2.686 milhões em 2017. O preço médio apresentou queda de R$162 em 31 de dezembro de 2016 para R$151 em 31 de dezembro de 2017.
A tabela a seguir demonstra a abertura de nossa receita bruta com a venda de relógios em cada uma das categorias de relógio descritas anteriormente neste documento:

	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de				
	2016	**(%) do Total**	**2017**	**(%) do Total**	**Variação (%) 2016/2017**
	(em milhões de reais, exceto percentuais)				
Venda de Relógios (por Categoria de Relógio)					
Clássico	206,2	47,5	190,6	47,0	(7,6)
Esporte	54,2	12,5	50,7	12,5	(6,5)
Moda	173,8	40,0	164,0	40,5	(5,7)
Total	**434,2**	**100,0**	**405,3**	**100,0**	**(6,7)**

A categoria Clássico passou de uma participação de 47,5% da nossa receita bruta no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016 para uma participação de 47,0% da nossa receita bruta no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017. A categoria Esporte manteve sua participação de 12,5% da nossa receita bruta no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016 no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017. A categoria Moda passou de uma participação de 40,0%

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

da nossa receita bruta no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016 para uma participação de 40,5% da nossa receita bruta no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017.

A tabela a seguir demonstra a abertura de nossa receita bruta com a venda de relógios em cada um dos canais de distribuição descritos anteriormente neste documento:

	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de				
	2016	**(%) do Total**	**2017**	**(%) do Total**	**Variação (%) 2016/2017**
	(em milhões de reais, exceto percentuais)				
Venda de Relógios (por Canal de Distribuição)					
Lojas Especializadas[(1)]	311,0	71,6	286,9	70,8	(7,7)
Magazines	123,3	28,4	118,4	29,2	(4,0)
Total	**434,2**	**100,0**	**405,3**	**100,0**	**(6,7)**

(1) Inclui as vendas realizadas para franquias.

Na análise da venda de relógios por canal de distribuição, vemos que no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017 as vendas para Lojas Especializadas decresceram 7,7% em relação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016, enquanto as vendas para Magazines decresceram 4,0% entre os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2016 e 2017. Desta forma a participação relativa de Lojas Especializadas reduziu 0,6 pontos percentuais, fechando em 70,8% e Magazines fechando em 29,2%. Estes movimentos são explicados pela maior instabilidade nas vendas das Lojas Especializadas, em geral clientes de menor porte, que possuem uma recuperação nas vendas menos acelerada se comparada às magazines, mesmo com sinais de melhora dos indicadores econômicos do país.

Assistência Técnica

Nossa receita bruta com assistência técnica passou de R$9,4 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016 para R$7,1 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, representando uma queda de R$2,3 milhões ou 24,5%. Esta variação é decorrente da queda na entrada de ordem de serviços pelos investimentos que temos feito na melhoria da qualidade dos nossos produtos.

Deduções – (Impostos Sobre Vendas e Ajuste a Valor Presente)

As deduções da receita bruta passaram de R$82,7 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016 para R$72,3 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, representando uma queda de R$10,4 milhões ou 12,6%.

Os impostos sobre vendas passaram de R$65,9 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016 para R$61,6 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, representando uma queda de R$4,3 milhões ou 6,6%.

O ajuste a valor presente líquido (ajuste a valor presente sobre vendas menos ajuste a valor presente sobre impostos) passou de R$16,8 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016 para R$10,6 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, representando uma

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

queda de R$6,2 milhões ou 36,7%. Importante ressaltar que esse ajuste a valor presente não tem efeito caixa e que a parcela deduzida da receita bruta no momento da venda é creditada na receita financeira no momento do recebimento. A queda dos impostos sobre vendas em velocidade inferior a receita é decorrente da dinâmica entre recebimento de estoques e o aproveitamento de benefícios fiscais.

Receita Líquida

A receita líquida passou de R$360,9 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016 para R$340,1 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, representando uma queda de R$20,8 milhões ou 5,8%. A queda da receita líquida segue as variações descritas acima da receita bruta e das deduções sobre a receita bruta.

A tabela abaixo demonstra a reconciliação das nossas receitas bruta e líquida.

	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de			
	2016	**2017**	**AH (%)**	**AH ($)**
	(em milhões de reais, exceto percentuais)			
Receita Bruta	443,6	412,4	(7,0)	(31,3)
Ajuste a Valor Presente	(19,6)	(12,4)	(36,7)	7,2
Impostos sobre Vendas	(65,9)	(61,6)	(6,6)	4,3
Ajuste a Valor Presente sobre Impostos	2,8	1,8	(35,7)	(1,0)
Receita Líquida	**360,9**	**340,1**	**(5,8)**	**(20,8)**

Custo das Vendas

Nosso custo das vendas passou de R$191,3 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016 para R$185,0 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, representando uma queda de R$6,3 milhões ou 3,3%.

Nosso custo de vendas pode ser dividido em dois principais grupos: (i) custos de montagem, denominados em Reais e que representam aproximadamente 1/3 do custo total; e (ii) custos dos componentes, denominados em Dólares Americanos e que representam aproximadamente 2/3 do custo total.

Lucro Bruto

Em razão dos fatores expostos acima, nosso lucro bruto passou de R$169,6 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016 para R$155,1 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, representando uma queda de R$14,5 milhões ou 8,5%. Essa queda representou uma redução na nossa margem bruta de 1,4 pontos percentuais.

Despesas com Vendas

Nossas despesas com vendas passaram de R$124,1 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016 para R$132,7 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016,

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

representando um aumento de R$8,6 milhões ou 6,9%. Nossas despesas com vendas representaram 34,4% e 39,0% do total de nossa receita líquida nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2016 e 2017, respectivamente.

Despesas Administrativas

Nossas despesas administrativas passaram de R$35,7 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016 para R$36,2 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, de acordo com nossas demonstrações financeiras auditadas. Nossas despesas administrativas representaram 9,8% e 10,6% do total de nossa receita líquida nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2016 e 2017, respectivamente.

Outras, Líquidos

O resultado das outras contas representou uma despesa de R$1,2 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016 e uma receita de R$10,9 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017.

A outras contas do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017 foram impactadas principalmente por uma receita não recorrente, referente à reversão de provisões trabalhistas e ganho de ação fiscal de PIS e COFINS.

Despesas Financeiras

Nossas despesas financeiras passaram de R$85,7 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016 para R$45,1 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, representando uma queda de R$40,6 milhões ou 47,4%.

Receitas Financeiras

Nossas receitas financeiras passaram de R$79,0 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016 para R$43,7 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, representando uma queda de R$35,3 milhões, ou 44,7%.

Resultado Financeiro, Líquido

Nosso resultado financeiro líquido passou de uma despesa líquida de R$6,7 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016 para R$1,4 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, representando uma queda de R$5,2 milhões.

Imposto de Renda e Contribuição Social

Corrente
Nosso imposto de renda e contribuição social corrente passou de R$0,2 milhão no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016 e em 31 de dezembro de 2017 não tivemos despesas com esse imposto.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

Diferido

Nosso imposto de renda e contribuição social diferido passou de uma despesa de R$3,9 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016 para uma receita de R$2,4 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017.

Lucro Líquido

O nosso lucro líquido se manteve em R$(1,9) milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, mesmo valor do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016.

COMPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADO DOS EXERCÍCIOS SOCIAIS ENCERRADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 31 DE DEZEMBRO DE 2015

Receita Bruta

Nossa receita bruta passou de R$491,4 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015 para R$443,6 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015, representando uma redução de R$47,8 milhões ou 9,7%. A tabela a seguir demonstra a abertura de nossa receita bruta:

	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de				
	2015	**(%) do Total**	**2016**	**(%) do Total**	**Variação (%) 2015/2016**
	(em milhões de reais, exceto percentuais)				
Receita Bruta					
Venda de Relógios	481,6	98,0	434,2	97,9	(9,8)
Assistência Técnica	9,8	2,0	9,4	2,1	(4,1)
Total	**491,4**	**100,0**	**443,6**	**100,0**	**(9,7)**

Venda de Relógios

Nossa receita bruta com a venda de relógios passou de R$481,6 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015 para R$434,2 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016, representando uma aqueda de R$47,4 milhões ou 9,8%. Essa queda foi decorrente da combinação de dois efeitos: (i) redução do volume de relógios comercializados, que atingiu 2.686 milhões de peças no exercício de 2016 ante 2.995 milhões no exercício de 2015 e (ii) de um aumento no preço médio que passou de R$161 em 31 de dezembro de 2015 para R$162 em 31 de dezembro de 2016.
A tabela a seguir demonstra a abertura de nossa receita bruta com a venda de relógios em cada uma das categorias de relógio descritas anteriormente neste documento:

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de				
	2015	(%) do Total	2016	(%) do Total	Variação (%) 2015/2016
	(em milhões de reais, exceto percentuais)				
Venda de Relógios (por Categoria de Relógio)					
Clássico	246,8	51,2	206,2	47,5	(16,4)
Esporte	53,2	11,0	54,2	12,5	1,9
Moda	181,6	37,8	173,8	40,0	(4,3)
Total	**481,6**	**100,0**	**434,2**	**100,0**	**(9,8)**

A categoria Clássico passou de uma participação de 51,2% da nossa receita bruta no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015 para uma participação de 47,5% da nossa receita bruta no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016. A categoria Esporte passou de uma participação de 11,0% da nossa receita bruta no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015 para uma participação de 12,5% da nossa receita bruta no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016. A categoria Moda passou de uma participação de 37,8% da nossa receita bruta no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015 para uma participação de 40,0% da nossa receita bruta no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016.

Percebemos, portanto, uma maior participação da categoria Moda, principalmente em função do forte crescimento de "Condor", e do desempenho das marcas de primeiro preço. A queda de 3,7 p.p. na participação da categoria Clássico na receita bruta deve-se a queda no volume de vendas da marca Technos. Na categoria Esporte, apresentamos crescimento de 1,5 p.p. no ano de 2016 em função de recuperação de "Mormaii".

A tabela a seguir demonstra a abertura de nossa receita bruta com a venda de relógios em cada um dos canais de distribuição descritos anteriormente neste documento:

	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de				
	2015	(%) do Total	2016	(%) do Total	Variação (%) 2015/2016
	(em milhões de reais, exceto percentuais)				
Venda de Relógios (por Canal de Distribuição)					
Lojas Especializadas[(1)]	358,7	74,5	311,0	71,6	(13,3)
Magazines	122,9	25,5	123,3	28,4	0,3
Total	**481,6**	**100,0**	**434,2**	**100,0**	**(9,8)**

(1) Inclui as vendas realizadas para franquias.

Na análise da venda de relógios por canal de distribuição, vemos que no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016 as vendas para Lojas Especializadas decresceram 13,3% em relação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015, enquanto as vendas para Magazines tiveram um crescimento de 0,3% entre os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2015 e 2016. Desta forma a participação relativa de Lojas Especializadas reduziu 3,9 pontos percentuais, fechando em 71,6% e Magazines fechando em 28,4%. Estes movimentos são explicados pela maior resiliência por

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

parte das lojas de departamentos em um momento de crise econômica, e maior dificuldade de recuperação das lojas especializadas, que são no geral clientes de menor porte.

Assistência Técnica

Nossa receita bruta com assistência técnica passou de R$9,8 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015 para R$9,4 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016, representando uma queda de R$0,4 milhão ou 4,6%. Esta variação é decorrente da queda no número de relógios comercializados, assim como reajustes na tabela de preços. Além desses dois fatores, destacamos esforços da Companhia para simplificar o processo de compra de peças de reposição por parte de lojistas, através de um portal dedicado na internet.

Deduções – (Impostos Sobre Vendas e Ajuste a Valor Presente)

As deduções da receita bruta passaram de R$94,1 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015 para R$82,7 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016, representando uma queda de R$11,4 milhão ou 12,1%.

Os impostos sobre vendas passaram de R$ 75,6 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015 para R$ 65,9 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016, representando uma queda de R$ 9,7 milhões ou 12,8%.

O ajuste a valor presente líquido (ajuste a valor presente sobre vendas menos ajuste a valor presente sobre impostos) passou de R$18,5 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015 para R$16,8 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016, representando uma queda de R$1,7 milhão ou 9,1%. Esse aumento se deu em função de uma concessão de prazos mais elevados a clientes, principalmente nos meses de maior faturamento e do aumento da taxa de juros.

Receita Líquida

A receita líquida passou de R$397,3 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015 para R$360,9 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016, representando uma queda de R$36,4 milhões ou 9,2%. A queda da receita líquida segue as variações descritas acima da receita bruta e das deduções sobre a receita bruta.
A tabela abaixo demonstra a reconciliação das nossas receitas bruta e líquida.

	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de			
	2015	**2016**	**AH (%)**	**AH ($)**
	(em milhões de reais, exceto percentuais)			
Receita Bruta	491,4	443,6	(9,7)	(47,8)
Ajuste a Valor Presente	(22,0)	(19,6)	(10,9)	*2,4*
Impostos sobre Vendas	(75,6)	(65,9)	(12,8)	*9,6*
Ajuste a Valor Presente sobre Impostos	3,5	2,8	(18,6)	(0,6)
Receita Líquida	**397,3**	**360,9**	**(9,2)**	**(36,4)**

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

Custo das Vendas

Nosso custo das vendas passou de R$190,5 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015 para R$191,3 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016, representando um aumento de R$0,8 milhão ou 0,4%. Esse aumento frente a queda da receita líquida, resultou em uma redução da margem.

Nosso custo de vendas pode ser dividido em dois principais grupos: (i) custos de montagem, denominados em Reais e que representam aproximadamente 1/3 do custo total; e (ii) custos dos componentes, denominados em Dólares Americanos e que representam aproximadamente 2/3 do custo total. No que tange os custos de montagem identificamos uma estabilidade entre os exercícios de 2016 e 2015, já que ganhos de produtividade interna conseguiram compensar aumentos no custo da mão de obra e outros custos indiretos da fábrica. Já em relação ao custo dos componentes, como já identificado em 2015, em 2016 continuou pressionado principalmente em função da depreciação do real em relação ao dólar, comparando-se as taxas médias de câmbio nos anos de 2015 (R$ 3,33 para US$1,00) e 2016 (R$ 3,48 para US$1,00), segundo dados do Banco Central do Brasil. Outro fator que impactou a relação entre o custo de vendas e a receita bruta foi o aumento do share das marcas de primeiro preço dentro do mix de vendas da empresa, como estas marcas têm margem menor, a margem bruta consolidada é impactada negativamente.

Lucro Bruto

Em razão dos fatores expostos acima, nosso lucro bruto passou de R$206,8 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015 para R$169,6 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016, representando uma queda de R$37,2 milhões ou 18,0%. Essa queda representou uma redução na nossa margem bruta de 5,1 pontos percentuais.

Despesas com Vendas

Nossas despesas com vendas passaram de R$129,6 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015 para R$124,1 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016, representando uma queda de R$5,5 milhões ou 4,2%. Nossas despesas com vendas representaram 32,6% e 34,4% do total de nossa receita líquida nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2015 e 2016, respectivamente.

Em 2016 registramos quedas nas seguintes rubricas: (i) publicidade institucional, (ii) royalties, (iii) despesas atreladas a receita como comissões e prêmios (iv) despesas diversas, tais como redução com frete e viagens, fruto de melhores negociações com fornecedores e um menor volume de contratação de tais serviços. Por outro lado, aumentamos o investimento em projetos, voltado para ações de marketing no ponto de venda em parceria com nossos clientes.

Despesas Administrativas

Nossas despesas administrativas passaram de R$36,4 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015 para R$35,7 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016, de acordo com nossas demonstrações financeiras auditadas. Nossas despesas administrativas representaram

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

9,2% e 9,9% do total de nossa receita líquida nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2015 e 2016, respectivamente.

A queda das despesas administrativas ocorre em função dos esforços da companhia em reduzir despesas frente ao cenário mais desafiador de vendas. Ainda que as despesas classificadas como administrativas possuam natureza mais fixa, a companhia conseguiu implementar ações para reduzi-la, mesmo com a forte pressão inflacionária no país.

Outras, Líquidos

O resultado das outras contas representou uma despesa de R$9,1 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015 e uma despesa de R$1,2 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016.

A outras contas do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016 foram impactadas principalmente por uma receita não recorrente, referente à recuperação de imposto junto à Superintendência da Zona Franca de Manaus (SUFRAMA). A recuperação judicial desse imposto é referente aos últimos 6 anos e foi integralmente contabilizada em dez/16.

Despesas Financeiras

Nossas despesas financeiras passaram de R$58,1 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015 para R$85,7 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016, representando um aumento de R$27,6 milhões ou 47,6%. Essa diferença é resultante principalmente pelas despesas com variação cambial de empréstimos. Nossa dívida está 100% protegida por Swap cambial, entretanto, na demonstração de resultado o impacto da variação cambial é refletido nas despesas financeiras, que é contraposta por um valor a receber registrado em outros ativos circulantes.

Receitas Financeiras

Nossas receitas financeiras passaram de R$57,5 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015 para R$79,0 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016, representando um aumento de R$21,6 milhões, ou 37,5%. Essa diferença é resultante principalmente do resultado positivo das operações de hedge cambial que compensa parcialmente a perda de margem bruta decorrente da depreciação do real frente ao dólar.

Resultado Financeiro, Líquido

Nosso resultado financeiro líquido passou de uma despesa líquida de R$ 0,6 milhão no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015 para R$ 6,7 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016, representando um aumento de R$ 6,1 milhões.

Imposto de Renda e Contribuição Social

Corrente
Nosso imposto de renda e contribuição social corrente passou de R$7,2 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015 para R$0,2 milhão no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016, representando uma queda de R$7,4 milhões ou 102,5%.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

Diferido

Nosso imposto de renda e contribuição social diferido passou de R$1,8 milhão no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015 para R$3,9 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016, representando um aumento de R$2,1 milhões ou 118,3%.

Lucro Líquido

O nosso lucro líquido passou de R$22,0 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015 para R$(1,9) milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016, representando uma redução de R$23,9 milhões, ou 108,8%.

Principais Alterações nas Contas Patrimoniais

	2015	AV [1] (%)	AH [2] (%)	2016	AV [1] (%)	AH [3] (%)	2017	AV [1] (%)	AH [4] (%)
Ativo									
Circulante									
Caixa e equivalentes de caixa	20,0	2,6	(38,6)	17,0	2,3	(15,0)	14,8	2,1	(12,8)
Títulos e valores mobiliários	6,5	--	--	1,0	0,1	(83,1)	0	0,0	-100,0
Contas a receber de clientes	227,0	29,3	(1,3)	219,6	29,6	(3,3)	191,6	26,8	(12,7)
Estoques	152,7	19,7	14,3	125,9	17,0	(17,6)	105,6	14,8	(16,1)
Impostos a recuperar	12,3	1,6	(38,3)	7,2	1,0	(40,7)	7,7	1,1	5,2
Outros ativos	11,0	1,4	(67,5)	12,8	1,7	16,4	18	2,6	44,1
Total	**429,6**	**55,4**	**(4,5)**	**383,6**	**51,7**	(10,7)	**338,2**	**47,3**	(11,8)
Ativos não circulantes mantidos para venda			**--**		0,0		**0,7**	0,1	
Total do Circulante	**429,6**	**55,4**	**(5,9)**	**383,6**	**51,7**	**(10,7)**	**338,8**	**47,4**	**(11,7)**
Não Circulante									
Adiantamento a fornecedores	7,3	0,9	(9,3)	6,5	0,9	(11,0)	5,8	0,8	(10,6)
Impostos a recuperar	7,6	1,0	250,7	12,5	1,7	64,5	25,5	3,6	104,3
Títulos e valores mobiliários	27,0	3,5	5,8	23,6	3,2	(12,6)	24,6	3,4	4,1
Depósitos judiciais	0,7	0,1	(65,9)	2,0	0,3	185,7	4,0	0,6	98,1
Imposto de renda e contribuição social diferidos	0,0	0,0	--	0,0	0,0		0,1	0,0	
Outros ativos	0,6	0,1	71,2	15,7	2,1	2516,7	18,7	2,6	19,3
Intangível	263,7	34,0	1,0	262,8	35,4	(0,3)	262,5	36,7	(0,1)
Imobilizado	39,6	5,1	18,7	35,8	4,8	(9,6)	34,9	4,9	(2,6)
Total do Não Circulante	**346,5**	**44,6**	**1,9**	**358,9**	**48,3**	**3,6**	**376,0**	**52,6**	**4,8**
Total do Ativo	**776,2**	**100,0**	**(2,6)**	**742,5**	**100,0**	**(4,3)**	**714,9**	**100,0**	**(3,7)**

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

	2015	AV [1] (%)	AH [2] (%)	2016	AV [1] (%)	AH [3] (%)	2017	AV [1] (%)	AH [4] (%)
Passivo									
Circulante									
Empréstimos	71,9	9,3	18,0	60,9	8,2	(15,3)	47,2	6,6	(22,4)
Fornecedores	19,1	2,5	8,4	32,5	4,4	70,2	35,0	4,9	7,6
Impostos, taxas e contribuições sociais a pagar	5,9	0,8	(0,9)	4,1	0,6	(30,5)	6,9	1,0	68,7
Valor a pagar por aquisição de participação de não-controladores	1,1	--	--	1,1	0,1	0,0	1,1	0,2	0,3
Salários e encargos sociais a pagar	8,4	1,1	42,4	7,0	0,9	(16,7)	7,5	1,1	7,8
Dividendos a pagar	5,2	0,7	(67,8)	1,4	0,2	(73,1)	1,4	0,2	(1,7)
Licenciamentos a pagar	0,0	0,0	(100,0)	0,0	0,0		0,0	0,0	
Outras contas a pagar	4,4	0,6	(33,7)	14,7	2,0	234,1	5,0	0,7	(66,3)
Total do Circulante	**116,0**	**14,9**	**2,3**	**121,7**	**16,4**	**4,9**	**104,1**	**14,6**	**(14,5)**
Não Circulante									
Empréstimos	95,5	12,3	(13,7)	40,6	5,5	(57,5)	44,8	6,3	10,4
Imposto de renda e contribuição social diferidos	46,7	6,0	(10,7)	50,7	6,8	8,6	48,3	6,8	(4,7)
Provisões para contingências Não Operacionais	29,4	3,8	2,5	31,3	4,2	6,5	25,4	3,6	(18,9)
Licenciamentos a pagar	0,6	0,1	75,0	0,0	0,0	(100,0)	0,0	0,0	
Valor a pagar por aquisição de participação societária	22,8	2,9	(10,6)	25,0	3,4	9,6	26,3	3,7	5,4
Outras contas a pagar	2,5	0,3	1056,5	9,4	1,3	276,0	2,0	0,9	(78,4)
Total do Não Circulante	**197,5**	**25,4**	**-9,3**	**157,0**	**21,1**	**(20,5)**	**146,9**	**20,5**	**(6,4)**
Total do passivo	**313,5**	**40,4**	**-5,3**	**278,7**	**37,5**	**(11,1)**	**250,9**	**35,1**	**(10,0)**
Patrimônio Líquido, capital e reservas atribuídos aos acionistas da controladora									
Capital social	130,6	16,8	0,0	130,6	17,6	0,0	130,6	18,3	0,0
Ações em Tesouraria	(11,2)		0,0	(11,2)	(1,5)	0,0	(11,2)	(1,6)	0,1
Gastos com emissão de ações	(10,9)	-1,4	0,0	(10,9)	(1,5)	0,0	(10,9)	(1,5)	(0,3)
Reservas de capital	196,3	25,3	2,1	199,3	26,8	1,5	201,4	28,2	1,1
Reservas de lucros	172,0	22,2	(2,8)	170,0	22,9	(1,2)	168,1	23,5	(1,1)
Ajuste de avaliação patrimonial	(14,1)	(1,8)	(13,1)	(14,1)	(1,9)	0,0	(14,1)	(2,0)	(0,1)
Lucros (prejuízos) acumulados					0,0		0,00	0,0	
Participação dos não controladores	(11,2)	(1,4)	(401,9)	0,0	0,0	(100,0)	0,00	0,0	
Total do Patrimônio Líquido	**462,7**	**59,6**	**-2,9**	**463,8**	**62,5**	**0,2**	**464,0**	**64,9**	**0,0**
Total do Passivo e do Patrimônio Líquido	**776,2**	**100,0**	**-3,9**	**742,5**	**100,0**	**-4,3**	**714,9**	**100,0**	**(3,7)**

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

COMPARAÇÃO DAS CONTAS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 31 DE DEZEMBRO DE 2016

ATIVO

Circulante

Caixa e equivalentes de caixa: O saldo dessa conta passou de R$17,0 milhões em 31 de dezembro de 2016 para R$14,8 milhões em 31 de dezembro de 2017, representando uma queda de R$2,2 milhões. Essa queda é explicada por menor geração de caixa nas atividades operacionais decorrentes da queda nas vendas.

Contas a receber de clientes: O saldo dessa conta passou de R$219,6 milhões em 31 de dezembro de 2016 para R$191,6 milhões em 31 de dezembro de 2017, representando uma queda de R$28,0 milhões ou 12,7%.

Estoques: O saldo dessa conta passou de R$125,9 milhões em 31 de dezembro de 2016 para R$105,6 milhões em 31 de dezembro de 2017, representando uma redução de R$20,3 milhões ou 16,1%. A desalavancagem de estoque faz parte da estratégia da companhia.

Impostos a recuperar: O saldo dessa conta passou de R$7,3 milhões em 31 de dezembro de 2016 para R$7,6 milhões em 31 de dezembro de 2017, representando um aumento de R$0,4 milhão ou 5,8%.

Outros ativos: O saldo dessa conta passou de R$12,8 milhões em 31 de dezembro de 2016 para R$17,1 milhões em 31 de dezembro de 2017, representando um aumento de R$4,3 milhões ou 33,6%.

Não Circulante

Adiantamento a fornecedores: O saldo dessa conta passou de R$6,5 milhões em 31 de dezembro de 2016 para R$5,8 milhões em 31 de dezembro de 2017, representando uma redução de R$0,7 milhão ou 10,6%. Essa variação está relacionada à realização parcial do adiantamento do pagamento de *royalties* à empresa detentora da marca "Mormaii" no âmbito da renovação do contrato de licenciamento da marca até 2026.

Impostos a recuperar: O saldo dessa conta passou de R$12,5 milhões em 31 de dezembro de 2016 para R$25,5 milhões em 31 de dezembro de 2017, representando um aumento de R$13,0 milhões.

Títulos e valores mobiliários: O saldo dessa conta passou de R$23,6 milhões em 31 de dezembro de 2016 para R$24,6 milhões em 31 de dezembro de 2017, registrando aumento de R$1,0 milhão ou 4,1%.

Depósitos Judiciais: O saldo dessa conta passou de R$2,0 milhões em 31 de dezembro de 2016 para R$4,0 milhões em 31 de dezembro de 2017, representando um aumento de R$2,0 milhões ou 98,1%.

Outros Ativos: O saldo dessa conta passou de R$15,7 milhões em 31 de dezembro de 2016 para R$18,7 milhões em 31 de dezembro de 2017, representando um aumento de R$3,0 milhões.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

Intangível: Essa conta é composta de quatro rubricas: (i) ágio; (ii) *softwares* e outros, (iii) marcas e licenças e (iv) direitos em combinações de negócios. O saldo dessa conta passou de R$262,8 milhões em 31 de dezembro de 2016 para R$262,5 milhões em 31 de dezembro de 2017, representando uma redução de R$0,3 milhão ou 0,1%.

Imobilizado: O saldo dessa conta passou de R$35,8 milhões em 31 de dezembro de 2016 para R$34,9 milhões em 31 de dezembro de 2017, representando uma redução de R$0,8 milhão ou 2,6%. Essa variação decorre principalmente das aquisições de máquinas e equipamentos, móveis e utensílios, veículos, benfeitorias em imóveis e investimentos em projetos, líquida da depreciação do período.

PASSIVO

Circulante

Empréstimos: O saldo dessa conta passou de R$60,9 milhões em 31 de dezembro de 2016 para R$47,2 milhões em 31 de dezembro de 2017, representando uma redução de R$13,7 milhões ou 22,4%. Essa redução é fruto da remodelagem da dívida feita em 2017.

Fornecedores: O saldo dessa conta passou de R$32,5 milhões em 31 de dezembro de 2016 para R$35,0 milhões em 31 de dezembro de 2017, representando um aumento de R$2,5 milhões ou 7,6%. Esse crescimento ocorreu, principalmente, pelo aumento no prazo médio de pagamento aos fornecedores asiáticos.

Impostos, taxas e contribuições sociais a pagar: O saldo dessa conta passou de R$4,1 milhões em 31 de dezembro de 2016 para R$6,9 milhões em 31 de dezembro de 2017, representando um aumento de R$2,8 milhões ou 68,7%.

Salários e encargos sociais a pagar: O saldo dessa conta passou de R$7,0 milhões em 31 de dezembro de 2016 para R$7,5 milhões em 31 de dezembro de 2017, representando um aumento de R$0,5 milhão ou 7,5%.

Dividendos a pagar: O saldo dessa conta passou de R$1,4 milhão em 31 de dezembro de 2016 para R$ 1,4 milhão em 31 de dezembro de 2017, ficando em linha comparado a 31 de dezembro de 2016.

Outras contas a pagar: O saldo dessa conta passou de R$14,7 milhões em 31 de dezembro de 2016 para R$5,0 milhões em 31 de dezembro de 2017, uma redução de R$9,7 milhões.

Não Circulante

Empréstimos: O saldo dessa conta passou de R$40,6 milhões em 31 de dezembro de 2016 para R$44,8 milhões em 31 de dezembro de 2017, representando um aumento de R$4,2 milhões ou 10,4%. Essa redução é fruto da amortização que fizemos ao longo de 2017.

Imposto de renda e contribuição social diferidos: O saldo dessa conta passou de R$50,7 milhões em 31 de dezembro de 2015 para R$48,3 milhões em 31 de dezembro de 2016, representando uma redução de R$2,4 milhões ou 4,7%.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

Provisões para contingências Não Operacionais: O saldo dessa conta passou de R$31,3 milhões em 31 de dezembro de 2016 para R$25,4 milhões em 31 de dezembro de 2017, representando uma queda de R$5,9 milhões ou 18,9%.

Valor a pagar por aquisição de participação societária: O saldo dessa conta em 31 de dezembro de 2016 passou de R$25,0 milhões para R$26,3 milhões em 31 de dezembro de 2017, representando um aumento de R$1,4 milhão ou 5,4%. Esse valor refere-se, principalmente, à conta escrow criada a partir da aquisição da Dumont.

Outras contas a pagar: O saldo dessa conta passou de R$9,4 milhões em 31 de dezembro de 2016 para R$2,0 milhões em 31 de dezembro de 2017, representando uma redução de R$7,4 milhões.

Patrimônio Líquido

O saldo dessa conta passou de R$463,8 milhões em 31 de dezembro de 2016 para R$464,0 milhões em 31 de dezembro de 2017, representando um aumento de R$0,2 milhão.

COMPARAÇÃO DAS CONTAS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 31 DE DEZEMBRO DE 2015

ATIVO

Circulante

Caixa e equivalentes de caixa: O saldo dessa conta passou de R$20,0 milhões em 31 de dezembro de 2015 para R$17,0 milhões em 31 de dezembro de 2016, representando uma queda de R$3,0 milhões. Essa queda é explicada por alguns fatores: a) menor geração de caixa nas atividades operacionais decorrentes da queda nas vendas e perda de margem bruta, além de aumento da inadimplência, que impossibilitou a redução do saldo de contas a receber na mesma proporção da queda nas vendas.

Contas a receber de clientes: O saldo dessa conta passou de R$227,0 milhões em 31 de dezembro de 2015 para R$219,6 milhões em 31 de dezembro de 2016, representando uma queda de R$7,4 milhões ou 3,3%. Essa queda deve-se, principalmente, à queda da receita bruta. O ambiente macroeconômico enfraquecido tem levado alguns clientes a solicitar alongamento de prazo, o que impossibilitou uma redução ainda maior no contas a receber.

Estoques: O saldo dessa conta passou de R$152,7 milhões em 31 de dezembro de 2015 para R$125,9 milhões em 31 de dezembro de 2016, representando uma redução de R$26,8 milhões ou 17,6%. A desalavancagem de estoque faz parte da estratégia da companhia. Em 31 de dezembro de 2016, a companhia encerrou com o menor nível histórico de cobertura de estoques. O planejamento adequado de compras e maior assertividade nos lançamentos ajudaram essa estratégia.

Impostos a recuperar: O saldo dessa conta passou de R$12,3 milhões em 31 de dezembro de 2015 para R$7,3 milhões em 31 de dezembro de 2016, representando uma redução de R$5,0 milhões ou 40,7%.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

Outros ativos: O saldo dessa conta passou de R$11,0 milhões em 31 de dezembro de 2015 para R$12,8 milhões em 31 de dezembro de 2016, representando um aumento de R$1,8 milhão ou 16,4%.

Não Circulante

Adiantamento a fornecedores: O saldo dessa conta passou de R$7,3 milhões em 31 de dezembro de 2015 para R$6,5 milhões em 31 de dezembro de 2016, representando uma redução de R$0,9 milhão ou 11,0%. Essa variação está relacionada à realização parcial do adiantamento do pagamento de *royalties* à empresa detentora da marca "Mormaii" no âmbito da renovação do contrato de licenciamento da marca até 2026.

Impostos a recuperar: O saldo dessa conta passou de R$7,6 milhões em 31 de dezembro de 2015 para R$12,5 milhões em 31 de dezembro de 2016, representando um aumento de R$4,9 milhões.

Títulos e valores mobiliários: O saldo dessa conta passou de R$27,0 milhões em 31 de dezembro de 2015 para R$23,6 milhões em 31 de dezembro de 2016, registrando queda de R$3,4 milhões.

Depósitos Judiciais: O saldo dessa conta passou de R$0,7 milhão em 31 de dezembro de 2015 para R$2,0 milhões em 31 de dezembro de 2016, representando um aumento de R$1,3 milhão ou 185,7%.

Outros Ativos: O saldo dessa conta passou de R$0,6 milhão em 31 de dezembro de 2015 para R$15,7 milhões em 31 de dezembro de 2016, representando um aumento de R$15,1 milhões.

Intangível: Essa conta é composta de quatro rubricas: (i) ágio; (ii) *softwares* e outros, (iii) marcas e licenças e (iv) direitos em combinações de negócios. O saldo dessa conta passou de R$263,7 milhões em 31 de dezembro de 2015 para R$262,8 milhões em 31 de dezembro de 2016, representando uma redução de R$0,9 milhão ou 0,3%. Essa variação decorre principalmente de aquisições de softwares e licenças, líquida da amortização do período.

Imobilizado: O saldo dessa conta passou de R$39,6 milhões em 31 de dezembro de 2015 para R$35,8 milhões em 31 de dezembro de 2016, representando uma redução de R$3,8 milhões ou 9,5%. Essa variação decorre principalmente das aquisições de máquinas e equipamentos, móveis e utensílios, veículos, benfeitorias em imóveis e investimentos em projetos, líquida da depreciação do período.

PASSIVO

Circulante

Empréstimos: O saldo dessa conta passou de R$71,9 milhões em 31 de dezembro de 2015 para R$60,9 milhões em 31 de dezembro de 2016, representando uma redução de R$11,0 milhões ou 15,3%. Essa redução é fruto da amortização que fizemos em outubro de 2016.

Fornecedores: O saldo dessa conta passou de R$19,0 milhões em 31 de dezembro de 2015 para R$32,5 milhões em 31 de dezembro de 2016, representando um aumento de R$13,5 milhões ou 71%. Esse crescimento ocorreu, principalmente, pelo aumento no prazo médio de pagamento aos fornecedores asiáticos.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

Impostos, taxas e contribuições sociais a pagar: O saldo dessa conta passou de R$5,9 milhões em 31 de dezembro de 2015 para R$4,1 milhões em 31 de dezembro de 2016, representando uma queda de R$1,8 milhão ou 30,5%.

Salários e encargos sociais a pagar: O saldo dessa conta passou de R$8,4 milhões em 31 de dezembro de 2015 para R$7,0 milhões em 31 de dezembro de 2016, representando uma redução de R$1,4 milhão ou 16,6%.

Dividendos a pagar: O saldo dessa conta passou de R$5,2 milhões em 31 de dezembro de 2015 para R$ 1,4 milhão em 31 de dezembro de 2016, representando uma queda de R$3,8 milhões ou 73,1%. Essa variação foi reflexo do pagamento que realizamos em dezembro de 2016, referente ao dividendo mínimo obrigatório do lucro líquido apurado no exercício findo em 31 de dezembro de 2015.

Outras contas a pagar: O saldo dessa conta passou de R$4,4 milhões em 31 de dezembro de 2015 para R$14,7 milhões em 31 de dezembro de 2016, um aumento de R$10,3 milhões. Essa variação decorre as ponta passiva do Swap da dívida, que contrapõe a redução do saldo de empréstimos devido a valorização cambial.

Não Circulante

Empréstimos: O saldo dessa conta passou de R$95,5 milhões em 31 de dezembro de 2015 para R$40,6 milhões em 31 de dezembro de 2016, representando uma redução de R$54,9 milhões ou 57,5%. Essa redução é fruto da amortização que fizemos em outubro de 2016.

Imposto de renda e contribuição social diferidos: O saldo dessa conta passou de R$46,7 milhões em 31 de dezembro de 2015 para R$50,7 em 31 de dezembro de 2016, representando um aumento de R$4,0 milhão ou 8,5%. Essa variação deve-se a amortização fiscal do ágio da Dumont, que eleva a diferença temporária entre as bases fiscais e contábeis.

Provisões para contingências Não Operacionais: O saldo dessa conta passou de R$29,4 milhões em 31 de dezembro de 2015 para R$31,3 milhões em 31 de dezembro de 2016, representando um aumento de R$1,9 milhão ou 6,4%.

Valor a pagar por aquisição de participação societária: O saldo dessa conta em 31 de dezembro de 2015 passou de R$22,8 milhões para R$25,0 milhões em 31 de dezembro de 2016, representando um aumento de R$2,2 milhões ou 9,6%. Esse valor refere-se, principalmente, à conta escrow criada a partir da aquisição da Dumont.

Outras contas a pagar: O saldo dessa conta passou de R$3,1 milhões em 31 de dezembro de 2015 para R$9,4 milhões em 31 de dezembro de 2016, representando um aumento de R$6,1 milhões. Essa variação decorre as ponta passiva do Swap da dívida, que contrapõe a redução do saldo de empréstimos devido à valorização cambial.

Patrimônio Líquido

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

O saldo dessa conta passou de R$462,7 milhões em 31 de dezembro de 2015 para R$463,8 milhões em 31 de dezembro de 2016, representando um aumento de R$1,1 milhão.

FLUXO DE CAIXA

A tabela abaixo demonstra as informações do nosso fluxo de caixa para os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2015, 2016 e 2017. As informações sobre o fluxo de caixa foram extraídas das nossas demonstrações financeiras consolidadas auditadas e as notas relacionadas:

	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de		
Fluxo de Caixa	2015	2016	2017
		(*em milhões de reais*)	
Atividades operacionais	54,9	51,5	20,9
Atividades de investimento	(17,6)	(7,8)	(12,0)
Atividades de financiamento	(49,9)	(46,7)	(11,0)
Total	**(12,6)**	**(3,0)**	**(2,1)**

Caixa líquido gerado por atividades operacionais

O caixa líquido gerado por nossas atividades operacionais pode variar de acordo com a flutuação de nossa receita operacional, custo dos produtos, despesas operacionais, despesas com imposto de renda e contribuição social, receita (despesa) financeira e consumo de capital de giro com destaque para *Contas a Receber*, *Estoques* e *Contas a Pagar*.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, o caixa líquido gerado nas atividades operacionais totalizou R$20,9 milhões, representando R$30,6 milhões ou 59,3% de redução em relação ao igual período de 2016.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016, o caixa líquido gerado nas atividades operacionais totalizou R$51,5 milhões, representando R$3,4 milhões ou 6,2% de redução em relação ao igual período de 2015. Atribuímos essa redução ao resultado mais fraco de vendas e perda de margem bruta, apesar da liberação de capital de giro alcançada, através da desalavancagem dos estoques e aumento do prazo junto a fornecedores internacionais.

Caixa líquido aplicado ou gerado por atividades de investimento

O caixa líquido utilizado por nossas atividades de investimento é afetado principalmente pelo nosso investimento em capital imobilizado e recebimentos decorrentes da venda de ativos permanentes.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, o caixa líquido aplicado em atividades de investimento totalizou R$12,0 milhões, representando uma redução de R$4,3 milhões em relação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016. Essa redução deve-se a necessidade que a companhia teve se segurar investimentos com o objetivo de preservar o caixa.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016, o caixa líquido aplicado em atividades de investimento totalizou R$7,8 milhões, representando uma redução de R$9,8 milhões em relação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015. Essa redução deve-se a necessidade que a companhia teve se segurar investimentos com o objetivo de preservar o caixa.

Caixa líquido gerado por ou utilizado nas atividades de financiamento

O caixa líquido gerado nas atividades de financiamento decorre principalmente da contratação e pagamento de empréstimos e o pagamento de lucros e dividendos.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, o caixa líquido aplicado pelas atividades de financiamento totalizou R$11,0 milhões, representando R$35,7 milhões de variação em relação ao igual período de 2016. A Companhia remodelou sua dívida em 2017, de maneira que as amortizações e pagamentos de juros fossem melhor absorvidas pela geração de caixa da companhia.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016, o caixa líquido aplicado pelas atividades de financiamento totalizou R$46,7 milhões, representando R$3,2 milhões de variação em relação ao igual período de 2015. A Companhia amortizou parcela da dívida bancária com o Itaú em outubro de 2016.

10.2 - Resultado operacional e financeiro

10.2. Comentários dos diretores sobre:

a) resultado das operações da Companhia

i. descrição de quaisquer componentes importantes da receita

Nossa receita bruta consiste em receitas advindas: (i) da venda de relógios; e (ii) da prestação de serviços e venda de peças de assistência técnica. Esses negócios têm naturezas e processos diferentes, sendo que a assistência técnica serve de suporte para o negócio de venda de relógios. A tabela a seguir demonstra a composição da nossa receita bruta nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2015, 2016 e 2017.

	2015	(%) do Total	2016	(%) do Total	2017	(%) do Total
	(em milhões de reais, exceto percentuais)					
Receita Bruta						
Venda de Relógios	481,6	98,0	434,2	97,9	405,3	98,3
Assistência Técnica	9,8	2,0	9,4	2,1	7,1	1,7
Total	**491,4**	**100,0**	443,6	**100,0**	412,4	**100,0**

ii. fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

Conforme discutido no item 10.2(a) abaixo, nossas receitas estão diretamente relacionadas principalmente ao volume e preço médio de vendas de nossos relógios. Nossos resultados operacionais estão relacionados diretamente às nossas receitas, assim como ao custo dos nossos produtos e às despesas comerciais, gerais e administrativas incorridas. No último exercício social, apresentamos receita abaixo do ano anterior, ao qual atribuímos os seguintes fatores:

(i) Fatores macroeconômicos: a recuperação ainda tímida da economia refletiu nos resultados do comércio de um modo geral em 2017, observamos esse efeito pelas vendas no varejo com níveis de sell out mais baixos que afetaram nossos clientes.

(ii) Fatores do mercado de relógios: o mercado de relógios apresentou uma leve queda em 2017 com relação à 2016. Percebemos uma demanda volátil em 2017, com muitos clientes postergando compras devido a incertezas do sell out. Aspectos como a lenta recuperação da economia, os níveis ainda altos de desemprego e retração do consumo contribuíram para esse efeito.

(iii) Fatores da nossa Companhia: a Companhia seguiu a estratégia de buscar recompor a margem bruta através do aumento de preço e reduziu despesas com overheads para aumentar os investimentos em mídia e marketing.

b) variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços.

10.2 - Resultado operacional e financeiro

Nossa receita é impactada diretamente pelas alterações no volume de vendas, modificações de preços e pela variação do número de nossos Clientes. No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, nossa receita bruta de relógios apresentou queda de 7,0% com relação ao ano anterior, sendo que tal redução foi composta por uma queda de 0,1% no volume de relógios vendidos e uma redução de 6,6% no preço médio por relógio.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016, nossa receita bruta de relógios apresentou queda de 9,7% com relação ao ano anterior, sendo que tal redução foi composta por uma queda de 10,3% no volume de relógios vendidos e um aumento de 0,5% no preço médio por relógio. A variação no preço médio pode ser explicada pelos aumentos que realizamos em março e novembro de 2015, para contrapor a depreciação do câmbio. Por outro lado, tivemos aumento de participação das marcas de preço de entrada no mix de vendas, cujo preço médio é inferior ao restante do portfólio.

c) impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro da Companhia.

Conjuntura Econômica no Brasil

Nossos resultados operacionais e condição financeira são diretamente afetados pelas condições econômicas gerais no Brasil, particularmente pelas taxas de inflação, políticas governamentais, oscilações nas taxas de câmbio e políticas fiscais. A tabela abaixo demonstra os valores do PIB, inflação, taxas de juros e taxas de câmbio para os períodos indicados:

	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de		
Indicadores	2015	2016	2017
Crescimento do PIB (1)	-3,80%	-3,49%	1,0%
Inflação (IGP-M) (2)	10,54%	7,02%	-0,53%
Inflação (IPCA) (3)	10,67%	6,38%	2,95%
Inflação (INPC)(4)	11,28%	6,58%	2,07%
Certificado de Depósito Interbancário – CDI – média anual (5)	13,23%	13,25%	9,93%
Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP (6)	7,00%	7,50%	7,12%
Taxa de câmbio (fechamento) – R$ por US$ 1,00	3,90	3,37	3,30
Média da taxa de câmbio– R$ por US$1,00 (7)	3,33	3,49	3,20

1) O PIB brasileiro é agora reportado utilizando-se a nova metodologia do IBGE.
(2) A taxa IGP-M é o principal índice de preços de mercado mensurada pela FGV, representando dados cumulados para o período apresentado.
(3) A taxa IPCA é o índice de preço do consumidor mensurado pelo IBGE, representando dados cumulados para o período indicado.
(4) A taxa INPC é o Índice Nacional de Preços ao Consumidor mensurado pela FIPE, representando dados cumulados para o período indicado.
(5) O CDI é a taxa média de depósito interbancário performada durante o dia no Brasil.
(6) Refere-se às taxas de juros cobradas pelo BNDES para financiamentos de longo prazo.
(7) Média das taxas de câmbio do fim do mês para o período indicado
Fontes: Banco Central, FGV, IBGE e CETIP.

Nossos negócios são afetados diretamente pelas condições econômicas gerais no Brasil e indiretamente pelas condições econômicas gerais no mundo. A seguir comentamos individualmente sobre o impacto das principais variáveis sobre nossos negócios:

10.2 - Resultado operacional e financeiro

(i) *Inflação*: a inflação poderá afetar os resultados operacionais, impactando negativamente o custo de produto, as despesas comerciais, gerais e administrativas e também no crescimento do PIB, corroendo o poder de compra da classe média brasileira.

No ano de 2017, a inflação acumulada, medida pelo INPC, totalizou 2,07%, conforme dados do IBGE. Buscamos contrapor esse efeito negativo por meio de melhorias de eficiência, através de renegociações ou revisões de despesas como aluguel por exemplo.

(ii) Variação de preços dos principais insumos e câmbio: os principais insumos da Companhia são componentes de relógios comprados de fornecedores no exterior, com destaque para China e Japão. O preço desses insumos está ligado a fatores endógenos dessas duas economias, assim como a taxa de câmbio entre o real e o dólar. Dentre os fatores endógenos, o principal é a disponibilidade e o custo de mão de obra assim como o tempo necessário para a manufatura destes. A taxa de câmbio é um fator relevante, já que as compras dos fornecedores estrangeiros são denominadas em dólares, e uma depreciação do real levaria a custos maiores de produtos internalizados no Brasil. Tanto o aumento do preço dos componentes quanto a depreciação do real, se não forem compensados com reajustes de preços dos produtos, resultarão em uma redução da margem de lucro da Companhia.

No ano de 2017, a inflação na China totalizou 1,59%, de acordo com dados do Inflation, worldwide inflation data. Já o câmbio médio demonstrou uma redução ao longo do período. Segundo dados do Banco Central, a taxa de câmbio média reduziu de R$3,46/US$ em 2016 para R$3,20/US$ em 2017, representando uma redução de 7,51%. Essa redução impactou de forma positiva o custo unitário de nossos produtos.

(iii) *Taxa de juros*: a taxa de juros no Brasil poderá afetar tanto os resultados operacionais da Companhia quanto o seu resultado financeiro. Caso o governo venha a aumentar a taxa de juros como forma de conter um aumento de inflação, é provável que a economia brasileira sofra com uma redução na taxa do crescimento do PIB, já que o encarecimento do crédito tende a desincentivar o consumo. Dentro dessa redução de crescimento econômico da economia em geral é possível que o mercado de acessórios de moda em geral, e o mercado de relógios especificamente, possam ser afetados, resultando em uma pressão negativa nas nossas vendas.

Em 2017, a SELIC fechou em 7,00 % em comparação a 13,75% em 2016. O Banco Central vem reduzindo a SELIC (taxa básica de juros da economia) desde a segunda metade de 2016 para tentar estimular a economia e minimizar os efeitos recessivos da crise econômica no país.

10.3 - Eventos com efeitos relevantes, ocorridos e esperados, nas demonstrações financeiras

10.3. Comentários dos diretores sobre efeitos relevantes que os eventos abaixo tenham causado ou se espera que venham a causar nas demonstrações financeiras e nos resultados da Companhia:

a) introdução ou alienação de segmento operacional

Não introduzimos ou alienamos qualquer segmento operacional durante os três últimos exercícios.

b) constituição, aquisição ou alienação de participação societária

Em 24 de julho de 2012, adquirimos, por meio de nossas controladas integrais TASA e SCS, a totalidade das quotas das sociedades (i) Touch Watches Franchising do Brasil Ltda. ("Touch Watches"), detentora da marca "Touch" e franqueadora de 83 pontos de venda de relógios e óculos Touch no Brasil; (ii) Touch da Amazônia Indústria e Comércio de Relógios Ltda. ("Touch da Amazônia"), operadora de linha de montagem de relógios na Zona Franca de Manaus; e (iii) Touch Búzios Relógios Ltda. ("Touch Búzios"), You Time Relógios Ltda. ("You Time") e Touch Barra Comércio de Relógios e Acessórios Ltda. ("Touch Barra" e, em conjunto com Touch Watches, Touch da Amazônia, Touch Búzios e You Time, as "Sociedades Touch"), representando três lojas próprias no Estado do Rio de Janeiro.

Em 1º de janeiro de 2013, as Sociedades Touch foram incorporadas pela nossa controlada SCS, sendo posteriormente extintas. O patrimônio líquido das Sociedades Touch foi vertido à SCS, sem aumento do capital social desta sociedade.

Ainda em 2013, adquirimos, também por meio da TASA, 100% do capital votante e 95,84% do capital social total da Dumont, tendo sido esta operação ratificada pelos nossos Acionistas no dia 25 de abril de 2013. Por meio desta aquisição, passamos a deter as marcas "Dumont" e "Condor", além de distribuir no Brasil determinadas marcas internacionais de relógio, incluindo "Fossil", "Michael Kors", "Emporio Armani", "Armani Exchange", "Diesel", "DNKY", Adidas", e "Marc Jacobs".

Além das operações descritas acima e das operações de subscrição de ações relacionadas a planos de opção de compra de ações concedidos aos nossos Administradores, não houve nenhuma outra aquisição ou alienação de participação societária nos três últimos exercícios sociais e no exercício social corrente que venham a causar efeitos relevantes em nossas demonstrações financeiras.

Com relação a eventuais futuras aquisições não podemos nesse momento afirmar que tais eventos não poderão acarretar efeitos relevantes em nossas demonstrações financeiras.

c) eventos ou operações não usuais

Não passamos por eventos ou realizamos operações não usuais que possam impactar nossas demonstrações financeiras ou resultados.

10.4 - Mudanças significativas nas práticas contábeis - Ressalvas e ênfases no parecer do auditor

10.4. Comentários dos diretores sobre:

a) mudanças significativas nas práticas contábeis

Preparamos nossas demonstrações financeiras consolidadas e das nossas controladas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que são baseadas na Lei das S.A, que incluem, a partir de 1º de janeiro de 2008, os novos dispositivos introduzidos, alterados e revogados pela Lei n.º 11.638 e pela Lei n.º 11.941, nas regras e regulamentos emitidos pela CVM e nos pronunciamentos contábeis emitidos pelo CPC.

As seguintes normas e alterações de normas foram adotadas pela primeira vez para o exercício iniciado em 1o de janeiro de 2014 e tiveram impactos materiais para o Grupo.

(i) Alteração ao CPC 01/IAS 36 - "Redução no Valor Recuperável de Ativos" sobre a divulgação do valor recuperável de ativos não financeiros. Essa alteração elimina determinadas divulgações do valor recuperável de Unidades Geradoras de Caixa (UGC) que haviam sido incluídas no IAS 36 com a emissão do IFRS 13.

(ii) Alteração ao CPC 38/IAS 39 - "Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e mensuração" - esclarece que as substituições de contrapartes originais pelas contrapartes de compensação que vierem a ser exigidas por introdução ou mudança de leis e regulamentos não provocam expiração ou término do instrumento de hedge. Além disso, os efeitos da substituição da contraparte original devem ser refletidos na mensuração do instrumento de hedge e, portanto, na avaliação e mensuração da efetividade do hedge.

(iii) Alteração ao CPC 39/IAS 32 - "Instrumentos Financeiros: Apresentação", sobre compensação de ativos e passivos financeiros. Esta alteração esclarece que o direito de compensação não deve ser contingente em um evento futuro. Ele também deve ser legalmente aplicável para todas as contrapartes no curso normal do negócio, bem como no caso de inadimplência, insolvência ou falência. A alteração também considera os mecanismos de liquidação.

(iv) ICPC 19/IFRIC 21 - "Tributos", trata da contabilização de obrigação de pagar um imposto se o passivo fizer parte do escopo do IAS 37 - "Provisões". A interpretação esclarece qual fato gerador da obrigação gera o pagamento de um imposto e quando um passivo deve ser reconhecido.

(v) OCPC 07 - "Evidenciação na Divulgação dos Relatórios Contábil-financeiros de Propósito Geral", trata dos aspectos quantitativos e qualitativos das divulgações em notas explicativas, reforçando as exigências já existentes nas normas contábeis e ressaltando que somente as informações relevantes para os usuários das demonstrações financeiras devem ser divulgadas.

(vi) OCPC 08 - "Reconhecimento de Determinados Ativos e Passivos nos Relatórios Contábil-financeiros de Propósito Geral das Distribuidoras de Energia Elétrica", trata dos requisitos básicos de reconhecimento, mensuração e evidenciação a serem observados quando do aditamento dos contratos de concessão e permissão, por representar um elemento novo que assegura, a partir da data de sua assinatura, o direito ou impõe a obrigação de o concessionário receber ou pagar os ativos e passivos junto à contraparte - Poder Concedente.

10.4 - Mudanças significativas nas práticas contábeis - Ressalvas e ênfases no parecer do auditor

(vii) Revisão CPC 07 - "Método de Equivalência Patrimonial em Demonstrações Separadas", altera a redação do CPC 35 - "Demonstrações Separadas" para incorporar as modificações efetuadas pelo IASB no IAS 27 - Separate Financial Statements, que passa a permitir a adoção do método de equivalência patrimonial em controladas nas demonstrações separadas, alinhando, dessa forma, as práticas contábeis brasileiras às normas internacionais de contabilidade.

Outras alterações e interpretações em vigor para os exercícios financeiros findos em 31 de dezembro de 2016 e 2017, assim como para o exercício a ser iniciado em 1ª de janeiro de 2018 não são relevantes para o Grupo.

b) efeitos significativos das alterações em práticas contábeis

No exercício de 2017 não existiram impactos relevantes em função de alterações em práticas contábeis para a companhia.

c) ressalvas e ênfases presentes no parecer do auditor

Os pareceres dos Auditores Independentes emitidos para os exercícios de 2015, 2016 e 2017 foram emitidos sem ressalvas.

10.5 - Políticas contábeis críticas

10.5. Políticas contábeis críticas adotadas pela Companhia (inclusive estimativas contábeis feitas pela administração sobre questões incertas e relevantes para a descrição da situação financeira e dos resultados, que exijam julgamentos subjetivos ou complexos, tais como: provisões, contingências, reconhecimento da receita, créditos fiscais, ativos de longa duração, vida útil de ativos não-circulantes, planos de pensão, ajustes de conversão em moeda estrangeira, custos de recuperação ambiental, critérios para teste de recuperação de ativos e instrumentos financeiros):

Preparamos nossas demonstrações financeiras com base em estimativas e pressupostos decorrentes de nossa experiência e diversos outros fatores que acreditamos serem razoáveis e relevantes. As práticas contábeis críticas que adotamos são aquelas que acreditamos serem relevantes para determinar nossa condição financeira e resultados operacionais, mas a definição de tais práticas é complexa e subjetiva, levando nossa administração a fazer estimativas sobre eventos futuros ou incertos. A aplicação de nossas práticas e estimativas contábeis críticas geralmente requer que a nossa administração se baseie em julgamentos sobre os efeitos de certas transações que afetam os nossos ativos, passivos, receitas e despesas.

A conclusão de transações envolvendo tais estimativas e julgamentos pode afetar nosso patrimônio líquido e a nossa condição financeira, bem como nosso resultado operacional, já que os efetivos resultados podem diferir significativamente das nossas estimativas.

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

Com base em premissas, fazemos estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas abaixo.

Perda (impairment) estimada de Ágio

Anualmente, avaliamos potenciais perdas (*impairment*) de ágio, comparando nosso valor contábil com nosso valor recuperável. O resultado indicou valor recuperável superior ao valor contábil, consequentemente não foi registrada nenhuma perda por *impairment* de ágio.
Em 2015 utilizamos a metodologia de fluxo de caixa descontado, que indicou valor recuperável superior ao valor contábil, consequentemente não foi registrada nenhuma perda por *impairment* de ágio.
O *impairment* registrado em 2015 decorre de direitos de uso de ponto de venda que baixamos em decorrência da descontinuidade operacional de algumas lojas antes do fim da vida útil do contrato.

Provisão para contingências

O registro contábil de uma provisão para contingência na data das demonstrações financeiras é feito quando a perda for considerada provável e seu valor puder ser razoavelmente estimado. Por sua natureza, a resolução de uma contingência ocorre quando um ou mais eventos futuros são observados. Tipicamente, a ocorrência desses eventos independe da atuação da administração, dificultando a

10.5 - Políticas contábeis críticas

precisão das estimativas contábeis acerca da data de conclusão desses eventos. A avaliação de tais passivos exige a necessidade de estimativas e julgamentos significativos da administração quanto aos resultados dos eventos futuros. No exercício de seu julgamento para determinação de estimativas de provisões para contingências não operacionais, a nossa administração considera também a posição de nossos consultores jurídicos.

Provisão de perda de estoques

A provisão de perda de estoques é registrada quando nossa administração avalia que o valor de custo de nossos estoques está registrado por valor superior ao seu valor de realização. A análise da recuperabilidade dos saldos de estoques requer uma avaliação criteriosa da nossa administração que avalia, continuamente, a cada data de demonstração financeira, a recuperabilidade de seus estoques. O registro de perda de estoques envolve a avaliação da administração e julgamentos críticos relativos, principalmente, a obsolescência e do valor de mercado.

No caso de obsolescência, mensalmente nossa administração, baseada em dados históricos e prognósticos futuros, avalia a necessidade de se complementar ou reverter provisão de perda por obsolescência.

Nossa administração avalia ainda, o valor dos seus estoques com base no menor entre o custo ou valor de mercado (recuperável). Caso o valor de mercado determinado com base em custo de reposição ou de venda, dependendo de peça em produção ou produto acabado, seja inferior ao valor de custo, constituímos provisão para perda.

Provisão de perda de contas a receber

Analisamos a existência e evidência de perda para determinar quando um saldo de contas a receber não é recuperável. Essa determinação requer um julgamento significativo. Para esse julgamento, avaliamos, entre outros fatores, o desempenho do setor e do segmento. Nossa administração classifica nossos Clientes por grupos, e com base nessa classificação são feitas as estimativas para avaliação de perda.

Valor justo dos derivativos e outros instrumentos financeiros

O valor dos instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. Usamos nosso julgamento para escolher diversos métodos e definir as premissas e se baseiam principalmente nas condições de mercado existentes na data de balanço.

10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras

10.6. Itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia:

a) os ativos e passivos detidos pela Companhia, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (*off-balance sheet items*), tais como: i) arrendamentos mercantis operacionais, ativos e passivos; ii) carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos; iii) contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços; iv) contratos de construção não terminada; e v) contratos de recebimentos futuros de financiamentos.

Nesta data, não temos ativos ou passivos que não aparecem em nosso balanço patrimonial (*off-balance sheet items*).

b) outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

Nesta data, não há outros itens relevantes não evidenciados em nossas demonstrações financeiras consolidadas.

10.7 - Comentários sobre itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

10.7. Comentários dos diretores sobre cada um dos itens não evidenciados nas demonstrações financeiras indicados no item 10.6:

Não aplicável, uma vez que não há itens não evidenciados em nossas demonstrações financeiras, conforme afirmado no item 10.6 acima.

a) como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor

Não aplicável, uma vez que não há itens não evidenciados em nossas demonstrações financeiras, conforme afirmado no item 10.6 acima.

b) natureza e o propósito da operação

Não aplicável, uma vez que não há itens não evidenciados em nossas demonstrações financeiras, conforme afirmado no item 10.6 acima.

c) natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação

Não aplicável, uma vez que não há itens não evidenciados em nossas demonstrações financeiras, conforme afirmado no item 10.6 acima.

10.8 - Plano de Negócios

10.8. Comentário dos diretores sobre principais elementos do plano de negócios da Companhia:

a) investimentos, incluindo: i) descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos; ii) fontes de financiamento dos investimentos; iii) desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos.

Os investimentos da Companhia se concentram, usualmente, em sete principais tipos: (i) investimentos na estrutura e maquinário da planta em Manaus; (ii) investimentos em hardware e software de tecnologia; (iii) investimentos em automóveis para nossa equipe de vendas; (iv) investimentos na manutenção de imóveis; (v) investimentos em mobiliário de ponto de venda associado ao projeto de franquias, (vi) móveis e utensílios; e (vii) Marcas e Patentes.

O montante total de investimentos totalizou R$13,2 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017 e R$13,3 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016.

No caso de ingressarmos em outros segmentos de produtos os investimentos serão dimensionados individualmente, fazendo parte do plano de negócios específico desse novo segmento. Buscaremos financiar tais investimentos também com nosso fluxo de caixa operacional, complementando com recursos de terceiros caso necessário.

Nesse mesmo sentido, embora estejamos constantemente avaliando aquisições de ativos estratégicos, não há nenhum acordo vinculante de aquisição até esta data. Caso identifiquemos uma oportunidade de mercado que, após a análise de estudos econômico-financeiros, técnico e jurídicos, entendamos ser relevante para a nossa Companhia, utilizaremos nosso fluxo de caixa operacional para realizar tais investimentos. Caso os investimentos excedam este valor, utilizaremos nosso caixa próprio, os recursos captados por meio da nossa oferta inicial de distribuição de ações, e eventuais captações no mercado se forem necessárias.

b) aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva da Companhia.

Em 2013, adquirimos a o Grupo Dumont Saab e, consequentemente, sua fábrica. Até a divulgação desse documento, a fábrica permanecia fechada e todas nossas atividades fabris se concentravam em nossa fábrica já existente.

c) novos produtos e serviços, indicando: i) descrição das pesquisas em andamento já divulgadas; ii) montantes totais gastos pela Companhia em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços; iii) projetos em desenvolvimento já divulgados; iv) montantes totais gastos pela Companhia no desenvolvimento de novos produtos ou serviços.

Destacam-se dois projetos relevantes da Companhia: o aumento de seu portfólio de marcas, e a expansão do projeto de varejo. O projeto de varejo foi iniciado em 2010, e o aumento do portfólio de marcas avançou significativamente com a aquisição da Dumont, em março de 2013.

Lançamos em setembro de 2010 um projeto de franquias sob a marca “Euro”. As franquias permitem aumentar o espaço de vitrine dedicado aos produtos do Grupo Technos, melhorando a visibilidade e a exposição das marcas e trazendo uma experiência de compra e vivência do mundo das marcas diferenciada em relação aos pontos de venda tradicionais. Em julho de 2012, anunciamos a aquisição da Touch, empresa que desenvolve e comercializa relógios e óculos de sol sob marca própria

10.8 - Plano de Negócios

com distribuição exclusiva para uma rede de franquias bem desenvolvida e com alto potencial de crescimento. Ao final do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015, contamos com 75 pontos de venda exclusivos, sendo 58 Touch e 17 Euro. A unificação das equipes de gestão de franquias Euro e Touch e o foco que a Companhia vem dando a este canal vem apresentando melhoras na rentabilidade. Cabe destacar também as iniciativas de varejo através de sites e outlets. Possuímos atualmente sete sites de comércio eletrônico. Seis deles são dedicados às marcas Euro, Timex, Touch, Allora, Condor e Dumont, e o outro voltado para a venda online de nossas demais marcas, o Timecenter. Os sites servem tanto a um propósito comercial, complementando as vendas, quanto a um propósito de marketing, oferecendo um canal de comunicação direto com o consumidor final e permitindo uma exposição completa de cada coleção e suas respectivas características. Possuímos atualmente oito outlets. Os outlets são parte da estratégia de gestão de estoques, servindo como um canal para venda de produtos de baixo giro fora dos canais tradicionais da companhia e tem apresentado um bom resultado de vendas. Pretendemos continuar a desenvolver este canal com novas aberturas em 2016.

Em março de 2013 adquirimos 100% do capital votante e 95,84% do capital social total da Dumont. Com isso, passamos a deter mais duas marcas próprias, “Dumont” e “Condor”, e a exclusividade de representação das marcas de relógios do Grupo Fossil (“Fossil”, “Armani Exchange”, “Emporio Armani”, “Diesel”, “DKNY”, “Michael Kors”, “Marc Jacobs” e “Adidas”) no Brasil. Atualmente, possuímos um portfólio completo de marcas, com presença relevante em todos os segmentos e faixas de preço de consumo da classe média.

10.9 - Outros fatores com influência relevante

10.9. Comentários dos diretores sobre outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção:

Os fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional da Companhia nos último três exercícios sociais já foram comentados nos demais itens desta seção 10.

11.1 - Projeções divulgadas e premissas

11. Projeções

11.1. As projeções devem identificar

a) objeto da projeção

Não aplicável, uma vez que a Companhia não divulga projeções**.**

b) período projetado e o prazo de validade da projeção

Não aplicável, uma vez que a Companhia não divulga projeções**.**

c) premissas da projeção, com a indicação de quais podem ser influenciadas pela administração da Companhia e quais escapam ao seu controle

Não aplicável, uma vez que a Companhia não divulga projeções**.**

d) valores dos indicadores que são objeto da previsão.

Não aplicável, uma vez que a Companhia não divulga projeções**.**

11.2 - Acompanhamento e alterações das projeções divulgadas

11.2. Na hipótese de o emissor ter divulgado, durante os 3 últimos exercícios sociais, projeções sobre a evolução de seus indicadores

a) projeções que estão sendo substituídas pelas novas projeções incluídas neste formulário

Não aplicável, uma vez que não estão sendo substituídas ou incluídas quaisquer projeções neste Formulário de Referência.

b) comparativo dos dados projetados para períodos passados e do efetivo desempenho dos indicadores, indicando com clareza as razões que levaram a desvios nas projeções

Não aplicável, uma vez que não estão sendo substituídas ou incluídas quaisquer projeções neste Formulário de Referência.

c) projeções relativas a períodos ainda em curso que permanecem válidas na data de entrega do formulário e, em caso de substituição, explicar por que elas foram abandonadas ou substituídas

Não aplicável, uma vez que a Companhia não divulgou qualquer projeção referente ao exercício em curso.

12.1 - Descrição da estrutura administrativa

12. Assembleia geral e administração

12.1 Descrever a estrutura administrativa do emissor, conforme estabelecido no seu estatuto social e regimento interno, identificando

a) atribuições do conselho de administração e dos órgãos e comitês permanentes que se reportam ao conselho de administração, indicando:

Nossa Administração é exercida por um Conselho de Administração e por uma Diretoria. Além disso, podemos ter a instalação de um Conselho Fiscal, de caráter não permanente, com as atribuições estabelecidas pela Lei das Sociedades por Ações**.**

O Conselho de Administração é composto por no mínimo cinco e, no máximo, sete membros efetivos, não sendo obrigatório que o número de suplentes corresponda ao número de membros efetivos, todos eleitos e destituíveis pela Assembleia Geral, com mandato unificado de dois anos, sendo permitida a reeleição. No mínimo 20% deverão ser Conselheiros Independentes, conforme a definição do Regulamento no Novo Mercado.

Os cargos de Presidente do Conselho de Administração e de Diretor Presidente ou principal executivo da Companhia não poderão ser acumulados pela mesma pessoa.

De acordo com nosso Estatuto Social, compete ao Conselho de Administração:

(i) fixar a orientação geral dos nossos negócios e das sociedades sob nosso controle;

(ii) eleger e destituir os nossos diretores, designando entre eles o Diretor Presidente e o Diretor de Relação com Investidores, e fixar-lhes as atribuições;

(iii) fiscalizar a gestão dos nossos diretores; examinar a qualquer tempo os nossos livros e papéis; solicitar informações sobre contratos celebrados ou em vias de celebração por nós ou pelas sociedades sob nosso controle;

(iv) manifestar-se sobre o relatório da nossa Administração e das nossas demonstrações financeiras, submetendo-as à aprovação da nossa Assembleia Geral;

(v) fixar a remuneração dos membros do nosso Conselho de Administração, do nosso Diretor Presidente e, por recomendação deste, dos demais membros da nossa Diretoria;

(vi) definir os critérios gerais de remuneração e política de benefícios dos nossos Administradores e funcionários de escalão superior e, sempre que julgar necessário, das sociedades sob nosso controle, considerada a proposta do Comitê de Remuneração;

(vii) outorgar opções de compra de ações de nossa emissão, nos termos de planos de outorga de opção de compra de ações aprovados pela nossa Assembleia Geral, a favor de Administradores, empregados ou pessoas naturais que nos prestem serviços ou às sociedades sob nosso controle, direto ou indireto, bem como deliberar acerca de outras formas de remuneração variável dos nossos Administradores ou das sociedades sob nosso controle;

(viii) convocar as nossas Assembleias Gerais;

(ix) apresentar à nossa Assembleia Geral chapa para eleição dos membros do nosso Conselho de Administração, na forma do Artigo 20 do nosso Estatuto Social;

(x) propor à nossa Assembleia Geral a destinação do saldo do lucro líquido ajustado do exercício social, podendo declarar, ad referendum, da nossa Assembleia Geral ordinária, dividendos intermediários à conta de lucros acumulados ou de reserva de lucros existentes no último balanço anual ou semestral;

(xi) aprovar o levantamento de nossas demonstrações financeiras em períodos inferiores ao exercício social, a distribuição de dividendos com base em tais demonstrações financeiras ou intermediários, bem como o pagamento ou crédito de juros sobre o capital próprio, nos termos da legislação aplicável;

12.1 - Descrição da estrutura administrativa

(xii) deliberar sobre a emissão de ações, debêntures conversíveis em ações e bônus de subscrição, dentro do limite do nosso capital autorizado;

(xiii) submeter à nossa Assembleia Geral propostas versando sobre fusão, cisão, incorporação, incorporação de ações ou nossa dissolução, bem como acerca de reforma do nosso Estatuto Social;

(xiv) autorizar a aquisição de nossas ações para permanência em tesouraria, cancelamento ou posterior alienação, observadas as disposições legais aplicáveis;

(xv) aprovar a emissão para subscrição pública, de notas promissórias comerciais de nossa emissão ou de sociedades sob nosso controle;

(xvi) aprovar a prática dos seguintes atos: por nós ou por nossas controladas, sempre que o valor da operação exceder 5% do nosso patrimônio líquido com base nas nossas demonstrações financeiras auditadas mais recentes: (a) aquisição, alienação ou oneração de bens; (b) outorga de garantias; (c) endividamento ou renúncia a direitos; (d) investimento ou projeto de investimento; e (e) aquisição ou alienação de participação societária, direta ou indiretamente, inclusive por meio de consórcio ou sociedade em conta de participação;

(xvii) aprovar a celebração de acordos de acionistas por nós ou por nossas controladas;

(xviii) escolher e destituir os auditores independentes, considerada a manifestação do Comitê de Auditoria, se criado;

(xix) definir a lista tríplice de empresas especializadas em avaliação econômica de empresas para a elaboração de laudo de avaliação das nossas ações em caso de OPA para cancelamento de registro de companhia aberta ou para saída do Novo Mercado, na forma prevista no nosso Estatuto Social;

(xx) manifestar-se favorável ou contrariamente a respeito de qualquer OPA que tenha por objeto as ações de nossa emissão, por meio de parecer prévio fundamentado, divulgado em até 15 dias da publicação do edital da OPA, que deverá abordar, no mínimo: (a) a conveniência e oportunidade da OPA quanto ao interesse do conjunto dos acionistas e em relação à liquidez dos valores mobiliários de sua titularidade; (b) as repercussões da OPA sobre os nossos interesses; (c) os planos estratégicos divulgados pelo ofertante em relação à nós; e (d) outros pontos que o nosso Conselho de Administração considerar pertinentes, bem como as informações exigidas pelas regras aplicáveis estabelecidas pela CVM; e

(xxi) deliberar sobre outras matérias não reguladas no nosso Estatuto Social, resolvendo os casos omissos.

i) se possuem regimento interno próprio, informando, em caso positivo, órgão responsável pela aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue esses regimentos, locais na rede mundial de computadores onde esses documentos podem ser consultados

O Estatuto Social da Companhia prevê a adoção de Regimento Interno pelo Conselho de Administração da Companhia dispondo, dentre outras matérias que forem julgadas convenientes, sobre seu próprio funcionamento, direitos e deveres dos seus membros e seu relacionamento com a Diretoria e demais órgãos sociais.

Não possuímos Regimento Interno do Conselho de Administração. O mesmo está em processo de elaboração.

12.1 - Descrição da estrutura administrativa

ii. se o emissor possui comitê de auditoria estatutário, informando, caso positivo, suas principais atribuições, forma de funcionamento e se o mesmo atende aos requisitos da regulamentação emitida pela CVM a respeito do assunto

O Estatuo Social da Companhia prevê a possibilidade de criação de um Comitê de Auditoria, com objetivos restritos e específicos e com prazo de duração. Caso instalado, nosso Estatuto prevê que deverão ser aplicadas as mesmas obrigações e vedações impostas pela lei, pelo Estatuto Social e pelo Regulamento do Novo Mercado aos nossos Administradores. No momento deste Formulário de Referência, a Companhia não conta com Comitê de Auditoria constituído.

As regras do Estatuto Social para o Comitê de Auditoria estabelecem que, se criado, tal Comitê será formado por três membros a serem eleitos pelo Conselho de Administração para mandato de um ano, admitindo-se a recondução para sucessivos mandatos, dos quais, no mínimo, dois serão membros externos e independentes.

Os membros do Comitê de Auditoria devem (a) não integrar o Conselho de Administração da Companhia ou de suas controladas; (b) preencher os requisitos aplicáveis aos Conselheiros Independentes, conforme estabelecido no Artigo 18 deste Estatuto e Regulamento do Novo Mercado; e c) possuir conhecimento ou experiência em auditoria, controles, contabilidade, tributação, ou das normas aplicáveis às companhias abertas, no que se refere à adequada elaboração de suas demonstrações financeiras.

Quando constituído, o Comitê de Auditoria deverá aprovar, por maioria de votos de seus membros, proposta de Regimento Interno regulamentando as questões relativas a seu funcionamento, a ser aprovado pelo Conselho de Administração**.**

Ainda segundo o Estatuto Social, quando constituído, competirá ao Comitê de Auditoria:

a) propor ao Conselho de Administração a indicação dos auditores independentes bem como sua substituição;

b) analisar o relatório da administração e as demonstrações financeiras da Companhia e de suas controladas, efetuando as recomendações que entender necessárias ao Conselho de Administração;

c) analisar as informações trimestrais e as demonstrações financeiras elaboradas periodicamente pela Companhia;

d) avaliar a efetividade e a suficiência da estrutura de controles internos e dos processos de auditoria interna e independente da Companhia e de suas controladas, inclusive tendo em vista as disposições constantes do Sarbanes-Oxley Act, apresentando as recomendações de aprimoramento de políticas, práticas e procedimentos que entender necessárias;

e) opinar, a pedido do Conselho de Administração, sobre as propostas dos órgãos de administração, a serem submetidas à Assembleia Geral, relativas à modificação do capital social, emissão de debêntures ou bônus de subscrição, orçamentos de capital, distribuição de dividendos, transformação, incorporação, fusão ou cisão; e

f) opinar sobre as matérias que lhe sejam submetidas pelo Conselho de Administração, bem como sobre aquelas que considerar relevantes.

iii. de que forma o conselho de administração avalia o trabalho da auditoria independente, indicando se o emissor possui uma política de contratação de serviços de extra-auditoria com o auditor independente, e informando o órgão responsável pela aprovação da política, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado.

12.1 - Descrição da estrutura administrativa

Cabe ao Conselho de Administração escolher e destituir os auditores independentes, considerada a manifestação do Comitê de Auditoria, quando esse estiver constituído.

O Conselho de Administração acompanha e avalia a efetividade dos processos de auditoria independente, inclusive tendo em vista as disposições constantes do Sarbanes-Oxley Act, podendo solicitar esclarecimentos quando assim entender necessário.

A Companhia não conta com política específica de contratação de serviços de extra-auditoria com o auditor independente. Mantém, no entanto, a prática de evitar contratar a empresa de auditoria independente que faz a auditoria contábil de seus resultados para outros serviços.

b. em relação aos membros da diretoria estatutária, suas atribuições e poderes individuais, indicando se a diretoria possui regimento interno próprio, e informando, em caso positivo, órgão responsável pela aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue o regimento, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado

De acordo com nosso Estatuto Social, compete à Diretoria a prática dos atos necessários ao nosso funcionamento regular e à gestão dos nossos negócios sociais, podendo abrir e encerrar filiais, escritórios ou outros estabelecimentos e dependências em qualquer parte do País ou do exterior, observadas as diretrizes fixadas pelo nosso Conselho de Administração.

Nossa Diretoria é composta por, no mínimo, quatro e, no máximo, oito membros, acionistas ou não, residentes no Brasil, eleitos e destituíveis a qualquer tempo pelo Conselho de Administração, sem designação específica, com exceção do Diretor Presidente e do Diretor de Relações com Investidores.

As atribuições individuais de nossos Diretores são estabelecidas nos termos do nosso Estatuto Social, conforme abaixo descrito:

Diretor-Presidente: compete ao Diretor-Presidente, dentre outras atribuições que lhe venham a ser estabelecidas pelo Conselho de Administração: (i) dirigir, orientar e coordenar as nossas atividades; (ii) convocar e presidir as reuniões da nossa Diretoria; e (iii) representar-nos em juízo, ativa ou passivamente.

Diretor de Relações com Investidores: compete ao Diretor de Relações com Investidores a prestação de informações aos investidores, à CVM e à bolsa de valores ou mercado de balcão onde forem negociados os nossos valores mobiliários, bem como manter atualizado o nosso registro em conformidade com a regulamentação aplicável da CVM e atender às demais exigências dessa regulamentação, além de exercer as atribuições que lhe forem cometidas pelo nosso Conselho de Administração.

Diretor sem Designação Específica: Competem aos Diretores sem designação específica as atribuições que lhes forem cometidas pelo nosso Conselho de Administração.

A diretoria não conta, na data deste Formulário de Referência, com regimento interno próprio formalizado.

c. data de instalação do conselho fiscal, se este não for permanente, informando se possui regimento interno próprio, e indicando, em caso positivo, data da sua aprovação pelo conselho fiscal e, caso o emissor divulgue o regimento, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado

Nosso Conselho Fiscal é de funcionamento não permanente, mas pode ser instalado em qualquer exercício social, caso haja requisição por parte de acionistas. Até a data deste Formulário de Referência, nosso Conselho Fiscal não foi instalado, não havendo, portanto, regimento próprio do órgão.

12.1 - Descrição da estrutura administrativa

d. se há mecanismos de avaliação de desempenho do conselho de administração e de cada órgão ou comitê que se reporta ao conselho de administração, informando, em caso positivo

i. a periodicidade da avaliação e sua abrangência, indicando se a avaliação é feita somente em relação ao órgão ou se inclui também a avaliação individual de seus membros

ii. metodologia adotada e os principais critérios utilizados na avaliação

iii. como os resultados da avaliação são utilizados pelo emissor para aprimorar o funcionamento deste órgão; e

iv. se foram contratados serviços de consultoria ou assessoria externos

Não realizamos avaliação de desempenho do Conselho de Administração ou de órgãos ou comitês que se reportam ao Conselho.

12.2 - Regras, políticas e práticas relativas às assembleias gerais

12.2. Descrever as regras, políticas e práticas relativas às assembleias gerais, indicando

a. prazos de convocação

De acordo com a Lei das Sociedades por Ações, nossas assembleias gerais são convocadas mediante anúncio publicado por três vezes no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro, bem como em outro jornal de grande circulação. A primeira convocação deve ser feita, no mínimo, 15 dias antes da realização da Assembleia Geral, e a segunda convocação deve ser feita com, no mínimo, oito dias de antecedência, devendo ser instaladas em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações e presidida pelo Presidente do Conselho de Administração, ou por quem este indicar, sendo certo que na hipótese de ausência do Presidente e de indicação deste, a Assembleia Geral será presidida pelo Vice-Presidente do Conselho de Administração, ou por quem este indicar. Ao presidente da mesa da Assembleia Geral caberá designar o secretário.

A CVM poderá, a seu exclusivo critério, mediante decisão fundamentada de seu Colegiado, a pedido de qualquer acionista e nós sendo ouvidos, prorrogar a data da Assembleia Geral para que seja feita em até 30 dias após a data de convocação quando esta tiver por objeto operações que, por sua complexidade, exijam maior prazo para que possam ser conhecidas e analisadas por nossos acionistas.

b. competências

De acordo com a Lei das Sociedades por Ações e nosso Estatuto Social, compete à Assembleia Geral:

(i) reformar o Estatuto Social;

(ii) eleger ou destituir, a qualquer tempo, nossos Administradores e fiscais, ressalvado o disposto no inciso II do artigo 142 Lei das Sociedades por Ações;

(iii) tomar, anualmente, as contas dos nossos Administradores e deliberar sobre as demonstrações financeiras por eles apresentadas;

(iv) autorizar a emissão de debêntures, ressalvado o disposto no § 1º do artigo 59 da Lei das Sociedades por Ações;

(v) suspender o exercício dos direitos do acionista;

(vi) deliberar sobre a avaliação de bens com que o acionista concorrer para a formação do capital social;

(vii) deliberar sobre a transformação, fusão, incorporação e cisão da nossa Companhia, nossa dissolução e liquidação, eleger e destituir liquidantes e julgar-lhes as contas;

(viii) autorizar os nossos Administradores a confessar falência e pedir recuperação judicial e extrajudicial;

(ix) fixar o montante da remuneração global dos membros do Conselho de Administração e dos Diretores, e, se instalado, do Conselho Fiscal, especificando a parcela de tal montante a ser atribuída a cada órgão;

(x) deliberar sobre aumento de capital para integralização em bens, que não sejam créditos em moeda corrente detidos contra nós;

(xi) aprovar planos de outorga de opção de compra de ações, a favor de Administradores, empregados ou pessoas naturais que nos prestem serviços ou às sociedades sob nosso controle, direto ou indireto; e

(xii) deliberar sobre o lançamento de OPA visando o cancelamento do nosso registro como companhia aberta perante a CVM e sobre a nossa saída do Novo Mercado, escolhendo instituição ou empresa especializada responsável pelo nosso valor econômico, a partir da apresentação, pelo nosso Conselho de Administração, de lista tríplice, para a determinação do preço de OPA dos nossos demais acionistas.

12.2 - Regras, políticas e práticas relativas às assembleias gerais

c. endereços (físico ou eletrônico) nos quais os documentos relativos à assembleia geral estarão à disposição dos acionistas para análise

Físico: Avenida das Américas, 3434, salas 301 a 308, bloco 1, 3º andar – Barra da Tijuca, Rio de Janeiro, RJ - CEP: 22.640-102

Eletrônico: www.grupotechnos.com.br/ri; www.cvm.gov.br; e www.bmfbovespa.com.br.

d. identificação e administração de conflitos de interesses

Nos termos da lei, nossos acionistas e Administradores não podem participar em eventuais deliberações ou atividades nas quais possam ter interesse conflitante com os nossos, observadas sempre os interesses discutidos em determinada deliberação, análise de objeto e contra partes do contrato, ou quaisquer outras atividades ou deliberações da nossa Companhia que possam caracterizar hipótese de interesse conflitante entre nós, nossos Administradores ou acionistas. Não adotamos, contudo, ferramentas ou regras específicas para identificar conflitos de interesse, observadas, sempre, as regras previstas na Lei das Sociedades por Ações e regulamentos vigentes pertinentes.

e. solicitação de procurações pela administração para o exercício do direito de voto

Nosso Estatuto Social não prevê forma de solicitação de procurações pela Administração para o exercício do direito de voto, nem proíbe tal prática, de forma que a solicitação de procurações deverá seguir os requisitos legais e regulamentares vigentes à época de eventual solicitação.

f. formalidades necessárias para aceitação de procurações outorgadas por acionistas, indicando se o emissor exige ou dispensa reconhecimento de firma, notarização, consularização e tradução juramentada e se o emissor admite procurações outorgadas por acionistas por meio eletrônico

Em até 48 horas antes da nossa Assembleia Geral: (i) todos os nossos acionistas deverão nos enviar declaração da instituição prestadora dos serviços de ações escriturais ou da instituição custodiante, com a quantidade de ações de que constavam como titulares até, no máximo, três dias antes da Assembleia Geral; e (ii) os acionistas representados por procuradores deverão nos enviar a respectiva procuração.

Os acionistas constituídos sob a forma de fundos de investimento deverão nos enviar, no mesmo prazo referido no parágrafo acima: (i) comprovação da qualidade de administrador do fundo conferida à pessoa física ou jurídica que o represente na Assembleia Geral, ou que tenha outorgado os poderes ao procurador; (ii) ato societário do administrador pessoa jurídica que confira poderes ao representante que compareça à Assembleia Geral ou a quem tenha outorgado a procuração; e (iii) caso o representante ou procurador seja pessoa jurídica, os mesmos documentos referidos na alínea (ii) deste parágrafo, a ele relativos.

Os documentos referidos nos parágrafos anteriores poderão ser apresentados por cópia, sendo certo que os originais dos documentos referidos no primeiro parágrafo acima, dispensado o reconhecimento de firma, deverão ser exibidos a nós até a instalação da Assembleia Geral.

Os documentos assinados no exterior deverão ser notarizados e legalizados perante o consulado brasileiro mais próximo, não sendo necessária a tradução juramentada se a língua de origem do documento for o português, o inglês ou o espanhol. Documentos redigidos em outras línguas só serão aceitos mediante apresentação de tradução juramentada para uma dessas três línguas mencionadas.

Adotaremos, na fiscalização da regularidade documental da representação dos nossos acionistas, o princípio da boa-fé, presumindo verdadeiras as declarações verossímeis que nos forem feitas,

12.2 - Regras, políticas e práticas relativas às assembleias gerais

vedada, contudo, a participação na assembleia de acionistas que não tenham apresentado a respectiva procuração outorgada a seus representantes, ou a declaração do custodiante, quando as ações constem como de titularidade de instituição custodiante.

Por último, verificando-se que acionistas que tenham comparecido à Assembleia Geral: (i) não estavam corretamente representados; ou (ii) não eram titulares da quantidade de ações declarada, incumbe à nós notificá-los, dando ciência de que, independentemente de realização de nova Assembleia Geral, desconsideraremos os votos de tais acionistas, que responderão pelas perdas e danos que seus atos tiverem causado.

g. formalidades necessárias para aceitação do boletim de voto a distância, quando enviados diretamente à companhia, indicando se o emissor exige ou dispensa reconhecimento de firma, notarização e consularização

À luz da Instrução CVM nº 561, de 7 de abril de 2015 (“ICVM 561/2015”), que alterou a ICVM 481/2009, a Companhia passou a observar as formalidades necessárias para a aceitação do boletim de voto a distância a partir do exercício social de 2017.

No que se refere às formalidades necessárias para aceitação do referido boletim, quando enviado diretamente à Companhia, serão exigidos: (i) via física original do boletim de voto a distância devidamente preenchido, rubricado e assinado com firma reconhecida; e (ii) cópia autenticada dos seguintes documentos (dispensada autenticação para aqueles disponíveis no website da CVM):

(i) Para Pessoa Física:

- Documento de identidade com foto do acionista ou de seu representante legal: RG, RNE, CNH, passaporte ou carteira de registro profissional.

(ii) Para Pessoa Jurídica:

- Documento de identidade com foto do acionista ou de seu representante legal: RG, RNE, CNH, passaporte e carteira de registro profissional.
- Contrato Social ou Estatuto Social consolidado e atualizado.
- Documentos societários que comprovem os poderes de representação.

(iii) Para Fundos de Investimento:

- Regulamento consolidado e atualizado do Fundo;
- Estatuto ou Contrato Social do seu administrador ou gestor, conforme o caso, observada a política de voto do fundo e documentos societários que comprovem os poderes de representação; e
- Documento de identidade com foto dos representantes legais.

Os documentos dos acionistas expedidos no exterior devem conter reconhecimento das firmas dos signatários por Tabelião Público, devem ser apostilados ou, caso o país de emissão do documento não seja signatário da Convenção de Haia (Convenção da Apostila), devem ser legalizados em Consulado Brasileiro.

Os documentos acima mencionados devem ser enviados à Companhia aos cuidados do Departamento de Relações com Investidores para: Avenida das Américas, 3434, salas 301 a 308, bloco 1, 3º andar – Barra da Tijuca, Rio de Janeiro, RJ - CEP: 22631-000, ou pelo endereço eletrônico ri@grupotechnos.com.br aos cuidados da Área de Atendimento ao Acionistas. Telefones: (21) 2131-8909 e (21) 2131-8950.

Segundo o Art. 21-B da ICVM 481/2009, o boletim de voto à distância, acompanhado da respectiva documentação, será recebido até sete dias antes da assembleia. Os boletins recebidos após a data estabelecida serão desconsiderados pela Companhia.

12.2 - Regras, políticas e práticas relativas às assembleias gerais

Nos termos do Art. 21-U da ICVM 481/2009, a Companhia comunicará o acionista, em até três dias do recebimento do boletim de voto à distância: (i) o recebimento do boletim de voto à distância, bem como se o boletim e os documentos recebidos são suficientes para que o voto do acionista seja considerado válido; ou (ii) a necessidade de retificação ou reenvio do boletim de voto a distancia ou dos documentos que o acompanham, descrevendo os procedimentos e prazos necessários à regularização do voto à distância.

As formalidades descritas no subitem 'f' acima referentes à documentação a ser apresentada para participação pelos acionistas nas assembleias gerais da Companhia também devem ser observadas pelos acionistas que optarem por exercer seu direito de voto por meio do boletim de voto a distância.

Os procedimentos para envio de instruções de preenchimento do boletim de voto a distância para custodiante do acionista cujas ações estejam depositadas em depositário central ou para instituição financeira contratada pela Companhia para prestação dos serviços de escrituração de valores mobiliários, conforme autoriza do pelo artigo 21-B, inc. II da ICVM 481/09, estão descritos no item 12.2 "f" acima.

h. se a companhia disponibiliza sistema eletrônico de recebimento do boletim de voto a distância ou de participação a distância

A Companhia não disponibiliza sistema eletrônico de recebimento de voto à distância ou de participação à distância em suas assembleias gerais, porém utiliza as prerrogativas da ICVM 561/2015 para viabilizar o processo de voto à distância.

i. instruções para que acionista ou grupo de acionistas inclua propostas de deliberação, chapas ou candidatos a membros do conselho de administração e do conselho fiscal no boletim de voto a distância:

Nos termos do art. 21-L da ICVM 481/2009, é facultado aos acionistas incluir no boletim de voto a distância candidatos ao conselho de administração e ao conselho fiscal e propostas de deliberação. Para tanto, as informações relativas à solicitação de inclusão de candidatos e/ou propostas no boletim de voto a distância devem ser enviadas, juntamente com os documentos pertinentes à proposta, aos cuidados do Departamento de Relações com Investidores por meio de correspondência enviada ao seguinte endereço:

Avenida das Américas, 3434, salas 301 a 308, bloco 1, 3º andar – Barra da Tijuca, Rio de Janeiro, RJ - CEP: 22631-000, ou pelo endereço eletrônico ri@grupotechnos.com.br., nos prazos estabelecidos pela regulamentação vigente.

As solicitações de inclusão devem ser formuladas de acordo com o artigo 21-G da ICVM 481/2009 e vir acompanhadas dos seguintes documentos (a) informações elencadas nos artigos 8 a 21 da ICVM 481/2009 a respeito dos candidatos e/ou da proposta objetos de inclusão no boletim de voto a distância; (b) indicação das vagas a que os candidatos propostos concorrerão, conforme o caso; (c) documentos que comprovem a qualidade de acionista, mencionados no item 12.2 "f" deste Formulário de Referência; (d) documentos que comprovem a participação acionária requerida para referida solicitação; e (e) no caso de inclusão de proposta, informações descritas no Anexo 21-M-II-da ICVM 481/2009 a respeito do acionista que solicitar a inclusão.

Nos termos do artigo 21-N da ICVM 481/2009, no prazo de 3 (três) dias úteis contados do recebimento de solicitação de inclusão de propostas e/ou candidatos no boletim de voto a distância, a Companhia comunicará aos acionistas, por meio de envio de e-mail ao endereço indicado na referida solicitação, sobre: (i) a inclusão da solicitação no boletim de voto a distância a ser divulgado pela Companhia; ou (ii) caso haja necessidade de retificação da solicitação, os documentos e alterações necessários para referida retificação, que deverá ser feito nos prazos do artigo 21-L, § 1º da ICVM 481/2009.

12.2 - Regras, políticas e práticas relativas às assembleias gerais

j. se a companhia disponibiliza fóruns e páginas na rede mundial de computadores destinados a receber e compartilhar comentários dos acionistas sobre as pautas das assembleias

Não mantemos fóruns ou páginas na rede mundial de computadores destinados a receber e compartilhar comentários de acionistas sobre as pautas das assembleias.

k. Outras informações necessárias à participação a distância e ao exercício do direito de voto a distância

Não há transmissão ao vivo do vídeo e/ou áudio das nossas assembleias. Todas as informações relativas à participação à distância e ao exercício do direito de voto à distância foram apresentadas nos demais subitens deste item 12 do Formulário de Referência.

12.3 - Regras, políticas e práticas relativas ao Conselho de Administração

12.3 Descrever as regras, políticas e práticas relativas ao conselho de administração, indicando:

Nosso Conselho de Administração é composto por no mínimo cinco e no máximo sete membros efetivos, não sendo obrigatório que o número de suplentes corresponda ao número de membros efetivos, todos acionistas, eleitos em Assembleia Geral e por ela destituíveis a qualquer tempo, com mandato unificado de dois anos, sendo permitida a reeleição, dos quais um membro é eleito Presidente e outro membro é eleito Vice-Presidente. Nos termos do nosso Estatuto Social, sempre que a eleição tiver sido realizada pelo processo de voto múltiplo, a destituição de qualquer membro do Conselho de Administração pela Assembleia Geral importará a destituição dos demais membros, procedendo-se nova eleição. Além disso, no mínimo, 20% do Conselho de Administração deverão ser membros independentes, conforme a definição do Regulamento do Novo Mercado, e expressamente declarados como tais na ata da Assembleia Geral que os eleger, sendo também considerado(s) como independente(s) o(s) conselheiro(s) eleito(s) mediante a faculdade prevista pelo artigo 141, §§ 4º e 5º, e artigo 239 da Lei das Sociedades por Ações. Além disso, os cargos de Presidente do nosso Conselho de Administração e de Diretor Presidente ou principal executivo, não poderão ser acumulados pela mesma pessoa.

a. número de reuniões realizadas no último exercício social, discriminando entre número de reuniões ordinárias e extraordinárias

Nosso Estatuto Social prevê que nosso Conselho de Administração reunir-se-á, ordinariamente, uma vez a cada três meses, e, extraordinariamente, sempre mediante convocação por escrito do seu Presidente ou por dois dos seus Conselheiros em conjunto, com, no mínimo, três dias de antecedência, por meio de carta, telegrama, fax, e-mail ou outra forma que permita a comprovação do recebimento da convocação pelo destinatário, a qual deverá conter (i) local; (ii) data e hora; e (iii) ordem do dia. Independentemente das formalidades de convocação, será considerada regular a reunião a que comparecerem todos os membros do nosso Conselho de Administração.

Em caso de urgência, o Presidente do nosso Conselho de Administração poderá convocar reunião com antecedência inferior a três dias, caso em que a reunião se instalará com a presença de, no mínimo, 2/3 dos membros eleitos. Salvo essa hipótese, as reuniões do nosso Conselho de Administração serão instaladas com a presença da maioria dos Conselheiros, sendo um deles o seu Presidente ou Vice-Presidente e as deliberações serão tomadas por maioria de votos, cabendo ao seu Presidente, ou na sua ausência, ao Vice-Presidente, além do seu voto, o de desempate, caso seja necessário. Nenhuma deliberação poderá ser discutida ou aprovada pelo nosso Conselho de Administração com respeito a qualquer matéria não incluída na correspondente ordem do dia, exceto se diversamente acordado pela unanimidade dos membros do nosso Conselho de Administração.

Tivemos ao longo de 2017 18 reuniões ordinárias do nosso Conselho de Administração.

b. se existirem, as disposições do acordo de acionistas que estabeleçam restrição ou vinculação ao exercício do direito de voto de membros do conselho

Não existem acordos de acionistas em vigor que estabeleçam restrições ou vinculação ao exercício do direito de voto de membros do nosso Conselho de Administração.

c. regras de identificação e administração de conflitos de interesses

Nos termos do nosso Estatuto Social, nenhum membro do nosso Conselho de Administração poderá ter acesso a informações, participar de deliberações e discussões do Conselho de Administração ou de quaisquer órgãos da nossa Administração, exercer o voto, ou de qualquer forma, intervir nos assuntos em que esteja, direta ou indiretamente, em situação de interesse conflitante com os nossos interesses, nos termos da lei.

12.3 - Regras, políticas e práticas relativas ao Conselho de Administração

d. se o emissor possui política de indicação e de preenchimento de cargos do conselho de administração formalmente aprovada, informando, em caso positivo:

i. órgão responsável pela aprovação da política, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado

ii. principais características da política, incluindo regras relativas ao processo de indicação dos membros do conselho de administração, à composição do órgão e à seleção de seus membros

Não temos política específica regulamentando a indicação e o preenchimento de cargos do conselho de administração formalmente aprovada. No entanto, nosso Estatuto Social estabelece que só podem ser eleitas para integrar o nosso Conselho de Administração, salvo dispensa da Assembleia Geral, as pessoas que, além dos requisitos legais e regulamentares e ilibada reputação, não ocupem cargos em sociedade que possa ser considerada nossa concorrente ou de nossas controladas e não tenham, nem representem interesses conflitantes com os nossos ou de nossas controladas, presumindo-se ter interesse conflitante a pessoa que, cumulativamente: (i) tenha sido eleita por acionista que também elegeu conselheiro de administração em sociedade concorrente; e (ii) mantenha vínculo de subordinação com o acionista que o elegeu.

12.4 - Descrição da cláusula compromissória para resolução de conflitos por meio de arbitragem

12.4. Se existir, descrever a cláusula compromissória inserida no estatuto para a resolução dos conflitos entre acionistas e entre estes e o emissor por meio de arbitragem

Conforme determina nosso Estatuto Social, nós, nossos acionistas, nossos Administradores e os membros do nosso Conselho Fiscal, quando instalado, nos obrigamos a resolver, por meio de arbitragem, perante a Câmara de Arbitragem do Mercado, toda e qualquer disputa ou controvérsia que possa surgir entre nós, relacionada ou oriunda, em especial, da aplicação, validade, eficácia, interpretação, violação e seus efeitos, das disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, em nosso Estatuto Social, nas normas editadas pelo CMN, pelo Banco Central e pela CVM, bem como nas demais normas aplicáveis ao funcionamento do mercado de capitais em geral, além daquelas constantes do Regulamento do Novo Mercado, do Regulamento de Sanções, do Regulamento de Arbitragem e do Contrato de Participação no Novo Mercado.

Ademais, qualquer das partes do procedimento arbitral terá o direito de recorrer ao poder judiciário com o objetivo de, se e quando necessário, requerer medidas cautelares de proteção de direitos, seja em procedimento arbitral já instituído ou ainda não instituído, sendo que, tão logo qualquer medida dessa natureza seja concedida, a competência para decisão de mérito será imediatamente restituída ao tribunal arbitral instituído ou a ser instituído.

12.5/6 - Composição e experiência profissional da administração e do conselho fiscal

Nome	Data de nascimento	Orgão administração	Data da eleição	Prazo do mandato	Número de Mandatos Consecutivos
CPF	**Profissão**	**Cargo eletivo ocupado**	**Data de posse**	**Foi eleito pelo controlador**	**Percentual de participação nas reuniões**
Outros cargos e funções exercidas no emissor		**Descrição de outro cargo / função**			
Maurício Elísio Martins Loureiro		Pertence apenas à Diretoria	23/02/2017	2 anos	0
341.096.507-63	Empresário	19 - Outros Diretores	23/02/2017	Não	0%
		Diretor Industrial			
Erica Luiza Di Puccio Pagano		Pertence apenas à Diretoria	23/02/2017	2 anos	0
255.319.718-77	Farmacêutica	19 - Outros Diretores	23/02/2017	Não	0%
		Diretora de Marketing			
Luis Miguel Ferreira Cafruni		Pertence apenas à Diretoria	02/08/2018	AGO de 2019	0
008.617.970-51	Contador	12 - Diretor de Relações com Investidores	02/08/2018	Não	0%
Fábio Marcelo de Souza Santos		Pertence apenas à Diretoria	02/08/2018	AGO de 2019	0
554.541.270-00	Comunicólogo	19 - Outros Diretores	02/08/2018	Não	0%
		Diretor Comercial			
Daniela de Campos Ferreira Pires		Pertence apenas à Diretoria	02/08/2018	AGO de 2019	0
105.564.527-63	Economista	19 - Outros Diretores	02/08/2018	Não	0%
		Diretora de Supply Chain			
Haroldo Luiz Rodrigues Filho	24/06/1961	Pertence apenas ao Conselho de Administração	30/04/2019	Até AGO 2021	0
869.526.257-04	Educador fisico	27 - Conselho de Adm. Independente (Efetivo)	30/04/2019	Não	0.00%
José Augusto Lopes Figueiredo	06/04/1966	Pertence apenas ao Conselho de Administração	30/04/2019	Até AGO 2021	0
841.719.527-00	Engenheiro	27 - Conselho de Adm. Independente (Efetivo)	30/04/2019	Não	0.00%
Felipe Villela Dias	18/12/1981	Pertence apenas ao Conselho de Administração	30/04/2019	Até AGO 2021	0
218.680.308-90	Engenheiro	27 - Conselho de Adm. Independente (Efetivo)	30/04/2019	Não	0.00%
Renato José Goettems	05/12/1975	Pertence apenas ao Conselho de Administração	30/04/2019	Até a AGO 2021	0
003.315.030-34	Administrador	20 - Presidente do Conselho de Administração	30/04/2019	Não	0.00%

12.5/6 - Composição e experiência profissional da administração e do conselho fiscal

Nome	Data de nascimento	Orgão administração	Data da eleição	Prazo do mandato	Número de Mandatos Consecutivos
CPF	**Profissão**	**Cargo eletivo ocupado**	**Data de posse**	**Foi eleito pelo controlador**	**Percentual de participação nas reuniões**
Outros cargos e funções exercidas no emissor		**Descrição de outro cargo / função**			
Joaquim Pedro Andrés Ribeiro	06/12/1975	Pertence à Diretoria e ao Conselho de Administração	30/04/2019	Até a AGO 2021	0
002.272.786-82	Empresário	33 - Conselheiro(Efetivo) e Dir. Presidente	30/04/2019	Não	0.00%
Eleito Conselheiro efetivo no dia 30/04/2019 e eleito ao cargo de Diretor Presidente em 06/05/2019.					

Experiência profissional / Declaração de eventuais condenações / Critérios de Independência

Maurício Elísio Martins Loureiro - 341.096.507-63

Maurício Elísio Martins Loureiro, Diretor Industrial. Trabalha há 30 anos na Companhia, tendo ocupado diversos cargos, entre eles gerente administrativo, gerente geral e Diretor Industrial. É também presidente do Centro das Indústrias do Estado do Amazonas. O Diretor declara não possuir, nos últimos cinco anos, condenação criminal, condenação em processo administrativo da CVM ou qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. O Diretor está devidamente habilitado para a prática de suas atividades profissionais.

Erica Luiza Di Puccio Pagano - 255.319.718-77

Erica Luiza Di Puccio Pagano, Diretora. Formou-se na USP em Fármacia e Bioquímica, realizou intensivo de marketing na ESPM e também cursou pós graduação em Administração na FGV. Possui 20 anos de experiência como líder na área de marketing de diversas empresas do setor de cosméticos, entre elas L'Oréal, atuando como diretora de marketing das categorias de maquiagem e esmaltes, Natura, onde atuou como gerente de marketing nas categorias de rosto e proteção solar, Boticário, como diretora de marketing em comunicação, marca e desenvolvimento de produtos e sua experiência mais recente na Avon como diretora de marketing da América Latina sendo responsável pela criação e implementação da estratégia em todos os "clusters" (Brasil, México, Colômbia e Argentina). A Diretora declara não possuir, nos últimos cinco anos, condenação criminal, condenação em processo administrativo da CVM ou qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. O Diretor está devidamente habilitado para a prática de suas atividades profissionais.

Luis Miguel Ferreira Cafruni - 008.617.970-51

Luis Miguel Ferreira Cafruni, Diretor Financeiro e de Relação com Investidores. Formou-se em Ciências Contábeis pela Faculdade Porto-Alegrense de Ciências Contábeis e Administrativas. Iniciou a carreira na área financeira em uma multinacional inglesa, tendo experiência por mais de 15 anos na área financeira. Fundador de uma empresa de consultoria voltada para finanças e gestão corporativa, sua experiência mais recente foi na Touch Watches como Sócio e Diretor Administrativo Financeiro. Com a aquisição da Touch pela Technos em 2012, passou a integrar o quadro de executivos da Companhia. Atuou como gerente de diversas áreas da empresa como franquias, finanças, desenvolvimento de negócios e a área comercial, conhecendo profundamente o negócio e liderando projetos importantes na Companhia como a criação de áreas como Crédito e Cobrança, Planejamento e Operações de Venda.

Fábio Marcelo de Souza Santos - 554.541.270-00

Fabio Marcelo graduou-se em comunicação Social e cursou ainda pós-graduação em Marketing, Especialização em vendas e MBA em Gestão de Empresas. Iniciou sua carreira no Grupo Technos como vendedor em 2000 chegando a Gerente Nacional de Vendas e após sua saída em 2015, se associou a um grupo de empresários para atuar comercialmente com a licença de uso de wetsuits e equipamentos da Mormaii, em Garopaba-SC, onde implementou uma série de melhorias. Em 2018 assumiu a Diretoria Comercial da Rip Curl Brasil, empresa líder mundial do segmento de surfwear, onde teve a oportunidade de gerenciar o abastecimento e logística, além do comercial. Neste período teve atuação direta na gestão do varejo próprio e dos Outlets da marca.

Daniela de Campos Ferreira Pires - 105.564.527-63

Daniela Pires, graduou-se na UFRJ em Ciências Econômicas e cursa atualmente Mestrado Profissional em Administração, com ênfase em Liderança e Estratégia pela Fundação Dom Cabral-BH. Possui sólida experiência nas áreas de Finanças e Supply Chain, com carreira consolidada em empresas no segmento de varejo e bens de consumo. Antes de trabalhar na Technos, sua experiência mais recente foi na B2W. O seu ingresso no Grupo Technos aconteceu em outubro de 2010, onde liderou as áreas de Planejamento, Finanças, Relação com Investidores e Supply Chain. Liderou também projetos importantes na Companhia como a integração pós aquisição do Grupo Dumont Saab, em 2013 e mais recentemente a implementação do processo de S&OP.

Haroldo Luiz Rodrigues Filho - 869.526.257-04

Atuou como Diretor e Gerente das Lojas Renner SA de Fevereiro de 2003 a Setembro de 2018. Liderou as áreas de Compras, Operações, Gestão de Lojas e Expansão da companhia. Liderou projetos de consultoria na área de gestão de produtos e serviços para clientes como Rede Globo, Whirlpool, Leader Magazine e Unibanco de 1997 a 2003. Atuou também como Gestor e Superintendente de Negócios e de Lojas da Mesbla de 1986 a 1996. Formou-se em Educação Física pela Universidade Gama Filho em 1984 e pós graduou-se na COPPEAD em 1990. O Conselheiro declara não possuir, nos últimos cinco anos, condenação criminal, condenação em processo administrativo da CVM ou qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. O Conselheiro está devidamente habilitado para a prática de suas atividades profissionais.

José Augusto Lopes Figueiredo - 841.719.527-00

Graduado em Engenharia Mecânica pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) e em Psicologia pela Universidade Santa Úrsula. Possui MBA em Administração de Empresas pelo COPPEAD - Instituto de Pesquisa e Pós-Graduação da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e em Marketing na Fundação Machado Sobrinho - Estado de Minas Gerais. Também se formou no Instituto Brasileiro de Governança Corporativa como Conselheiro Independente. É estudante de doutorado em administração de empresas no COPPEAD-UFRJ e professor convidado do MBA Executivo do COPPEAD em Liderança. Conselheiro voluntário da Rede Cidadã (Organização não governamental na cidade de Belo Horizonte) e Mentor na Endeavor (Organização sem fins lucrativos em São Paulo). Como membro do conselho, ele atua na ABRH-SP, ABRH-Rio (Associação Brasileira de Recursos Humanos) e COPPEAD-UFRJ. Atualmente ocupa o cargo de CEO na Lee Hecht Harrison Brasil, é Vice-Presidente Executivo para a América Latina e é membro do Comitê Executivo Global da LHH. Atua como Coach para Executivos e é Consultor da LHH no Brasil. Certificado em Coaching pela Columbia University, Nova Iorque, EUA. Credenciado pelo International Coach Federação (ICF) como Associate Certified Coach (ACC) e PMP pelo Project Management Institute. Participou da fundação do ICF no Brasil e liderou seus primeiros três anos. Atualmente é Diretor do Conselho Global do ICF com responsabilidade fiduciária nos EUA. Como executivo, ele trabalhou na White Martins / Prax Air, American Cyanamid, American Home Products, BASF e na LHH | DBM desde 2001. O Conselheiro declara não possuir, nos últimos cinco anos, condenação criminal, condenação em processo administrativo da CVM ou qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. O Conselheiro está devidamente habilitado para a prática de suas atividades profissionais.

Felipe Villela Dias - 218.680.308-90

Sócio da Visagio onde atua como especialista em finanças em projetos de consultoria. Foi sócio da Squadra Investimentos por dez anos, especializando-se nos setores de construção civil, logística, aviação e de programas de fidelidade. Como sócio da Squadra atuou por um ano como Diretor Financeiro e de Relações com Investidores da Brasil Brokers Participações S.A. É formado em Engenharia de Produção pela UFRJ com especialização em logística pela Coppead. É membro independente do Conselho de Administração da Smiles Fidelidade S.A. e da Santos Brasil Participações S.A. O Conselheiro declara não possuir, nos últimos cinco anos, condenação criminal, condenação em processo administrativo da CVM ou qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. O Conselheiro está devidamente habilitado para a prática de suas atividades profissionais.

Renato José Goettems - 003.315.030-34

Graduou-se em Administração na Universidade São Judas Thadeu. Graduou-se em Administração na Universidade São Judas Thadeu. Trabalhou por 55 anos no Grupo Technos, tendo ocupado os cargos de vendedor, gerente comercial e diretor comercial, cargo que ocupou durante 26 anos. O Conselheiro declara não possuir, nos últimos cinco anos, condenação criminal, condenação em processo administrativo da CVM ou qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. O Conselheiro está devidamente habilitado para a prática de suas atividades profissionais.

Joaquim Pedro Andrés Ribeiro - 002.272.786-82

Joaquim Pedro Andrés Ribeiro, membro do Conselho.Graduou-se em Economia na Universidade de Harvard em 1998 e formou-se no curso de especialização OPM da Harvard Business School em 2012. É Sócio-Fundador da Neopar Capital, uma empresa de investimentos de venture capital com foco em startups. Trabalhou no Grupo Technos de Maio de 2008 a Julho de 2014, ocupando o cargo de Diretor-Presidente. Anteriormente, trabalhou na empresa Shoptime no ano de 2005, ocupando o cargo de Diretor-Presidente, e na empresa Time Warner, de 1999 a 2004, onde ocupou o cargo de Gerente. É membro voluntário da Fundação Estudar, Endeavor, YPO e RenovaBR. O Conselheiro declara não possuir, nos últimos cinco anos, condenação criminal, condenação em processo administrativo da CVM ou qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. O Conselheiro está devidamente habilitado para a prática de suas atividades profissionais.

12.7/8 - Composição dos comitês

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Com relação a este item, não existem informações a reportar uma vez que, na presente data, não possuímos comitês estatutários ou outros comitês de gestão instalados.

12.9 - Existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o 2º grau relacionadas a administradores do emissor, controladas e controladores

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Com relação a este item, não existem informações a reportar, uma vez que não há relações conjugais, uniões estáveis ou parentesco até o segundo grau: (i) entre os nossos administradores; (ii) entre os nossos administradores e os administradores de nossas controladas, diretas ou indiretas; (iii) entre os nossos administradores ou os administradores de nossas controladas, diretas ou indiretas, e nossos controladores diretos ou indiretos; e (iv) entre os nossos administradores e os administradores dos nossos controladores diretos e indiretos.

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

a.

Não se aplica, uma vez que a Companhia detém o controle da totalidade do capital social de suas controladas.
b. Não se aplica, pois desde 27 de fevereiro de 2013, data em que o GMT Fundo de Investimento em Participação amortizou a totalidade de suas quotas e encerrou suas atividades, entregando a totalidade das ações da Companhia por ele detidas aos seus respectivos quotistas, a Companhia não possui controlador definido.

c. Não há qualquer relação relevante de subordinação, prestação de serviços ou controle mantidas entre nossos Administradores e fornecedores, clientes, devedores ou credores.

12.11 - Acordos, inclusive apólices de seguros, para pagamento ou reembolso de despesas suportadas pelos administradores

12.11. Descrever as disposições de quaisquer acordos, inclusive apólices de seguro, que prevejam o pagamento ou o reembolso de despesas suportadas pelos administradores, decorrentes da reparação de danos causados a terceiros ou ao emissor, de penalidades impostas por agentes estatais, ou de acordos com o objetivo de encerrar processos administrativos ou judiciais, em virtude do exercício de suas funções

Contratamos uma apólice de seguro, em vigência até 09 de outubro de 2018, que prevê o pagamento de indenização aos nossos Administradores em casos decorrentes de perdas e danos por eles sofridos por conta de reclamações de terceiros, desde que (i) tal reclamação decorra única e exclusivamente de sua condição de Administrador da nossa Companhia ou, quando aplicável, de nossas controladas; e (ii) o ato ou omissão do Administrador que tenha dado origem a tal responsabilização tenha ocorrido entra a data retroativa de cobertura e a data do término de vigência da apólice. A apólice dá direito à indenização em casos de processos ou procedimento administrativos, arbitrais ou judiciais de natureza tributária, trabalhista, previdenciária, cível, criminal, consumerista, concorrencial ou de qualquer outra natureza, exceto ambiental, nos quais o Administrador figure como réu ou parte passiva, em virtude de sua responsabilidade pessoal, solidária ou subsidiária ou devido à desconsideração da personalidade jurídica.

12.12 - Outras informações relevantes

Outras informações relevantes

Em fevereiro de 2011 o Ministério Público Federal de Amazonas ajuizou uma ação de improbidade administrativa contra nosso diretor Sr. Mauricio Loureiro, CIEAM (Centro das Indústrias do Estado do Amazonas), associação de indústrias sem fins lucrativos da qual o Sr. Loureiro é presidente, SUFRAMA (Superintendência da Zona Franca de Manaus) e outros réus indicados na referida ação. Alega-se na demanda que o Sr. Loureiro, na qualidade de presidente da CIEAM (e não na qualidade de diretor de nossa Companhia), e outros causaram dano ao erário na medida em que celebraram o Convênio n.º 57/2007 com a SUFRAMA para realização de obras para recuperação das vias do Distrito Industrial de Manaus, e que a CIEAM teria contratado um terceiro para execução das obras sem prévia licitação, conforme exigido pela lei brasileira para contratações por entes públicos. O valor total do Convênio entre a SUFRAMA e o CIEAM é de, aproximadamente, R$72 milhões, no entanto, o valor despendido na contratação do terceiro para a realização das obras foi de R$4 milhões. Entre outros argumentos, o Sr. Loureiro e a CIEAM alegam que o serviço prestado pelo terceiro foi devidamente contratado, sob o regime de urgência, exceção à regra de licitação, e por esta razão, dentre outras, não houve qualquer violação à lei. O Ministério Público alega também que as obras não foram devidamente executadas e que houve falhas nos registros de tal contratação. Tais alegações são contestadas pelo Sr. Loureiro e CIEAM. Não há no pedido do Ministério Público qualquer alegação que o Sr. Loureiro tenha cometido qualquer ato fraudulento. Esta demanda está em estágio inicial e, portanto, não podemos estimar qual será seu desfecho. Caso a demanda seja julgada procedente, as penalidades às quais Sr. Loureiro e os demais defendentes estariam sujeitos incluem: (i) pagamento de aproximadamente R$4 milhões, (ii) proibição de contratar com o Poder Público, direta ou indiretamente, ainda que por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário pelo período de 3 a 10 anos; (iii) proibição de receber ou cancelamento de benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, ainda que por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário pelo período de 3 a 10 anos, (iv) pagamento de multa. Tendo em vista que o Sr. Loureiro não é nosso acionista majoritário, uma decisão adversa nessa ação não teria impacto sobre nossas atividades. Nós não acreditamos que esta demanda possa ter qualquer impacto adverso na nossa Companhia, considerando que nossa Companhia não é parte dessa ação. Uma medida cautelar foi concedida pelo juízo da causa para, especificamente em relação ao Sr. Mauricio e a CIEAM, a indisponibilidade de cotas de uma sociedade limitada da qual o Sr. Mauricio é sócio e das contas bancárias do Sr. Mauricio e da CIEAM. Tal medida cautelar foi suspensa por uma liminar concedida em agravo de instrumento interposto por Sr. Mauricio e CIEAM. Em 24 de junho de 2014 às 10hs estava designada audiência para este processo, somente após a audiência o MM. Juízo terá condições de julgar a demanda. A audiência anterior não foi realizada porque o MM. Juízo incorria em falta que poderia resultar em anulação do feito, sendo o motivo do adiamento. Juízo aceitou o processamento dos autos e foi apresentada defesa. Realizada audiência de instrução e julgamento em 24.09.2015, foram apresentados memoriais, e os autos estão conclusos para sentença desde 21/01/2016. Prolatada sentença em 06/07/2017, julgando improcedentes os pedidos formulados na inicial, extinguindo-se o feito com resolução do mérito. Foi interposto recurso de Apelação e apresentadas contrarrazões, aguardando decisão, até a data de atualização deste Formulário de Referência.

13.1 - Descrição da política ou prática de remuneração, inclusive da diretoria não estatutária

13.1. Política e prática de remuneração do conselho de administração, da diretoria estatutária e não estatutária, do conselho fiscal, dos comitês estatutários e dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, abordando os seguintes aspectos

a. objetivos da política ou prática de remuneração, informando se a política de remuneração foi formalmente aprovada, órgão responsável por sua aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado

Nossa política de remuneração tem como objetivo compensar adequadamente nossa administração, de forma proporcional: (i) ao mérito individual e coletivo no atingimento de resultados; (ii) às responsabilidades; e (iii) à contribuição de cada um para a nossa evolução. Buscamos também alinhar a remuneração de forma geral, com a criação de valor para nós e nossos Acionistas, e balizamos nossa política pelas práticas de mercado para assegurar nossa capacidade de atrair e reter talentos.

Não há políticas de remuneração do conselho de administração, da diretoria estatutária e não estatutária ou de outros órgãos de gestão formalmente aprovadas. A prática de remuneração adotada é baseada nas diretrizes definidas no Estatuto Social e tem como referência as médias do mercado. No caso da diretoria, prevalece o princípio da meritocracia, com previsão de pagamento de parcela de remuneração variável atrelada a metas estabelecidas.

b. composição da remuneração, indicando:

i. descrição dos elementos da remuneração e os objetivos de cada um deles

Conselho de Administração

Nesta data, os membros do nosso Conselho de Administração fazem jus à remuneração fixa mensal.

Diretoria

A remuneração de nossa Diretoria é composta por três elementos com os seguintes objetivos:

(i) *Remuneração fixa*: paga mensalmente, com o objetivo de refletir a responsabilidade de cada cargo e acompanhar parâmetros de remuneração observados no mercado. Inclui benefícios diversos, tais como seguro de vida e assistência médica;

(ii) *Remuneração variável anual*: paga anualmente sob a forma de participação nos lucros e resultados, com o objetivo de premiar o atingimento de metas pré-estabelecidas no início de cada exercício. Inclui objetivos no âmbito da nossa Companhia, na área de responsabilidade do Administrador, e individuais; e

(iii) *Remuneração variável de longo prazo*: paga sob a forma de plano de opção de compra de ações de nossa emissão, com o objetivo de alinhar a remuneração do Administrador à geração de valor no longo prazo para os Acionistas e de reter esses profissionais.

Conselho Fiscal

Nesta data, não possuímos um Conselho Fiscal instalado.

Comitês

Nesta data, não possuímos qualquer comitê instalado.

ii. em relação aos 3 últimos exercícios sociais, *qual a proporção de cada elemento na remuneração total*

No caso do nosso conselho de Administração, 100% da remuneração é fixa.

13.1 - Descrição da política ou prática de remuneração, inclusive da diretoria não estatutária

No caso da Diretoria, não há um percentual pré-estabelecido para cada um dos elementos, sendo que a proporção de cada elemento na remuneração total percebida por nossos Diretores pode variar em função da natureza da remuneração com base na participação nos lucros e resultados e no plano de opção de compra de ações. No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015, a remuneração fixa correspondeu a 81,1% da remuneração total, enquanto a remuneração variável anual correspondeu aos demais 18,9% da remuneração total dos nossos Diretores. Nos 2 últimos exercícios sociais, 2016 e 2017, a remuneração fixa correspondeu a 100% da remuneração total, uma vez que a Companhia não distribuiu PLR devido ao não atingimento de metas.

Este subitem não se aplica ao Conselho Fiscal e aos comitês, tendo em vista que, nesta data, tais órgãos não foram instalados.

iii. metodologia de cálculo e de reajuste de cada um dos elementos da remuneração

Conselho de Administração

Os membros do nosso Conselho de Administração recebem atualmente remuneração fixa mensal sem qualquer critério ou reajuste pré-definido.

Diretoria

Remuneração Fixa: é reajustada anualmente conforme as convenções coletivas de trabalho, na mesma proporção das remunerações dos demais colaboradores da nossa Companhia. Além disso, esses valores de remuneração são comparados periodicamente com o mercado, observando o porte, setor e estrutura de cargos de companhias comparáveis, de forma que se possa aferir a nossa competitividade e avaliar a eventual necessidade de se realizar reajuste.

Remuneração variável anual: a remuneração variável anual é paga sob forma de participação nos lucros e resultados, conforme programa aprovado a cada dois anos junto às entidades sindicais relevantes em cada Estado onde mantemos um estabelecimento. O programa define a estrutura básica para determinar o montante a ser distribuído, sendo que este montante é sempre um múltiplo da remuneração de cada Diretor. Esse múltiplo, por sua vez, é determinado pela faixa de possibilidades de cada cargo e a nota obtida por cada Diretor. As notas de cada Diretor são uma combinação do resultado da Companhia, do resultado individual sempre medindo o resultado real contra uma meta. As metas são definidas no início de cada exercício social e monitoradas mensalmente em reuniões específicas de avaliação de desempenho.

Remuneração variável de longo prazo: a remuneração variável de longo prazo é paga sob a forma de plano de opção de compra de ações de nossa emissão. O reajuste dos termos dessa remuneração segue parâmetros que constam do referido plano, que por sua vez é aprovado em Assembleia Geral. A outorga de opções para cada indivíduo é feita por meio de programas específicos aprovados pelo Conselho de Administração, na qual também são definidas importantes características destas opções, tais como preço de exercício e forma de reajuste do preço.

Este subitem não se aplica ao Conselho Fiscal e aos Comitês, tendo em vista que estes órgãos não foram instalados.

iv. razões que justificam a composição da remuneração.

A composição da nossa remuneração tem como princípio a meritocracia, que é o principal vetor da nossa política de remuneração. A existência dos três componentes e a forma pela qual esses componentes são calculados e reajustados ajudam a garantir a recompensa justa pelo desempenho e o alinhamento de interesses entre os Administradores, com nossos Acionistas no curto, médio e longo prazos.

13.1 - Descrição da política ou prática de remuneração, inclusive da diretoria não estatutária

c. principais indicadores de desempenho que são levados em consideração na determinação de cada elemento da remuneração

Remuneração variável anual: a remuneração variável anual utiliza indicadores de desempenho objetivamente definidos desde o início de cada exercício social. No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, os indicadores usados para avaliação do nosso resultado foram: (i) a receita bruta operacional; (ii) o EBITDA + Hedge cambial, reduzido pelo custo financeiro do nosso capital de giro; e (iii) a nossa participação de mercado. Esses são os mesmos indicadores vigentes para o exercício social corrente. Os indicadores usados para avaliação do resultado de cada departamento variam dependendo das atividades desempenhadas por cada um deles, mas são também definidos objetivamente ao início de cada exercício social. Os indicadores usados para avaliação são os valores da nossa Companhia, conceitos imutáveis que norteiam a nossa conduta como empresa e devem estar presentes nas ações do dia a dia de cada profissional. Nossos valores são: Gente, Ética, Empreendedorismo, Qualidade e Meritocracia. Avaliamos também o conceito de Liderança, conforme desempenhado por cada um dos Diretores.

Remuneração variável de longo prazo: a remuneração variável de longo prazo é baseada no preço de nossas ações. Anteriormente à nossa abertura de capital, esse preço era determinado em função de um múltiplo do nosso lucro líquido. Após nossa abertura de capital, esse preço passou a ser determinado pelo preço de mercado de nossas ações.

d. como a remuneração é estruturada para refletir a evolução dos indicadores de desempenho

Remuneração variável anual: nossas metas são estruturadas em três níveis: empresa, departamento e indivíduo. O objetivo dessa estrutura é garantir tanto o atingimento de resultados concretos para os Acionistas quanto a *performance* diferenciada dentro de cada equipe e individualmente.

Todas as metas são definidas de forma objetiva no início de cada exercício social, de forma que os resultados obtidos acima das metas estabelecidas ensejam um aumento na remuneração variável anual, assim como resultados abaixo das metas estabelecidas ensejam uma redução ou mesmo eliminação da remuneração variável anual. Possuímos uma rotina mensal de reuniões de avaliação de desempenho com Diretores e Gerentes, onde avaliamos a *performance* de cada um em relação a cada meta estabelecida. Além disso, compartilhamos mensalmente com nosso Conselho de Administração a performance de cada Diretor e Gerente.

Remuneração variável de longo prazo: nossa remuneração variável de longo prazo reflete naturalmente a criação de valor na nossa Companhia, por estar ligada diretamente ao preço de nossas ações.

e. como a política ou prática de remuneração se alinha aos interesses do emissor de curto, médio e longo prazo

O alinhamento de interesses no curto prazo ocorre por meio da remuneração fixa, que é dimensionada de forma proporcional à responsabilidade de cada profissional e leva em conta parâmetros de mercado a fim de garantir a retenção de nossos talentos.

O alinhamento de interesses de médio prazo ocorre por meio da remuneração variável anual, já que a mesma está ligada a objetivos claramente definidos para cada exercício social e representa um valor bastante significativo da remuneração total anual.

O alinhamento de interesses de longo prazo ocorre por meio da remuneração variável de longo prazo, mediante a outorga de opções de compra de ações de nossa emissão. Por meio destes planos de opção de compra de ações, nossos profissionais passam a se beneficiar diretamente da valorização das nossas ações.

13.1 - Descrição da política ou prática de remuneração, inclusive da diretoria não estatutária

f. existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos

Nossa remuneração fixa e variável anual é suportada quase integralmente pela nossa controlada TASA. Para informações consolidadas sobre remuneração fixa e variável, veja os itens 13.2 e 13.3 deste Formulário de Referência.

g. existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário da Companhia

Nos termos dos programas de opção de compras de ações aprovados até esta data, na ocorrência de operações que resultem na transferência do nosso controle acionário, os beneficiários de tais planos têm o direito de vender suas ações já adquiridas na mesma proporção e nos mesmos termos do controlador.

h. práticas e procedimentos adotados pelo conselho de administração para definir a remuneração individual do conselho de administração e da diretoria, indicando:

i. os órgãos e comitês do emissor que participam do processo decisório, identificando de que forma participam

O Conselho de Administração elabora a proposta de remuneração para os próprios conselheiros e para a diretoria, apresentando para aprovação da assembleia de acionistas o valor máximo a ser destinado no novo exercício social para tais remunerações. Na data deste Formulário de Referência, nossa Companhia não contava com comitês que participassem no processo decisório para definição da remuneração individual do Conselho de Administração, bem como da Diretoria.

ii. critérios e metodologia utilizada para a fixação da remuneração individual, indicando se há a utilização de estudos para a verificação das práticas de mercado, e, em caso positivo, os critérios de comparação e a abrangência desses estudos

Realizamos uma comparação com posições semelhantes no mercado, considerando também a remuneração de outras empresas nas quais nossos conselheiros atuam. Não há, no entanto, a elaboração de estudos formais para a verificação das práticas de mercado com relação a tais remunerações. A remuneração individual dos administradores considera sua formação e experiência profissional, conforme as expectativas de mercado, as responsabilidades do cargo e é readequada quando o conselho de administração avalia ser necessário, considerando também a contribuição que o administrador tem prestado para a nossa Companhia.

iii. com que frequência e de que forma o conselho de administração avalia a adequação da política de remuneração do emissor

Ainda que não exista uma política formal de remuneração, o Conselho de Administração avalia a adequação do modelo utilizado e dos valores definidos anualmente.

13.2 - Remuneração total do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal

Remuneração total prevista para o Exercício Social corrente 31/12/2018 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	5,00	5,00		10,00
Nº de membros remunerados	3,00	5,00		8,00
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	900.000,00	2.580.721,00		3.480.721,00
Benefícios direto e indireto	0,00	0,00		0,00
Participações em comitês	0,00	0,00		0,00
Outros	180.000,00	1.806.636,00		1.986.636,00
Descrição de outras remunerações fixas	Encargos trabalhistas	Encargos trabalhistas		
Remuneração variável				
Bônus	0,00	0,00		0,00
Participação de resultados	0,00	2.735.500,00		2.735.500,00
Participação em reuniões	0,00	0,00		0,00
Comissões	0,00	0,00		0,00
Outros	0,00	0,00		0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	0,00	0,00		0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00		0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	3.000.000,00		3.000.000,00
Observação				
Total da remuneração	1.080.000,00	10.122.857,00		11.202.857,00

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2017 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	4,83	5,00		9,83
Nº de membros remunerados	3,50	5,00		8,50
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	1.005.000,00	2.212.668,00		3.217.668,00
Benefícios direto e indireto	0,00	0,00		0,00
Participações em comitês	0,00	0,00		0,00
Outros	0,00	2.833.332,00		2.833.332,00

Descrição de outras remunerações fixas		Encargos trabalhistas		
Remuneração variável				
Bônus	0,00	0,00		0,00
Participação de resultados	0,00	0,00		0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00		0,00
Comissões	0,00	0,00		0,00
Outros	0,00	0,00		0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	0,00	0,00		0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00		0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	2.037.000,00		2.037.000,00
Observação				
Total da remuneração	1.005.000,00	7.083.000,00		8.088.000,00

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2016 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	5,00	6,00		11,00
Nº de membros remunerados	4,00	6,00		10,00
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	960.068,00	2.751.627,00		3.711.695,00
Benefícios direto e indireto	0,00	0,00		0,00
Participações em comitês	0,00	0,00		0,00
Outros	0,00	3.011.838,00		3.011.838,00
Descrição de outras remunerações fixas		Encargos trabalhistas		
Remuneração variável				
Bônus	0,00	0,00		0,00
Participação de resultados	0,00	0,00		0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00		0,00
Comissões	0,00	0,00		0,00
Outros	0,00	0,00		0,00

Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	0,00	0,00		0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00		0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	2.999.000,00		2.999.000,00
Observação				
Total da remuneração	960.068,00	8.762.465,00		9.722.533,00

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2015 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	4,00	6,00		10,00
Nº de membros remunerados	4,00	6,00		10,00
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	507.506,00	2.750.526,00		3.258.032,00
Benefícios direto e indireto	0,00	0,00		0,00
Participações em comitês	0,00	0,00		0,00
Outros	0,00	2.035.720,00		2.035.720,00
Descrição de outras remunerações fixas		Encargos trabalhistas		
Remuneração variável				
Bônus	0,00	0,00		0,00
Participação de resultados	0,00	1.505.211,00		1.505.211,00
Participação em reuniões	0,00	0,00		0,00
Comissões	0,00	0,00		0,00
Outros	0,00	0,00		0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	0,00	0,00		0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00		0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	4.099.985,00		4.099.985,00

Observação				
Total da remuneração	507.506,00	10.391.442,00		10.898.948,00

13.3 - Remuneração variável do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal

13.3. Remuneração variável dos últimos exercícios sociais e prevista para o exercício social corrente do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal

Exercício Social Corrente (2018)	Conselho de Administração	Diretoria	Conselho Fiscal	Total
Número total de membros	**3,0**	**5,0**	**-**	**8,0**
Número de membros remunerados	**3,0**	**5,0**	**-**	**8,0**
Bônus (em R$)				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
Valor máximo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas sejam atingidas	-	-	-	-
Participação no resultado (em R$)		**2.735.500**		**2.735.500**
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	0	-	0
Valor máximo previsto no plano de remuneração	-	2.735.500	-	2.735.500
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas sejam atingidas	-	2.735.500	-	2.735.500

Exercício Social de 2017	Conselho de Administração	Diretoria	Conselho Fiscal	Total
Número total de membros	**4,0**	**5,0**	**-**	**9,0**
Número de membros remunerados	**3,5**	**5,0**	**-**	**8,5**
Bônus (em R$)				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
Valor máximo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	-	-	-	-
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social	-	-	-	-
Participação no resultado (em R$)	**-**	**0**	**-**	**0**
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	0	-	0
Valor máximo previsto no plano de remuneração	-	3.854.000	-	3.854.000
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	-	3.854.000	-	3.854.000
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social	-	0	-	0

Exercício Social de 2016	Conselho de Administração	Diretoria	Conselho Fiscal	Total
Número total de membros	**5,0**	**6,0**	**-**	**11,0**
Número de membros remunerados	**4,0**	**6,0**	**-**	**10,0**
Bônus (em R$)				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
Valor máximo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	-	-	-	-
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social	-	-	-	-
Participação no resultado (em R$)	**-**	**1.985.031**	**-**	**1.985.031**
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	0	-	0
Valor máximo previsto no plano de remuneração	-	1.985.031	-	1.985.031
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	-	1.985.031	-	1.985.031
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social	-	0	-	0

13.3 - Remuneração variável do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal

Exercício Social de 2015	Conselho de Administração	Diretoria	Conselho Fiscal	Total
Número total de membros	**4,0**	**6,0**	**-**	**10,0**
Número de membros remunerados	**4,0**	**6,0**	**-**	**10,0**
Bônus (em R$)				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
Valor máximo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	-	-	-	-
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social	-	-	-	-
Participação no resultado (em R$)	**-**	**1.505.211**	**-**	**1.505.211**
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	0	-	0
Valor máximo previsto no plano de remuneração	-	1.505.211	-	1.505.211
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	-	1.505.211	-	1.505.211
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social	-	1.505.211	-	1.505.211

13.4 - Plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e diretoria estatutária

13.4. Plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária em vigor no último exercício social e previsto para o exercício social corrente

a. termos e condições gerais

Em 26 de dezembro de 2008, os nossos Acionistas, reunidos em Assembleia Geral Extraordinária, aprovaram as diretrizes gerais nosso plano de opção de compra de ações (“Plano de 2008”), conforme aditado posteriormente na Assembleia Geral Extraordinária realizada em 26 de abril de 2012.

O Plano de 2008 possui os seguintes parâmetros principais:

(i) *Objetivo*: obter maior alinhamento dos interesses dos nossos Administradores com os interesses dos nossos Acionistas;

(ii) *Beneficiários*: os membros da Diretoria, do Conselho de Administração, gerentes e *controllers* da nossa Companhia e de nossas controladas (“Beneficiários”);

(iii) *Quantidade de ações incluídas no plano*: opção de compra sobre 3.795.367 ações, considerando o grupamento de ações ocorrido em 31 de maio de 2011 e a alteração ao Plano de 2008 aprovada na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 26 de abril de 2012;

(iv) *Administração do plano*: competência do Conselho de Administração, com amplos poderes para organizar e administrar o Plano de 2008 e outorgar as opções por meio de programas de opção de compra de ações (“Programas”), nos quais serão definidos os beneficiários, o número total de ações objeto de cada outorga, o preço de exercício, a forma de pagamento, os prazos de exercício, os termos e condições para alienação das ações decorrentes do exercício das opções, e os termos e condições referentes a casos de desligamento, falecimento ou invalidez do beneficiário; e

(v) *Extinção*: na hipótese de dissolução, transformação, incorporação, fusão, cisão ou reorganização nos envolvendo e não sendo nós a sociedade remanescente após a operação, todas as opções concedidas serão extintas, exceto se o Conselho de Administração aprovar a antecipação do prazo final de exercício do Plano de 2008 ou a permanência do Plano de 2008 na sociedade sucessora.

Posteriormente à implementação de cada Programa, o Conselho de Administração deverá determinar a celebração, entre nós e os beneficiários do Plano de 2008, de um contrato de outorga de opção de compra de ações, formalizando a outorga e definindo quaisquer outros termos e condições que não estejam em desacordo com o Plano de 2008 ou o respectivo Programa.

Em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 26 de abril de 2012, foi aprovado novo plano de opção de compra de ações (“Plano de 2012”). O Plano de 2012 contém características similares ao Plano de 2008.

O Plano de 2012 possui os seguintes parâmetros principais:

(i) *Objetivo*: obter maior alinhamento dos interesses dos nossos Administradores com os interesses dos nossos Acionistas, possibilitando aos gestores, a oportunidade para que os mesmos aumentem suas respectivas participações acionárias na Companhia, ou tornem-se acionistas da Companhia;

(ii) *Beneficiários*: os membros da Diretoria, do Conselho de Administração, gerentes, coordenadores, além de outros funcionários que participem da gestão (em casos específicos a serem definidos pelo Conselho de Administração) da Companhia e de sociedades controladas pela Companhia (“Beneficiários”);

(iii) *Quantidade de ações incluídas no plano 01/2012*: opção de compra sobre 2.500.000 (dois milhões e quinhentos mil) ações ordinárias de emissão da Companhia (“Opção” ou “Opções”).

(iv) *Administração do plano*: competência do Conselho de Administração, com amplos poderes para organizar e administrar o Plano de 2012, respeitando os termos e limites, e outorgar as opções por meio de programas de opção de compra de ações (“Programas”), nos quais serão definidos os beneficiários, o número total de ações objeto de cada outorga, o preço de exercício, a forma de pagamento, os prazos

13.4 - Plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e diretoria estatutária

de exercício, os termos e condições para alienação das ações decorrentes do exercício das opções, e os termos e condições referentes a casos de desligamento, falecimento ou invalidez do beneficiário; e

(v) *Extinção*: poderá ser extinto, por decisão da Assembleia Geral da Companhia, após o exercício (ou caducidade) de todas as opções outorgadas no âmbito dos mesmos, e, na hipótese de dissolução, transformação, incorporação, fusão, cisão ou reorganização nos envolvendo e não sendo nós a sociedade remanescente após a operação, todas as opções concedidas serão extintas, exceto se o Conselho de Administração aprovar a antecipação do prazo final de exercício do Plano de 2012 ou a permanência do Plano de 2012 na sociedade sucessora.

Em 23 de outubro de 2014, os nossos Acionistas, reunidos em Assembleia Geral Extraordinária, aprovaram as diretrizes gerais de dois planos de opção de compra de ações (“Plano 01/2014”) e (“Plano 02/2014”).

Os Planos de 2014 possuem os seguintes parâmetros principais:

(i) *Objetivo*: obter maior alinhamento dos interesses dos nossos Administradores com os interesses dos nossos Acionistas;

(ii) *Beneficiários*: os membros da Diretoria, do Conselho de Administração, gerentes, coordenadores e *controllers* da nossa Companhia e de nossas controladas (“Beneficiários”);

(iii) *Quantidade de ações incluídas no plano 01/2014*: opção de compra sobre 1.200.000 (um milhão e duzentas mil) ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal de emissão da Companhia (“Opção” ou “Opções”). As opções outorgadas a cada um dos Beneficiários serão divididas e, 2 (dois) lotes, sendo o primeiro lote de 480.000 (quatrocentas e oitenta mil) ações (“Primeiro Lote”) e o segundo lote de 720.000 (setecentas e vinte mil) ações (“Segundo Lote”), os quais estarão sujeitas ao cumprimento das condições, regras e metas estabelecidas nos respectivos programas.

(iv) *Quantidade de ações incluídas no plano 02/2014*: opção de compra sobre 800.000 (oitocentos mil) ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal de emissão da Companhia (“Opção” ou “Opções”). As opções outorgadas a cada um dos Beneficiários serão divididas e, 2 (dois) lotes, sendo o primeiro lote de 400.000 (quatrocentas mil) ações (“Primeiro Lote”) e o segundo lote de 400.000 (quatrocentas mil) ações (“Segundo Lote”), os quais estarão sujeitas ao cumprimento das condições, regras e metas estabelecidas nos respectivos programas.

(iv) Administração do plano: competência do Conselho de Administração, com amplos poderes para organizar e administrar os Planos de 2014 e outorgar as opções por meio de programas de opção de compra de ações (“Programas”), nos quais serão definidos os beneficiários, o número total de ações objeto de cada outorga, o preço de exercício, a forma de pagamento, os prazos de exercício, os termos e condições para alienação das ações decorrentes do exercício das opções, e os termos e condições referentes a casos de desligamento, falecimento ou invalidez do beneficiário; e

(v) *Extinção*: poderá ser extinto, por decisão da Assembleia Geral da Companhia, após o exercício (ou caducidade) de todas as opções outorgadas no âmbito dos mesmos, e, na hipótese de dissolução, transformação, incorporação, fusão, cisão ou reorganização nos envolvendo e não sendo nós a sociedade remanescente após a operação, todas as opções concedidas serão extintas, exceto se o Conselho de Administração aprovar a antecipação do prazo final de exercício dos Planos de 2014 ou a permanência dos Planos de 2014 na sociedade sucessora.

Posteriormente à implementação de cada Programa, o Conselho de Administração deverá determinar a celebração, entre a Companhia e os beneficiários dos Planos de 2014, de contrato de outorga de opção de compra de ações, formalizando a outorga e definindo quaisquer outros termos e condições que não estejam em desacordo com os respectivos Planos de 2014 ou o(s) respectivo(s) Programa(s).

Após a aprovação dos Planos, Plano 01/2014 e Plano 02/2014, ainda não foram aprovados os Programas relacionados aos mesmos.

Em 7 de julho de 2015, os nossos Acionistas, reunidos em Assembleia Geral Extraordinária, aprovaram as diretrizes gerais de dois planos de opção de compra de ações (“Plano 01/2015”) e (“Plano 02/2015”).

13.4 - Plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e diretoria estatutária

Os Planos de 2015 possuem os seguintes parâmetros principais:

(i) *Objetivo*: obter maior alinhamento dos interesses dos nossos Administradores com os interesses dos nossos Acionistas, concedendo, aos colaboradores, de forma meritocrática, a oportunidade para que os mesmos aumentem suas respectivas participações acionárias na Companhia, ou tornem-se acionistas da Companhia.

(ii) *Beneficiários*: os membros da Diretoria, do Conselho de Administração, gerentes, coordenadores e *controllers* da nossa Companhia e de nossas controladas ("Beneficiários");

(iii) *Quantidade de ações incluídas no plano 01/2015*: opção de compra sobre 1.500.000 (um milhão e quinhentos mil) ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal de emissão da Companhia ("Opção" ou "Opções").

(iv) *Quantidade de ações incluídas no plano 02/2015*: opção de compra sobre 1.700.000 (um milhão e setecentos mil) ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal de emissão da Companhia ("Opção" ou "Opções").

(v) *Administração do plano*: competência do Conselho de Administração, com amplos poderes para organizar e administrar os Planos de 2015 e outorgar as opções por meio de programas de opção de compra de ações ("Programas"), nos quais serão definidos os beneficiários, o número total de ações objeto de cada outorga, o preço de exercício, a forma de pagamento, os prazos de exercício, os termos e condições para alienação das ações decorrentes do exercício das opções, e os termos e condições referentes a casos de desligamento, falecimento ou invalidez do beneficiário; e

(vi) *Extinção*: poderá ser extinto, por decisão da Assembleia Geral da Companhia, após o exercício (ou caducidade) de todas as opções outorgadas no âmbito dos mesmos, e, na hipótese de dissolução, transformação, incorporação, fusão, cisão ou reorganização nos envolvendo e não sendo nós a sociedade remanescente após a operação, todas as opções concedidas serão extintas, exceto se o Conselho de Administração aprovar a antecipação do prazo final de exercício dos Planos de 2015 ou a permanência dos Planos de 2015 na sociedade sucessora.

Em 29 de abril de 2016, os nossos Acionistas, reunidos em Assembleia Geral Extraordinária, aprovaram as diretrizes gerais do plano de opção de compra de ações ("Plano 01/2016").

O Plano de 2016 possui os seguintes parâmetros principais:

(i) *Objetivo*: obter maior alinhamento dos interesses dos nossos Administradores com os interesses dos nossos Acionistas, concedendo, aos colaboradores, de forma meritocrática, a oportunidade para que os mesmos aumentem suas respectivas participações acionárias na Companhia, ou tornem-se acionistas da Companhia.

(ii) *Beneficiários*: o conselheiro José Afonso Alves Castanheira ("Beneficiário");

(iii) *Quantidade de ações incluídas no plano 01/2016*: opção de compra sobre 500.000 (quinhentos mil) ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal de emissão da Companhia ("Opção" ou "Opções").

(iv) *Administração do plano*: competência do Conselho de Administração, com amplos poderes para organizar e administrar o Plano de 2016 e outorgar as opções por meio de programas de opção de compra de ações ("Programas"), nos quais serão definidos os beneficiários, o número total de ações objeto de cada outorga, o preço de exercício, a forma de pagamento, os prazos de exercício, os termos e condições para alienação das ações decorrentes do exercício das opções, e os termos e condições referentes a casos de desligamento, falecimento ou invalidez do beneficiário; e

(v) *Extinção*: poderá ser extinto, por decisão da Assembleia Geral da Companhia, após o exercício (ou caducidade) de todas as opções outorgadas no âmbito dos mesmos, e, na hipótese de dissolução, transformação, incorporação, fusão, cisão ou reorganização nos envolvendo e não sendo nós a sociedade remanescente após a operação, todas as opções concedidas serão extintas, exceto se o

13.4 - Plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e diretoria estatutária

Conselho de Administração aprovar a antecipação do prazo final de exercício do Planos de 2016 ou a permanência do Plano de 2016 na sociedade sucessora.

Desde a aprovação do Plano de 2008, já aprovamos sete Programas, conforme segue:

(i) *Primeiro Programa*: em 26 de dezembro de 2008, foi deliberada a emissão de 4.426.239 novas ações ordinárias sem valor nominal, referentes ao primeiro Programa do Plano de 2008. Considerando o grupamento de ações ocorrido em 31 de maio de 2011, isto representa 2.213.119 novas ações.

(ii) *Segundo Programa*: em 13 de fevereiro de 2009, foi deliberada a emissão de 1.364.497 novas ações ordinárias sem valor nominal, referentes ao segundo Programa do Plano de 2008. Considerando o grupamento de ações ocorrido em 31 de maio de 2011, isto representa 682.248 novas ações.

(iii) *Terceiro Programa*: em 29 de abril de 2011, foi deliberada a emissão de 200.000 novas ações ordinárias sem valor nominal, referentes ao terceiro Programa do Plano de 2008. Considerando o grupamento de ações ocorrido em 31 de maio de 2011, isto representa 100.000 novas ações

(iv) *Quarto Programa*: em 29 de abril de 2011, foi deliberada a emissão de 600.000 novas ações ordinárias sem valor nominal, referentes ao quarto Programa do Plano de 2008. Considerando o grupamento de ações ocorrido em 31 de maio de 2011, isto representa 300.000 novas ações.

(v) *Quinto Programa*: em 1 de junho de 2011, foi deliberada a emissão de 100.000 novas ações ordinárias sem valor nominal referentes ao quinto Programa do Plano de 2008.

(vi) *Sexto Programa*: em 1 de junho de 2011, foi deliberada a emissão de 300.000 novas ações ordinárias sem valor nominal, referentes ao sexto Programa do Plano de 2008.

(vii) *Sétimo Programa*: em 1 de junho de 2011, foi deliberada a emissão de 100.000 novas ações ordinárias sem valor nominal, referentes ao sétimo Programa do Plano de 2008.

Na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 26 de abril de 2012, foi aprovada a alteração do Plano de 2008 para reduzir a quantidade de ações abrangidas para 3.795.367. Esse valor é equivalente ao valor já aprovado nos sete Programas acima descritos, de forma que não haverá mais a possibilidade de concessão de novos Programas no âmbito do Plano de 2008.

Nessa mesma Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária também foi aprovado novo plano de opção de compra de ações (“Plano de 2012”, e em conjunto com o Plano de 2008, os “Planos”), totalizando 2.500.000 ações disponíveis para outorga. O Plano de 2012 contém características similares ao Plano de 2008, porém abrange não só os membros da Diretoria, do Conselho de Administração, gerentes e controllers, mas também coordenadores e outros gestores Companhia.

Desde a aprovação do Plano de 2012, já aprovamos três Programas, conforme segue:

(i) *Primeiro Programa*: em 30 de abril de 2012, foi deliberada a emissão de 1.122.500 novas ações ordinárias sem valor nominal, referentes ao primeiro Programa do Plano de 2012, o qual abrange apenas gerentes e coordenadores da Companhia;

(ii) *Segundo Programa*: em 17 de janeiro de 2013, foi deliberada a emissão de 600.000 novas ações ordinárias sem valor nominal, referentes ao segundo Programa do Plano de 2012; e

(iii) *Terceiro Programa*: em 15 de abril de 2013, foi deliberada a emissão de 340.000 novas ações ordinárias sem valor nominal, referentes ao segundo Programa do Plano de 2012, o qual abrange apenas gerentes e coordenadores da Companhia.

Desde a aprovação dos Planos de 2014, ainda não foram aprovados os Programas relacionados aos mesmos.

Desde a aprovação dos Planos de 2015, já aprovamos três Programas, conforme segue:

(i) *Primeiro Programa do Plano 01/2015 e Primeiro e Segundo Programa do Plano 02/2015*: em 07 de julho de 2015, foi deliberada a emissão de 3.200.000 novas ações ordinárias sem valor nominal.

13.4 - Plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e diretoria estatutária

(ii) *Terceiro Programa do Plano 02/2015*: em 16 de junho de 2016, foi deliberada a emissão de 250.000 novas ações ordinárias sem valor nominal.

Desde a aprovação dos Planos de 2016, já aprovamos um Programa, conforme segue:

(i) *Primeiro Programa do Plano 01/2016*: em 16 de junho de 2016, foi deliberada a emissão de 500.000 novas ações ordinárias sem valor nominal.

No exercício de 2017, não realizamos aprovação de Planos.

b. principais objetivos do plano

Os principais objetivos dos Planos são: (i) obter um maior alinhamento dos interesses dos Beneficiários com os interesses dos Acionistas; (ii) motivar os Beneficiários a buscarem a geração de valor no longo prazo; (iii) remunerar de forma meritocrática esses resultados; e (iv) auxiliar na atração e retenção de talentos.

c. forma como o plano contribui para esses objetivos

Ao conceder a oportunidade aos Beneficiários de tornarem-se nossos Acionistas, fazemos com que os benefícios financeiros percebidos por nossos Acionistas também sejam percebidos diretamente pelos Beneficiários. Assim, os Planos complementam a remuneração variável anual dos Beneficiários ao incentivar esta visão de longo prazo, já que os benefícios financeiros dos Planos e dos Programas tendem a se concretizar após anos. Além disso, os Planos ajudam a intensificar o comprometimento dos Beneficiários conosco, por poderem se considerar também Acionistas e não apenas nossos executivos.

d. como o plano se insere na política de remuneração da Companhia

Nossos Planos fazem parte da política de remuneração dos Beneficiários. A concessão de outorgas para beneficiários específicos segue a diretriz da meritocracia, e as outorgas são aprovadas pelo nosso Conselho de Administração com base na obtenção consistente de resultados positivos. Dessa forma, os Planos servem como importante instrumento incentivador do bom desempenho individual e do comprometimento com as nossas metas empresariais.

e. como o plano alinha os interesses dos administradores e da Companhia a curto, médio e longo prazo

Os Planos alinham os interesses dos Beneficiários, nossos e de nossos Acionistas por meio de benefícios de acordo com o desempenho das ações de nossa emissão. Por meio dos Planos, buscamos estimular a melhoria na nossa gestão e a permanência dos Beneficiários, visando ganhos pelo comprometimento com os resultados de longo prazo e com o desempenho de curto prazo. Além disso, os Planos buscam nos auxiliarem na retenção de talentos, incentivando o trabalho consistente de longo prazo e evitando descontinuidades na gestão.

f. número máximo de ações abrangidas

O Plano de 2008 abrange, no máximo, 3.795.367 ações, considerando o grupamento de ações ocorrido em 31 de maio de 2011 e a alteração ao Plano de 2008 aprovada na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 26 de abril de 2012. Esse valor é equivalente ao valor já aprovado nos sete Programas aprovados no âmbito do Plano de 2008 acima descritos, de forma que não haverá mais a possibilidade de concessão de novos Programas no âmbito do Plano de 2008.

O Plano de 2012, aprovado na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, abrange, no máximo, 2.500.000 ações. Já foi aprovada a emissão de 2.062.500 novas ações ordinárias sem valor nominal, referentes ao Primeiro, Segundo e Terceiro Programas do Plano de 2012, sendo certo que o primeiro e

13.4 - Plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e diretoria estatutária

terceiro Programas abrangem somente gerentes e coordenadores da Companhia, enquanto o segundo Programa abrange somente membros de sua diretoria.

O Plano de 2014 abrange, no máximo, 2.000.000 ações, aprovada em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 23 de outubro de 2014.

O Plano de 2015 abrange, no máximo, 3.200.000 ações, aprovada em Reunião de Conselho de Administração realizada em 08 de julho de 2015.

O Plano de 2016 abrange, no máximo 500.000 ações, aprovada em Reunião de Conselho de Administração realizada em 16 de junho de 2016.

g. número máximo de opções a serem outorgadas

Cada opção assegura ao Beneficiário o direito de adquirir uma ação ordinária de nossa emissão. Desta forma, a quantidade de opções outorgadas está atrelada ao número máximo de ações abrangidas, ou seja, 3.795.367 opções no Plano de 2008, considerando o grupamento de ações ocorrido em 31 de maio de 2011 e a alteração ao Plano de 2008 aprovada na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 26 de abril de 2012, e 2.500.000 opções no Plano de 2012.

O Plano de 2015 abrange, no máximo, 3.200.000 ações, aprovada em Reunião de Conselho de Administração realizada em 08 de julho de 2015.

O Plano de 2016 abrange, no máximo 500.000 ações, aprovada em Reunião de Conselho de Administração realizada em 16 de junho de 2016.

h. condições de aquisição de ações

Todos os Programas aprovados no âmbito do Plano de 2008 até esta data têm a aquisição de ações atrelada diretamente à remuneração variável e a dividendos recebidos pelos Beneficiários. Não há datas específicas de aquisição de lotes de ações, mas a obrigação de destinar um percentual mínimo da remuneração variável e a totalidade dos dividendos para o exercício das opções. Sendo assim, o exercício das opções por cada Beneficiário dependerá da remuneração variável anual por ele obtida e dos dividendos por ele recebidos.

O Beneficiário deverá, em até 10 dias úteis contados da data da compensação da remuneração variável e da data de pagamento dos dividendos, exercer suas opções, observando os percentuais mínimos definidos em cada Programa. Na hipótese de o Beneficiário não observar tais percentuais, a totalidade das opções outorgadas e não exercidas será extinta, sem que o Beneficiário tenha direito a qualquer indenização.

i. critérios para fixação do preço de aquisição ou exercício

Plano de 2008

O primeiro, o segundo, o terceiro e o quarto Programas aprovados no âmbito do Plano de 2008 têm preço de aquisição das ações equivalente a R$2,00 por ação, devidamente corrigido, desde 8 de maio de 2008 até a data de exercício de cada opção, pela variação do IPCA acrescido de 7% ao ano, *pro rata temporis*.

O quinto, o sexto e o sétimo Programas aprovados no âmbito do Plano de 2008 têm preço de R$4,52 por ação, devidamente corrigido, desde 24 de novembro de 2010 até a data de exercício de cada opção, pela variação do IPCA acrescido de 7% ao ano, *pro rata temporis*.

Plano de 2012

O Plano de 2012 estabelece que o preço de exercício será equivalente à média ponderada das cotações nos últimos 30 pregões antes de cada concessão, com até 10% de desconto determinado

13.4 - Plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e diretoria estatutária

pelo Conselho de Administração. O preço de exercício de cada concessão será corrigido pela variação do IPCA acrescido de 3% ao ano, *pro rata temporis*.

O primeiro Programa aprovado no âmbito do Plano de 2012, que abrange apenas gerentes e coordenadores da Companhia, têm preço de aquisição de ações equivalente a R$16,18 por ação, devidamente corrigido desde 26 de abril de 2012 até a data de exercício de cada opção, pela variação do IPCA acrescido de 3% ao ano, *pro rata temporis*.

O segundo Programa aprovado no âmbito do Plano de 2012, que abrange apenas membros da diretoria da Companhia, têm preço de aquisição de ações equivalente a R$24,46 por ação, devidamente corrigido desde 17 de janeiro de 2013 até a data de exercício de cada opção, pela variação do IPCA acrescido de 3% ao ano, *pro rata temporis*.

O terceiro Programa aprovado no âmbito do Plano de 2012, o qual abrange apenas gerentes e coordenadores da Companhia, têm preço de aquisição de ações equivalente a R$22,49 por ação, devidamente corrigido desde 15 de abril de 2013 até a data de exercício de cada opção, pela variação do IPCA acrescido de 3% ao ano, *pro rata temporis*.

Plano de 2014

Na data do exercício, o preço de emissão por ação, ou preço de compra das Ações, caso a Companhia opte por utilizar ações em tesouraria para fazer face ao exercício das Opções, a serem adquiridas pelos Beneficiários em decorrência do exercício da Opção, será de R$ 12,00 (doze reais) por ação (“Preço de Exercício”).

Plano de 2015

Os Planos de 2015 estabelecem que o preço de emissão por ação, ou preço de compra das Ações, caso a Companhia opte por utilizar ações em tesouraria para fazer face ao exercício das Opções, a serem adquiridas pelos Beneficiários em decorrência do exercício da Opção, será equivalente a média ponderada da cotação de fechamento da ação nos últimos 30 pregões, anterior a respectiva data de concessão, com até 10% de desconto.

Plano de 2016

O preço de emissão por ação, ou preço de compra das Ações, caso a Companhia opte por utilizar ações em tesouraria para fazer face ao exercício das Opções, a serem adquiridas pelos Beneficiários em decorrência do exercício da Opção, será de R$ 4,45 (quatro reais e quarenta e cinco centavos), ("Preço de Exercício"), devidamente corrigido, desde a presente data até cada data de exercício da Opção, pela variação da taxa CDI.

j. critérios para fixação do prazo de exercício

Plano de 2008

Todos os Programas aprovados até esta data no âmbito do Plano de 2008 têm como prazo final de exercício o dia 8 de maio de 2015. O prazo de exercício está atrelado aos pagamentos de remuneração variável anual e de dividendos recebidos por cada beneficiário, assim como à decisão do percentual da remuneração variável anual que o beneficiário deseja destinar ao exercício das opções, respeitando sempre o percentual mínimo disposto em seu respectivo Programa. O prazo final de exercício de novos Programas será definido no momento de sua concessão.

Plano de 2012

O primeiro Programa, o segundo Programa e o terceiro Programa aprovados no âmbito do Plano de 2012 têm como prazo final: (i) o prazo específico previsto nos respectivos contratos firmados com cada beneficiário; e (ii) prazo extintivo de 30 de abril de 2019 e de 15 de abril de 2019, em relação ao terceiro Programa.

Plano de 2015

13.4 - Plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e diretoria estatutária

Os Lotes do Plano de 2015 estarão disponíveis para exercício anualmente, ao longo de 5 (cinco) anos, podendo estender-se até 7 (sete) anos, se atingida a condição descrita no item (“V”) da cláusula 5.2 do Plano de Opção de Compra de Ações – 01/2015 e 02/2015, e, e o direito de exercício de cada lote estará sujeito as condições detalhadas nesta mesma cláusula.

Plano de 2016

O plano de 2016 permanecerá em vigor pelo tempo em que o Beneficiário permanecer como administrador da Companhia e/ou de quaisquer de suas subsidiárias (diretas ou indiretas), ou enquanto existirem obrigações do Beneficiário a serem adimplidas, dos dois o maior.

k. forma de liquidação

Todos os Programas aprovados até esta data no âmbito do Plano de 2008 determinam a liquidação do exercício da opção de ações à vista, em moeda corrente, no ato de subscrição ou compra das ações correspondentes, dentro do prazo de até 10 dias úteis da compensação da remuneração variável anual e dos dividendos ao beneficiário. Os mesmos termos se aplicam ao Plano de 2012, 2015 e 2016, à exceção do prazo de até 10 dias úteis.

l. restrições à transferência das ações

Plano de 2008

Todos os Programas aprovados até esta data no âmbito do Plano de 2008 têm como destinatários apenas os membros da nossa Administração e de nossas controladas e estabelecem que: (i) enquanto permanecerem como administradores da nossa Companhia e de nossas controladas, não poderão vender, ceder, transferir ou alienar as ações de nossa emissão das quais são ou venham a ser titulares por meio do Plano; e (ii) não poderão onerar e instituir sobre as ações qualquer gravame que possa impedir a execução do disposto no Plano de 2008 e no seu respectivo Programa.

Será permitido ao Beneficiário, contudo, alienar ações de nossa emissão adquiridas por meio do Plano de 2008 mesmo durante o exercício do cargo de Administrador, nas seguintes hipóteses:

(i) *Alienação direta ou indireta de controle da nossa Companhia*. Nesse caso, o Beneficiário terá o direito de participar dessa alienação nos mesmos termos pactuados pela parte controladora, na proporção de sua participação no nosso capital social, sendo que as opções outorgadas e não exercidas poderão ser exercidas pelo Beneficiário;

(ii) *Alienação da totalidade da nossa Companhia*. Nesse caso, a parte controladora terá o direito de exigir que o Beneficiário aliene a totalidade de sua participação no nosso capital social nos mesmos termos pactuados pela parte controladora;

(iii) *Alienação de parcela do capital da nossa Companhia que não represente alienação de controle*, no caso do Primeiro Programa e do Segundo Programa aprovados no âmbito do Plano de 2008. Nesse caso, o Beneficiário terá o direito de participar dessa alienação nos mesmos termos pactuados pela parte controladora, na proporção de sua participação no nosso capital social; e

(iv) *Oferta pública inicial de ações da nossa Companhia*. Nesse caso, o Beneficiário poderá alienar um terço das ações de nossa emissão que detém, em três períodos consecutivos de seis meses contados a partir da data da oferta pública inicial, desde que observado o lock-up sobre nossas ações.

Plano de 2012

Já no caso do Primeiro Programa, do Segundo Programa e do Terceiro Programa aprovados no âmbito do Plano de 2012 e de demais futuros Programas concedidos sob o Plano de 2012, qualquer ação emitida terá um prazo de um ano de restrição à transferência a partir do respectivo exercício. Após esse prazo tal ação ficará livre para negociação.

Plano de 2015

13.4 - Plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e diretoria estatutária

As ações decorrentes do exercício das Opções não poderão, pelo prazo de 3 (três) anos contados da data do respectivo exercício, ser vendidas, cedidas, transferidas, alienadas, oneradas ou gravadas.

As ações poderão ser vendidas após prazo de 1 (um) ano contado da data do respectivo exercício na hipótese única em que o produto dessa venda seja integralmente direcionado para a integralização de Opções da Companhia e, somente, e somente na hipótese do beneficiário ter atingido em suas metas do PLR uma nota igual ou superior a 110 (cento e dez) no ano imediatamente anterior à alienação das ações.

Plano de 2016

O plano de 2016 e os direitos e obrigações dele decorrentes não poderão ser cedidos ou transferidos por qualquer das Partes, nem dado como garantia de obrigações, sem a prévia anuência escrita da outra Parte.

m. critérios e eventos que, quando verificados, ocasionarão a suspensão, alteração ou extinção do plano

Na hipótese de dissolução, transformação, incorporação, fusão, cisão ou reorganização envolvendo a nossa Companhia, e caso não sejamos a sociedade remanescente da operação, os Planos serão extintos e qualquer opção então concedida extinguir-se-á, a não ser que: (i) o Conselho de Administração aprove a antecipação do prazo final para o exercício da opção dos Programas em vigência; ou (ii) seja estabelecida, por escrito, a permanência dos Planos e a assunção das opções até então concedidas, com substituição de tais opções por novas opções, outorgadas pela sociedade sucessora.

n. efeitos da saída do administrador dos órgãos da Companhia sobre seus direitos previstos no plano de remuneração baseado em ações

No caso de deixarem de exercer o cargo de Administrador da nossa Companhia e/ou de nossas controladas, por qualquer motivo ou razão, todas as opções não exercidas caducarão, sem que o titular tenha direito a qualquer indenização. As ações já emitidas em função do exercício de opções continuam sendo de propriedade do beneficiário, respeitando quaisquer períodos de restrição a transferência que ainda estejam vigentes.

13.5. Em relação à remuneração baseada em ações reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

Nos últimos três exercícios sociais, não houve remuneração baseada em ações para qualquer órgão além da nossa Diretoria. A partir de 31 de março de 2011, o Plano de 2008 passou a incluir, além dos membros da nossa Diretoria, também os membros do Conselho de Administração, gerência e *controllers* da nossa Companhia e de nossas controladas, sendo certo que até a presente data não foram outorgadas opções aos membros do Conselho de Administração.

Além disso, a Assembleia Geral Extraordinária realizada em 26 de abril de 2012 aprovou duas matérias relacionadas à remuneração por meio de programas de opção de compra de ações: (i) alteração do Plano de 2008, reduzindo o montante de ações para 3.795.367, equivalente ao total já outorgado nesta data, e (ii) aprovação do Plano de 2012 com limite de até 2.500.000 ações. Estimamos que apenas uma parcela relativamente pequena de qualquer concessão realizada sob o Plano de 2012 será exercida dentro do exercício social corrente, dado a natureza de longo prazo dos Programas. O preço de exercício deverá seguir a metodologia definida no Plano de 2012, considerando a média dos últimos 30 pregões anteriores à data de concessão, com até 10% de desconto definido pelo Conselho de Acionistas.

Remuneração baseada em ações prevista para o exercício social corrente - 2018	**Primeiro Programa do Plano de 2008**	**Segundo Programa do Plano de 2008**	**Terceiro Programa do Plano de 2008**	**Quarto Programa do Plano de 2008**	**Quinto Programa do Plano de 2008**	**Sexto Programa do Plano de 2008**	**Segundo Programa do Plano de 2012**
Número de beneficiários	1	1	1	3	1	3	2
Data da outorga durante o exercício social	-	-	-	-	-	-	-
Quantidade de opções outorgadas durante o exercício social	-	-	-	-	-	-	-
Prazo para que as opções se tornem exercíveis	O Plano de 2008 é exercível imediatamente, sujeito à contribuição mínima da participação nos lucros e dividendos. O Plano de 2012 tem uma restrição máxima de exercício por contribuidor de 20% do plano total por ano, ou seja, no mínimo 5 anos para que o plano seja plenamente exercível.						
Prazo máximo para exercício das opções	08/05/2015						30/04/2019
Prazo máximo de restrição a transferência de ações	De acordo com as condições dispostas no item 13.4 (l), todas as ações do Plano passaram a estar disponíveis para negociação 18 meses após a realização da oferta pública inicial de ações de nossa companhia (janeiro/2013)						Um ano a partir de cada exercício
Preço médio ponderado de exercício de cada um dos seguintes grupos de opções (em R$)							
Em aberto no início do exercício social	2,19	-	-	-	-	5,69	23,74
Perdidas durante o exercício social	-	-	-	-	-	-	-
Exercidas durante o exercício social	2,31	-	-	-	-	6,26	25,70
Expiradas durante o exercício social	-	-	-	-	-	-	-
Valor justo das opções na data de outorga (em R$)	0,04	0,04	1,16	1,14	6,16	6,16	9,48
Diluição potencial em caso de exercício de todas as opções outorgadas em aberto (em %)	-	-	-	-	-	-	-

13.5 - Remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatuária

Remuneração baseada em ações prevista para o exercício social corrente - 2018 (cont.)	Primeiro Programa do Plano 1 de 2015	Primeiro Programa do Plano 2 de 2015	Segundo Programa do Plano 2 de 2015	Terceiro Programa do Plano 2 de 2015	Primeiro Programa do Plano 1 de 2016
Número de beneficiários	1	10	1		
Data da outorga durante o exercício social	-	-	-		
Quantidade de opções outorgadas durante o exercício social	-	-	-		
Prazo para que as opções se tornem exercíveis	1 a 5 anos, sujeito a contribuição mínima de participação nos lucros e atingimento das metas da Companhia				
Prazo máximo para exercício das opções	Julho/2022				
Prazo máximo de restrição a transferência de ações		Um ano a partir de cada exercício			
Preço médio ponderado de exercício de cada um dos seguintes grupos de opções (em R$) (Previsto)					
Em aberto no início do exercício social	-	-			
Perdidas durante o exercício social	-	-			
Exercidas durante o exercício social	-	-			
Expiradas durante o exercício social	-	-			
Valor justo das opções na data de outorga (em R$)	2,58	2,64	1,24		
Diluição potencial em caso de exercício de todas as opções outorgadas em aberto (em %)	-	-			

13.5 - Remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatuária

Remuneração baseada em ações - exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017	Primeiro Programa do Plano de 2008	Segundo Programa do Plano de 2008	Terceiro Programa do Plano de 2008	Quarto Programa do Plano de 2008	Quinto Programa do Plano de 2008	Sexto Programa do Plano de 2008	Segundo Programa do Plano de 2012
Número de beneficiários	1	1	1	3	1	3	2
Data da outorga durante o exercício social	-	-	-	-	-	-	-
Quantidade de opções outorgadas durante o exercício social	-	-	-	-	-	-	-
Prazo para que as opções se tornem exercíveis	O Plano de 2008 é exercível imediatamente, sujeito a contribuição mínima da participação nos lucros e dividendos. O Plano de 2012 tem uma restrição máxima de exercício por contribuidor de 20% do plano total por ano, ou seja no mínimo 5 anos para que o plano seja plenamente exercível.						
Prazo máximo para exercício das opções	08/05/2015						30/04/2019
Prazo máximo de restrição a transferência de ações	De acordo com as condições dispostas no item 13.4 (l), todas as ações do Plano passaram a estar disponíveis para negociação 18 meses após a realização da oferta pública inicial de ações de nossa companhia (janeiro/2013)						Um ano a partir de cada exercício
Preço médio ponderado de exercício de cada um dos seguintes grupos de opções (em R$)							
Em aberto no início do exercício social	2,19	-	-	-	-	5,69	23,74
Perdidas durante o exercício social	-	-	-	-	-	-	-
Exercidas durante o exercício social	2,31	-	-	-	-	6,26	25,70
Expiradas durante o exercício social	-	-	-	-	-	-	-
Valor justo das opções na data de outorga (em R$)	0,04	0,04	1,16	1,14	6,16	6,16	9,48
Diluição potencial em caso de exercício de todas as opções outorgadas em aberto (em %)	-	-	-	-	-	-	-

13.5 - Remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatuária

Remuneração baseada em ações - exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017 (cont.)	Primeiro Programa do Plano 1 de 2015	Primeiro Programa do Plano 2 de 2015	Segundo Programa do Plano 2 de 2015	Terceiro Programa do Plano 2 de 2015	Primeiro Programa do Plano 1 de 2016
Número de beneficiários	1	10	1		
Data da outorga durante o exercício social	-	-	-		
Quantidade de opções outorgadas durante o exercício social	-	-	-		
Prazo para que as opções se tornem exercíveis	1 a 5 anos, sujeito a contribuição mínima de participação nos lucros e atingimento das metas da Companhia				
Prazo máximo para exercício das opções	Julho/2022				
Prazo máximo de restrição a transferência de ações		Um ano a partir de cada exercício			
Preço médio ponderado de exercício de cada um dos seguintes grupos de opções (em R$) (Previsto)					
Em aberto no início do exercício social	-	-			
Perdidas durante o exercício social	-	-			
Exercidas durante o exercício social	-	-			
Expiradas durante o exercício social	-	-			
Valor justo das opções na data de outorga (em R$)	2,58	2,64	1,24		
Diluição potencial em caso de exercício de todas as opções outorgadas em aberto (em %)	-	-			

13.5 - Remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatuária

Remuneração baseada em ações - exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016	Primeiro Programa do Plano de 2008	Segundo Programa do Plano de 2008	Terceiro Programa do Plano de 2008	Quarto Programa do Plano de 2008	Quinto Programa do Plano de 2008	Sexto Programa do Plano de 2008	Segundo Programa do Plano de 2012
Número de beneficiários	1	1	1	3	1	3	2
Data da outorga durante o exercício social	-	-	-	-	-	-	-
Quantidade de opções outorgadas durante o exercício social	-	-	-	-	-	-	-
Prazo para que as opções se tornem exercíveis	O Plano de 2008 é exercível imediatamente, sujeito a contribuição mínima da participação nos lucros e dividendos. O Plano de 2012 tem uma restrição máxima de exercício por contribuidor de 20% do plano total por ano, ou seja no mínimo 5 anos para que o plano seja plenamente exercível.						
Prazo máximo para exercício das opções	08/05/2015						30/04/2019
Prazo máximo de restrição a transferência de ações	De acordo com as condições dispostas no item 13.4 (l), todas as ações do Plano passaram a estar disponíveis para negociação 18 meses após a realização da oferta pública inicial de ações de nossa companhia (janeiro/2013)						Um ano a partir de cada exercício
Preço médio ponderado de exercício de cada um dos seguintes grupos de opções (em R$)							
Em aberto no início do exercício social	2,19	-	-	-	-	5,69	23,74
Perdidas durante o exercício social	-	-	-	-	-	-	-
Exercidas durante o exercício social	2,31	-	-	-	-	6,26	25,70
Expiradas durante o exercício social	-	-	-	-	-	-	-
Valor justo das opções na data de outorga (em R$)	0,04	0,04	1,16	1,14	6,16	6,16	9,48
Diluição potencial em caso de exercício de todas as opções outorgadas em aberto (em %)	-	-	-	-	-	-	-

13.5 - Remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatuária

Remuneração baseada em ações - exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016 (cont.)	Primeiro Programa do Plano 1 de 2015	Primeiro Programa do Plano 2 de 2015	Segundo Programa do Plano 2 de 2015	Terceiro Programa do Plano 2 de 2015	Primeiro Programa do Plano 1 de 2016
Número de beneficiários	1	10	1		
Data da outorga durante o exercício social	-	-	-		
Quantidade de opções outorgadas durante o exercício social	-	-	-		
Prazo para que as opções se tornem exercíveis	1 a 5 anos, sujeito a contribuição mínima de participação nos lucros e atingimento das metas da Companhia				
Prazo máximo para exercício das opções	Julho/2022				
Prazo máximo de restrição a transferência de ações		Um ano a partir de cada exercício			
Preço médio ponderado de exercício de cada um dos seguintes grupos de opções (em R$) (Previsto)					
Em aberto no início do exercício social	-	-			
Perdidas durante o exercício social	-	-			
Exercidas durante o exercício social	-	-			
Expiradas durante o exercício social	-	-			
Valor justo das opções na data de outorga (em R$)	2,58	2,64	1,24		
Diluição potencial em caso de exercício de todas as opções outorgadas em aberto (em %)	-	-			

13.5 - Remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatuária

Remuneração baseada em ações - exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015	Primeiro Programa do Plano de 2008	Segundo Programa do Plano de 2008	Terceiro Programa do Plano de 2008	Quarto Programa do Plano de 2008	Quinto Programa do Plano de 2008	Sexto Programa do Plano de 2008	Segundo Programa do Plano de 2012
Número de beneficiários	1	1	1	3	1	3	2
Data da outorga durante o exercício social	-	-	-	-	-	-	-
Quantidade de opções outorgadas durante o exercício social	-	-	-	-	-	-	-
Prazo para que as opções se tornem exercíveis	O Plano de 2008 é exercível imediatamente, sujeito a contribuição mínima da participação nos lucros e dividendos. O Plano de 2012 tem uma restrição máxima de exercício por contribuidor de 20% do plano total por ano, ou seja no mínimo 5 anos para que o plano seja plenamente exercível.						
Prazo máximo para exercício das opções	08/05/2015						30/04/2019
Prazo máximo de restrição a transferência de ações	De acordo com as condições dispostas no item 13.4 (l), todas as ações do Plano passaram a estar disponíveis para negociação 18 meses após a realização da oferta pública inicial de ações de nossa companhia (janeiro/2013)						Um ano a partir de cada exercício
Preço médio ponderado de exercício de cada um dos seguintes grupos de opções (em R$) (Previsto)							
Em aberto no início do exercício social	2,19	-	-	-	-	5,69	23,74
Perdidas durante o exercício social	-	-	-	-	-	-	-
Exercidas durante o exercício social	2,31	-	-	-	-	6,26	25,70
Expiradas durante o exercício social	-	-	-	-	-	-	-
Valor justo das opções na data de outorga (em R$)	0,04	0,04	1,16	1,14	6,16	6,16	9,48
Diluição potencial em caso de exercício de todas as opções outorgadas em aberto (em %)	1,06	-	-	-	-	0,16	0,77

13.5 - Remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatuária

Remuneração baseada em ações - exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015 (cont.)	Primeiro Programa do Plano 1 de 2015	Primeiro Programa do Plano 2 de 2015	Segundo Programa do Plano 2 de 2015
Número de beneficiários	1	10	1
Data da outorga durante o exercício social	-	-	-
Quantidade de opções outorgadas durante o exercício social	1.500.000	1.150.000	300.000
Prazo para que as opções se tornem exercíveis	1 a 5 anos, sujeito a contribuição mínima de participação nos lucros e atingimento das metas da Companhia		
Prazo máximo para exercício das opções	Julho/2022		
Prazo máximo de restrição a transferência de ações		Um ano a partir de cada exercício	
Preço médio ponderado de exercício de cada um dos seguintes grupos de opções (em R$) (Previsto)			
Em aberto no início do exercício social	-	-	
Perdidas durante o exercício social	-	-	
Exercidas durante o exercício social	-	-	
Expiradas durante o exercício social	-	-	
Valor justo das opções na data de outorga (em R$)	2,58	2,64	1,24
Diluição potencial em caso de exercício de todas as opções outorgadas em aberto (em %)	-	-	

13.6. Em relação às opções em aberto do conselho de administração e da diretoria estatutária ao final do último exercício social:

Não há remuneração baseada em ações para outro órgão além da Diretoria. Seguem abaixo os detalhes dos Programas outorgados a nossos Administradores.

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017	Primeiro Programa do Plano de 2008		Segundo Programa do Plano de 2008		Terceiro Programa do Plano de 2008	
	Conselho de Administração	Diretoria	Conselho de Administração	Diretoria	Conselho de Administração	Diretoria
Número de membros remunerados	-	1	-	1	-	1
Opções ainda não exercíveis						
Quantidade	-		-		-	
Prazo máximo para exercício das opções	-		-			
Prazo de restrição à transferência de ações	-		-		-	
Preço médio ponderado de exercício (em R$)	-		-		-	
Valor justo das opções no último dia do exercício social (em R$)	-		-		-	
Opções exercíveis						
Quantidade	828.525		-		-	
Prazo máximo para o exercício das opções	8/05/2015					
Prazo de restrição à transferência de ações	De acordo com as condições dispostas no item 13.4 (l), todas as ações do Plano estarão disponíveis para negociação 18 meses após a realização da oferta pública inicial de ações de nossa companhia (janeiro/2013)					
Preço médio ponderado de exercício (em R$)	2,19		-		-	
Valor justo das opções no último dia do exercício social (em R$)	0,30		-		-	
Valor justo do total das opções no último dia do exercício social (R$)	248.557,50		-		-	

13.6 - Informações sobre as opções em aberto detidas pelo conselho de administração e pela diretoria estatuária

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017	Quarto Programa do Plano de 2008		Quinto Programa do Plano de 2008		Sexto Programa do Plano de 2008	
	Conselho de Administração	Diretoria	Conselho de Administração	Diretoria	Conselho de Administração	Diretoria
Número de membros remunerados	-	3	-	1	-	3
Opções ainda não exercíveis						
Quantidade	-		-		-	
Prazo máximo para exercício das opções	-		-			
Prazo de restrição à transferência de ações	-		-		-	
Preço médio ponderado de exercício (em R$)	-		-		-	
Valor justo das opções no último dia do exercício social (em R$)	-		-		-	
Opções exercíveis						
Quantidade	-		-		126.594	
Prazo máximo para o exercício das opções	8/05/2015					
Prazo de restrição à transferência de ações	De acordo com as condições dispostas no item 13.4 (l), todas as ações do Plano estarão disponíveis para negociação 18 meses após a realização da oferta pública inicial de ações de nossa companhia (janeiro/2013)					
Preço médio ponderado de exercício (em R$)	-		-		5,69	
Valor justo das opções no último dia do exercício social (em R$)	-		-		11,32	
Valor justo do total das opções no último dia do exercício social (R$)	-		-		1.433.044,08	

13.6 - Informações sobre as opções em aberto detidas pelo conselho de administração e pela diretoria estatuária

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017 – cont.	Segundo Programa do Plano de 2012		Primeiro Programa do Plano 01/2015		Primeiro Programa do Plano 02/2015	
	Conselho de Administração	Diretoria	Conselho de Administração	Diretoria	Conselho de Administração	Diretoria
Número de membros remunerados	-	2	-	1	-	10
Opções ainda não exercíveis						
Quantidade	480.000		-		-	
Prazo máximo para exercício das opções	17/01/2020		07/07/2022		07/07/2022	
Prazo de restrição à transferência de ações	Um ano a partir de cada exercício		Um ano a partir de cada exercício		Um ano a partir de cada exercício	
Preço médio ponderado de exercício (em R$)	23,74		-		-	
Valor justo das opções no último dia do exercício social (em R$)	4,13		5,89		5,89	
Opções exercíveis						
Quantidade]	120.000		1.500.000		1.150.000	
Prazo máximo para o exercício das opções	17/01/2020		07/07/2022		07/07/2022	
Prazo de restrição à transferência de ações	Um ano a partir de cada exercício		Um ano a partir de cada exercício		Um ano a partir de cada exercício	
Preço médio ponderado de exercício (em R$)	23,74		-		-	
Valor justo das opções no último dia do exercício social (em R$)	4,13		5,89		5,89	
Valor justo do total das opções no último dia do exercício social (R$)	495.600,00		8.835.000,00		6.773.500,00	

13.6 - Informações sobre as opções em aberto detidas pelo conselho de administração e pela diretoria estatuária

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017 – cont.	Segundo Programa do Plano 02/2015		Terceiro Programa do Plano 02/2015		Primeiro Programa do Plano 01/2016	
	Conselho de Administração	Diretoria	Conselho de Administração	Diretoria	Conselho de Administração	Diretoria
Número de membros remunerados	-	1	-		-	
Opções ainda não exercíveis						
Quantidade	-					
Prazo máximo para exercício das opções	07/07/2022					
Prazo de restrição à transferência de ações	Um ano a partir de cada exercício					
Preço médio ponderado de exercício (em R$)	-					
Valor justo das opções no último dia do exercício social (em R$)	5,89					
Opções exercíveis						
Quantidade	300.000					
Prazo máximo para o exercício das opções	07/07/2022					
Prazo de restrição à transferência de ações	Um ano a partir de cada exercício					
Preço médio ponderado de exercício (em R$)	-					
Valor justo das opções no último dia do exercício social (em R$)	5,89					
Valor justo do total das opções no último dia do exercício social (em R$)	1.767.000,00					

13.7 Opções exercidas e ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatuária

13.7. Em relação às opções exercidas e ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, nos 3 últimos exercícios sociais:

Nos últimos três exercícios sociais, 2015, 2016 e 2017, não houve exercício de opções relacionadas à remuneração baseada em ações.

13.8 - Informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 13.5 a 13.7 - Método de precificação do valor das ações e das opções

13.8. Informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 13.6 a 13.8 (inclusive método de precificação do valor das ações e das opções)

a. modelo de precificação

O valor de mercado das opções concedidas é estimado usando o modelo Black-Scholes de precificação de opções para cada um dos Programas. Todos os nossos Programas foram precificados no momento de sua concessão, e as despesas associadas a esses Programas são reconhecidas no nosso resultado, de acordo com a precificação e durante o prazo esperado de exercício.

b. dados e premissas utilizadas no modelo de precificação, incluindo o preço médio ponderado das ações, preço de exercício, volatilidade esperada, prazo de vida da opção, dividendos esperados e a taxa de juros livre de risco

Plano de 2008

Taxa livre de risco: SELIC no momento da concessão do Programa, especificamente 9,25% ao ano na avaliação do Primeiro Programa e do Segundo Programa aprovados no âmbito do Plano de 2008, 12,0% ao ano na avaliação do Terceiro Programa e do Quarto Programa aprovados no âmbito do Plano de 2008 e 12,3% ao ano na avaliação do Quinto Programa, do Sexto Programa e do Sétimo Programa aprovados no âmbito do Plano de 2008.

Prazo de exercício: prazo médio esperado com base na remuneração variável anual estimada para cada Beneficiário e o direcionamento do percentual mínimo para o exercício das opções.

Volatilidade: calculada com base na volatilidade da nossa receita bruta mensal nos últimos cinco anos anteriores à concessão, especificamente 6,15% na avaliação Primeiro Programa e do Segundo Programa aprovados no âmbito do Plano de 2008, 4,75% na avaliação do Terceiro Programa e do Quarto Programa aprovados no âmbito do Plano de 2008 e 4,76% ao ano na avaliação do Quinto Programa, do Sexto Programa e do Sétimo Programa aprovados no âmbito do Plano de 2008.

Preço de exercício: equivalente ao preço inicial corrigido pelo IPCA acrescido de 7% ao ano, estimado em 10,5% ao ano.

Dividendos: não consideramos dividendos diretamente no preço das opções, já que o preço de exercício é ajustado por eventuais distribuições. Consideramos O dividendo de R$ 0,45 por ação para estimar o tempo médio de amortização de cada plano, já que existe a obrigação por parte do beneficiário de direcionar todos os dividendos recebidos para o exercício de opções.

Avaliação do preço de mercado: equivalente: (i) ao preço de aquisição do controle da nossa Companhia, para o Primeiro Programa e para o Segundo Programa aprovados no âmbito do Plano de 2008; (ii) ao preço referente a uma transação recente de venda de participação realizada no último trimestre de 2010 entre cotistas do GMT FIP, para o Terceiro Programa e para o Quarto Programa aprovados no âmbito do Plano de 2008; e (iii) ao preço referente à nossa capitalização mais recente, onde um grupo de 29 gerentes e coordenadores tornaram-se nossos Acionistas, para o Quinto Programa, o Sexto Programa e o Sétimo Programa aprovados no âmbito do Plano de 2008. No caso da mensuração do valor total da diferença entre o valor de aquisição e o valor de mercado das ações adquiridas consideramos o valor estimado na data mais próxima da aquisição, levando em consideração as transações descritas acima. Não houve exercício de opções nos últimos três exercícios sociais – 2015, 2016 e 2017.

Plano de 2012

Taxa livre de risco: Taxa SELIC no momento da concessão do Programa, especificamente 7,11% ao ano na avaliação do Segundo Programa aprovado no âmbito do Plano de 2012.

13.8 - Informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 13.5 a 13.7 - Método de precificação do valor das ações e das opções

Prazo de exercício: prazo médio esperado com base na remuneração variável anual estimada para cada Beneficiário e o direcionamento do percentual mínimo para o exercício das opções.

Volatilidade: calculada com base na volatilidade apresentada para nossas próprias ações no período de um ano, e com base na volatilidade de um grupo de empresas comparáveis para períodos mais longos. Valores utilizados foram de 35,6%, 35,1%, 35,0%, 44,2% e 45,0% para períodos de um, dois, três, quatro e cinco anos respectivamente.

Preço de exercício: equivalente ao preço inicial corrigido pelo IPCA acrescido de 3% ao ano, estimado em 8,66% ao ano.

Dividendos: não consideramos dividendos diretamente no preço das opções, já que o preço de exercício é ajustado por eventuais distribuições. Consideramos o dividendo de R$ 0,45 por ação para estimar o tempo médio de amortização de cada plano, já que existe a obrigação por parte do beneficiário de direcionar todos os dividendos recebidos para o exercício de opções.

Avaliação do preço de mercado: Considerarmos a cotação média ponderada por volume dos últimos 30 pregões que antecederam a concessão (i) do Primeiro Programa, de R$ 17,98; (ii) do Segundo Programa, de R$ 24,46; e (iii) do Terceiro Programa, de R$ 22,49.

Plano de 2014

Taxa livre de risco: 11,0 % (onze por cento) (SELIC na atual data);

Prazo de exercício: 3 (três) anos para primeiro lote e 5 (cinco) anos para segundo lote.

Volatilidade: 31,37% (calculada com base nas variações diárias da cotação da ação desde o IPO);

Preço de exercício: R$ 10,91 (equivalente à média ponderada dos últimos 30 pregões);

Plano de 2015

Taxa livre de risco: 13,65% (média da Taxa DI durante o período de exercício);

Prazo de exercício: cinco anos, com possibilidade de liberar recursos após um ano no caso exclusivo da integralização do plano de opções se o executivo tiver no mínimo 110 de nota PLR..

Volatilidade: 61,85% (calculada com base nas variações diárias da cotação da ação desde o IPO);

Preço médio de exercício: R$ 7,87 (equivalente à média ponderada dos últimos 30 pregões, com desconto de 10%, corrigido por CDI durante o período de exercício);

Avaliação do preço de mercado: Considerarmos a cotação média ponderada por volume dos últimos 30 pregões que antecederam a concessão com desconto de 10% (i) do Plano 01/2015, de R$ 5,51; (ii) do Plano 02/2015, de R$ 5,51 e R$ 10,56.

Plano de 2016

Taxa livre de risco: 13,59% (média da Taxa DI durante o período de exercício);

Prazo de exercício: cinco anos.

Volatilidade: 38,17% (calculada com base nas variações diárias da cotação da ação desde o IPO);

Preço médio de exercício: R$ 3,97 (equivalente à média ponderada dos últimos 30 pregões, com desconto de 10%, corrigido por CDI durante o período de exercício);

Avaliação do preço de mercado: Considerarmos a cotação média ponderada por volume dos últimos 30 pregões que antecederam a concessão com desconto de 10% (i) do Plano 01/2016, de R$ 4,45.

c. método utilizado e as premissas assumidas para incorporar os efeitos esperados do exercício antecipado

Não incorporamos qualquer efeito de exercício antecipado, já que o exercício das opções em todos os nossos Programas está diretamente atrelado ao recebimento de remuneração variável anual e ao

13.8 - Informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 13.5 a 13.7 - Método de precificação do valor das ações e das opções

recebimento de dividendos por cada Beneficiário. Assumimos que cada beneficiário contribui apenas o percentual mínimo de sua remuneração variável anual estimada. Incorporamos o efeito do desligamento de beneficiários da companhia, já que esses beneficiários perdem o direito a opções ainda não exercidas no momento de um eventual desligamento.

d. forma de determinação da volatilidade esperada

Plano de 2008

Dado que não tínhamos ações listadas em mercado na data das concessões dos Programas, estimamos a volatilidade esperada com base na volatilidade da nossa receita bruta mensal, sempre utilizando o período de cinco anos anteriores a cada concessão.

Plano de 2012

Calculada com base na volatilidade apresentada para nossas próprias ações no período de um ano, e com base na volatilidade de um grupo de empresas comparáveis para períodos mais longos.

Plano de 2014

Dado que os programas e os respectivos contratos ainda não foram aprovados pelo Conselho de Administração, não é possível calcular a volatilidade decorrentes do Plano de Opção de Compra de Ações – 01/2014 e Plano de Opção de Compra de Ações – 02/2014, já que as mesmas dependem da quantidade de opções que serão outorgadas pelo Conselho de Administração da Companhia, assim como das premissas chave que serão estabelecidas.

Plano de 2015

Calculada com base nas variações diárias da cotação da ação desde o IPO.

Plano de 2016

Calculada com base nas variações diárias da cotação da ação desde o IPO.

13.9 - Participações em ações, cotas e outros valores mobiliários conversíveis, detidas por administradores e conselheiros fiscais - por órgão

13.9. Ações ou cotas direta ou indiretamente detidas, no Brasil ou no exterior, e outros valores mobiliários conversíveis em ações ou cotas, emitidos pela Companhia, seus controladores diretos ou indiretos, sociedades controladas ou sob controle comum, por membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal agrupados por órgão

Em 31/12/2017

Acionista/Quotista[1]	Quantidade Total de Ações	% com Relação ao Capital Social Total
Companhia		
Conselho de Administração	12.282.446	15,65
Diretoria	1.715.272	2,18
Total	13.997.718	17,83

(1) Para não haver duplicidade, nos casos em que um mesmo administrador ocupe cargo na Diretoria e no Conselho de Administração, as ações que tal administrador detém estão computadas apenas no Conselho de Administração.

13.10 - Informações sobre planos de previdência conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários

13.10. Planos de previdência em vigor conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários

Não há planos de previdência concedidos aos membros do nosso Conselho de Administração ou aos nossos Diretores estatutários.

13.11 - Remuneração individual máxima, mínima e média do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal

Valores anuais

	Diretoria Estatutária			Conselho de Administração		
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2015
Nº de membros	5,00	6,00	6,00	4,83	4,00	4,00
Nº de membros remunerados	5,00	6,00	6,00	3,50	4,00	4,00
Valor da maior remuneração(Reais)	952.651,00	898.887,00	832.303,00	300.000,00	300.000,00	180.000,00
Valor da menor remuneração(Reais)	478.372,00	561.710,00	520.102,00	300.000,00	300.000,00	180.000,00
Valor médio da remuneração(Reais)	631.785,00	640.712,00	593.252,00	300.000,00	300.000,00	180.000,00

Observação

Diretoria Estatutária

Conselho de Administração

13.12 - Mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria

13.12. Descrever arranjos contratuais, apólices de seguros ou outros instrumentos que estruturem mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria, indicando quais as consequências financeiras para o emissor

Não há mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria.

13.13 - Percentual na remuneração total detido por administradores e membros do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores

13.13. Percentual da remuneração total de cada órgão reconhecida no resultado da Companhia referente a membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores, diretos ou indiretos, conforme definido pelas regras contábeis que tratam desse assunto.

	Conselho de Administração (anual)	Diretoria Estatutária (anual)	Conselho Fiscal (anual)
31 de Dezembro de 2017	0%	0%	N/A
31 de Dezembro de 2016	0%	0%	N/A
31 de Dezembro de 2015	0%	0%	N/A
31 de Dezembro de 2014	0%	0%	N/A

13.14 - Remuneração de administradores e membros do conselho fiscal, agrupados por órgão, recebida por qualquer razão que não a função que ocupam

13.14. Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, indicar os valores reconhecidos no resultado do emissor como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão, por qualquer razão que não a função que ocupam, como por exemplo, comissões e serviços de consultoria ou assessoria prestados

Nos três últimos exercícios sociais – 2015, 2016 e 2017 – não houve qualquer remuneração de administrador ou membro do conselho fiscal recebida por qualquer razão que não a função que ocupam.

13.15 - Remuneração de administradores e membros do conselho fiscal reconhecida no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor

13.15. Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, indicar os valores reconhecidos no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor, como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal do emissor, agrupados por órgão, especificando a que título tais valores foram atribuídos a tais indivíduos

Nos três últimos exercícios sociais, a Companhia não teve Conselho Fiscal constituído.

Remuneração recebida em função do exercício do cargo ocupado na Companhia

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017 (R$)	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Controladores diretos e indiretos	-	-	-	-
Controladas do emissor	1.005.000	7.083.000	-	8.088.000
Sociedades sob controle comum	-	-	-	-

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016 (R$)	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Controladores diretos e indiretos	-	-	-	-
Controladas do emissor	960.068	8.762.464	-	9.722.532
Sociedades sob controle comum	-	-	-	-

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015 (R$)	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Controladores diretos e indiretos	-	-	-	-
Controladas do emissor	720.000	7.659.510	-	8.379.510
Sociedades sob controle comum	-	-	-	-

13.16 - Outras informações relevantes

13.16. Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

Não há outras informações relevantes referentes à remuneração da Administração.

14.1 - Descrição dos recursos humanos

14.1. Descrever os recursos humanos do emissor, fornecendo as seguintes informações

a. número de empregados (total, por grupos com base na atividade desempenhada e por localização geográfica)

Em 31.12.2017	Atividade Desempenhada					
			Assistência			**Total**
Localização Geográfica	Administrativo	Apoio	Técnica	Comercial	Produção	**geral**
AM	33	8	8	24	256	329
BA	3		10	24		37
CE	3		8	17		28
DF	3		4	17		24
MG	3		6	19		28
PA	4		7	17		28
PE	4		7	18		29
PR	3		6	16		25
RJ	100		16	153		269
RS	4		7	23		34
SP	4		48	60		112
Total geral	**164**	**8**	**127**	**388**	**256**	**943**

Em 31.12.2016	Atividade Desempenhada					
			Assistência			**Total**
Localização Geográfica	Administrativo	Apoio	Técnica	Comercial	Produção	**geral**
AM	39	8	9	28	283	367
BA	4		12	25		41
CE	5		9	17		31
DF	4		7	21		32
MG	3		9	15		27
PA	5		7	18		30
PE	5		10	18		33
PR	4		7	17		28
RJ	98		20	147		265
RS	6		11	21		38
SP	10		106	84		200
Total geral	**183**	**8**	**207**	**411**	**283**	**1.092**

14.1 - Descrição dos recursos humanos

Em 31.12.2015	Atividade Desempenhada					
Localização Geográfica	Administrativo	Apoio	Assistência Técnica	Comercial	Produção	**Total geral**
AM	41	10	9	31	321	412
BA	6		14	24		44
CE	4		9	17		30
DF	7		7	19		33
MG	3		10	22		35
PA	7		8	18		33
PE	6		11	15		32
PR	4		8	13		25
RJ	108		19	141		268
RS	7		11	22		40
SP	10		114	56		180
Total geral	**203**	**10**	**220**	**378**	**321**	**1.132**

b. número de terceirizados (total, por grupos com base na atividade desempenhada e por localização geográfica)

Em 31 de dezembro de 2017		
Localização Geográfica	**Atividade Desempenhada**	**Quantidade de Terceirizados**
AM	Operacional/Produção	27
Total		27

Em 31 de dezembro de 2016		
Localização Geográfica	**Atividade Desempenhada**	**Quantidade de Terceirizados**
AM	Operacional/Produção	32
Total		32

Em 31 de dezembro de 2015		
Localização Geográfica	**Atividade Desempenhada**	**Quantidade de Terceirizados**
AM	Operacional/Produção	25
Total		25

c. índice de rotatividade

Para os anos de 2015, 2016 e 2017, o nosso índice de rotatividade (desligamentos voluntários) foi de 20,5%, 26,0% e 22,2%, respectivamente.

14.2 - Alterações relevantes - Recursos humanos

14.2. Comentar qualquer alteração relevante ocorrida com relação aos números divulgados no item 14.1

Não houve alteração relevante em relação aos números divulgados no item 14.1. deste Formulário de Referência.

14.3 - Descrição da política de remuneração dos empregados

14.3. Descrever as políticas de remuneração dos empregados do emissor, informando

a. política de salários e remuneração variável

Temos por política de remuneração praticar salários em linha com as médias de mercado para empresas de porte e atuação similares. Buscamos nos diferenciar na remuneração variável, oferecendo um programa de participação nos lucros e resultados com potencial de ganho atrativo atrelado a metas objetivamente definidas.

Os salários de nossos empregados são corrigidos anualmente nos termos das convenções coletivas de trabalho celebradas. Além disso, concedemos aumentos salariais a empregados de acordo com seu desempenho, potencial e engajamento.

Com relação à remuneração variável, possuímos plano de participação nos lucros e resultados destinado a todos os nossos empregados. Os planos de participação nos lucros e resultados são anualmente homologados perante os sindicatos relevantes e têm como objetivo premiar o atingimento de metas pré-estabelecidas no início de cada exercício. Essas metas incluem tanto indicadores de performance da nossa Companhia em geral, quanto indicadores de performance da área a que cada empregado pertence e indicadores de performance individuais. A remuneração variável dos empregados é distribuída anualmente, com um adiantamento semestral para todos os cargos abaixo da gerência condicionado ao atingimento de metas mínimas. Acreditamos que nosso programa de remuneração variável é um importante ativo da nossa Companhia, pois auxilia a atração e a retenção de talentos, além de fortalecer nossa cultura meritocrática.

b. política de benefícios

Oferecemos aos nossos profissionais diversos benefícios, e buscamos estar em linha com o mercado na concessão desses benefícios. Destacamos os seguintes benefícios, que são concedidos a todos nossos empregados, independentemente de nível hierárquico: (i) assistência médica; (ii) seguro de vida; (iii) vale refeição ou refeição em refeitório; e (iv) auxilio educação. Além disso, de acordo com a localidade do empregado e seu nível hierárquico, oferecemos benefícios adicionais tais como estacionamento e uso de um telefone celular.

Nosso plano de educação oferece ajuda de custo de 50% do valor da mensalidade do curso escolhido pelo empregado, por meio de reembolso. Condicionamos a concessão desse benefício à permanência do empregado na nossa Companhia por pelo menos um ano, além da manutenção de coeficiente de resultado mínimo.

c. características dos planos de remuneração baseados em ações dos empregados não-administradores, identificando: i) grupo de beneficiários; (ii) condições para exercício; (iii) preço de exercício; (iv) prazo de exercício; e (v) quantidade de ações comprometidas pelo plano:

Em 1º de junho, foi aprovado em reunião do Conselho de Administração o Sétimo Programa, no âmbito do Plano de 2008, aprovado em 26 de dezembro de 2008 (termos estes definidos no item 13.4 deste Formulário de Referência), conforme aditado posteriormente na Assembleia Geral Extraordinária realizada em 29 de abril de 2011 e na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 26 de abril de 2012, o qual tem como beneficiário um de nossos funcionários. O Sétimo Programa conta com as seguintes principais características:

(i) *Grupo de beneficiários*: Um funcionário - nosso *controller*.

(ii) *Quantidade de ações incluídas no programa*: opção de compra sobre 100.000 ações;

(iii) *Preço de exercício*: R$ 4,52 por ação, devidamente corrigido, desde 24 de novembro de 2010 até a data de exercício de cada opção, pela variação do IPCA acrescido de 7% ao ano, *pro rata temporis*; e

14.3 - Descrição da política de remuneração dos empregados

(iv) *Prazo de exercício*: até 8 de maio de 2015. O prazo de exercício está atrelado aos pagamentos de remuneração variável anual e de dividendos recebidos pelo beneficiário, assim como à decisão do percentual da remuneração variável anual que o beneficiário deseja destinar ao exercício das opções, respeitando sempre o percentual mínimo disposto em seu respectivo Programa.

Para maiores informações sobre o Plano de 2008 e o Sétimo Programa, vide item 13.4 deste Formulário de Referência.

Além disso, na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 26 de abril de 2012, nossos acionistas aprovaram, por maioria de votos dos presentes e sem quaisquer ressalvas, a criação do Plano de 2012, que tem como objetivo outorgar aos seus beneficiários opções de compra de ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal de emissão da nossa Companhia, totalizando 2.500.000 ações disponíveis para outorga ("Plano de 2012"), de acordo com as regras e condições a serem estabelecidas nos contratos de opção de compra de ações, com vistas a incentivar e reter profissionais que considerarmos talentosos e compromissados com nossos objetivos. O Plano de 2012 contém características similares ao Plano de 2008, porém abrange não só nossos membros da Diretoria, do Conselho de Administração, gerentes e *controllers*, mas também nossos coordenadores e outros gestores.

Em 30 de abril de 2012, foi aprovado pelo nosso Conselho de Administração o Primeiro Programa no âmbito do Plano de 2012, o qual tem como beneficiário um determinado grupo de nossos gerentes e coordenadores. O Primeiro Programa no âmbito do Plano de 2012 conta com as seguintes principais características:

(i) *Grupo de beneficiários*: grupo determinado de 16 gerentes e 13 coordenadores;

(ii) *Quantidade de ações incluídas no programa*: opção de compra sobre 1.122.500 ações;

(iii) *Preço de exercício*: R$ 16,18 por ação, devidamente corrigido, desde 26 de abril de 2012 até a data de exercício de cada opção, pela variação do IPCA acrescido de 3% ao ano, *pro rata temporis*; e

(iv) *Prazo de exercício*: (a) prazo previsto nos contratos específicos firmados com cada beneficiário; e (b) prazo extintivo até 30 de abril de 2019 (sete anos) contados a partir desta data, até 8 de maio de 2015. O prazo de exercício está atrelado aos pagamentos de remuneração variável anual e o usuário deverá destinar, pelo menos, 25% da bonificação recebida a titulo de bônus, premio ou participação nos lucros.

Em 23 de outubro de 2014, os nossos Acionistas, reunidos em Assembleia Geral Extraordinária, aprovaram as diretrizes gerais de dois planos de opção de compra de ações ("Plano 01/2014") e ("Plano 02/2014").

(i) *Grupo de beneficiários*: Membros da gerência, coordenadores, diretoria, do conselho de administração, além de outros funcionários que participem da gestão (em casos específicos a serem definidos pelo conselho de administração).

(ii) *Quantidade de ações incluídas no programa:* opção de compra de 2.000.000 ações.

(iv) *Preço de exercício*: R$12,00 por ação, devidamente corrigido até a data de exercício de cada opção, pela variação do IPCA acrescido de 6,41% ao ano, *pro rata temporis*; e

(v) *Prazo de exercício*: Os prazos foram definidos nos respectivos programas.

Em 7 de julho de 2015, os nossos Acionistas, reunidos em Assembleia Geral Extraordinária, aprovaram as diretrizes gerais de dois planos de opção de compra de ações ("Plano 01/2015") e ("Plano 02/2015").

(i) *Grupo de beneficiários*: Membros da gerência, coordenadores, diretoria, do conselho de administração, além de outros funcionários que participem da gestão (em casos específicos a serem definidos pelo conselho de administração).

(ii) *Quantidade de ações incluídas no programa:* opção de compra de 3.200.000 ações.

14.3 - Descrição da política de remuneração dos empregados

(iv) *Preço de exercício*: R$ 5,51 por ação, devidamente corrigido, desde 8 de julho de 2015 até a data de exercício de cada opção, pela variação do IPCA acrescido de 10,67% ao ano, *pro rata temporis*; e

(v) *Prazo de exercício*: Os lotes estarão disponíveis para exercício anualmente, ao longo de cinco anos, a contar da data do respectivo contrato de outorga. O prazo extintivo do programa poderá se estender por até sete anos.

Em 16 de junho de 2016, os nossos Acionistas, reunidos em Assembleia Geral Extraordinária, aprovaram as diretrizes gerais do plano de opção de compra de ações (“Plano 01/2016”).

(i) *Grupo de beneficiários*: Membros da gerência, coordenadores, diretoria, do conselho de administração, além de outros funcionários que participem da gestão (em casos específicos a serem definidos pelo conselho de administração).

(ii) *Quantidade de ações incluídas no programa:* opção de compra de 500.000 ações.

(iv) *Preço de exercício*: R$ 4,45 por ação, devidamente corrigido, desde 17 de junho de 2016 até a data de exercício de cada opção, pela variação da taxa CDI.

(v) *Prazo de exercício*: Os lotes estarão disponíveis para exercício anualmente, ao longo de cinco anos, a contar da data do respectivo contrato de outorga.

14.4 - Descrição das relações entre o emissor e sindicatos

14.4. Descrever as relações entre o emissor e sindicatos, indicando se houve paralisações e greves nos 3 últimos exercícios sociais

Nossos empregados são representados por sindicatos das localidades onde estão localizadas nossas unidades. Mantemos bom relacionamento, baseado na ética e profissionalismo, com os sindicatos que representam os nossos empregados. Não há histórico, nos últimos três exercícios, de greves, manifestações e/ou paralisações de trabalho.

Seguem todos os sindicatos com os quais mantemos relações e aos quais somos filiados:

UF	Cidade	Sindicato – Empregados	Sindicato - Patronal
AM	Manaus	Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Joalheria e Lapidação de Pedras Preciosas de Manaus	-
RJ	Rio de Janeiro	Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Joalheria e Lapidação de Pedras Preciosas do Rio de Janeiro	-
RJ	Rio de Janeiro	Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Joalheria e Lapidação de Pedras Preciosas do Rio de Janeiro	-
RJ	Rio de Janeiro	Sindicato dos Empregados Vendedores e Viajantes e Pracistas do Comércio do Estado do Rio de Janeiro	-
SP	São Paulo	Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Joalheria e Lapidação de Pedras Preciosas, Bijuterias, Ourivesarias, Relógios e Profissionais de Assistência Técnica em Relojoaria do Estado de São Paulo	-
SP	São Paulo	Sindicato dos Empregados Vendedores e Viajantes do Comércio do Estado de São Paulo	-
SP	São Paulo	Sindicato dos Telemarketing SP	-
PR	Curitiba	Federação Nacional dos Trabalhadores Joalheiros	-
PR	Curitiba	Sindicato dos Empregados Vendedores e Viajantes do Comércio, Propagandistas, Propagandistas-Vendedores e Vendedores de Produtos Farmacêuticos do Paraná	-
MG	Belo Horizonte	Sindicato dos Oficiais Joalheiros, Ourives e Lapidários de Belo Horizonte	-
MG	Belo Horizonte	Sindicato dos Empregados Vendedores e Viajantes do Comércio, Propagandistas, Propagandistas-Vendedores e Vendedores de Produtos Farmacêuticos do Estado de Minas Gerais	-
BA	Salvador	Federação Nacional dos Trabalhadores Joalheiros	-
BA	Salvador	Sindicato dos Empregados, Vendedores e Viajantes do Comércio, dos Propagandistas- Vendedores e Vendedores de Produtos Farmacêuticos no Estado da Bahia	-
PE	Recife	Federação Nacional dos Trabalhadores Joalheiros	-
PE	Recife	Sindicato dos Empregados, Vendedores e Viajantes do Comércio, Propagandistas, Propagandistas-Vendedores e Vendedores de Produtos Farmacêuticos do Estado de Pernambuco	-
CE	Fortaleza	Federação Nacional dos Trabalhadores Joalheiros	-
CE	Fortaleza	Sindicato dos Empregados Vendedores e Viajantes do Comércio, Propagandistas, Propagandistas-Vendedores e Vendedores de Produtos Farmacêuticos do Estado do Ceará	-
PA	Belém	Federação Nacional dos Trabalhadores Joalheiros	-
PA	Belém	Sindicato dos Vendedores Viaj. Com. Est. PA	-

14.4 - Descrição das relações entre o emissor e sindicatos

RS	Porto Alegre	Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Joalheria e Lapidação de Pedras Preciosas, Semipreciosas, Bijuterias de Ouro e Prata e Relojoaria do Estado do Rio Grande do Sul	-
RS	Porto Alegre	Sindicato dos Empregados Vendedores e Viajantes do Comércio do Estado do Rio Grande do Sul	-
DF	Brasília	Federação Nacional dos Trabalhadores Joalheiros	-
DF	Brasília	Sindicato dos Empregados Vendedores e Viajantes do Comércio, Propagandistas, Propagandistas-Vendedores e Vendedores de Produtos Farmacêuticos do Distrito Federal	-

14.5 - Outras informações relevantes

14.5. Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

Não há outras informações relevantes sobre o assunto além daquelas divulgadas nos itens anteriores.

15.1 / 15.2 - Posição acionária

Acionista				
CPF/CNPJ acionista	**Nacionalidade-UF**	**Participa de acordo de acionistas**	**Acionista controlador**	**Última alteração**
Acionista Residente no Exterior	**Nome do Representante Legal ou Mandatório**		**Tipo pessoa**	**CPF/CNPJ**

Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
Detalhamento por classes de ações (Unidades)					
Classe ação	**Qtde. de ações (Unidades)**	**Ações %**			

Joaquim Pedro Andrés Ribeiro

	Brasileiro-RJ	Não	Não	10/07/2017	
Não					
4.002.057	5,098000%	0	0,000000%	4.002.057	5,098000%

Morgan Stanley

	Americana	Não	Não	31/01/2018	
Não					
6.029.209	7,680000%	0	0,000000%	6.029.209	7,680000%

Intrag DTVM

		Não	Não	20/04/2017	
Não					
6.725.187	8,566000%	0	0,000000%	6.725.187	8,566000%

Dynamo

		Não	Não	02/10/2017	
Não					
23.243.739	29,608000%	0	0,000000%	23.243.739	29,608000%

River and Mercantile Asset Management

		Não	Não	31/01/2018	
Não					
5.359.850	6,827000%	0	0,000000%	5.359.850	6,827000%

15.1 / 15.2 - Posição acionária

Acionista					
CPF/CNPJ acionista	**Nacionalidade-UF**	**Participa de acordo de acionistas**	**Acionista controlador**	**Última alteração**	
Acionista Residente no Exterior	**Nome do Representante Legal ou Mandatório**		**Tipo pessoa**	**CPF/CNPJ**	
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	**Ações ordinárias %**	**Qtde. ações preferenciais (Unidades)**	**Ações preferenciais %**	**Qtde. total de ações (Unidades)**	**Total ações %**
Detalhamento por classes de ações (Unidades)					
Classe ação	**Qtde. de ações (Unidades)**	**Ações %**			
OUTROS					
31.938.373	40,683000%	0	0,000000%	31.938.373	40,683000%
AÇÕES EM TESOURARIA - Data da última alteração:					
1.207.800	1,538000%	0	0,000000%	1.207.800	1,538000%
TOTAL					
78.506.215	100,000000%	0	0,000000%	78.506.215	100,000000%

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	**Nacionalidade-UF**	**Participa de acordo de acionistas**	**Acionista controlador**	**Última alteração**	
Acionista Residente no Exterior	**Nome do Representante Legal ou Mandatório**		**Tipo pessoa**	**CPF/CNPJ**	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	**Ações ordinárias %**	**Qtde. ações preferenciais (Unidades)**	**Ações preferenciais %**	**Qtde. total de ações (Unidades)**	**Total ações %**

15.3 - Distribuição de capital

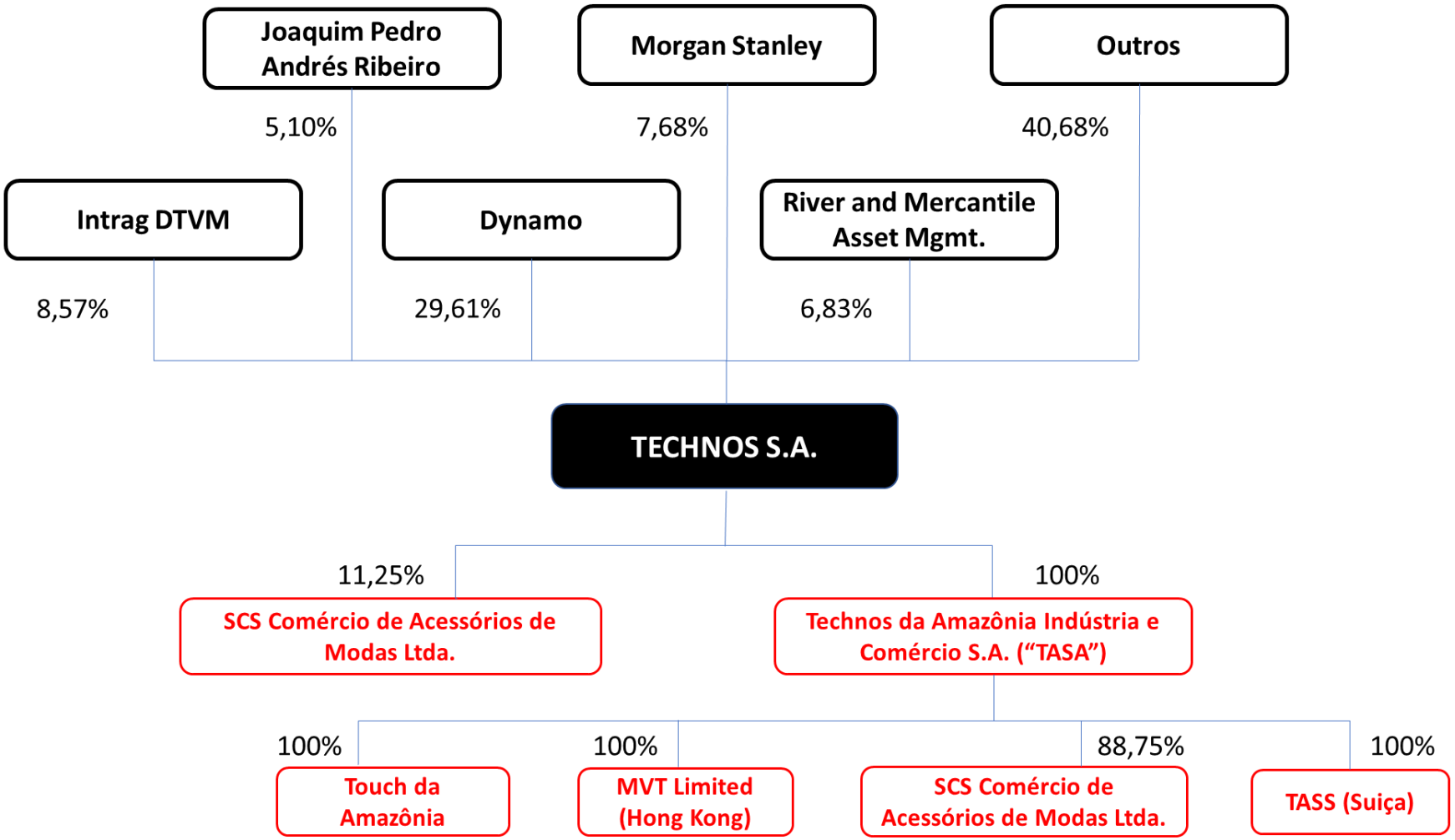
Data da última assembleia / Data da última alteração	27/04/2018
Quantidade acionistas pessoa física (Unidades)	7.007
Quantidade acionistas pessoa jurídica (Unidades)	787
Quantidade investidores institucionais (Unidades)	48

Ações em Circulação

Ações em circulação correspondente a todas ações do emissor com exceção das de titularidade do controlador, das pessoas a ele vinculadas, dos administradores do emissor e das ações mantdas em tesouraria

Quantidade ordinárias (Unidades)	63.080.207	80,350590%
Quantidade preferenciais (Unidades)	0	0,000000%
Total	63.080.207	80,350590%

15.4. Organograma dos acionistas do emissor e do grupo econômico em que se insere



15.5 - Acordo de acionistas arquivado na sede do emissor ou do qual o controlador seja parte

15.5. Com relação a qualquer acordo de acionistas arquivado na sede do emissor ou do qual o controlador seja parte, regulando o exercício do direito de voto ou a transferência de ações de emissão do emissor, indicar:

a. partes

GMT Fundo de Investimento em Participações (“Fundo GMT”) – CNPJ 03.215.562/0001-40 *(extinto – previsão de que as cláusulas do acordo referente às restrições das demais partes permanecem em vigor)*

“Acionistas Minoritários”:

Adriana de Menezes Araujo – CPF 033.707.607-38
Ana Maria Xavier de Assis – CPF 602.605.567-34
Carlos Frederico dos Santos Columa – CPF 071.235.067-58
Claudemir Morais Rodrigues – CPF 009.457.527-41
Cristiane Araujo Duarte – CPF 992.489.217-87
Fábio Bueno Gomide – CPF 074.858.007-79
Fábio Marcelo de Souza Santos – CPF 554.541.270-00
Fernando Birk – CPF 934.700.370-00
George Justino de França – CPF 409.277.254-87
Geraldo Cornélio da Silva – CPF 276.711.002-34
João Carlos Costa dos Santos – CPF 066.974.530-87
Jorge Caetano Camargos – CPF 526.171.816-34
Jorge Ubaldo Vicenzi – CPF 325.215.020-49
José Luiz Conceição Senna – CPF 634.759.397-68
Kátia Silene Botelho Mori – CPF 251.145.668-06
Laura Guedes Goretti – CPF 067.842.396-28
Marcelle de Lemos Martins – CPF 096.357.367-54
Marco Antônio Baspino Arias – CPF 602.326.767-04
Maria Valdizete Gonçalves Lima – CPF 192.467.652-49
Mônica Magdalena Noronha – CPF 875.787.357-72
Paulo Rogério de Souza – CPF 046.602.768-05
Regis Camara Bonnás – CPF 695.770.724-53
Renata Perez Barbieri – CPF 114.834.857-30
Renato Alves Pinheiro Conde Rocha – CPF 084.743.917-84
Robson da Silva Neves – CPF 774.789.247-00
Rodrigo Guilherme da Silva – CPF 080.774.467-01
Rodrigo Martins Frazão – CPF 084.073.307-01
Stephan Duailibi Younes – CPF 662.876.501-68
Victor Augusto Pinto Campos – CPF 628.830.383-68

Technos S.A. – CNPJ 09.295.063/0001-97

b. data de celebração

31/05/2011 – entrando em vigor na data de início da negociação das ações da Companhia na B3

c. prazo de vigência

15.5 - Acordo de acionistas arquivado na sede do emissor ou do qual o controlador seja parte

Enquanto os “Acionistas Minoritários” forem sócios da Companhia

d. descrição das cláusulas relativas ao exercício do direito de voto e do poder de controle

Não constam cláusulas relativas ao exercício do direito de voto e do poder de controle.

e. descrição das cláusulas relativas à indicação de administradores, membros de comitês estatutários ou de pessoas que assumam posições gerenciais

Não constam cláusulas relativas à indicação de administradores, membros de comitês estatutários ou de pessoas que assuma posições gerenciais.

f. descrição das cláusulas relativas à transferência de ações e à preferência para adquiri-las

O grupo de pessoas físicas signatárias do Acordo, em conjunto intituladas “Acionistas Minoritários”, têm, a partir da assinatura deste Acordo, limitações à transferência das ações que vierem a ser subscritas ou adquiridas em virtude do exercício do direito de preferência, bonificação, desdobramento ou grupamento relativos a essas ações, assim como de direitos de subscrição de ações ou direitos conversíveis em ações de emissão da Companhia que venham a ser outorgados, a qualquer tempo, em relação a tais ações.

Os “Acionistas Minoritários” não poderão criar qualquer ônus sobre suas ações sem a prévia aprovação por escrito da Companhia, e comprometem-se a não vender, ceder, transferir, gravar e/ou alienar tais ações, a qualquer título ou por quaisquer meios, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, sem observar as seguintes disposições:

- Em caso de afastamento do “Acionista Minoritário”, a qualquer momento, poderá transferir determinado número de suas ações, de acordo com fórmula estabelecida

  Ações liberadas = (investimento individual reajustado desde a data de sua subscrição e integralização até a data do afastamento, de acordo com o índice da caderneta de poupança – somatória dos dividendos e juros sobre o capital próprio eventualmente distribuídos pela Companhia, desde a data do investimento até a data do afastamento, reajustados de acordo com o índice da caderneta de poupança) / preço médio ponderado de cotação das ações da Companhia nos 30 dias anteriores à data do afastamento.

  A Companhia autorizará a liberação de tais ações dentro de 10 dias úteis contados do afastamento.

- *Lock up* (período de vedação à alienação, negociação ou qualquer forma de transferência)
  - Acionista afastado até 31/05/2012: 9 anos contados da data do afastamento, exceto mediante aprovação prévia e expressa do conselho de administração;
  - Acionista afastado entre 1/06/2012 e 31/05/2013: 6 anos contados da data do afastamento;
  - Acionista afastado entre 1/06/2013 e 31/05/2014: 3 anos contados da data do afastamento
  - Acionista que permanece como empregado da Companhia até 1/06/2014: livre do *lock up*, podendo, a partir dessa data, transferir, vender, alienar e negociar as ações.

g. descrição das cláusulas que restrinjam ou vinculem o direito de voto de membros do conselho de administração ou de outros órgãos de fiscalização e controle

Não constam cláusulas que restrinjam ou vinculem o direito de voto de membros do conselho de administração ou de outros órgãos de fiscalização e controle.

15.6 - Alterações relevantes nas participações dos membros do grupo de controle e administradores do emissor

15.6. Indicar alterações relevantes nas participações dos membros do grupo de controle e administradores do emissor

Na data deste Formulário de Referência, não há grupo de controle da Companhia.

Em 27 de fevereiro de 2013, a Companhia foi comunicada por sua então acionista controladora GMT FIP que foi amortizada a totalidade das suas quotas e que o GMT FIP encerrou suas atividades naquela data, fato este que ocasionou a entrega da totalidade das ações da Companhia detidas pelo GMT FIP aos seus respectivos quotistas (“Amortização GMT FIP”). Com a Amortização GMT FIP, nenhum dos quotistas do GMT FIP ou qualquer outro acionista (ou grupo de acionistas) da Companhia é detentor, na data deste Formulário de Referência, de mais de 50% (cinquenta por cento) do capital social da Companhia.

15.7 - Principais operações societárias

15.7. Descrever as principais operações societárias ocorridas no grupo que tenham tido efeito relevante para o emissor, tais como incorporações, fusões, cisões, incorporações de ações, alienações e aquisições de controle societário, aquisições e alienações de ativos importantes, indicando, quando envolver o emissor ou qualquer de suas controladas ou coligadas

Não se aplica, pois nos últimos três exercícios sociais – 2015, 2016 e 2017 – a Companhia ou suas controladas não realizaram operações societárias como incorporações, fusões, cisões, incorporações de ações, alienações e aquisições de controle societário, ou aquisições e alienações de ativos importantes.

15.8 - Outras informações relevantes

15.8. Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

Todas as informações relevantes e pertinentes a este tópico foram divulgadas nos itens anteriores.

16.1 - Descrição das regras, políticas e práticas do emissor quanto à realização de transações com partes relacionadas

16.1 Descrever as regras, políticas e práticas do emissor quanto à realização de transações com partes relacionadas, conforme definidas pelas regras contábeis que tratam desse assunto, indicando, quando houver uma política formal adotada pelo emissor, o órgão responsável por sua aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado

A nossa prática é de que as operações e negócios com partes relacionadas à nossa Companhia sejam realizadas observando-se preços e condições usuais de mercado. O procedimento de tomada de decisões para a realização de operações com partes relacionadas segue os termos da Lei das Sociedades por Ações e demais normativos vigentes aplicáveis.

A Lei das Sociedades por Ações determina que o acionista ou o administrador, conforme o caso, nas assembleias gerais ou nas reuniões da administração, abstenha-se de votar nas deliberações relativas: (i) ao laudo de avaliação de bens com que concorrer para a formação do capital social; (ii) à aprovação de suas contas como administrador; e (iii) a quaisquer matérias que possam beneficiá-lo de modo particular ou que seu interesse conflite com o da Companhia.

A Lei das Sociedades por Ações proíbe, ainda, conselheiros e diretores de: (i) realizar qualquer ato gratuito com a utilização de ativos da companhia, em detrimento desta; (ii) receber, em razão de seu cargo, qualquer tipo de vantagem pessoal direta ou indireta de terceiros, sem autorização constante do respectivo estatuto social ou concedida através de Assembleia Geral; e (iii) intervir em qualquer operação social em que tiver interesse conflitante com o da companhia, ou nas deliberações que a respeito tomarem os demais conselheiros.

A Companhia não tem, no entanto, uma política formalizada relativa a transações com partes relacionadas. Como a Companhia detém, direta ou indiretamente, a totalidade do capital social das partes relacionadas com as quais mantém transações no curso normal de suas atividades, não consideramos relevante a formalização das práticas adotadas nesse assunto, considerando ainda que observar preços e condições de mercado em todas as nossas negociações é um dos princípios básicos no nosso modelo de gestão.

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não se aplica, uma vez que a Companhia detém, direta ou indiretamente, a totalidade do capital social das partes relacionadas com as quais manteve transações no curso normal de suas atividades celebradas no exercício de 2017, assim como no exercício social corrente (2018).

16.3 - Identificação das medidas tomadas para tratar de conflitos de interesses e demonstração do caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou do pagamento compensatório adequado

16.3. Em relação a cada uma das transações ou conjunto de transações mencionados no item acima ocorridas no último exercício social: (a) identificar as medidas tomadas para tratar de conflitos de interesses; e (b) demonstrar o caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou o pagamento compensatório adequado

Não se aplica, pois em 2017 não ocorreram transações com partes relacionadas nas quais a Companhia não tenha controle, direto ou indireto, do capital social.

16.4 - Outras informações relevantes

16.4. Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

Não há outras informações relevantes além daquelas divulgadas nos itens anteriores.

17.1 - Informações sobre o capital social

Data da autorização ou aprovação	Valor do capital (Reais)	Prazo de integralização	Quantidade de ações ordinárias (Unidades)	Quantidade de ações preferenciais (Unidades)	Quantidade total de ações (Unidades)
Tipo de capital	**Capital Emitido**				
15/07/2014	130.586.573,49		78.506.215	0	78.506.215
Tipo de capital	**Capital Autorizado**				
15/07/2014	0,00		100.000.000	0	100.000.000

17.2 - Aumentos do capital social

Data de deliberação	Orgão que deliberou o aumento	Data emissão	Valor total emissão (Reais)	Tipo de aumento	Ordinárias (Unidades)	Preferênciais (Unidades)	Total ações (Unidades)	Subscrição / Capital anterior	Preço emissão	Fator cotação
10/05/2012	Conselho de Administração	10/05/2012	2.283.001,16	Subscrição particular	918.870	0	918.870	0,01873062	2,48	R$ por Unidade
Critério para determinação do preço de emissão	Preço fixado nos termos do programa de opção de compra de ações.									
Forma de integralização	À vista, em moeda corrente nacional.									
25/10/2012	Conselho de Administração	25/10/2012	113.246,80	Subscrição particular	22.516	0	22.516	0,03000000	5,03	R$ por Unidade
Critério para determinação do preço de emissão	Preço fixado nos termos dos programas de opção de compra de ações.									
Forma de integralização	À vista, em moeda corrente nacional.									
25/10/2012	Conselho de Administração	25/10/2012	135.515,40	Subscrição particular	66.820	0	66.820	0,09000000	2,03	R$ por Unidade
Critério para determinação do preço de emissão	Preço fixado nos termos dos programas de opção de compra de ações.									
Forma de integralização	À vista, em moeda corrente nacional.									
19/04/2013	Conselho de Administração	19/04/2013	345.954,50	Subscrição particular	158.716	0	158.716	0,21000000	2,18	R$ por Unidade
Critério para determinação do preço de emissão	Preço fixado nos termos dos programas de opção de compra de ações.									
Forma de integralização	À vista, em moeda corrente nacional									
19/04/2013	Conselho de Administração	19/04/2013	532.226,34	Subscrição particular	98.545	0	98.545	0,13000000	5,41	R$ por Unidade
Critério para determinação do preço de emissão	Preço fixado nos termos dos programas de opção de compra de ações.									
Forma de integralização	À vista, em moeda corrente nacional									
19/04/2013	Conselho de Administração	19/04/2013	618.602,24	Subscrição particular	35.079	0	35.079	0,05000000	17,64	R$ por Unidade
Critério para determinação do preço de emissão	Preço fixado nos termos dos programas de opção de compra de ações.									
Forma de integralização	À vista, em moeda corrente nacional									

17.2 - Aumentos do capital social

Data de deliberação	Orgão que deliberou o aumento	Data emissão	Valor total emissão (Reais)	Tipo de aumento	Ordinárias (Unidades)	Preferênciais (Unidades)	Total ações (Unidades)	Subscrição / Capital anterior	Preço emissão	Fator cotação
19/04/2013	Conselho de Administração	19/04/2013	58.247,12	Subscrição particular	2.661	0	2.661	0,00300000	21,89	R$ por Unidade
Critério para determinação do preço de emissão	Preço fixado nos termos dos programas de opção de compra de ações.									
Forma de integralização	À vista, em moeda corrente nacional									
16/05/2013	Conselho de Administração	16/05/2013	272.559,00	Sem emissão de ações	133.833	0	133.833	0,17000000	2,04	R$ por Unidade
Critério para determinação do preço de emissão	Preço fixado nos termos dos programas de opção de compra de ações.									
Forma de integralização	À vista, em moeda corrente nacional.									
16/05/2013	Conselho de Administração	16/05/2013	399.193,46	Subscrição particular	157.783	0	157.783	0,30000000	5,29	R$ por Unidade
Critério para determinação do preço de emissão	Preço fixado nos termos dos programas de opção de compra de ações.									
Forma de integralização	À vista, em moeda corrente nacional									
19/03/2014	Conselho de Administração	19/03/2014	1.514.243,63	Sem emissão de ações	0	0	0	0,00000000	0,00	R$ por Unidade
Critério para determinação do preço de emissão										
Forma de integralização										
11/04/2014	Conselho de Administração	11/04/2014	391.509,92	Subscrição particular	112.859	0	112.859	0,30000000	4,19	R$ por Unidade
Critério para determinação do preço de emissão	Preço fixado nos termos dos programas de opção de compra de ações.									
Forma de integralização	À vista, em moeda corrente nacional									
19/05/2014	Conselho de Administração	19/05/2014	485.900,30	Subscrição particular	215.522	0	215.522	0,40000000	2,40	R$ por Unidade
Critério para determinação do preço de emissão	Preço fixado nos termos dos programas de opção de compra de ações.									
Forma de integralização	À vista, em moeda corrente nacional									

17.2 - Aumentos do capital social

Data de deliberação	Orgão que deliberou o aumento	Data emissão	Valor total emissão (Reais)	Tipo de aumento	Ordinárias (Unidades)	Preferênciais (Unidades)	Total ações (Unidades)	Subscrição / Capital anterior	Preço emissão	Fator cotação
15/07/2014	Conselho de Administração	15/07/2014	1.191.307,32	Subscrição particular	541.638	0	541.638	0,69000000	2,20	R$ por Unidade
Critério para determinação do preço de emissão	Preço fixado nos termos dos programas de opção de compra de ações.									
Forma de integralização	À vista, em moeda corrente nacional									
07/07/2015	Conselho de Administração	07/07/2015	9.373.916,40	Subscrição particular	1.700.000	0	1.700.000	2,17000000	5,51	R$ por Unidade
Critério para determinação do preço de emissão	Preço fixado nos termos dos programas de opção de compra de ações.									
Forma de integralização	À vista, em moeda corrente nacional.									
07/07/2015	Conselho de Administração	07/07/2015	8.271.102,70	Subscrição particular	1.500.000	0	1.500.000	1,91000000	5,51	R$ por Unidade
Critério para determinação do preço de emissão	Preço fixado nos termos dos programas de opção de compra de ações.									
Forma de integralização	À vista, em moeda corrente nacional.									
29/04/2016	Acionistas	29/04/2016	2.225.000,00	Subscrição particular	500.000	0	500.000	0,64000000	4,45	R$ por Unidade
Critério para determinação do preço de emissão	Preço fixado nos termos dos programas de opção de compra de ações.									
Forma de integralização	À vista, em moeda corrente nacional.									

17.3 - Informações sobre desdobramentos, grupamentos e bonificações de ações

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não foram realizadas operações de desdobramentos, grupamentos e bonificações nos últimos três exercícios sociais.

17.4 - Informações sobre reduções do capital social

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não foram realizadas reduções de capital nos últimos três exercícios sociais.

17.5 - Outras informações relevantes

Integralização do Capital Social

Em Reunião do Conselho de Administração realizada em 19 de março de 2014, foi aprovada a integralização total das 365.664 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal subscritas pelo Sr. Joaquim Pedro Andrés Ribeiro em 26 de dezembro de 2008, mediante o pagamento do valor de R$ 1.514.243,63, restando o capital social da Companhia totalmente integralizado.

Aumento de Capital Subscrito por Funcionários

De forma a alinhar os nossos interesses com aqueles de nossos funcionários em cargos de gerência e coordenadoria, foi oferecido a nossos gerentes e coordenadores a possibilidade de subscreverem ações de nossa emissão a serem emitidas em aumento de capital privado, pelo preço de emissão de R$ 10,786108 por ação. Em 31 de maio de 2011, foi aprovado o aumento de capital no valor de R$2.890.000,00, mediante a emissão de 267.936 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal, subscritas e integralizadas por 29 de nossos funcionários, representando um aumento de 2,49% sobre o nosso capital social total.

Referidos funcionários firmaram conosco e com o GMT FIP um acordo de acionistas estabelecendo as regras que norteiam os direitos e deveres com relação à transferência das ações subscritas no aumento de capital, acordo de acionistas esse que será automaticamente rescindido quando do início da negociação das ações de nossa emissão na BM&FBOVESPA. Nessa hipótese, um novo acordo de acionistas entrará em vigor vinculando as ações dos funcionários, que não poderão aliená-las sem observar o referido acordo.

O acordo que entrou em vigor após a listagem das ações de nossa emissão estabelece um período impeditivo (*lock-up*) para a negociação com ações de nossa emissão, que terá seu prazo de vencimento determinado de acordo com a data de rescisão do contrato de trabalho do referido funcionário conosco. Assim, caso o funcionário se afaste da nossa Companhia: (i) até 31 de maio de 2012, este não pode negociar suas ações sem autorização de nosso Conselho de Administração até a data correspondente ao período de nove anos contados da data de afastamento; (ii) no período compreendido entre 1º de junho de 2012 e 31 de maio de 2013, este não poderá negociar suas ações sem autorização de nosso Conselho de Administração até a data correspondente ao período de seis anos contados da data de afastamento; (iii) no período compreendido entre 1º de junho de 2013 e 31 de maio de 2014, este não poderá negociar suas ações sem autorização de nosso Conselho de Administração até a data correspondente ao período de três anos contados da data de afastamento. Caso o funcionário permaneça como nosso empregado até 1º de junho de 2014, este estará livre para, a partir da referida data, transferir suas ações a qualquer terceiro, não sendo aplicável o *lock-up* mencionado acima.

De qualquer forma, em caso de afastamento do funcionário, a qualquer momento, este estará livre para transferir a qualquer terceiro um determinado número de suas ações de nossa emissão de sua titularidade que seja equivalente à divisão: (i) do resultado da diferença entre (subtração) (a) o valor do seu investimento realizado na nossa Companhia, reajustado desde a data de sua subscrição e integralização até a data do afastamento de acordo com o índice de correção básico dos depósitos da caderneta de poupança *pro rata dies*; e (b) o somatório do valor eventualmente distribuído por nós ao funcionário a título de dividendos e/ou pago a título de juros sobre o

17.5 - Outras informações relevantes

capital próprio (se aplicável) desde a data do seu investimento individual até a data do afastamento, reajustado de acordo com o índice de correção básico dos depósitos da caderneta de poupança desde o respectivo pagamento até a data do afastamento; pelo (ii) o preço médio ponderado de cotação das ações de nossa emissão na BM&FBOVESPA nos 30 dias anteriores à data do afastamento.

A respeito, ressaltamos que em 27 de fevereiro de 2013, a Companhia foi comunicada por sua então acionista controladora GMT FIP acerca da amortização da totalidade das suas quotas, o que ocasionou o encerramento das atividades do GMT FIP naquela data e a entrega da totalidade das ações de emissão da Companhia detidas pelo GMT FIP aos seus respectivos quotistas.

Além disso, em 2014 o Conselho de Administração da Companhia aprovou três aumentos de capital. Em 11 de abril de 2014, no valor de R$391.509,92, mediante a emissão de 112.859 novas ações, todas nominativas e sem valor nominal, subscritas e integralizadas por dois de nossos funcionários, representando um aumento de 0,15% sobre o nosso capital social. Em 19 de maio de 2014, no valor de R$485.900,30, mediante a emissão de 215.522 novas ações, todas nominativas e sem valor nominal, subscritas e integralizadas por dois de nossos funcionários, representando um aumento de 0,28% sobre o nosso capital social. Em 15 de julho de 2014, no valor de R$1.191.307,32, mediante a emissão de 541.638 novas ações, todas nominativas e sem valor nominal, subscritas e integralizadas por dois de nossos funcionários, representando um aumento de 0,69% sobre o nosso capital social.

Capital Autorizado

Estamos autorizados a aumentar o capital social até o limite de 100 milhões de ações ordinárias, independentemente de reforma estatutária, por deliberação do Conselho de Administração, a quem competirá, também, estabelecer as condições da emissão, inclusive preço, prazo e forma de sua integralização.

18.1 - Direitos das ações

Espécie de ações ou CDA	Ordinária
Tag along	100,000000
Direito a dividendos	De acordo com o nosso Estatuto Social, nossos acionistas têm direito ao dividendo mínimo obrigatório, em cada exercício social, equivalente a 25% do lucro líquido do respectivo exercício, ajustado nos termos do artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações, compensados os dividendos semestrais e intermediários que tenham sido declarados.
Direito a voto	Pleno
Conversibilidade	Não
Direito a reembolso de capital	Sim
Descrição das características do reembolso de capital	Nossos acionistas dissidentes terão direito de retirar-se da Companhia, mediante reembolso do valor de suas ações, nas hipóteses e na forma dos art. 137 e 136 da Lei das Sociedades por Ações.
Restrição a circulação	Não
Resgatável	Não
Hipóteses de resgate e fórmula de cálculo do valor de resgate	
Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários	De acordo com a Lei das Sociedades por Ações, nem o Estatuto Social, tampouco as deliberações adotadas pelos acionistas em Assembleias Gerais podem privar os acionistas de qualquer dos direitos essenciais do acionista, conforme disposto no artigo 109 da Lei das Sociedades por Ações.
Outras características relevantes	Não existem outras características relevantes referentes a este item.

18.2 - Descrição de eventuais regras estatutárias que limitem o direito de voto de acionistas significativos ou que os obriguem a realizar oferta pública

18.2. Descrever, se existirem, as regras estatutárias que limitem o direito de voto de acionistas significativos ou que os obriguem a realizar oferta pública

Não há regras em nosso Estatuto Social que limitem o direito de voto de acionistas significativos. O Estatuto Social da Companhia foi alterado para suprimir seu artigo 46 e seus parágrafos, com a consequente extinção da obrigação de efetivação de oferta pública em caso aquisição de Participação Relevante, assim entendida a aquisição de ações de emissão da Companhia representativas de 33% (trinta e três por cento) ou mais do seu capital social ("Cláusula de *Poison Pill*");

18.3 - Descrição de exceções e cláusulas suspensivas relativas a direitos patrimoniais ou políticos previstos no estatuto

18.3. Descrever exceções e cláusulas suspensivas relativas a direitos patrimoniais ou políticos previstos no estatuto

Não há exceções e/ou cláusulas suspensivas a direitos patrimoniais ou políticos previstos em nosso Estatuto Social.

18.4 - Volume de negociações e maiores e menores cotações dos valores mobiliários negociados

Exercício social **31/12/2017**

Trimestre	Valor Mobiliário	Espécie	Classe	Mercado	Entidade administrativa	Volume financeiro negociado (Reais)	Valor maior cotação (Reais)	Valor menor cotação (Reais)	Fator cotação	Valor média cotação (Reais)
31/03/2017	Ações	Ordinária		Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	9.704.983	4,85	3,63	R$ por Unidade	4,21
30/06/2017	Ações	Ordinária		Balcão Organizado	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	15.146.325	4,89	3,86	R$ por Unidade	4,25
30/09/2017	Ações	Ordinária		Balcão Organizado	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	56.927.253	5,13	3,97	R$ por Unidade	4,29
31/12/2017	Ações	Ordinária		Balcão Organizado	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	331.156	4,83	3,42	R$ por Unidade	4,12

Exercício social **31/12/2016**

Trimestre	Valor Mobiliário	Espécie	Classe	Mercado	Entidade administrativa	Volume financeiro negociado (Reais)	Valor maior cotação (Reais)	Valor menor cotação (Reais)	Fator cotação	Valor média cotação (Reais)
31/03/2016	Ações	Ordinária		Balcão Organizado	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	8.002.954	3,66	2,69	R$ por Unidade	3,10
30/06/2016	Ações	Ordinária		Balcão Organizado	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	17.278.359	5,25	3,07	R$ por Unidade	4,41
30/09/2016	Ações	Ordinária		Balcão Organizado	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	16.235.624	5,57	4,02	R$ por Unidade	4,73
31/12/2016	Ações	Ordinária		Balcão Organizado	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	23.155.897	4,83	3,40	R$ por Unidade	4,07

Exercício social **31/12/2015**

Trimestre	Valor Mobiliário	Espécie	Classe	Mercado	Entidade administrativa	Volume financeiro negociado (Reais)	Valor maior cotação (Reais)	Valor menor cotação (Reais)	Fator cotação	Valor média cotação (Reais)
30/06/2015	Ações	Ordinária		Balcão Organizado	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	66.035.201	6,60	5,15	R$ por Unidade	0,00
30/03/2015	Ações	Ordinária		Balcão Organizado	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	112.389.658	7,51	4,65	R$ por Unidade	0,00
30/09/2015	Ações	Ordinária		Balcão Organizado	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	25.462.400	6,26	3,60	R$ por Unidade	0,00
30/12/2015	Ações	Ordinária		Balcão Organizado	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	23.778.406	7,72	3,43	R$ por Unidade	0,00

18.5 - Outros valores mobiliários emitidos no Brasil

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não aplicável, tendo em vista que não foram emitidos valores mobiliários que não ações nos últimos três exercícios sociais.

18.6 - Mercados brasileiros em que valores mobiliários são admitidos à negociação

18.6. Indicar os mercados brasileiros nos quais valores mobiliários do emissor são admitidos à negociação

Os valores mobiliários de nossa emissão admitidos à negociação são nossas ações ordinárias nominativas, negociadas no segmento Novo Mercado da B3 (Brasil, Bolsa, Balcão S.A.) sob o código “TECN3”.

18.7 - Informação sobre classe e espécie de valor mobiliário admitida à negociação em mercados estrangeiros

18.7. Em relação a cada classe e espécie de valor mobiliário admitida à negociação em mercados estrangeiros

Na data deste Formulário de Referência, não temos valores mobiliários admitidos à negociação em mercados estrangeiros.

18.8 - Títulos emitidos no exterior

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Na data deste Formulário de Referência, não temos valores mobiliários admitidos à negociação em mercados estrangeiros.

18.9 - Ofertas públicas de distribuição efetuadas pelo emissor ou por terceiros, incluindo controladores e sociedades coligadas e controladas, relativas a valores mobiliários do emissor

18.9. Descrever as ofertas públicas de distribuição efetuadas pelo emissor ou por terceiros, incluindo controladores e sociedades coligadas e controladas, relativas a valores mobiliários do emissor

Nos últimos três exercícios sociais – 2015, 2016 e 2017 - não foram efetuadas ofertas públicas de distribuição pela nossa Companhia ou por terceiros, incluindo controladores e sociedades coligadas e controladas, relativas a valores mobiliários da nossa Companhia.

18.10 - Destinação de recursos de ofertas públicas de distribuição e eventuais desvios

18.10. Caso o emissor tenha feito oferta pública de distribuição de valores mobiliários

a. como os recursos resultantes da oferta foram utilizados

Não se aplica, pois nos últimos três exercícios sociais – 2015, 2016 e 2017 - não foram efetuadas ofertas públicas pela nossa Companhia ou por terceiros, incluindo controladores e sociedades coligadas e controladas, relativas a valores mobiliários da nossa Companhia.

b. se houve desvios relevantes entre a aplicação efetiva dos recursos e as propostas de aplicação divulgadas nos prospectos da respectiva distribuição

Não se aplica, pois nos últimos três exercícios sociais – 2015, 2016 e 2017 - não foram efetuadas ofertas públicas pela nossa Companhia ou por terceiros, incluindo controladores e sociedades coligadas e controladas, relativas a valores mobiliários da nossa Companhia.

c caso tenha havido desvios, as razões para tais desvios

Não se aplica, pois nos últimos três exercícios sociais – 2015, 2016 e 2017 - não foram efetuadas ofertas públicas pela nossa Companhia ou por terceiros, incluindo controladores e sociedades coligadas e controladas, relativas a valores mobiliários da nossa Companhia.

18.11 - Descrição das ofertas públicas de aquisição feitas pelo emissor relativas a ações de emissão de terceiros

18.11. Descrever as ofertas públicas de aquisição feitas pelo emissor relativas a ações de emissão de terceiro

Não se aplica, pois nos últimos três exercícios sociais – 2015, 2016 e 2017 -, não realizamos qualquer oferta pública de aquisição que tenha por objeto ações de emissão de terceiros.

18.12 - Outras infomações relevantes

18.12. Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

Não há outras informações relevantes além daquelas divulgadas nos itens anteriores.

19.1 - Informações sobre planos de recompra de ações do emissor

Data delib.	Período recomp.	Reservas e lucros disp. (Reais)	Espécie	Classe	Qtde. prevista (Unidades)	% rel. circ.	Qtde. adquirida aprovadas (Unidades)	PMP	Fator de cotação	% adquirido
Outras caracter.										
24/09/2015	24/09/2015 à 24/09/2016	346.235.000,00	Ordinária		4.984.808	8,000000	0	0,00	R$ por Unidade	0,000000

Em 24 de semtembro de 2015, o Conselho de Administração aprovou a extensão do Programa de Ações para permanência em tesouraria e posterior alienação e/ou cancelamento e/ou para fazer frente ao “Plano de Opção de Compra de Ações da Companhia", com prazo máximo de, tendo sido autorizado nas seguintes condições: (a) O objetivo é a manutenção do programa de recompra de ações de emissão da Companhia, para permanência em tesouraria e posterior alienação e/ou cancelamento
e/ou para fazer frente ao “Plano de Opção de Compra de Ações da Companhia”; (b) A quantidade de ações em circulação e já mantidas em tesouraria totaliza o montante
de 1.207.800 (um milhão, duzentos e sete mil e oitocentos) ações ordinárias da Companhia; (c) A quantidade a recomprar limitar-se-á a 4.984.808 (quatro milhões, novecentos e oitenta e quatro mil e oitocentos e oito) ações ordinárias da Companhia, que corresponde a 8% do total de 62.310.094 (sessenta e dois milhões, trezentos e dez mil e noventa e quatro) ações ordinárias em circulação; d) A Companhia não utilizará instrumentos derivativos para esta operação; (e) A negociação não tem impacto sobre a composição do controle acionário ou da estrutura administrativa da Companhia; (f) O prazo máximo para a aquisição das ações da Companhia no âmbito do Programa de Recompra de Ações Ordinárias será de 365 dias, contados a partir desta data, 24/09/2015 até a data de 24/09/2016 cabendo a Diretoria definir as datas em que a recompra será efetivamente executada; (g) As operações de aquisição serão realizadas a preço de mercado no pregão da
BM&FBOVESPA, com a intermediação das seguintes instituições: Itaú Corretora de Valores S.A., com endereço na Avenida Faria Lima, nº. 3500, 3º andar, parte, São Paulo – SP, CEP: 04538-132, CNPJ/MF 61.194.353/0001-64; e Votorantim – Avenida das Nações Unidas, 14171 - Torre A - 14º andar - Vila Gertrudes - São Paulo – SP, CEP: 04794-000, CNPJ/MF 01.170.892/0001-31, Santander Corretora de Câmbio e Valores Mobiliários S.A., com sede na Av. Presidente Juscelino Kubitschek, no. 2235, 24º andar, na cidade de São Paulo-SP, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 51.014.223/0001-49.

19.2 - Movimentação dos valores mobiliários mantidos em tesouraria

Exercício social 31/12/2017

Ações

Espécie de ação	Classe ação preferencial	Descrição dos valores mobiliários	Fator cotação
Ordinária			

Movimentação	Quantidade (Unidades)	Preço médio ponderado de aquisição/alienação (Reais)
Quantidade Inicial	1.207.800	
Quantidade adquirida	0	0,00
Quantidade alienada	0	0,00
Quantidade cancelada	0	
Quantidade final	1.207.800	
Relação valores mobiliários em circulação	0,000000%	

Exercício social 31/12/2016

Ações

Espécie de ação	Classe ação preferencial	Descrição dos valores mobiliários	Fator cotação
Ordinária			

Movimentação	Quantidade (Unidades)	Preço médio ponderado de aquisição/alienação (Reais)
Quantidade Inicial	1.207.800	
Quantidade adquirida	0	0,00
Quantidade alienada	0	0,00
Quantidade cancelada	0	
Quantidade final	1.207.800	
Relação valores mobiliários em circulação	0,000000%	

Exercício social 31/12/2015

Ações

Espécie de ação	Classe ação preferencial	Descrição dos valores mobiliários	Fator cotação
Ordinária			

Movimentação	Quantidade (Unidades)	Preço médio ponderado de aquisição/alienação (Reais)
Quantidade Inicial	1.207.800	
Quantidade adquirida	0	0,00
Quantidade alienada	0	0,00

19.2 - Movimentação dos valores mobiliários mantidos em tesouraria

Quantidade cancelada	0
Quantidade final	1.207.800
Relação valores mobiliários em circulação	0,000000%

19.3 - Outras inf. relev. - recompra/tesouraria

19.3. Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

Não há outras informações relevantes além daquelas divulgadas nos itens anteriores.

20.1 - Informações sobre a política de negociação de valores mobiliários

Data aprovação	**04/05/2011**
Órgão responsável pela aprovação	Assembleia geral
Cargo e/ou função	Nós, nossas controladas e sociedades sob controle comum, nossos acionistas controladores diretos ou indiretos, os membros de nosso Conselho de Administração, de nossa Diretoria e de nossos comitês estatutários e os nossos funcionários que aderirem à Política De Negociação ("Indivíduos Restritos").

Principais características e locais de consulta

É vedada a negociação com valores mobiliários, pelos Indivíduos Restritos, nas datas em que nós e nossas controladas e sociedades sob controle comum negociarem com ações de nossa emissão, com base em qualquer programa de recompra aprovado pelo nosso Conselho de Administração. Deveremos informar previamente os Indivíduos Restritos acerca de tais datas. A prestação de aconselhamento por Indivíduos Restritos a título oneroso ou gratuito é restringida pela Política de Negociação, devendo ser limitada aos períodos em que os Indivíduos Restritos não tenham conhecimento de qualquer informação relacionada a ato ou fato relevante ainda não divulgado.

É também vedada a negociação com ações de nossa emissão por nós próprios e por nossas controladas e sociedades sob controle comum, bem como pelos Indivíduos Restritos, salvo se forem realizadas por meio das Corretoras Credenciadas. Esta vedação não se aplica aos nossos Conselheiros independentes.

Durante os períodos de vedação estabelecidos na Instrução CVM nº 358, de 3 de janeiro de 2002, conforme alterada, e na Política de Negociação, nós autorizaremos as Corretoras Credenciadas a rejeitar ordens de negociação advindas da nossa Companhia ou de nossas controladas e sociedades sob controle comum e dos Indivíduos Restritos, cobertos pela vedação acima descrita.

Os Indivíduos Restritos só podem negociar valores mobiliários na pendência de divulgação de ato ou fato relevante se tiverem seus respectivos planos individuais de investimento aprovados por nós, observado o disposto na Instrução CVM nº 358, de 3 de janeiro de 2002, conforme alterada.

É vedada a negociação com valores mobiliários pelos nossos funcionários, de nossas controladas e sociedades sob controle comum, salvo no âmbito de qualquer programa de opções de compra de nossas ações.

Os Indivíduos Restritos aderiram à Política de Negociação por meio da assinatura de termo de adesão. Manteremos em nossa sede, relação das pessoas que firmarem o termo de adesão, com as respectivas qualificações, cargo ou função, endereço e número de inscrição no CNPJ ou CPF. Os termos de adesão deverão permanecer arquivados na nossa sede enquanto seus signatários mantiverem vínculo conosco, e por, no mínimo, cinco anos após o seu desligamento.

Períodos de vedação e descrição dos procedimentos de fiscalização	Os Indivíduos Restritos deverão abster-se de realizar quaisquer negociações com valores mobiliários no período de 15 dias que anteceder a divulgação das informações trimestrais (ITR) e anuais (DFP e Formulário de Referência) exigidas pela CVM. Os Administradores que se afastarem de cargos na nossa administração anteriormente à divulgação de informação relevante originada durante seu período de gestão não poderão negociar com valores mobiliários até (i) o encerramento do prazo de seis meses contados da data de seu afastamento, ou (ii) a divulgação ao público da Informação Relevante. Durante os períodos de vedação estabelecidos na Instrução CVM nº 358 , de 3 de janeiro de 2002, conforme alterada, e na Política de Negociação, autorizaremos as corretoras credenciadas a rejeitar ordens de negociação advindas da nossa Companhia e dos Indivíduos Restritos.

20.2 - Outras informações relevantes

20.2. Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

Todas as informações relevantes e pertinentes a este tópico foram divulgadas no item anterior.

21.1 - Descrição das normas, regimentos ou procedimentos internos relativos à divulgação de informações

21.1. Descrever normas, regimentos ou procedimentos internos adotados pelo emissor para assegurar que as informações a serem divulgadas publicamente sejam recolhidas, processadas e relatadas de maneira precisa e tempestiva

Possuímos uma política de divulgação de informações (“Política de Divulgação de Ato ou Fato Relevante da Techno S.A.) aprovada em m nossa Assembleia Geral de acionistas, realizada em 4 de maio de 2011, que instituiu regras e procedimentos em atendimento à Instrução da Comissão de Valores Mobiliários nº 358, de 3 de janeiro de 2002, conforme alterada, e aos nossos princípios.

O objetivo é assegurar a transparência na divulgação de nossas informações, assegurando a equidade e igualdade com relação à possibilidade de acesso a tais informações por todos os interessados e prevenir a possibilidade uso indevido de informações relevantes e não públicas pelas pessoas que a elas tenham acesso, em proveito próprio ou de terceiros, em detrimento dos participantes do mercado em geral.

O teor dessa Política está descrito no item 21.2 a seguir.

21.2 - Descrição da política de divulgação de ato ou fato relevante e dos procedimentos relativos à manutenção de sigilo sobre informações relevantes não divulgadas

21.2. Descrever a política de divulgação de ato ou fato relevante adotada pelo emissor, indicando o canal ou canais de comunicação utilizado(s) para disseminar informações sobre atos e fatos relevantes e os procedimentos relativos à manutenção de sigilo acerca de informações relevantes não divulgadas e os locais onde a política pode ser consultada

Conforme Instrução CVM n° 358, e suas atualizações, a nossa Política de Divulgação consiste na divulgação de informações relevantes e na manutenção de sigilo acerca das informações que ainda não tenham sido divulgadas ao público. Essa Política de Divulgação foi aprovada em nossa Assembleia Geral de acionistas, realizada em 4 de maio de 2011, tendo sido atualizada desde então.

Nossa Política de Divulgação está disponível para consulta por qualquer interessado nos websites da CVM (www.cvm.gov.br) e de relações com investidores da Companhia (www.grupotechnos.com.br/ri).

O objetivo de nossa Política de Divulgação é estabelecer as regras e procedimentos a serem adotados, com a finalidade de atender integralmente as disposições legais e regulamentares concernentes à divulgação de ato ou fato relevante, nos termos da Instrução CVM 358, conforme atualizada, visando especialmente (i) prestar informação completa aos acionistas e investidores; (ii) garantir ampla e imediata divulgação de ato ou fato relevante; (iii) possibilitar acesso equânime às informações públicas sobre a Companhia a todo acionista e investidor; (iv) zelar pelo sigilo de ato ou fato relevante não divulgado; (v) colaborar para a estabilidade e o desenvolvimento do mercado de capitais brasileiro; e (vi) consolidar práticas de boa governança corporativa na Companhia.

O critério de relevância do ato ou fato relevante é baseado na possibilidade de influenciar de modo ponderável a decisão dos investidores em negociar com valores mobiliários de emissão da Companhia ou a eles referenciados.

As informações são divulgadas por meio dos website da CVM (www.cvm.gov.br), a partir de up load no sistema EmpresasNet, e pelo nosso website de relações com investidores (www.grupotechnos.com.br/ri), além de ser divulgada no portal de noticias on line do jornal Monitor Mercantil (www.monitormercantil.com.br), apenas para Fato Relevante. Neste portal de notícias, o anúncio pode conter a descrição resumida do Fato Relevante, desde que indique endereço na internet onde esteja disponível a descrição completa do mesmo.

A Informação Relevante deverá, preferencialmente, ser divulgada antes do início ou após o encerramento na B3.

Sempre que for veiculada Informação Relevante por qualquer meio de comunicação, inclusive informação à imprensa ou em reuniões de entidades de classe, investidores, analistas ou com público selecionado, no País ou no exterior, a Informação Relevante será enviada simultaneamente à CVM e às Bolsas de Valores e divulgada ao público investidor em geral.

Enquanto o Ato ou Fato Relevante não for divulgado, todas as Pessoas Vinculadas deverão guardar completo sigilo a seu respeito e, quando necessária para o desenvolvimento dos nossos negócios, dar difusão restrita, sempre em caráter de confidencialidade e zelando para que todos aqueles que tenham acesso a tal informação saibam de seu caráter confidencial e de sua forma limitada de divulgação, nos termos da Política de Divulgação. Conforme estabelece o artigo 8º da Instrução 358, as Pessoas Vinculadas respondem solidariamente com seus subordinados e terceiros de sua confiança pelo descumprimento do dever de guardar sigilo aqui mencionado.

Qualquer Pessoa Vinculada que tenha conhecimento de atos ou fatos que possam configurar Informação Relevante deverá proceder à comunicação imediata ao nosso Diretor de Relações com Investidores.

As Pessoas Vinculadas que tiverem conhecimento de Informação Relevante, sempre que se certifiquem de omissão na divulgação de Informações Relevantes, devem comunicar a Informação Relevante diretamente à CVM.

O nosso Diretor de Relações com Investidores é o primeiro responsável pela divulgação de Ato ou

21.2 - Descrição da política de divulgação de ato ou fato relevante e dos procedimentos relativos à manutenção de sigilo sobre informações relevantes não divulgadas

Fato Relevante. Ele deve (i) divulgar e comunicar à CVM e às Bolsas de Valores, imediatamente após a ciência, qualquer ato ou fato relevante ocorrido ou relacionado aos negócios da Companhia que seja considerado Informação Relevante; e (ii) zelar pela ampla e imediata disseminação da Informação Relevante simultaneamente nas Bolsas de Valores e em todos os mercados nos quais a Companhia tenha Valores Mobiliários admitidos à negociação, assim como ao público investidor em geral.

As Pessoas Vinculadas que tiverem conhecimento de Informação Relevante, sempre que se certifiquem de omissão na divulgação de Informações Relevantes, devem comunicar a Informação Relevante diretamente à CVM.

Os atos ou fatos que constituam Informação Relevante poderão deixar de ser divulgados se os acionistas controladores ou os Administradores da Companhia entenderem que a sua revelação pode colocar em risco interesse legítimo da Companhia.

A Companhia, a pedido dos Administradores, de qualquer acionista ou por iniciativa própria, poderá decidir por submeter à apreciação da CVM questão acerca da divulgação ao público de Informação Relevante que possa colocar em risco interesse legítimo da Companhia.

Sempre que a Informação Relevante ainda não divulgada ao público tornar-se do conhecimento de pessoas diversas das que (i) tiveram originalmente conhecimento; e/ou (ii) decidiram manter sigilosa a Informação Relevante, ou, na hipótese da informação escapar ao controle ou caso se verifique que ocorreu oscilação atípica na cotação, preço ou quantidade negociada dos Valores Mobiliários, o Diretor de Relações com Investidores deverá providenciar para que a Informação Relevante seja imediatamente divulgada à CVM, às Bolsas de Valores e ao público.

Caso a CVM decida pela divulgação da Informação Relevante e determine ao Diretor de Relações com Investidores ou à Pessoa Vinculada, conforme o caso, que comunique a Informação Relevante às Bolsas de Valores e ao público, o Diretor de Relações com Investidores ou a Pessoa Vinculada, conforme o caso, deverá proceder imediatamente à divulgação, na forma da Instrução CVM 358.

21.3 - Administradores responsáveis pela implementação, manutenção, avaliação e fiscalização da política de divulgação de informações

21.3. Informar os administradores responsáveis pela implementação, manutenção, avaliação e fiscalização da política de divulgação de informações

O responsável pela implementação, manutenção, avaliação e fiscalização da política de divulgação de informações da Companhia é o Sr. Luis Miguel Ferreira Cafruni, Diretor de Relações com Investidores da Companhia, com escritório na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Av. das Américas, nº 3.434, 3º pavimento, salas 301 a 308, Bloco 01, Barra da Tijuca, CEP 22640-102, telefone (21) 2131-8909 e no e-mail ri@technos.com.br.

21.4 - Outras informações relevantes

21.4. Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

Não há outras informações relevantes além daquelas divulgadas nos itens anteriores.